

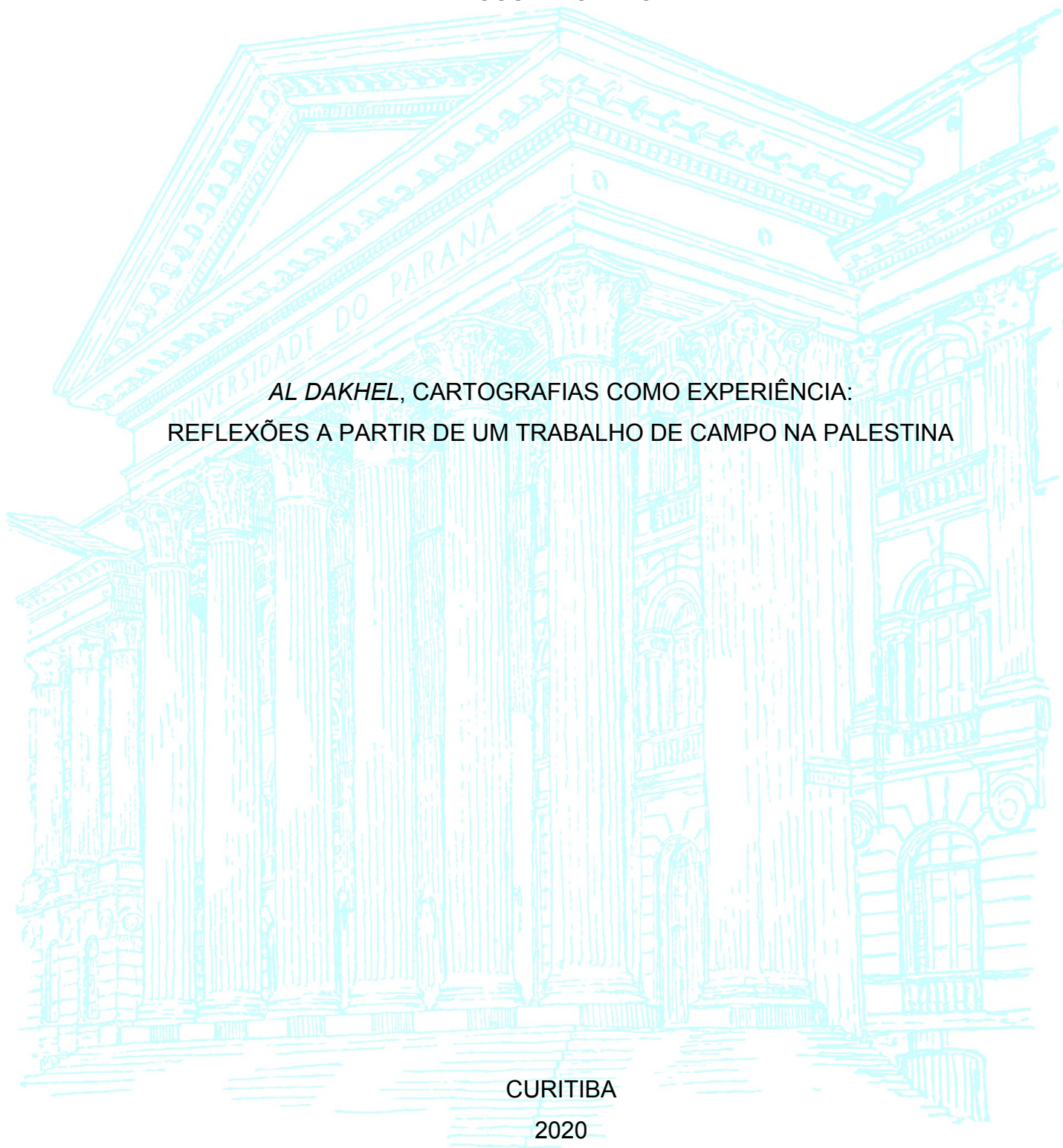
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAEL GUSTAVO DE OLIVEIRA

*AL DAKHEL*, CARTOGRAFIAS COMO EXPERIÊNCIA:  
REFLEXÕES A PARTIR DE UM TRABALHO DE CAMPO NA PALESTINA

CURITIBA

2020



RAFAEL GUSTAVO DE OLIVEIRA

*AL DAKHEL*, CARTOGRAFIAS COMO EXPERIÊNCIA:  
REFLEXÕES A PARTIR DE UM TRABALHO DE CAMPO NA PALESTINA

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Macagno

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Oliveira, Rafael Gustavo de

*Al Dakhel*, cartografias como experiência : reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina. / Rafael Gustavo de Oliveira. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Lorenzo Macagno

1. Palestina – Territórios ocupados. 2. Territorialidade humana. 3. Mobilidade.  
I. Macagno, Lorenzo, 1965-. II. Título.

CDD – 956.94

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **RAFAEL GUSTAVO DE OLIVEIRA** intitulada: **Al Dakhel, cartografias como experiência: Reflexões a partir de um trabalho de campo na Palestina**, sob orientação do Prof. Dr. LORENZO GUSTAVO MACAGNO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

28/09/2020 12:49:10.0

LORENZO GUSTAVO MACAGNO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/11/2020 10:32:25.0

DENISE FAGUNDES JARDIM

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica

21/10/2020 17:59:02.0

MARCOS SILVA DA SILVEIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/10/2020 16:50:28.0

FERNANDO RABOSSI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica

20/10/2020 17:13:50.0

GISELE FONSECA CHAGAS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

## AGRADECIMENTOS

Aqui, agradeço às pessoas que estiveram e que estão presentes na minha vida. Agradeço àquelas que, de forma direta ou não, participaram e ainda participam de todo este processo. Deste processo que foi composto por risos, por choros, por abraços, cumprimentos, desabafos, despedidas. Queria viver mais uma vida para poder encontrar a todos novamente, e saber que estão bem, e poder expressar minha gratidão olhando nos olhos. Infelizmente não consigo escrever o nome de todo mundo que participou deste trabalho, mas me sinto compelido a dizer que, ainda que vários nomes dignos de agradecimento possam ter ficado de fora, isso não é por serem menos importantes. Do contrário! As pessoas que compõem nossas trajetórias são todas importantes!

Para começar, não posso me furtar de agradecer aos colegas músicos, palestinos e estrangeiros. Vocês são este trabalho! Por segurança (e com dor no coração) não citarei muitos nomes ou a relação que tivemos. Mas não importa! O que importa (assim como para todos os outros nomes aqui presentes) é que nós sabemos daquilo que passamos! E isso não há pessoa, não há Estado, não há ocupação, não há colônia que possa apagar. Assim, aos colegas de música, agradeço à Jay pelo acolhimento, jams, conversas. Cynsia, obrigado pela amizade. Adele, Ayden, Daniele, Mohammed, Heider, Pablo, Ahmed H., Robin, Abed, Elena, Ashraf, Amir e todas as pessoas do conservatório, vocês são incríveis! À todo o corpo de trabalhadores das escolas de música, obrigado pelo acolhimento!

Dani, minha amiga “quase” brasileira, também companheira de música! Muito obrigado pela amizade! Que permaneça assim para sempre! Também, agradeço a todos os outros companheiros de trabalho e música, Yiad, Razan, Khalil, Tom, Montasser, Karmel, Shehada, Estelle, Virginia. Amir (e seu violão flamenco), Shadi, Asma, Stormtrap (ainda que tenhamos nos encontrado apenas uma vez em minha última estadia), obrigado!

Aos amigos da Palestina, estejam onde for, saudades de todos! Khaled, obrigado pela dedicação e amizade! Obrigado pela ajuda neste texto! Dani Abilas, nem preciso dizer que você é uma inspiração sem tamanho! Somos do mesmo país, do mesmo estado, mas nos encontramos na Palestina mais do que em qualquer

outro lugar do mundo! Obrigado pela amizade! Aos demais amigos com quem compartilhei meus dias, palestinos ou estrangeiros, obrigado pelo aprendizado! Todos vocês tiveram papéis fundamentais neste trabalho, em algum momento! Às colegas antropólogas e pesquisadoras com quem tive o prazer de travar debates mais que interessantes e importantes, Silvia, Marcela, Amal, Christen, Eva, Nora, Klara. O campo é a própria vida! Antropologia pode ser isso, a tentativa de se compreender um dentre vários pontos que compõem o ordinário cotidiano. A intersecção destas infinitas esferas das quais somos parte. Seguimos! Obrigado pelos ensinamentos! À minha eterna amiga, conselheira, companheira de shishas, Yara! Você e sua família moram no meu coração! Aos alunos dos conservatórios, obrigado por fazerem parte desta trajetória! Todos são incríveis! Aos mais próximos, obrigado pela amizade! Ao grande amigo Nidal, com quem sempre aprendi muito! Obrigado demais! Majed, ainda tocarei mais Trio Joubran! Dedico, também, ao amigo Ranin, companheiro de altos de baixos, com quem compartilhei meu primeiro dia da vida na Palestina (*in memoriam*).

Aos amigos da Palestina e do Brasil, Ruayda e família. Vocês moram no meu coração! Ualid, sempre presente com os comentários mais acertados. Obrigado pela amizade! Aos amigos da Embaixada do Brasil em Ramallah, toda minha gratidão é pouca!

Antes de voltar ao Brasil, não posso deixar de agradecer a algumas pessoas bastante especiais que ainda fazem parte da minha vida. Hanna, mi hermanito dominicano. Obrigado pela amizade. Somos latinos!! Isso ninguém nos tira!

Sandy! Minha querida amiga! Dentre tantas dificuldades, esta amizade nasceu! Palestina, Polônia e Brasil nunca estiveram tão próximos! Este parágrafo é só seu! E com ele agradeço a tudo que passei e a todos que conheci através de você! Nossas conversas na Palestina, nossas intermináveis conversas pela internet ainda hoje. Estamos tão longe e ao mesmo tempo tão próximos! Obrigado! Konrad, meu amigo! Obrigado pelas conversas e amizade! Saad, da próxima vez prometo te reconhecer na rua!

Para os amigos do Brasil eu precisaria de uma vida toda escrita em páginas! Mas algumas se farão presentes aqui. Milena, minha irmã! Precisa falar? Nossa vida inteira como amigos, irmãos, colegas, já fala por si! Obrigado por tudo sempre!



Blood brothers! Obrigado, também, por trazer o Bruno para a cena! Valeu Brunão! Vocês são demais importantes!

Anelise, obrigado pela presença, pelos conselhos, pelo profissionalismo! Sem seus apontamentos nada disso seria possível! Carol! Obrigado por seguir junto até hoje! Bárbara Caramuru, ainda tomaremos muitas Taybeh e fumaremos arguile em Ramallah, te prometo! Obrigado pela parceria! À minha amiga Dani Nette, obrigado pela parceria! Você e sua presença são muito importantes nesta trajetória!

Aos amigos Tomás Melo e Janaína Moscal, não sei o que dizer! Obrigado pela presença, ajuda e amizade! Antes, durante, depois, não importa! Vocês e todas as pessoas dessa turma linda foram e são fundamentais! Fernanda Marcon, talvez tenhamos conversado menos nesta etapa, mas conheci a antropologia graças à sua amizade! Sempre grato! Sara, Hanin, Alexandra, Juan, sem palavras também! Aminah Bárbara, logo tomaremos outro café em Ramallah! Camila Farah, na próxima eu tiro uma foto da loja! Edna, volta logo! Claro que não posso deixar de mencionar o companheiro de mate, André Tavares. Quando passar a pandemia o mate na praça, com toda a piazada (sem faltar ninguém! Vai chamando o Joel e o Hélio!), vai ser obrigatório!

Aos colegas e professores do departamento de antropologia da UFPR, obrigado por todos os ensinamentos, pelo companheirismo. Vocês são fundamentais! Não consigo colocar em palavras o tamanho do carinho que criei pelo PPGA! Pedro Fortes e família (Lu, Chico, Toninho), meu irmão, tamo junto sempre! Obrigado pela amizade! Cami Balsa, Jaque Baldaia (e João), Elton, Judit, Liliana, Dandara, Vitinho, Ed, Magda e todxs xs colegas do departamento, de antes e de agora (sem exceções! São muitos nomes e não mencionei todxs, mas sintam-se abraçadxs!), obrigado por compartilharem dessa caminhada! Muito obrigado a todos os funcionários! Andrade, pelas conversas amigáveis! Paulo, sua disposição e dedicação são incríveis! Sem palavras para agradecer ao departamento todo! Obrigado aos funcionários da UFPR, de todos os setores. A universidade pública, gratuita e universal é nosso bem maior!

Ao meu orientador, Lorenzo Macagno, obrigado pela dedicação, companheirismo e aconselhamentos! Sou grato por ter tido seus ensinamentos nesta caminhada, e foram muitos!

À CAPES e à Fundação Araucária pelo apoio e incentivo à pesquisa! Que possamos sempre desfrutar de tal apoio!

À Maria Aline, com quem tenho aprendido demais! Sua presença na minha vida se tornou fundamental para todo meu aprendizado! Obrigado pela força, paciência, companheirismo, amizade, cumplicidade. Sou demais grato à você, aos gurus (Heitor e Victor), e a tudo o que passamos juntos! Sua vida me inspira, e obrigado por fazer parte da minha, da forma que for! Você mora no meu coração!

À minha família, qualquer palavra seria pouca! À minha avó Ana, que me ensinou as primeiras notas na partitura. Em memória, à meu avô Arnaldo, com quem gostaria de ter dialogado sobre estas linhas. À minhas tias e tios! Às lindas queridas! Aos primos todos! Com aquela menção especial ao Rodrigo e ao Eduardo, vocês são parte disto tudo! Ao meu irmão, Ricardo, cuja inspiração é mais do que clara! Ao meu pai Hélio, o “Zéio”, que me trouxe até onde estou hoje, e que me ensinou meus primeiros dedilhados. Amigo acima de tudo. Eu não poderia ser mais grato por absolutamente tudo! Minha mãe, Roseli, obrigado por ser essa amiga, parceira, conselheira! Eu não poderia ter tido mãe e amiga melhor! Não tenho palavras para expressar o amor infinito que sinto por vocês!

Por fim, dedico este trabalho à oma Angelina Blödmann e ao Vô Pídio Tavares. Sem mais, o dia que eu deixar de sentir saudades é porque já voltamos a nos encontrar!



أنا من هناك

محمود درويش - فلسطين

أنا من هناك. ولي ذكريات. ولدت كما تولد الناس. لي والدة  
. وبيت كثير النوافذ لي إخوة. أصدقاء. وسجنٌ بنافذة باردة  
ولي موجة خطفتها النوارس. لي مشهدي الخاص. لي عشبة زائدة  
ولي قمرٌ في أقاصي الكلام، ورزق الطيور، وزيتونة خالدة  
. مررت على الأرض قبل مرور السيوف على جسد حوله إلى مائدة  
، أنا من هناك. أعيد السماء إلى أمها حين تبكي السماء على أمها  
. وأبكي لتعرفني غيمة عائدة  
تعلمت كل كلام يليق بمحكمة الدم كي أكرس القاعده  
تعلمت كل الكلام، وفككته كي أركب مفردة واحدة  
هي: الوطن...

## Eu sou de lá

Eu sou de lá e eu tenho lembranças  
Nascido, como são os mortais, eu tenho uma mãe,  
e eu tenho uma casa com muitas janelas,  
e eu tenho irmãos, amigos,  
e também uma cela de prisão com uma janela, fria.  
Minha é a onda do mar,  
arrebatada por gaivotas.  
Eu tenho minha própria visão,  
e uma folha de grama a mais.  
Minha é a lua, na lâmina afiada das palavras,  
e as bênçãos dos pássaros, e a oliveira imortal.  
Eu andei por esta terra antes das espadas,  
transformei meu corpo, vivo, em uma mesa farta.  
Eu sou de lá!  
E quando o céu chora por sua mãe, eu o levo até ela.  
E eu choro para que a nuvem, quando voltar, ainda me reconheça.  
Eu aprendi todas as palavras, dignas de um tribunal de sangue,  
e então eu pude romper as regras.  
Eu aprendi todas as palavras, e as quebrei,  
para então criar uma única: Terra natal

Mahmoud Darwish  
(1941 – 2008)

## RESUMO

Pensar a Palestina a partir dos imperativos cartográficos impressos sobre a região, que delimitam espaços no que chamo “binômio rígido”, a saber, “Palestina vs Israel”, pode incorrer no ofuscamento das construções, usos e acionamentos de categorias locais de territorialidade e suas equivalências identitárias. Estas categorias, no entanto, em contraposição à tal rigidez, terminam por construir uma “Palestina única”, composta por quatro espaços distintos, a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, Jerusalém e, por último, *Al Dakhel* – “dentro”, ou sua variante, “48”, cujo acionamento e sentido se dá em lugar do que chamarei de categoria contrastiva, a saber, “Israel”. Dito de outro modo, a Palestina, em acordo com expressões locais de territorialidade, não se delimita, enquanto espaço, aos chamados “Territórios Palestinos”. Fruto de aproximadamente dois anos de trabalho de campo, é a partir de minha vivência enquanto antropólogo e, também, como professor de violão que traço os argumentos aqui apresentados, uma vez que, alocado no corpo institucional de conservatórios de música locais, tive acesso e compus diferentes estratégias e práticas de mobilidade. No exercício de tais atividades, fui acometido da necessidade de mover-me entre, principalmente, a Cisjordânia e Jerusalém, contudo, sem desfrutar de documentos permissivos por certos períodos de tempos. Com isto, estratégias de movimento e trânsito por e entre os diferentes espaços aqui citados tornaram-se componentes de meu cotidiano. A partir disto, como apresento neste trabalho reflexivista, passei a refletir sobre mobilidade e suas inerentes complexidades locais enquanto componentes da construção desta referida “Palestina única”.

Palavras-chave: Palestina. Mobilidade. Territorialidade.

## **ABSTRACT**

Thinking of Palestine only from the cartographic imperatives printed on the region, which delimit spaces in what I call “rigid binomial”, namely, “Palestine vs. Israel”, may incur the erasure of local categories of territoriality and their identity equivalences. These categories, however, in opposition to such rigidity, end up constituting a “single Palestine”, composed of four distinct spaces: the West Bank, the Gaza Strip, Jerusalem and, finally, Al Dakhel – (Arabic for “within”) or its variant ‘48, which exists in what I will call “contrasting category”, namely “Israel”. In other words, “Palestine,” according to local expressions of territoriality, is not limited as a space to the so-called “Palestinian Territories”. As a result of approximately two years of fieldwork, it is through my experience there as an anthropologist as well as guitar teacher that I trace the arguments presented here. While working there in local music conservatories, it became necessary for me to understand and establish various strategies and practices of mobility. In carrying out such activities, I was affected by the need to move primarily between the West Bank and Jerusalem, however, without necessary permissive documents for certain periods of time. Thus, strategies of movement and transit through and between the different spaces mentioned here became components of my daily life. From this, as I present in this reflexivist work, I started to reflect on mobility and its inherent local complexities as components of the construction of a “single Palestine”.

Keywords: Palestine. Mobility. Territoriality.

## الملخص

عند التفكير في فلسطين من خلال الخرائط والرسوم التوضيحية للمنطقة، والتي تقلص وتحد المساحة والشكل الحقيقي، اضطررت ان اعتبر مصطلح " ذو حدين " مفتاحاً لتفسير العلاقات. وخصوصاً لتفسير ما يعرف ب "الصراع الفلسطيني الإسرائيلي" والذي اعتبره مصطلحاً هلامياً. التي بالضرورة قد تحجب البنية لما هو موجود على الأرض. بحيث انها تشير انها الطرفين متعادلين ولكن بالحقيقة هناك تشابك وتداخل في المناطق، الفئات المحلية والهويات المتقابلة.

وجود هذه الفئات بالضرورة والتي تشير إلى عدم وجود الجامد (الهلامي)، فهي ما تشكل بما يسمى بفلسطين الكلية، وهي مقسمة إلى أربع فئات كمتباعدة وهي، الضفة الغربية، قطاع غزة، القدس، والداخل أو ما يقابله من تسميات ك " 48". والتي سأقوم بتسميتها ب " الفئة المتباينة" أو ما يعرف ب " إسرائيل". أو بكلمات أخرى ما يعرف دولياً بمصطلح " الأراضي الفلسطينية " هو ليس ما يسميه الفلسطينيون المناطق الفلسطينية وهي الأربع السابقة.

وكنتيجة، ما محصلته عامين من العمل الميداني من خلال تواجدي كباحث في الأنثروبولوجيا، وأيضاً من خلال الأنشطة التي قمت بها كأستاذ للموسيقى. تمكنت من تقصي وبناء الحجج التي سأعرضها في هذا البحث. ومن نشاطي كأستاذ للموسيقى في العديد من معاهد الموسيقى المحلية. فقد كان لدي العديد من الاستراتيجيات وممارسات للتنقل ما بين هذه المناطق. وبالأخص ما بين مناطق الضفة الغربية والقدس. في بعض الفترات لم يكن لدي الوثائق اللازمة للتنقل الحر. مع هذا الاستراتيجيات التي اتبعتها للتنقل والتحرك من بين المناطق كان قد تحول من يومياتي.

بناءً على ما سبق، فاني أقدم هذا العمل الانعكاسي - تأملي. من خلال ما عايشته وواجهته من تنقل بكل تعقيداتها المحلية ومكونات ما بنيوية لما تسمى بفلسطين.

كلمات مفتاحية: فلسطين، تنقل، أراضي.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa do Mandato Britânico.....	57
FIGURA 2 – Carta de Balfour.....	62
FIGURA 3 – Mapa comissão Peel.....	68
FIGURA 4 – Mapa comissão Woodhead.....	70
FIGURA 5 – Mapa da resolução 181.....	72
FIGURA 6 – Cores de documentos.....	76
FIGURA 7 – Mapa proposto em Oslo II.....	87
FIGURA 8 – Gravura George Floyd.....	91
FIGURA 9 – Mapa Beit Hanina.....	92
FIGURA 10 – Gráfico identitário Badil.....	115
FIGURA 11 – Mapa ilustrativo de 48.....	120
FIGURA 12 – Ilustração arame.....	122
FIGURA 13 – Ilustração em camisetas.....	123
FIGURA 14 – Bordado com mapa.....	124
FIGURA 15 – Palestine poster 2012.....	125
FIGURA 16 – Palestine poster 1965.....	126
FIGURA 17 – Palestine poster 2012.....	127
FIGURA 18 – Mapa com nomes Hebron.....	128
FIGURA 19 – árvores natalina com mapas.....	129
FIGURA 20 – Divulgação AK 2018.....	134
FIGURA 21 – Divulgação AK 2017.....	135
FIGURA 22 – Carimbo restritivo.....	162
FIGURA 23 – Quadro de Jerusalém.....	178
FIGURA 24 – Qalandya no Ramadã.....	181

<b>FIGURA 25 – Colonos em Hebron.....</b>	<b>185</b>
<b>FIGURA 26 – Placas restritivas.....</b>	<b>195</b>
<b>FIGURA 27 – Mapa “Plano Trump” .....</b>	<b>223</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

**AK** – Al-Kamandjati

**AP** – Autoridade Palestina

**ANP** – Autoridade Nacional Palestina

**BETHLEHEM** – Tradução, em árabe e inglês, para a palavra Belém (cidade)

**BZU** – Birzeit University

**CIJ** – Corte Internacional de Justiça

**COGAT** – Coordinator of Government Activities in the Territories

**DFLP** – Frente Democrática para a Libertação da Palestina

**ESNCM** – Edward Said National Conservatory of Music

**FPLP** – Frente Popular para a Libertação da Palestina

**IDP** - internally displaced persons

**OCHA** – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

**OLP** – Organização para a Libertação da Palestina

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OPT** – Occupied Palestinian Territories

**PA** – Palestinian Authority

**TP** – Territórios Palestinos

**TPO** – Territórios Palestinos Ocupados

**UNOCHA** – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)



## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO.....</b>	<b>18</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A ENTRADA NO CAMPO.....</b>	<b>28</b>
1.1 – Estar aqui, estar lá: apontamentos sobre uma escrita reflexivista.....	28
1.2 – Músico ou pesquisador?.....	36
1.3 – O cotidiano como campo.....	41
<b>CAPÍTULO 2 – COMBATES PELA HISTÓRIA.....</b>	<b>47</b>
2.1 – Uma luta pela história.....	48
2.2 – Emergência sionista: a Palestina colonizada.....	55
2.3 – <i>Al-Nakba</i> : 1948 e o futuro da Palestina.....	73
2.4 – A Guerra dos Seis Dias: 1967 e os novos mapas.....	78
2.5 – Camp David e os primeiros acordos.....	83
2.6 – Das intifadas aos dias atuais.....	84
<b>CAPÍTULO 3 – PERSISTÊNCIA DA MOBILIDADE.....</b>	<b>89</b>
3.1 – Pulando muros: abordando estratégias de movimento.....	89
3.2 – Manutenção da mobilidade: Jerusalém e documentos.....	93
3.3 – Jerusalém: uma cidade para além de si mesma.....	97
3.4 – <i>Al-Quds</i> : a capital da Palestina.....	99
<b>CAPÍTULO 4 – CATEGORIAS ESPACIAIS LOCAIS.....</b>	<b>111</b>
4.1 – <i>Al-Dakhel</i> : o interno ocupado e as categorias locais.....	111
4.2 – 48: Música da “Palestina toda”.....	130
4.3 – Bandas daqui, bandas de lá: organizando festivais.....	132
<b>CAPÍTULO 5 – ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE.....</b>	<b>138</b>
5.1 – Trânsitos e ausência de documentos permissivos.....	138
5.2 – Ações dramatúrgicas: “sendo palestino” para os soldados.....	144
5.3 – Categorias contrastivas: “sendo estrangeiro” na solicitação de vistos .....	151
5.4 – <i>Pinky Break</i> : a mágica com passaportes.....	165

5.5 – Jamais estive em Jerusalém... naquele dia!.....	170
<b>CAPÍTULO 6 – TERRA DE CONTRASTES.....</b>	<b>173</b>
6.1 – Não vem pra cá, eu vou pra aí!: movendo-se na/para a Cisjordânia. ....	173
6.2 – Nos vemos no <i>iftar</i> !: o Ramadã e diferentes práticas de trânsito.....	175
6.3 – Restrições permanentes e a “punição coletiva” .....	186
6.4 – “Aqui estou, mais um dia sob o olhar sanguinário do vigia” .....	193
6.5 – Há um mar morto entre nós: estradas isoladas, ônibus exclusivos....	196
6.6 – “Alguns palestinos não cruzam <i>checkpoints</i> ” .....	201
<b>CAPÍTULO 7 – CARTOGRAFIA COMO EXPERIÊNCIA.....</b>	<b>209</b>
7.1 – <i>Soy de aquí, y soy de allá</i> .....	209
7.2 – O apartheid está “aqui” ou “lá”?.....	211
7.3 – O “acordo do século”: a legitimação ilegítima de Trump.....	220
7.4 – As fronteiras locais.....	227
<b>CAPÍTULO 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>235</b>
8.1 – Na contramão da regra e a fuga da neutralidade.....	235
8.2 – Aeroporto, despedidas e mobilidades.....	242
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>250</b>

## Prólogo

*“Eu nunca cruzei nesse horário”*

É fevereiro de 2018 e acabo de voltar do Brasil. Estive lá por duas semanas, apenas. Viajei para não perder o voo, já que posterguei por quase um ano, enquanto resolvia meus problemas com visto. Aliás, que estranho poder voltar por Tel Aviv, com um visto de Bet El. Sair pela Jordânia foi complicado, estressante, caro e cansativo. Foi a última vez, estou muito certo disso. E também, nunca gostei muito da Jordânia. Sem dúvida, poder usar o aeroporto em Tel Aviv é uma “mão na roda”. Algumas aflições fazem mais sentido agora, principalmente àquelas das pessoas que não podem viajar por aqui. Desço do avião e, no horário previsto (às 2:50 da manhã), dentro do aeroporto, me dirijo até os guichês de visto. Faz quatro anos desde a última vez que passei por aqui, e tive problemas. Bom, não devo ter nenhum entrave agora, já que tenho visto, mas nunca se sabe, ainda mais se foi emitido no assentamento. Está difícil segurar a ansiedade. Frio na barriga, uma certa tontura. Que paranoia horrível, e até parece que as pessoas estão me olhando. Será que está escrito “moro em Ramallah” na minha testa? Tenho a sensação de que sim. Mas enfim, já estou aqui, quase no fim da viagem. Cansado, depois de tantos voos, e de evitar falar com as pessoas no avião no último trajeto, a maioria israelenses (vai que me delato! Bem... delatar de que?).

O responsável no guichê pega meu passaporte e dá uma boa olhada no visto, parece não entender. Será que ele nunca viu um desses antes, estou pensando, ao mesmo tempo em que controlo minha aflição. Minha mente me diz: “respira, está tudo bem, você não deve nada, te deram o visto!”. Sim, estou aflito, e muito! Ainda mais agora que ele pegou o telefone ao seu lado duas vezes, talvez pensando em perguntar algo para alguém, ou simplesmente testar minha reação, não sei. Porque ele me olha com essa cara, de desconfiado? Porque pega o telefone e esboça ligar, mas não para de me fitar bem nos olhos? Que intimidação! Ele já sabe onde moro, onde consegui meu visto. Bom, tenho que ficar calmo, não reagir, saber que tudo está sob controle e que em instantes a situação deve passar.

Passou. Sem muitas perguntas, mas me fitando e certamente contrariado, me deixou entrar. Agora apenas espero minhas malas na esteira e torço para que não mudem de ideia e resolvam me interrogar. Nunca se sabe, este aeroporto é complicado. Caminho para fora e, sem mais delongas, entro direto no *sherut* até Jerusalém. E que demora! Será que não podemos sair logo? Não me sinto confortável neste lugar. Não devo nada, não fiz nada e finalmente estou legal aqui. O que temer então? Sei lá, já me senti assim inúmeras vezes aqui, penso, ainda mais nestes momentos liminares, nestes ires e vires que compõem o cotidiano. Mas estou aqui, de novo, e está escuro. Sento à direita, em um banco para apenas uma pessoa, e observo os outros passageiros. Tem esse jovem judeu, de chapéu e paletó. Os outros também estão de paletó, mas sem chapéu. Embora esteja feliz de estar de volta, me sinto um estranho no ninho naquele momento e, entre um devaneio e outro, me dou conta de que já havíamos saído, e passo a olhar as placas na estrada. “*Jerusalem*”, diz uma delas, me obrigando a disfarçar um sorriso.

O caminho foi longo. O motorista foi deixando as pessoas aos poucos, uma a uma, e eu já estava seguro de que minha parada seria a última, no *Jerusalem Hotel*, pertinho do conservatório onde dou aula. São 4h45 da manhã e estou em Jerusalém, nesta madrugada um pouco fria e com uma garoa fina, que não me deixa sossegar depois de tantas horas de voo. Estou no ponto de ônibus na frente da “*Damascus Gate*”, este lugar tão comum para mim, mas que sempre me desperta os mais diversos sentimentos. Não há ônibus para Ramallah ainda, tenho que esperar. A outra possibilidade é ir para Bethlehem, na casa de minha companheira e colega espanhola do conservatório, que está mais perto e o ônibus sai primeiro (além de ser mais barato, apenas 4,5 *shekels* – cerca de R\$6,80 – , já que o taxista acaba de me pedir 50 para me levar ao *checkpoint* 300. Um absurdo! Eu lá tenho cara de turista? Bem...). Mando uma mensagem para ela, que me esperava, se fosse o caso, e confirmo que chegarei em sua casa. (Gosto de Belém. É uma cidade que me relaxa, por algum motivo). Como um *shawarma* na lanchonete que está aberta, para passar o tempo, e volto ao ponto, quando o ônibus chega.

Subi, estou cansado. Vejo as luzes das ruas no caminho, enquanto divido a condução com trabalhadores que vão cruzar para Belém indo para seus serviços. O final da madrugada sempre me encantou. Uma mistura de melancolia com

sentimento de “vida”. O contraste das luzes dos postes com o escuro das ruas quase me hipnotiza. Bem, talvez seja o sono. Agora já são quase 5:45 da manhã, estou com minhas malas cruzando o *checkpoint* 300, cansado e precisando de um banho. Passo a primeira catraca, onde vi os soldados verificando alguém que cruzava para o outro lado, provavelmente indo para Jerusalém a trabalho. O local está relativamente vazio, coisa que eu jamais tinha visto antes. Passo a segunda catraca e caminho na parte aberta em direção à terceira e, para minha surpresa, me dou conta de que o *checkpoint* não está tão vazio assim. No lado das catracas das pessoas que cruzam em direção oposta à minha há um amontoado de gente, a maioria homens, segurando as grades e falando alto, outros gritando, alguns em silêncio, se apertando contra as barras de ferro e entre si. Os fitei muito rapidamente, à distância, mas a situação me chamou a atenção. Foi quando, de repente, minha próxima surpresa. Ao me aproximar da catraca que eu cruzaria, ao lado da outra onde estavam as pessoas, esta (a outra) é aberta e, de uma maneira espantosa as pessoas que ali estavam começam a cruzar, uma a uma, e correr muito. “*Yallah, yallah!*” (Vamos, vamos!) gritavam alguns, com cara de preocupação. Outros ficavam em silêncio, mas não menos apressados. Alguns até riam, enquanto corriam. O balançar das cabeças das pessoas que aguardavam sua vez se revejava com olhares ao relógio. Estranho, penso, pois até então não havia visto tal agitação, ou, pelo menos não desta maneira.

Cruzo a última catraca e saio do *checkpoint*, já em Belém, onde um tom de “normalidade” me acomete, já que escuto os taxistas oferecendo seus serviços, mesmo que esteja com meus fones de ouvido. Me sinto relaxado, confortável, “em casa” e seguro, de alguma maneira. Não preciso de táxi, ela mora logo ali, poucos metros adiante. E assim chego em sua casa. Tomo uma ducha rápida e vou dormir, exausto, depois de uma viagem transcontinental estafante.

Amanhece. Não consegui dormir muito, por alguma razão. Os fusos mexem com o nosso corpo de uma maneira inacreditável. É então que, tomando café, por volta das 11:00 da manhã, comento sobre meu estranhamento com as pessoas amontoadas no *checkpoint* ao lado da sua casa e pergunto: “o que será que era isso? O *checkpoint* não fica aberto para as pessoas que cruzam a trabalho ou estudo?”. É então que ela me responde, enquanto se arrumava para ir trabalhar (em

Jerusalém) e eu me arrumava para voltar para casa, em Ramallah: “Bom, em geral fica, mas essa cena é normal, às vezes os escuto. Estas pessoas estão indo trabalhar, e têm horário para cumprir. Seus chefes e patrões parecem não querer saber se há ou não *checkpoints*, então, os trabalhadores que saiam antes, sabe? É complicado e revoltante, ainda mais quando fazem isso”. Bom, “isso o que?”, pergunto. Ao que ela me responde: “O que você viu hoje. Algumas vezes, e é relativamente comum, os soldados deixam o *checkpoint* aberto, mas fecham as catracas de ‘entrada’. Acho que fazem isso por pura diversão. Quando abrem, todos os trabalhadores, já atrasados, correm feito loucos para chegar em tempo no serviço. Você nunca tinha visto isso aqui?”. E finalizo, depois de um gole de café: “não, eu nunca cruzei nesse horário”.

Ramallah, 27/02/2018

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, fruto de dois anos de estadia em campo, na Palestina, tem suas reflexões informadas por experiências próprias, enquanto pesquisador antropólogo e, principalmente, a partir de minha atuação como concertista e professor de música, em três instituições diferentes; o Conservatório Nacional Edward Said – ESNCM (*Edward Said National Conservatory of Music*), o Conservatório Al-Kamandjati e escola de música Yamaha. Assim, foi a partir de uma situação individual, em que permaneci por aproximadamente seis meses sem visto algum, que passei a observar e compor estratégias de mobilidade e trânsito por/entre diferentes espaços – sejam estas estratégias e trânsitos referentes à mim diretamente ou não.

Junto ao Conservatório Nacional Edward Said, fui alocado no quadro de professores da sede de Jerusalém, ao passo que residi, durante toda minha estadia enquanto funcionário da instituição, em Ramallah, na Cisjordânia. A observação pertinente neste momento, contudo, é a de que o cruzamento entre a cidade onde estabeleci moradia e a cidade onde deveria ministrar minhas aulas, Jerusalém, não é possível na falta de documentos permissivos (vistos e permissões emitidas por autoridades israelenses). As aulas, de todo modo, ainda assim aconteciam, fossem com arranjos especiais com sujeitos que podiam deslocar-se até Ramallah (ou outras cidades da Cisjordânia), fossem através de estratégias refletidas e acionadas, na falta de permissões, para o cruzamento dos *checkpoints* israelenses.

Estas dinâmicas de trânsito, ao final, terminam por se relacionar diretamente com outros pontos bastante importantes para as reflexões aqui presentes, a saber, as construções cotidianas dos espaços e as categorias nativas de territorialidade e expressões identitárias – das quais farei uso ao longo do texto. De modo geral, neste sentido, pode-se perceber os acionamentos cotidianos de quatro categorias palestinas de territorialidade principais, além da expressão de suas variantes terminológicas. São elas, Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém e 48 – ou sua variante terminológica “dentro”, em árabe: *Al Dakhel*. Esta última, talvez menos comum aos olhos do leitor, refere-se ao espaço “interior” da Linha Verde, instituída enquanto um delimitador cartográfico em 1948, ano em que a Palestina fora dividida



em função da imposição de um plano de partilha da ONU e, também, da constatação do surgimento de um Estado até então inexistente, o Estado de Israel, em território palestino. Dito de outra forma, “48” e “dentro” referem-se ao espaço da Palestina cuja comunidade internacional compreende enquanto pertencente ao Estado de Israel. Este apontamento, contudo, não exprime a negação da existência deste Estado, uma vez que “Israel” também é observável enquanto categoria local (tanto em um sentido espacial quanto em sua variante identitária, “israelense”), acionada, assim como as categorias palestinas, de formal contextual. Contudo, as observações da im/possibilidade do trânsito de sujeitos palestinos entre estes diferentes espaços e os acionamentos das categorias locais (de territorialidade e expressões identitárias) evidencia a construção cotidiana de uma “Palestina única”, ainda que composta pela conjunção de espaços distintos. Neste sentido, como aponta Silvia Montenegro (2007);

*Los diferentes actores, en efecto, crean espacialidades que, si bien tienen en cuenta los confines estatales, los trascienden proponiendo otras maneras de organizar el espacio. Estas formas no compiten abiertamente con los estados nacionales, sino que se superponen a éstos, a través de lógicas de construcción del espacio que por momentos refuerzan los anclajes nacionales y por momentos los impugnan (MONTENEGRO, 2007, p.19)*

Desta forma, categorias espaciais como “Palestina” e “Israel” têm seus usos observáveis, ainda que relacionadas, ambas, ao mesmo referencial espacial. Estas duas “categorias principais” são, da mesma forma, afirmadas e negadas, tanto por palestinos como por israelenses. Contudo, para o presente trabalho, me aterei às categorias palestinas, ainda que breves reflexões acerca de categorias israelenses estejam presentes. Estas são também observáveis, ainda que com significados diversos (e plurais), sendo constitutivas das narrativas locais sobre território e identidade.

Assim, é a partir do meu próprio trânsito – em função de minha atuação como professor de música –, e da observação do trânsito de sujeitos palestinos e estrangeiros por/entre os espaços acima citados, que discorro sobre a construção destes. Dito de outra forma, é através da reflexão, por uma perspectiva etnográfica, acerca das im/possibilidades de trânsito por/entre diferentes espaços, que proponho

pensar a construção cotidiana de “mapas alternativos” (MONTENEGRO, 2007), em que as sociabilidades criam territórios delimitados pelos pertencimentos dos grupos, transcendendo, de certa forma, a rigidez cartográfica comumente referida e conferida à região. Desta maneira, é através do desenvolvimento de reflexões sobre minha própria posição em campo, além do aprofundamento das reflexões a partir de categorias nativas de territorialidade e identidade e, também, de observações sobre a im/possibilidade de trânsito por/entre diferentes espaços – enquanto elementos constitutivos da construção de espacialidades –, que apresento as linhas deste trabalho.

No primeiro capítulo, trago reflexões sobre minha entrada no campo, argumentando que tomo duas experiências de campo distintas – assim como seus entremeios – como partes constitutivas de um “campo único”, totalizando dois anos. Com isso, ao longo deste trabalho, traço referências à minha primeira ida à Palestina, buscando apresentar breves perspectivas comparativas com a segunda. Na primeira, além de frequentar um curso da universidade de Birzeit, dediquei-me a entrevistas e observações gerais. Na segunda, de forma distinta, trabalhei como professor de música, o que fez do campo um construto bastante diversificado, uma vez que o “pesquisador” acabou dando lugar ao “músico”. Tal qual Paul Rabinow (2007) exprime reflexões a partir de seu trabalho de campo em Marrocos, busco também, neste capítulo, apresentar reflexões a partir de minhas experiências cotidianas na Palestina, relacionadas, com minhas atuações enquanto músico. Assim, se para o autor seu carro se tornara ponto central, demonstrarei que em meu campo esta centralidade se dá a partir da aquisição de um violão. Também, apresento o contexto sob o qual me vi envolto, onde a falta de mobilidade se fez presente. Desta forma, este primeiro capítulo apresenta reflexões introdutórias sobre o campo que construí, informando o caráter reflexivista deste trabalho.

No capítulo dois (Combates pela história), trago uma contextualização historiográfica, amparado em revisões bibliográficas que visam apontar, pelo prisma de uma perspectiva palestina, os processos históricos que informam a atual conjuntura social e política local. Para além disto, é a partir desta abordagem que pode-se compreender com melhor exatidão as construções e usos cotidianos de categorias nativas, assim como compreender as dinâmicas locais de trânsito entre

diferentes espaços e as mudanças cartográficas experienciadas ao longo dos anos. Também, além de uma abordagem historiográfica geral, lanço mão de uma breve aproximação das discussões específicas sobre a cidade de Jerusalém e seu *status* legal.

No terceiro capítulo (Persistência da mobilidade), tendo em vista a existência de diferentes possibilidades de trânsito para diferentes sujeitos, apresento reflexões sobre estratégias e práticas que visam a manutenção da possibilidade de deslocamentos. A persistência da mobilidade enquanto algo a ser constantemente alcançado, mantido e atualizado se torna central, posto que o trânsito dos sujeitos palestinos por diferentes espaços é fator constitutivo do cotidiano local.

No capítulo “Categorias espaciais locais”, o quarto, me debruço sobre a apresentação das categorias locais de territorialidade e suas correspondentes identitárias, - das quais faço uso neste trabalho – visando apresentar como, em uma relação de interconstituição, a “Palestina toda” é construída nestes termos. Neste capítulo, também, demonstro como as agremiações de músicos provenientes de diferentes localidades da Palestina – através de arranjos e estratégias diversas que visam a realização de festivais de música –, se apresentam como eventos construtores de espaço e território.

No capítulo cinco inicio a abordagem sobre estratégias de mobilidade entre diferentes espaços, considerando a presença dos *checkpoints* israelenses e discorrendo sobre estes, apontando as diferenças entre os que cruzei com mais frequência. Também, trago reflexões acerca daquilo que entendo ser um dos pontos cruciais para o cruzamento de *checkpoints* e mesmo permanência em campo, a saber, vistos e documentos permissivos. Os apontamentos sobre tais documentos permearão as reflexões sobre condições de i/mobilidade<sup>1</sup> local. A seguir, ainda neste capítulo, trago reflexões acerca de estratégias – construídas em diálogos com interlocutores diversos – que visavam, em geral, o cruzamento dos postos militares em situações onde vistos e documentos não estiveram disponíveis.

---

<sup>1</sup> Tomo o termo i/mobilidade de acordo com o apresentado por Tawil-Souri (2012). Para o autor: [...] *living with and through im/mobility is a crucial and historically long-standing issue for all Palestinians, no matter their physical location. Being Palestinian is having to live with, negotiate, challenge, and resist various mechanisms and powerstruggles over movement and sedentariness.* (TAWIL-SOURI, 2012, p.14). No decorrer do texto usarei, também, uma variante deste termo à qual atribuo mesmo valor, a saber, “im/possibilidade”.

Ainda neste sentido, no sexto capítulo (Terra de contrastes), apresento estratégias que, em vez de buscar “contornar” as checagens de permissões (como no capítulo anterior), eram refletidas e acionadas de modo a “usar” a possibilidade de trânsito de uns para possibilitar o encontro com outros que, por sua vez, não tinham a possibilidade de trânsito enquanto uma realidade a ser considerada. Neste capítulo, apresento contextos onde a im/possibilidade de trânsito se dá não da Cisjordânia “para dentro” mas de forma circunscrita à este espaço. Neste momento do texto busco apontar situações na Cisjordânia onde o impedimento de movimento se torna componente das dinâmicas cotidianas locais, seja através de proibições de passagens individuais e coletivas, seja através de estradas exclusivas para colonos israelenses ou em função de *checkpoints* no sistema rodoviário. Uma vez apresentado este contexto, reflito sobre palestinos que, embora narrativas acerca da ocupação israelense sejam componentes de suas falas, não têm o cruzamento dos *checkpoints* como parte de seus cotidianos.

No sétimo capítulo (A cartografia como experiência), busco trazer debates acerca de experiências cotidianas como componentes das construções dos “mapas alternativos”, contudo, explorando as manifestações narrativas do contraste entre “aqui” e “lá”. Em outras palavras, busco lançar luz sobre os debates locais acerca das abrangências das políticas israelenses e seus desdobramentos em relação à diferentes sujeitos, assim como em relação aos usos das categorias locais aqui apresentadas. Com isto, busco mostrar que, embora a perspectiva de uma “Palestina única” seja ponto central deste trabalho, esta Palestina se mostra diversa, sendo palco de discussões diversas onde concordâncias e discordâncias são componentes observáveis.

Por fim, nas considerações finais presentes no capítulo oito, apresento uma reflexão crítica das terminologias espaciais – e, eventualmente, suas equivalentes identitárias – usadas para referir-se à Palestina, a partir de publicações diversas. Busco apontamentos sobre como os usos e reproduções de determinadas terminologias, ainda que tomando a Palestina como ponto central de reflexão, podem ofuscar categorias nativas locais e, assim, reificar e reforçar um certo *status quo* terminológico, bastante informado por categorias contrastivas israelenses. Ainda, encerrando este trabalho, apresento uma última narrativa etnográfica, onde

meu retorno ao Brasil e, assim, os percalços constituintes de minha ida ao aeroporto são centrais.

Antes de seguir informo que, em função da exposição de determinadas estratégias e narrativas – que apontam para práticas e situações (oriundas de um contexto de violência) frequentemente referidas como “ilegais” –, os nomes dos atores aqui apresentados foram mudados ou, na maioria das referências, subtraídos. Também, o gênero de cada pessoa presente neste texto pode não corresponder com aquele com o qual a pessoa em questão expressa sua identificação – esta troca não é uma regra, assumindo estes usos randômicos intencionalmente. Contudo, nenhuma das narrativas aqui apresentadas, assim como os locais e circunstâncias onde ocorreram, foram alteradas.

## **CAPÍTULO 1 – A ENTRADA NO CAMPO**

### **1.1 – Estar aqui, estar lá: apontamentos sobre uma escrita reflexivista**

Se, por um lado, sujeitos produzem significados, por outro, em uma relação de interconstituição, significados construídos cotidianamente compõem experiências de mundo, também produzindo sensações, emoções, assim como informando ações das mais diversas. Assim, estar em diferentes espaços e locais na Palestina pode, também, produzir uma série de percepções, distintas entre si. Grosso modo, neste universo onde “ser daqui” e “ser de lá” quase simultaneamente é algo constitutivo de expressões de territorialidade, “estar aqui” e “estar lá” termina por construir experiências diversas. De maneira geral, as experiências cotidianas dos palestinos de 48 e de Jerusalém são distintas – ainda que interconstitutivas – , das experiências dos palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Estas percepções, em meu período de campo, só foram evidenciadas a partir das minhas próprias experiências enquanto pesquisador e, ao mesmo tempo, músico. Foi a partir destas experiências de deslocamento, estando “aqui” e “lá” cotidianamente, que pude observar diferentes dinâmicas, relacionadas a experiências distintas, cada qual proveniente de um espaço diferente.

O jogo de palavras que dá nome à este tópico não é mero artifício estilístico antropológico, mas sim, expõe minha intenção de refletir sobre alguns pontos relevantes sobre isto. Para Clifford Geertz (2002), uma das coisas que poderia dar maior credibilidade à produção de uma etnografia é um certo convencimento de que o etnógrafo “esteve lá”, que seria colocado à prova no momento de seu retorno, no que chama de “estar aqui”. Seria, neste sentido, este momento de inserção do trabalho de campo na esfera das discussões acadêmicas um ponto crucial da validade do trabalho etnográfico, onde o etnógrafo demonstraria o quão “inserido” esteve no contexto onde viveu por algum tempo. Esta discussão também pode sugerir a menção a James Clifford (1998), quando este afirma que o trabalho de campo bem-sucedido mobiliza a mais completa variedade de interações, mas uma distinta primazia é dada ao visual: a interpretação [assim] dependia da descrição

(CLIFFORD, 1998, p.29). Ambos dialogam com reflexões relacionadas ao momento da escrita etnográfica.

Para Geertz (2008) a descrição “densa” no processo da construção etnográfica se relaciona com sua percepção do conceito de cultura por uma perspectiva semiótica. No entanto, para além do debate geertziano, dou primazia menos à descrição densa e mais àquilo que o contexto local produz. Em palavras mais claras, não proponho aqui uma descrição da “cultura palestina” (seja este conceito entendido como for), onde eu, enquanto etnógrafo, me sinto em certo sentido “apto” por ter “emergido” em tal realidade. Pensar “cultura palestina”, neste sentido, poderia incorrer em colocar o contexto colonial israelense e de ocupação militar da Palestina como um tipo de construto palestino. Em outras palavras, situação colonial não é “construto cultural”, muito embora o surgimento, construção e acionamento situacional cotidiano de categorias locais possa estar relacionado com respostas às práticas imperativas das forças coloniais.

Assim, busco compreender a relação que palestinos têm com a construção da Palestina em termos de territorialidade, expressões identitárias e, como estas relações se constroem em relação à im/possibilidade de trânsito imposta pelo Estado sionista. Entendo que as descrições que exponho a seguir estão longe de estar relacionados com minha inserção na “cultura local”, mas se relacionam com minha vivência no contexto político e social local que, por sua vez, é constituído por uma pluralidade bastante grande de expressões identitárias, de territorialidade, religiosas, práticas políticas, estratégias de mobilidade, entre outros. Entendo que isto proporcionou, ao final e ao cabo, não apenas a possibilidade da descrição de determinado contexto, mas uma certa afetação – no sentido estrito do termo, como colocado por Favret-Saada (2005) – que responde à vivência sob tal conjuntura. Neste sentido, entendo que constituir e ser constituído pelas construções locais de significados relacionados a diferentes espaços, a partir da im/possibilidade de trânsito, se apresenta como uma interessante via para se lançar luz sobre as reflexões e argumentos aqui propostos.

É janeiro de 2014, quando realizo minha primeira ida à campo e conheço os integrantes da banda *Bil3ax*, da cidade de Birzeit. A banda tomaria, posteriormente,



papel de destaque em minha dissertação de mestrado<sup>2</sup>, sobre usos políticos de práticas e produções musicais locais. Dentre os membros do grupo, naquele período tive contato mais frequente com o vocalista, e quase nenhum contato com o responsável pelas percussões e bateria. Esta aproximação fora mantida por algum tempo, mesmo após meu retorno ao Brasil, em meados de julho do mesmo ano. No entanto, em meu retorno ao campo, no início de 2017, as proximidades se invertem, já que jamais voltei a encontrar o vocalista, ao passo que eu e o baterista passamos a ser colegas de trabalho no conservatório Al-Kamandjati, uma das instituições em que trabalhei como professor de violão clássico durante minha estadia.

Neste conservatório, lecionei alocado em duas de suas sedes, uma na cidade velha de Ramallah e a outra na cidade de Jenin, ao norte da Cisjordânia, para onde íamos aos sábados de manhã e, de lá, retornávamos ao cair do dia, de volta para Ramallah – onde fixei residência. O percussionista, no entanto, nos acompanhou (a mim e a outros professores de instrumentos diversos) até Jenin apenas no começo do ano letivo, posto que, posteriormente, os dias de sua escala de trabalho se diferenciavam dos meus. Contudo, foi em uma destas viagens na *van* do conservatório, com duração de cerca de duas horas que, conversando sobre práticas musicais, integrantes de bandas, shows, ensaios, projetos, entre outros pontos, o baterista palestino comenta; “fui convidado para tocar em uma banda de Haifa! Mas está difícil manter os ensaios.” Meu colega se referia à sua impossibilidade de trânsito e, a seguir, afirmou; “eu sou *Green ID*, não tenho autorização para ir para Haifa. O resto da banda toda é de lá, eles podem vir para cá sem problemas, mas é difícil e caro.” O baterista referia-se à cor dos documentos de identificação pessoal.<sup>3</sup> A partir disto, manifestou sua insatisfação com relação às dificuldades encontradas para se transitar por/entre diferentes espaços, dependendo do tipo de documento que se tem.

Note-se que, de modo geral, os detentores de documentos azuis desfrutam da possibilidade de transitar por diferentes espaços, com destaque aqui para o trânsito entre “dentro” – 48 –, Cisjordânia e Jerusalém. Assim, as estratégias para a

---

2 OLIVEIRA, Rafael Gustavo de; *Selah Al Museka: Uma etnografia das produções e práticas musicais palestinas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFPR, Curitiba, 2015.

3 As especificidades de cada documento são abordadas no segundo capítulo, no item 2.3.

resolução de empasses como os do meu colega baterista, sobre como realizar encontros e agremiações, considerando-se as possibilidades e impossibilidades de trânsito para diferentes grupos de pessoas, são diversas. Sobre ele, especificamente, fiquei sem saber o desenrolar de sua situação com a banda nova. Contudo, narrativas como estas, apontando as dificuldades de trânsito e as resoluções de problemas relacionados a isto se tornariam mais e mais frequentes em meu cotidiano, inclusive envolvendo minha própria experiência. Deste modo, se por um lado o acesso à tais observações já eram presentes em minha primeira ida à campo, na segunda ida estas questões se tornaram componentes centrais da construção do próprio objeto de pesquisa.

Desta forma, desenvolver este trabalho a partir de tais experiências que, para mim, tornaram-se cotidianas, é, de certa forma, impor minha presença na construção do texto. Pesquisador e objeto, neste sentido, não devem se constituir enquanto “entidades em separado”, uma vez que parto da compreensão de que estas são constitutivas uma da outra.

Ao discorrer sobre o que chama de estratégias estilísticas, políticas e éticas ao se descrever o *apartheid* na África do Sul, Lorenzo Macagno (2015) aponta para maneiras distintas adotadas por dois autores, o antropólogo norte-americano Vicent Crapanzano e o jornalista sul-africano Rian Malan. Para o autor, Crapanzano busca evidenciar o que apresenta como múltiplas vozes, considerando os sujeitos por ele entrevistados. Por outro lado, Malan se destaca, com perceptível intencionalidade, enquanto cidadão sul-africano. Assim, como aponta Macagno, a “política” textualista de Crapanzano é desaparecer como autor; já Malan intervém no texto até a exaustão. (MACAGNO, 2015, p.162).

Para mim, no entanto, embora se mostre evidente a proximidade com a “política textualista” de Malan, arrisco comentar que, ainda que buscasse abster-me da “presença” no texto, tal qual fez Crapanzano, seria possível a identificação de pontos similares à “coincidências incontornáveis” (ibid). Dito de outra forma, entendo que as dinâmicas de im/mobilidade são observáveis, ainda que não se tornem componentes construtivos das experiências cotidianas por parte de quem escreve e reflete sobre as mesmas. A partir disto, afirmo que, embora o contexto de campo, enquanto professor de música e estando sujeito à consequências referentes às

im/possibilidades de trânsito, colocar-me em evidência neste texto é, certamente, escolha intencional.

Na mesma via, entendo que me colocar no texto é, também, uma maneira buscada para tentar um afastamento das “descrições da cultura palestina”, que incorreriam nos perigos das generalizações e construção de imagens estereotipadas – que poderiam, também, atribuir construções e expressões identitárias e de territorialidade à “cultura” palestina. Desta forma, em confluência com os apontamentos apresentados por Lila Abu-Lughod (2008), lanço mão de minha presença e recurso textual reflexivo para escrever “contra a cultura”, ou, pelo menos, não escrever “dela” ou “sobre ela”.

Assim, busco chamar a atenção para um ponto que se mostra central em meu trabalho, a saber, meu “lugar” enquanto pesquisador no decorrer do trabalho de campo e, por conseguinte, o estilo narrativo que aqui apresento. As dinâmicas próprias do campo, condizentes também com o tema com o qual passei a dialogar para o seguimento de meu trabalho, impuseram minha “presença” no texto, uma vez que, de forma nada intencional (já que políticas de documentos e Estado me escapam às mãos) me vi envolto em problemas de mobilidade, documentos, presenciei incursões do exército israelense, entre outros. Em suma, esta abordagem reflexivista não foi, de início, “buscada” por mim, mas sim, se sobressaiu, evidenciando-se, inclusive, durante o próprio processo de escrita deste trabalho. No entanto, muito embora meu “lugar” no campo não tenha partido de uma “escolha” deliberada, a opção por este recurso narrativo o foi, tanto para a construção do objeto de pesquisa quanto para o estilo textual presente neste trabalho.

Isto posto, é dentro das perspectivas expostas acima que entendo ter estado, assim como outros estrangeiros, sujeito a algumas das mesmas políticas israelenses às quais palestinos em geral estão submetidos e, neste sentido, a um mesmo contexto relacionado à ocupação militar da Palestina. Dialogar com autoridades israelenses para pleitear vistos, cruzar *checkpoints* “legal” ou “ilegalmente”, experienciar incursões militares, estradas fechadas, checagens de documentos, protestos, greves (muitas vezes relacionadas à políticas israelenses, visitas de personalidades à região ou, infelizmente comum, como reação à morte de mártires<sup>4</sup>

4 O martírio, neste sentido, não é necessariamente “auto-construído”, se não que é claramente associado aos palestinos que morrem em decorrência ou relação com a ocupação israelense.

em Gaza ou na Cisjordânia – mas não apenas) terminam por compor o cotidiano local.

De todo modo, foi nas atividades como professor de música que acabei estando sujeito a distintas situações de mobilidade, que me levaram observar as questões aqui apresentadas. Para o conservatório Al Kamandjati, ministrei aulas na sede de Ramallah às terças-feiras, e na cidade de Jenin aos sábados. As idas para Jenin, ao norte da Cisjordânia, contavam com um trajeto de duas horas (tanto para a ida quanto para a volta) em que as incursões do exército israelense nas estradas eram constantes. Nestas, nossa van disponibilizada pelo conservatório fora parada um sem número de vezes. Estas idas também contavam com eventuais mudanças de trajeto, já que por diversas vezes o exército bloqueava estradas, forçando motoristas a optar por caminhos mais longos para se chegar ao mesmo destino. Comum, também nas idas para Jenin, era a presença de colonos israelenses nas estradas, na maioria das vezes protegidos por soldados quando esperavam ônibus, ou mesmo dirigindo seus carros, saindo ou entrando nos assentamentos por onde passávamos em frente.

Pela escola da Yamaha minhas aulas aconteciam apenas em Ramallah, nas proximidades de minha residência, às quintas-feiras. Embora o trajeto durasse menos de 10 minutos, a pé, o que facilitava a mobilidade por minha parte, a escola (assim como as outras e demais instituições) poderiam ser afetadas por problemas outros. As greves gerais, que aconteciam com certa frequência, tornavam as aulas suspensas. De todas as maneiras, problemas com mobilidade no que diz respeito ao deslocamento dos alunos até a escola, nesta instituição se mostraram mais raros, embora fossem mais recorrentes com dois alunos, irmãos, provenientes de um campo de refugiados que sofria tais restrições de modo mais incisivo e severo.

Já para o Conservatório Nacional Edward Said se reserva uma situação bastante particular, uma vez que as aulas aconteciam todos os domingos em Jerusalém, o que me forçava a cruzar *checkpoints* semanalmente (embora fosse comum minha ida também em outros dias) e a me preocupar em ter a

---

Exemplo claro em meu cotidiano são as greves gerais em função dos mártires, com a palavra em inglês, *martyrs*, sendo central. Também, a confecção e uso de cartazes com seus rostos e, eventualmente, com menções aos partidos políticos dos quais faziam parte. Os *martyrs*, deste modo, podem também ser construídos “de fora”, após a morte.

documentação necessária (visto e passaporte válidos) para fazer o trajeto, o que nem sempre foi possível. Desta forma, terminei por ir a Jerusalém de diversas maneiras, tanto “legalmente” quanto “ilegalmente”, refletindo e acionando estratégias para o cruzamento dos *checkpoints*. Assim, minha relação com as aulas deste conservatório se mostrou ponto central neste trabalho, uma vez que esta constituiu minha própria experiência com relação à im/possibilidade de trânsito na carência de documentos permissivos.

Em suma, foi no exercício destas atividades como professor de música que pude ter acesso às questões relacionadas à mobilidade (estratégias e narrativas), fossem estas questões relacionadas a mim, aos colegas e pessoas próximas, a alunos e pessoas relacionadas aos conservatórios, além de músicos em geral. Deste modo, para além das questões relacionadas ao trânsito de pessoas na Cisjordânia, minhas idas à Jerusalém durante todo este período se constituíram como um aspecto de grande valor para as observações aqui colocadas, assim como viagens para o exterior (nos trajetos entre Brasil e Palestina) e as situações em fronteiras e aeroportos. Isso se deve às diferentes situações de visto a que estive submetido, o que resultou em meu acesso à múltiplas formas de se pensar as possibilidades de deslocamento entre uma cidade ou outra, ou mesmo entre um espaço e outro (Cisjordânia, Jerusalém e 48), da mesma forma como observar a relação entre mobilidade e documentos (vistos, passaportes, autorizações, IDs, cartas, entre outros.).

Durante este período, enquanto professor, por diversas vezes fui também impossibilitado de ir para Jerusalém. Fosse por *checkpoints* fechados ou por, principalmente, falta de documentos (visto), foram também várias as vezes em que me vi obrigado a ficar em Ramallah, onde residia. Nestas ocasiões os alunos se deslocavam até a sede da cidade onde eu me encontrava já que, sendo portadores de documentos de Jerusalém, tinham uma maior facilidade de trânsito. Daí as várias estratégias de mobilidade construídas e acionadas, já que, na impossibilidade de “ida” de uns, se organiza a “vinda” na possibilidade de outros. Assim, me refiro aqui a o que poderiam ser chamadas “estratégias de congregação”, considerando-se a possibilidade de deslocamento dos palestinos de Jerusalém e 48 até a Cisjordânia. Desta forma, este espaço – a Cisjordânia – termina por se mostrar como um centro

“congregador”, uma vez que se mostra uma alternativa de encontros possível, como demonstro no decorrer deste trabalho.

Um exemplo introdutório disto são os exames semestrais, que aconteciam em todos os conservatórios. Para o caso do ESNM, estes eventos se destacam, já que esta é a única instituição (dentre as que trabalhei) que tem uma de suas sedes em Jerusalém. A necessidade de composição, recomposição e arranjo das bancas de jurados em função da falta de autorização israelense para ir à Jerusalém é uma constante. Todavia, é também comum a ida de Palestinos *Green IDs* para Jerusalém e 48, quando têm as autorizações necessárias, que podem ser solicitadas pelos mais diversos motivos – trabalho, estudo, viagens em geral, motivos familiares, tratamentos médicos, entre outros. Importante notar, contudo, que uma vez negada a permissão (dependendo do motivo) pode-se esperar o período de até um ano para que se possa dar entrada na solicitação de outra. As negações de permissão podem ocorrer por vários motivos, nem sempre claros, fazendo com que não se tenha conhecimento das razões e, nesta via, não permitindo estratégias que podem ser construídas e acionadas na solicitação de permissões futuras.

Situações diversas no âmbito das autorizações não acometem apenas os palestinos, mas também os estrangeiros residentes na Palestina, ainda que por diferentes razões. Quando estive pela primeira vez na Palestina, em 2014, obtive um visto de 3 meses na chegada ao aeroporto, depois de um longo interrogatório. Ao final deste período, visando estender minha estadia fui até Amã, na Jordânia, por três dias, para “renovar” o visto e, assim, concluir os outros três meses do meu primeiro campo. Este processo resultou em perguntas já em 2017, em uma entrevista com as autoridades israelenses referente à extensão de um visto e resolução de meu então problema de ilegalidade. Desta vez, em minha segunda ida à Palestina, me encontrei submetido a quatro diferentes “situações de visto”, sendo estas a posse de visto de turista, a aquisição de um visto “*full*” multi-entrada, a aquisição de um visto restrito apenas para a Cisjordânia e, por fim, a própria carência de visto.

Assim, diferente de minha primeira ida à campo, o largo período em que me encontrei sem visto pode ser tomado como ponto central para a compreensão de que, a partir de tal contexto, me vi enquanto componente e compositor de

estratégias e práticas de mobilidade. Da mesma forma, por este prisma, pude observar a construção cotidiana de “mapas alternativos” que apontam para a existência de uma “Palestina única”.

## 1.2 – Músico ou pesquisador?

Para minha estadia e condução desta pesquisa, não apenas vistos e questões documentais compuseram meu cotidiano, mas também as maneiras como me mantive em relação ao objeto que construo enquanto problema de pesquisa. Ser músico, ou, em outras palavras, ser “construído e referido” como músico foi fundamental, já que me encontrei nesta posição de forma quase constante e ininterrupta. Fazeres musicais, neste sentido, se mostraram como um ponto de extrema importância tanto para minha inserção no campo e construção do objeto de pesquisa com músicos, como também um “espaço” de sociabilidade fundamental. Durante minha estadia não apenas lecionei música (nos conservatórios e com alunos particulares) como também toquei em festas, bares, restaurantes, *jams*, entre outros eventos e ocasiões.

Como afirma Thomas Turino (2008), a participação e experiência musicais são importantes para os processos de integração pessoal e social. O autor, ao fazer referência à Gregory Bateson, afirma que, para este, as artes são uma forma especial de comunicação e que contam com uma função integrativa, segundo ele; *integrating and uniting the members of social groups but also integrating individual selves, and selves with the world*. (TURINO, 2008, p.3)

Assim, a partir da participação ativa em eventos em que fazeres musicais ganhavam foco, acabei me destacando como músico. Isto ocorreu ainda que as pessoas com quem me relacionei em campo soubessem, abertamente, de minha pesquisa e intentos acadêmicos, algo que procurei deixar sempre em evidência. Tendo isto considerado, observei que, embora as pessoas com quem me relacionei durante minha estadia soubessem da minha pesquisa, perguntas como “onde está seu violão?” eram mais frequentes que “qual seu referencial teórico?”. Também, bastante comum foi ser apresentado a outras pessoas como músico. “Este é Raffoul (versão em árabe do nome “Rafael”), ele é músico!” foi um tipo de apresentação bastante corriqueiro, fosse por parte de estrangeiros ou palestinos. Raras foram as



vezes que fui apresentado como pesquisador, muito embora mencionasse o fato com frequência – com especial destaque para outras antropólogas e antropólogos com quem firmei amizade e travei importantes diálogos.

No entanto, observo que, no contexto em que me inseri, “ser músico” me garantiu uma inserção muito mais profunda e espontânea. Estar em ocasiões como festas e bares (além das atividades docentes) me proporcionaram um tipo de experiência de sociabilidade em que as conversas pareciam fluir com mais “naturalidade”. As esquivas a pesquisadores (que vi acontecer com certa frequência, com outros pesquisadores), em geral pareciam não acontecer comigo, uma vez que “o pesquisador” pareceu expressivamente ganhar menos importância que o “músico”.

Vale notar que foi a partir de minha primeira ida à campo que passei a construir as redes que, posteriormente, acionei em meu retorno. Desta forma, ao planejar minha volta ao campo, busquei reaver os contatos que havia previamente estabelecido. Assim, foi em contato com uma pianista, professora do ESNCM que logrei êxito na busca de um local para me instalar e, a partir disto, regressar à Palestina.

A maneira como comecei a trabalhar no ESNCM, contudo, é um tanto “curiosa”, além de peça chave para o foco que adotei como tema desta pesquisa. Em meu retorno fui apresentado à um musicista também estrangeiro, residente na Palestina há aproximados seis anos, e um dos diretores acadêmicas do conservatório. Foi com ele que residi durante minha estadia, alugando um quarto em sua casa. Também neste período, logo após minha chegada, comprei um violão, buscando usá-lo como instrumento de socialização e, também, para a manutenção de minhas práticas e técnicas enquanto instrumentista.

Este violão, pode-se dizer, mostrou-se como um importante ator – no sentido empregado por Bruno Latour (2001) – na construção de novas redes e na minha inserção no quadro institucional do conservatório. Foi ao me ver tocar, ainda que de maneira informal, que meu colega de moradia me convidou para um primeiro trabalho em um “*summer camp*”, cursos intensivos de verão, organizados pelo conservatório na cidade de Birzeit, em uma de suas sedes. Em seguida, a partir de uma resposta satisfatória com o trabalho que desenvolvi no curso de verão, fui

convidado a compor o corpo de professores do conservatório. No entanto, embora esta relação pareça um tanto aleatória, devo comentar que, em realidade, não foi. Pode-se dizer, talvez, que aqui resida o início de minhas reflexões sobre minha própria condição de im/mobilidade, de maneira mais específica. Em minha dissertação de mestrado apresentei brevemente um relato sobre “estratégias” para aquisição de visto na chegada ao aeroporto em Tel Aviv. Estas, não diferente da primeira vez, foram pensadas e acionadas novamente em minha vinda mais recente, contudo, agora, resolvi ir pela Jordânia, por opção “estratégica”. A ideia seria minimizar as chances de ser mandado de volta, no aeroporto, no caso de uma negativa para a aquisição de visto. Caso esta possibilidade se tornasse concreta, a única opção seria o embarque em um avião que me levaria de volta à última escala do trajeto aéreo. Pela Jordânia, no caso de ter minha entrada negada pelas autoridades israelenses no momento do cruzamento, voltaria para Amã, de onde buscaria maneiras de seguir minha pesquisa, ou tentaria a travessia novamente, em nova data, por outros locais.

Meus planos iniciais eram de, desta vez, fazer um campo de aproximadamente um ano. No entanto, no dia de minha chegada e cruzamento da Jordânia para a Cisjordânia – momento em que se solicita o visto de entrada junto às autoridades de fronteira israelenses – , por ter optado não comentar o prazo que planejava para minha permanência total, recebi um visto de turista, válido por três meses. Assim, me ocupei em buscar informações sobre como poderia proceder para estender minha estadia. Uma maneira possível seria repetir o que fiz em 2014, indo para a Jordânia e retornando em seguida, opção que procurei descartar de saída, já que esta alternativa seria muito cara (em função da viagem e encargos) além de arriscada – poderia não receber visto na volta – e estafante, já que teria de realizar esta prática a cada três meses (o que incorreria nos riscos de ter a entrada negada a cada tentativa). Outra ideia sugerida seria planejar uma viagem até o Chipre, outro caminho bastante optado em tais situações, ainda que mais caro e estafante. Então, procurando informações sobre como proceder, fui informado de que poderia pleitear um “*westbank only visa*” (modalidade de visto restrito apenas à Cisjordânia) através da AP (Autoridade Palestina). No entanto, quando fui ao escritório da AP em Al-Bireh (distrito situado ao lado de Ramallah), fui informado pelo responsável por dar

entrada em processos desta natureza junto às autoridades israelenses que eu precisaria de um “contrato de trabalho”, algo de que não dispunha até então. Foi então, em uma das conversas com meu *flatmate* sobre meu visto que, em dado momento, me fitando com um ar pensativo, disse: “sabe o que? Posso te ajudar, e você pode me ajudar! Preciso de você no ‘*summer camp*’ e, dessa maneira, conseguimos te dar o contrato que você precisa para seu processo de visto”.

O plano inicial do conservatório não foi solicitar um visto longo, já que o evento no verão seria bastante curto (o que não nos daria justificativa para a solicitação de um visto com maior extensão de tempo), sendo solicitado, pelo próprio conservatório junto à AP (que por sua vez deveria interceder junto às autoridades israelenses), uma extensão do visto de turista, restrito apenas à Cisjordânia. Meu problema, no estrito sentido do termo, no entanto, não começou “de pronto”, mas foi se construindo ao longo do tempo, já que as autoridades israelenses (segundo reportes da AP) jamais responderam ou se manifestaram sobre o processo. Importante notar que, para se dar entrada em uma extensão de visto ou solicitação de outro (de outra modalidade, por exemplo) é preciso que se tenha um visto válido e não expirado. O conservatório então deu entrada junto à AP exatamente uma semana antes do primeiro visto (de turista) expirar e, assim, uma dúvida que passou a compor rumores sobre os estágios e condições do processo, foi se a AP realmente dera entrada no processo ou não. Essa situação, no entanto, pode ser comparada à de diversas outros sujeitos que passaram pelo mesmo processo e que, na data que escrevo estas linhas (início de 2018) ainda estão esperando por uma resposta israelense. Com isso, fiquei sem posição alguma sobre o processo e sem visto por aproximadamente seis meses, permanecendo no país, neste sentido, de forma ilegal, já que não tive neste período qualquer documento que atestasse uma estadia regular e autorizada. Minha situação de *overstaying* estava, assim, concretamente instaurada.

A questão, de todo modo, não residia apenas na regularização de minha permanência, mas sim no fato de que, trabalhando com o conservatório, deveria dar aulas em Jerusalém aos domingos. Sem visto, no entanto, isso não seria possível de modo “formal”, o que, ao final, nos levou a construir e/ou acionar estratégias. Uma das opções seria sugerir que os alunos viessem todos à Ramallah, o que aconteceu

de forma eventual – ainda que com certa regularidade. A outra opção, então, seria encontrar maneiras de ir até Jerusalém ainda que na falta autorização ou documento permissivo (visto válido). A opção mais viável, então, seria cruzar o *checkpoint* de Hizma, de carro, uma vez que as checagens neste ponto de passagem seriam menos comuns (mas não menos presentes). Isto se dá por este *checkpoint*, em especial, conectar diretamente alguns assentamentos israelenses na Cisjordânia com Jerusalém, sendo bastante usado por colonos – que cruzam de carro ou em ônibus, que raramente são checados, a não ser quando fazem um trajeto que sai de Jericó ou da fronteira com a Jordânia, na *King Hussein Bridge* (em função do uso deste itinerário por estrangeiros e palestinos com documentos permissivos). Outro aspecto importante a se notar é que neste, assim como em outros *checkpoints* nas divisas com 48 e Jerusalém, são permitidos apenas veículos com placas israelenses, facilmente identificáveis, por serem amarelas. Estes veículos podem ser conduzidos por detentores de *Blue IDs*, sejam estes judeus israelenses, sejam palestinos de 48 ou Jerusalém. Desta forma, contam com livre passagem em *checkpoints*, muito embora sejam menos averiguados nos postos de controle usados com mais frequência por colonos (como o de Hizma). Em Qalandya, por outro lado, todos os carros são parados, ainda que de placas amarelas, uma vez que a passagem por este *checkpoint* é restrita exclusivamente para palestinos. Carros da Cisjordânia, por exemplo, têm placas brancas e verdes, tendo sua circulação restrita à este espaço, não podendo cruzar para “dentro” ou para Jerusalém, ainda que o condutor conte com permissão de entrada – que vale para si e não para o automóvel. O veículo em que eu comumente cruzava, por ambos os *checkpoints*, era de placa amarela.

Estas restrições se deram tanto no meu trabalho em Jerusalém junto ao Conservatório Nacional como, ainda que em menor grau, em meu trabalho junto ao Conservatório Al-Kamandjati. Para este segundo, minha adição ao quadro de professores também se deu, ainda que pouco tempo mais tarde, em função da aquisição do meu violão. Foi em um bar na cidade de Ramallah, onde já havia tocado algumas “*Brazilian nights*” que conheci uma musicista estadunidense que, assim como eu, também dispunha de apresentações de música brasileira, componentes de seu repertório. Com isso, passamos a tocar em duo, organizando a

junção de nossos repertórios de música brasileira, *country* americano e outras, voltadas para eventos diversos como apresentações de final de ano e de músicas natalinas. Esta pessoa, contudo, assim como meu *flatmate*, era também uma das responsáveis por alguns setores do conservatório Al-Kamandjati. Foi através deste contato, onde se fez presente um repertório de músicas brasileiras tocadas com meu violão, que recebi o convite para iniciar o ano letivo da instituição, como professor de violão clássico alocado em duas sedes, a de Ramallah e a de Jenin, ao norte da Cisjordânia. Contudo, torna-se importante ressaltar que, ainda que o trajeto entre Jenin e Ramallah não contasse com *checkpoints* como os de Qalandya e Hizma, contavam com outros instalados nas estradas, cujo funcionamento parecia acontecer de forma um tanto aleatória. Assim, questões relacionadas à i/mobilidade se fizeram presentes não apenas no trajeto entre Ramallah e Jerusalém – embora este deslocamento seja mais destacado de forma evidente – mas, também, em itinerários tomados na Cisjordânia, ambos relacionados com as práticas músicas que informam a construção das presentes reflexões. Dito de outra forma, de modo um tanto repetitivo, foi a partir de minhas práticas enquanto músico que pude ter acesso à experiências diversas de mobilidade das quais, enquanto pesquisador, lanço mão para a confecção deste trabalho.

### 1.3 – O cotidiano como campo.

Ao final de um evento musical no teatro municipal de Ramallah, conversava com uma amiga, produtora cultural, no momento em que outra pessoa, uma amiga dela, se aproxima de nós. Minha amiga me apresenta, então, como Rafael e, ao ser perguntada sobre o que eu fazia por lá, ela responde de forma não habitual: “ele é pesquisador, antropólogo”. Sem muito tempo para qualquer comentário, me coloquei observando a reação da pessoa que recém chegara, por ela perguntar: “mais um pesquisador? Porque não fazem pesquisas em seus países?”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Ver “A representação do colonizado: os interlocutores da antropologia”. Em: Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios, Edward Said, 2003. Também, a partir de seu trabalho de campo em Marrocos, Sílvia Montenegro (2012) afirma que até recentemente, em muitos círculos intelectuais da região [de seu campo] a antropologia foi vista como uma extensão das práticas coloniais ou neocoloniais. Ou, sem suas palavras, no melhor dos casos, como uma observação externa exotizante que gerava desconfiança (MONTENEGRO, 2012, p.498).

Este tipo de situação e a discussão que a envolve não são novos na antropologia, contudo, mesmo buscando sempre estar o menos possível neste “lugar”, foi nele mesmo que “fui colocado”, nesta e em algumas outras ocasiões mais ou menos específicas. Com relação à esta sobre a qual discorro, tomado por uma certa angústia, procurei respondê-la com a primeira frase que me veio à cabeça; “sim, mas sou latino-americano”. Isto pode ter se relacionado com um comentário que não expus antes, quando esta tentou deduzir de que país europeu – destaque-se – eu poderia ter vindo. De todo modo, creio que minha resposta se aplica mais à minha inquietação, por ter sido colocado neste “lugar do pesquisador invasivo” que tanto incomoda, do que o “lugar *de facto*” de onde eu vinha. Sua reação, ao mesmo tempo, pareceu ser condizente com sua fala; “ah, achei que fosse desses europeus”.<sup>6</sup>

Esta não foi a primeira vez que o acionamento de minha posição enquanto latino-americano apareceu contextualmente. Em minha dissertação de mestrado, dada minha primeira ida à campo, expus algumas situações em que “ser latino-americano” se mostrou como um ponto positivo para inserções e manutenções das relações em determinadas redes. Isto me pareceu estar relacionado com uma certa representação de América Latina observável na época, no ano de 2014, onde a região era comumente referida como “centro de resistência” e apoio à “causa palestina”. Em dada ocasião, um músico local afirmou categoricamente que aceitara conceder à mim uma entrevista apenas por eu ser latino-americano, uma vez que estava “cansado dos europeus”.

Meu trabalho, também, está longe de apontar qualquer exclusividade nestas observações, uma vez que tais negociações encontram eco em outros campos, onde a distinção entre, neste caso, América Latina e seus “outros” (centros globais) informam diferentes ações e posicionamentos. Silvia Montenegro (2012), a partir de seu trabalho no Marrocos, coloca que a América do Sul se mostrou como algo distinto destes outros espaços e, a partir disto, havia a possibilidade de uma soltura

---

6 Silvia Montenegro (2012), em seu trabalho acerca de etnografias e contextos islâmicos, aponta que: *trabajos sobre Marruecos como representativos de un modo “tradicional” y exotizante de producir conocimiento antropológico. Conecto ambas cuestiones a partir de la clara diferenciación que mis interlocutores marroquíes, legos y académicos, realizaban cuando conocían mi origen “latinoamericano”, los diálogos que se generaban y las expectativas depositadas sobre un posible “punto de vista diferente” que me era atribuido y que influía en mis condiciones de estar en el campo* (MONTENEGRO, 2012, p.491).

(em suas palavras) ao estabelecer críticas das visões cuja origem se dá nestes “outros espaços”. Para a autora:

*En el medio académico, la diferenciación era mucho más clara y explícita ya sea porque se aludía a que América Latina había ocupado también una posición subordinada en relación a los espacios de poder político y económicos mundiales o porque se afirmaba la posibilidad de un tipo de entendimiento no teñido por concepciones de jerarquía o superioridad cultural.* (MONTENEGRO, 2012, p.502, 503).

De todo modo, situações como as que apresentei aqui ganham destaque mais por suas singularidades do que como componentes do cotidiano – evidenciando minha presença como “o pesquisador” um tanto ofuscada por minha presença como “o músico”. Com isso, procurei, ainda que de maneira consciente, me “deixar levar” por este “lugar”, uma vez que o objeto de pesquisa que construí foi constituído, também, pelo meu próprio cotidiano enquanto músico. Dizer isto, por outro lado, não implica afirmar que pude “ter controle” das dinâmicas em campo, principalmente no que concerne pensar as relações interpessoais construídas por mim, nem tampouco pude “controlar” as construções imagéticas construídas sobre mim – ainda que respondesse à estes imperativos.

Com isso, passei a me dar conta de que o registro estrito de detalhes que comumente se repetiam teriam menos peso em meus diários do que, paradoxalmente, os eventos não cotidianos. Meus diários, desta forma, deixaram de se tornar “diários”, efetivamente, para se tornarem notas que, mais ou menos, poderiam agregar aos eventos cotidianos componentes do período de campo. Sendo assim, como tratar os eventos do dia a dia sem expô-los ou repeti-los um a um? Embora pontue, ao longo do texto, diversos exemplos etnográficos, seria também plenamente possível a confecção de um texto que abrangesse experiências cotidianas em “apenas uma”, enquanto recurso de escrita, a exemplo de Karina Biondi (2010). Em seu trabalho acerca do PCC (Primeiro Comando da Capital), a autora nos conta que teve o início de sua pesquisa relacionada às visitas que passou a fazer ao marido, que havia sido preso no ano de 2003. Assim, Biondi faz um convite aos leitores para que a acompanhem no *dia de visita*, escrito “a partir de fragmentos de diversos *dias de visita* e somado a outros tantos que [...] compõem essas experiências.” (BIONDI, p.25, 2010).



Em consonância com a autora, afirmo que, por muitas vezes, quis fazer minhas as suas palavras, uma vez que minha identificação, enquanto pesquisador, com eventos “repetitivos” componentes da construção do campo é notória. Para Biondi as coisas não;

“...foram todas dadas a conhecer em períodos delimitados, em segmentos da pesquisa de campo passíveis de serem escritos. Muitas me passaram despercebidas, outras sem importância ou relevância, a ponto de eu sequer me preocupar em tomar nota. Em muitas das visitas, voltei para casa sem ter o que registrar em meu caderno de campo. “Hoje não fiz campo” - pensava. Mas, tempos depois, ao vivenciar outras experiências, situações ocorridas em alguns daqueles dias eram requisitadas a se unir a novas informações e compor dados importantes para a pesquisa. Aquelas informações ganhavam, então, visibilidade e importância, pois eram fundamentais à elucidação do que estava acontecendo.” (ibid. p.24).

No entanto, como é dedutível, dadas as particularidades de cada trabalho, há diferenças substanciais na construção de ambos os campos. Enquanto a autora concebe seu “trabalho de campo como um processo, fragmentário e sempre parcial” (ibid), de minha parte concebo a construção do meu trabalho de campo como um processo de certa forma holístico, onde seu aspecto fragmentário se torna passível de ser plenamente questionado, se comparado ao de Biondi.

Muito embora a autora afirme que muitas das reflexões presentes em seu trabalho sejam “fruto de experiências diversas, vivenciadas ao longo de seis anos, em várias unidades prisionais e também fora delas” (ibid), Biondi também usa o *dia de visita* como recurso, criando um tipo de “recorte” do que é “campo ou não”. Enquanto a autora afirma que se viu pensando, muitas vezes, que “hoje não fez campo”, de minha parte, me vi notando que “hoje não escrevi nada”, uma vez que “o campo” compunha e era composto, por ser constante e ininterrupto, pelo meu próprio cotidiano. Por esta perspectiva, “não fazer campo” não se mostrou como uma possibilidade.

Esta afirmação, no entanto, vai além da perspectiva que tenho apresentando até o momento, sobre minha relação com mobilidade, aulas no conservatório, entre outros pontos. As instabilidades notórias do cotidiano na Palestina, por inúmeras vezes, nos insere forçosamente “no campo”, como, por exemplo, no caso das incursões “inesperadas” do exército israelense, as manifestações políticas nas ruas



convocadas de última hora, as greves gerais como reação a eventos diversos – morte de palestinos, propostas do Estado israelense de manutenção e ampliação da ocupação, entre outros. Além disso, pode-se ter como objeto de observação a própria relação entre diferentes espaços e suas particularidades e, como já colocado anteriormente, diferentes condições de visto e regulamentação de estadia, além da im/possibilidade de trânsito, temporária ou não.

Majdi Al-Malki (2011), ao abordar questões relacionadas a pesquisas no que chama “*an unsuitable environment*”, destacando a Palestina como um caso, expõe que um número de fatores sociais, políticos e culturais acarretam impactos tanto no pesquisador como nos métodos e técnicas utilizadas no processo da pesquisa. Em geral, como afirma o autor, tais fatores são comumente negligenciados no ensino de técnicas de pesquisa nas universidades e centros de pesquisa e, neste sentido, isto acarreta impactos negativos na validade da pesquisa. Para ele, *social science methodologies are not tested in laboratories; they simply interact with many intertwining factors, which lend or reduce the credibility of the research process.* (AL-MALKI, p.192, 2011). Al-Malki aborda também o que chama de mudanças nas circunstâncias políticas palestinas, que acontecem durante o processo de pesquisa e, em especial, durante o período de trabalho de campo. Isto poderia causar confusões tanto com o pesquisador como com os grupos pesquisados, devido às rápidas mudanças que, para ele, necessariamente trariam luz à outras questões, assim como fariam emergir muitas outras variáveis que devem ser levadas em consideração. Em suas palavras:

*This will affect the validity of the data. In general, changes in the field mean changes in the variables and in the relations between them. (...) Rapid change means a change in the hypotheses of the study. This subsequently leads to a change in the methods of research utilized.* (ibid, p.197).

Assim, no que concerne pensar o tema central desta tese, Al-Malki aponta que as pesquisas na Palestina necessitam levar em consideração as variações geográficas e diferenças em áreas populadas como cidades, vilarejos ou campos de refugiados. Isto deve, ainda, ser somado à atenção que deve ser dada às diferenças existentes no cotidiano palestino, principalmente entre a Cisjordânia, a Faixa de

Gaza ou Jerusalém, sem mencionar ainda os palestinos vivendo na diáspora ou aqueles vivendo dentro de 48. Para ele:

*The researcher must take into account a great number of political, social, economic, cultural and historical variables. (...) The geographic variation in the area where people live, and the social dispersion, have created new challenges for the researcher in the selection of samples, the nature and size of the variables that need to be included in the measurement techniques, and in the analysis – especially in quantitative and survey generalizing results, then researchers have to take into consideration variations in the social landscape. (AL-MALKI, p.200, 2011).*

Assim, se torna de grande importância levar em consideração as categorias nativas de territorialidade e expressões identitárias, para que haja a possibilidade de compreensão de que a Palestina – e palestinos – não se restringem à Faixa de Gaza e Cisjordânia, ao referirem-se à espaços de pertencimento territorial e identitário. Esta observação (acerca dos usos de categorias nativas), insisto, salta aos olhos enquanto um componente da vida cotidiana local e, assim, pensar um campo a partir do qual a mobilidade se constrói como objeto de pesquisa é, ao mesmo tempo, pensar as próprias dinâmicas da vida cotidiana, agregando, inclusive, as próprias variáveis referidas por Al-Malki como componentes.

## CAPÍTULO 2 – COMBATES PELA HISTÓRIA

Embora severas restrições de mobilidade compoñham a realidade local atual na Palestina, algumas políticas restritivas contemporâneas, assim como *checkpoints*, passaram a ser implantadas a partir do início dos anos 1990. Desta forma, as percepções acerca das mudanças nas possibilidades de mobilidade, assim como as motivações iniciais, compõem, também, as narrativas locais – em especial de palestinos que, de uma forma ou de outra, vivenciaram o surgimento destas políticas, suas evoluções e desdobramentos. Destaco, aqui, uma destas narrativas, apresentada a mim por um taxista palestino, com quem conversei algumas vezes, ao solicitar seu serviço para me levar até o *checkpoint* de Qalandya, principalmente, em minhas idas para Jerusalém. Estas idas com o taxista, em geral, aconteciam aos domingos pela manhã, quando me dirigia até o campo de refugiados de Qalandya para encontrar o motorista que me levaria até o conservatório, nos períodos em que não estive possibilitado de cruzar pelos *checkpoints* pelas vias costumeiras (ônibus ou a pé).

Em um desses dias, de manhã, como me encontrava um pouco atrasado, peguei um táxi e, por coincidência, outra vez o taxista era o mesmo. Perguntou se eu ia para Jerusalém, ao que respondi que naquele dia não, e contei minha situação naquele período, dizendo que, na verdade, eu estava com um “*westbank only visa*”. Ele disse desconhecer a possibilidade desta modalidade de visto, todavia, começou a contar que “antes era diferente”. Contou que trabalhava como taxista inclusive, em suas palavras, “em Israel”, mas que, aos poucos, as “coisas foram se fechando”. Fazendo referência à primeira *intifada*, disse que foi ali que as coisas começaram a mudar, já que, segundo ele, naquela época apenas os prisioneiros palestinos tinham ID verdes e eram proibidos de “entrar”. Como contou, até antes da primeira *intifada*, mas depois da ocupação em 1967 (e mesmo com a manutenção, até então, da ocupação) as pessoas “viviam juntas” (se referindo também aos anos 1970). Neste ponto, acionou as narrativas de antes de 1948, dizendo que antes desta data “cristãos, muçulmanos e judeus viviam juntos”, mas agora “eles querem um estado ‘judeu puro’, depois de 1948”. Assim, contando a seu modo sobre alguns eventos

históricos, disse que, em meados dos anos 1990 (mais precisamente em 1993 quando, segundo ele, teve início a Guerra do Golfo), havia toques de recolher. Ele, de todo modo, pegou seu táxi e se dirigiu para Jerusalém, como fazia todos os dias mas, “de repente, de um dia pro outro e sem aviso algum” (em suas palavras), havia um *checkpoint* e, ao ser parado, os soldados disseram a ele que precisaria, a partir daquele momento, de uma permissão para ir a Jerusalém. Ele disse ter argumentado, dizendo que esse era seu caminho diário a trabalho, mas que de nada adiantou. Seguindo sua narrativa, comentou que, posteriormente, obteve uma permissão e continuou indo, pois como disse, naquele período ainda as pessoas “iam e vinham” e “os judeus costumavam vir para cá, inclusive em festas”. Mas, ainda em suas palavras, “aos poucos” as coisas foram ficando mais e mais acirradas. Deste modo, com o passar do tempo, “todas as pessoas se tornaram ID verde, como os prisioneiros” e ninguém tem mais permissão de “ir para Israel”. Ao final da corrida, recapitulando sua história, desde 1948, 1967, os anos 1970, até a Guerra do Golfo, Intifadas e a gradual perda de mobilidade, me perguntou: “*do you understand the steps?*”.

## 2.1 – Uma luta pela história

As agendas nacionalistas, no entanto, tendem a se assemelhar, especialmente quando os diferentes lados de uma disputa territorial buscam legitimidade em atividades tão maleáveis quanto a reconstrução do passado e a invenção da tradição. Abu el-Haj tem razão, portanto, quando sugere que, apesar de prevalecer um compromisso iluminista fundamental com a unidade das ciências, elas estão na prática bem desunidas. Podem-se imediatamente captar as formas pelas quais a arqueologia, no contexto israelense e no contexto palestino, não é a mesma ciência. Para um israelense, a arqueologia comprova a identidade judaica em Israel e racionaliza um tipo particular de assentamento colonial (isto é, um fato na terra); para um palestino, a arqueologia deve ser desafiada para que aqueles “fatos”, e as práticas que lhes atribuíram uma espécie de *pedigree* científico, sejam abertos para a existência de outras histórias e uma multiplicidade de vozes. A partilha (como é vista desde o processo de Oslo de 1993) não elimina a disputa entre as narrativas nacionais competidoras: pelo contrário, tende a sublinhar a incompatibilidade de um lado com o outro, incrementando a noção de perda e a extensão da relação de ressentimentos. (SAID, 2004, p.78)

Uma das questões mais ou menos comuns levantadas quando se aborda assuntos referentes à Palestina pode ser apontada pela pergunta “onde fica a Palestina”? Ou, “porquê a Faixa de Gaza e a Cisjordânia são considerados territórios

palestinos se estão separados?”. Ainda, uma terceira questão é comumente levantada, a saber: “os chamados ‘árabes israelenses’ são israelenses ou palestinos?”. Para esclarecer dúvidas e aparar arestas relacionadas à estas questões é preciso entender as dinâmicas historiográficas que garantiram as diferentes configurações cartográficas e demográficas da região na contemporaneidade. Em outras palavras, entendo ser necessária uma contextualização historiográfica para entender, nos termos de meu interlocutor, os referidos *steps*. Na mesma via, para se entender a razão pela qual é observável o trânsito palestino entre diferentes espaços, é preciso compreender os motivos pelos quais o espaço referido pela comunidade internacional como pertencente ao Estado de Israel é referido por muitos palestinos como parte da “Palestina toda” ou, também, por outras categorias de territorialidade equivalentes (48, “dentro”).

Entendo que, apenas tendo o pleno entendimento de que o Estado de Israel fora constituído, a partir de 1948, na chamada “Palestina histórica”, é que se pode compreender com clareza a relação que palestinos têm, em termos de territorialidade (e por conseguinte, identidade) com diferentes espaços, como estes são simbolicamente construídos cotidianamente, o trânsito ou a impossibilidade deste, as diferentes categorias relacionadas com expressões identitárias, as políticas israelenses de restrição de mobilidade, políticas coloniais perpetradas pelo Estado de Israel, o porquê dos vistos e autorizações serem israelenses, entre outros.

É bastante importante notar, no entanto, que diferentes abordagens de ordem historiográfica podem ser tomadas no que diz respeito à Palestina. Há, grosso modo, duas grandes vertentes que podem ser mencionadas, a saber, a historiografia israelense e a historiografia palestina. É da segunda que farei uso neste trabalho, pela evidente razão de que abordo, aqui, narrativas palestinas e, nesta via, suas fontes mais recorrentes. Isto não é dizer, na outra mão, que ambas existam em algum tipo de unicidade ou confluência constante. Contudo, pode-se observar que existe uma certa hegemonia no que se refere às narrativas israelenses sobre historicidade que, como afirma Edward Said (2012), podem estar relacionadas com um forte incentivo sionista (termo que discutirei neste capítulo) de propaganda em favor de uma referência “pacífica” do Estado de Israel em detrimento de uma

perspectiva palestina, que termina por se construir, de certo modo, enquanto referência pejorativa com relação aos palestinos de modo geral.

Ao apontar o que chamo aqui de “narrativas históricas hegemônicas”, refiro-me à compreensão apresentada por José Jorge de Carvalho (2001), quando este afirma que (como para o caso aqui apresentado) o que está em jogo, de fato, é luta pelo controle da narrativa histórica: são as tentativas do dominador de silenciar a versão do subalterno e as estratégias desse para desmascarar a versão dominante que se pretende fixar como verdadeira (CARVALHO, 2001, p.126). Assim, é com uma abordagem historiográfica informada pelas narrativas e produções palestinas que mostraremos como, nas palavras de José Jorge Carvalho, o oprimido rebate a representação que se pretendeu hegemônica (ibid.). Estas representações e narrativas operam por diversas vias e em diversas esferas.

Edward Said (2012) publicara, em um de seus artigos, uma passagem em que comenta ter recebido uma carta de um ex-aluno, perguntando-o por que ele, enquanto palestino, “permitira que um nazista como Hajj Amin<sup>7</sup> continuava determinando sua agenda política.” Segundo Said, seu ex-aluno argumentara que

7 A Mohammad Amin al-Husayni, também referido como al-Husayni ou Hajj Amin, foi um líder religioso muçulmano, nascido no ano de 1895, em Jerusalém, tendo falecido no Líbano em 4 de julho de 1974. Seu nome é bastante referido (formal e informalmente) por opositores da Questão Palestina, sendo associado (por estes) ao movimento nazista. Sua história é controversa e, além disso, não é citado com frequência nas narrativas palestinas locais (de fato, jamais escutei qualquer referência a al-Husayni em campo). No entanto, alguns dos argumentos mais encontrados por simpatizantes do sionismo é o que afirma que Hajj Amin teria “convencido” Adolf Hitler a exterminar judeus, em função de seus anseios pela libertação da Palestina que, à época, encontrava-se sob o julgo do mandato britânico. Boa parte da repercussão recente (mas nada nova) desta afirmação veio com seu uso por parte do Primeiro Ministro Israelense, Benjamin Netanyahu (que foi aconselhado a retratar-se, inclusive por historiadores israelenses). Este argumento fundamenta-se em um encontro ocorrido entre Hajj Amin e Adolf Hitler, na Alemanha, no ano de 1941. Este encontro (com fotos facilmente encontradas na internet) se deu em função do exílio de Hajj Amin no país, à época nazista, e da tentativa de convencer Adolf Hitler a lutar contra o Mandato Britânico, se aliando com a causa palestina e o movimento pan-arabista. Esta aliança, no entanto, fora claramente descartada e praticamente ignorada pelo líder nazista. Outra contradição reside na falta de percepção das datas. Hitler publicara seu livro *Mein Kampf* (Minha Luta) em 18 de julho de 1925, onde já mencionara seus absurdos ideais racistas e antisemitas. Ainda, a construção do primeiro campo de concentração nazista reconhecido, o campo de Dachau, data do mês de março de 1933, seis anos antes do início da Segunda Guerra Mundial, que se iniciara em 1 de setembro de 1939. Hajj Amin encontrara o líder nazista, assim, 16 anos após a publicação de *Mein Kampf* e 8 anos após a construção do primeiro campo de concentração. Ainda, além de não encontrar apoio da Alemanha nazista, Hajj Amin também não encontra eco nos próprios movimentos de libertação palestinos, em função da aliança que procurara firmar com Adolf Hitler. Da mesma forma, sua relação com Abdel Nasser fora dissolvida, além de ter sido expulso da OLP. Assim, pode-se dizer que, em vez de ser referido como líder palestino entre palestinos, a construção de sua importância parece acontecer mais entre opositores da questão palestina do que entre seus apoiadores (que, em geral, também não compactuaram com suas alianças).

antes de Hajj Amin, “Jerusalém não era importante para os árabes. Ele tornou isso uma questão importante para os árabes só para frustrar as aspirações sionistas, que sempre consideraram Jerusalém importante. Por isso era um homem mau” (SAID, 2012, p.9). Comentando a carta que recebera, o autor termina a referência às inquietudes do ex-aluno afirmando que;

Essa não é a lógica de alguém que viveu com os árabes e que sabe algo de concreto sobre eles. É de uma pessoa que repete um discurso estabelecido e é movida por uma ideologia que vê os árabes apenas com funções negativas, como a personificação de paixões antisemitas violentas. E que, portanto, devem ser combatidos e se possível eliminados. (SAID, 2012, p.9)

Este apontamento está longe de ser o único feito por Said neste sentido. Suas argumentações em *Orientalismo*, assim, também são informadas por (e informam) suas percepções acerca das representações sobre palestinos em geral, com especial atenção às esferas ocidentais. Para um outro exemplo, ao comentar sobre as repercussões midiáticas da segunda intifada (evento que também abordarei neste capítulo), Said afirma que;

Nunca a mídia teve tanta influência para determinar o curso de uma guerra do que durante a Intifada Al-Aqsa, a qual, no que diz respeito à mídia ocidental, tornou-se essencialmente uma batalha por imagens e ideias. Israel já colocou centenas de milhões de dólares naquilo que em hebraico é chamado de *hasbara*, informação para o mundo exterior (ou seja, propaganda) (SAID, 2012, p.130).

Na perspectiva do autor, isto pode se relacionar com uma prática cuja intenção é de encobrir ações de cunho criminoso com o que chama de “verniz de justificativa e razão”. Como colocado por ele, no caso de Israel, que sempre teve a intenção de silenciar ou tornar os palestinos invisíveis, enquanto lhes roubava sua terra, isso tem sido na prática uma supressão da verdade (...) bem como uma enorme falsificação da história (ibid. p.130, 131).

Em seu artigo intitulado “O orientalismo reconsiderado” (2003), Said dialoga com comentários oriundos da repercussão da publicação de seu livro “*Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*” (2007). Nesta publicação o autor responde a

Daniel Pipes<sup>8</sup>, a quem se refere como orientalista, ao afirmar que seus argumentos (...) não parecem estar a serviço do conhecimento, mas de um país agressivo e intervencionista – os Estados Unidos –, cujos interesses Pipes ajuda a definir (SAID, 2007, p.68). Sobre suas considerações acerca de Pipes, e representações orientalistas (na mesma via) depreciativas dos palestinos, Said coloca;

Falei sobre Pipes somente porque ele serve para fazer algumas considerações sobre o grande cenário político do orientalismo que é comumente negado e suprimido no tipo de alegação proposta por seu principal porta-voz, Bernard Lewis, que tem a desfaçatez de desassociar o orientalismo de sua parceria de duzentos anos com o imperialismo europeu e associá-lo à filologia clássica moderna e ao estudo das culturas grega e romana antigas. Vale a pena mencionar que esse cenário mais amplo compreende dois outros elementos: a recente proeminência do movimento palestino e a resistência demonstrada pelos árabes nos Estados Unidos e em outros lugares contra o modo como são retratados no domínio público (ibid. p.70).

Os apontamentos do autor sobre representações acerca de árabes (em geral) e palestinos (em particular) são inúmeras. Apontando para um esforço israelense direcionado para a construção de tais representações, Said reitera que as investidas sionistas têm, neste sentido, com êxito, tentando provar ao mundo que é uma vítima inocente da violência e do terror palestinos e que os árabes e muçulmanos não têm nenhuma razão para estarem em conflito com Israel a não ser por um irredutível ódio irracional pelos judeus (SAID, 2012, p.131).

No entanto, a própria historiografia israelense tem, há algum tempo, se apresentado de maneira bastante plural, reconsiderando as narrativas hegemônicas aqui referidas. Nas palavras de Avi Shlaim e Eugene L. Rogan (2007), *Israeli scholars have turned their interests to Arab historiography, perhaps in consequence of their own historical self-examination* (SHLAIM, ROGAN, 2007, p.4). A historiadora Sheila Schvarzman (2013) menciona o que chama de revisão historiográfica israelense, que toma corpo a partir da abertura de arquivos referentes à constituição do Estado em 1948. Como afirma a autora:

Os palestinos, sua existência, sua imagem passam, desde então, a entrar para a história de Israel. E, se essa formulação parece absurda, ela marca

---

8 Historiador, jornalista e escritor. Nascido em 9 de Setembro de 1949, nos Estados Unidos. Notória e abertamente partidário do chamado *lobby* sionista estadunidense.



bem a relevância do processo atual: no entendimento tradicional israelense, os palestinos não existem como identidade nacional autônoma, pois, sendo árabes como os sírios, libaneses, tunisianos, iraquianos, poderiam ser absorvidos por esses povos em seus territórios (SHVARZMAN, 2013, p.135).

Segundo Schvarzman, esta formulação não é nova, relacionando-a com um tipo de pensamento que foi, em suas palavras, arraigado pelo colonialismo que se ocupou dessas terras desde o fim da Primeira Guerra, marcado pelo desprezo e desconfiança em relação aos orientais, como já mostrou Edward Said (2007) (ibid.). Desta forma, ainda nos apontamentos da autora, esta revisão historiográfica tem transformado a visão israelense sobre a existência dos palestinos e o reconhecimento da *Nakba* (termo que apresentarei no decorrer deste capítulo), assim como ocasionado novas percepções sobre a chamada *Guerra de Independência* israelense. A autora afirma, então, que estes fatos e os seus personagens históricos (...) estão na base da grande revisão que vem sendo empreendida desde os anos 1980 pelo que se convencionou chamar *novos historiadores pós-sionistas* (ibid. p.136).

Este não é o único termo usado para se referir a este movimento de revisão historiográfica. A crítica à “história oficial” israelense tem colocado à prova uma série de afirmações. Arlene Clemecha (2009), fazendo uso das palavras de Ilan Pappé, acerca dos eventos ocorridos em 1948, coloca que a limpeza étnica de 1948, que foi o principal acontecimento constitutivo da história moderna da terra da Palestina, foi quase que totalmente erradicada da memória coletiva global e apagada da consciência do mundo (CLEMECHA, 2009, p.11). No entanto, para a autora:

Certos mitos fundadores do Estado de Israel, como aquele dos “poucos contra muitos” (sua suposta fragilidade perante um mundo árabe determinado a erradicá-lo em 1948) e “egresso voluntário dos árabes”, foram irremediável e definitivamente abalados por avanços concluídos pela historiografia israelense e palestina (ibid.).

De todo modo, muito embora considere esta uma discussão importante no que diz respeito a um certo “confronto” às aqui apontadas “histórias oficiais” israelenses, ressalto que são das narrativas e historiografias palestinas que faço uso neste trabalho. Para Michael Herzfeld (2001) a principal contribuição que uma

perspectiva antropológica pode oferecer está na produção de uma etnografia que aborde o comportamento cotidiano frente ao discurso oficial sobre o passado, que pode oferecer perspectivas radicalmente diferentes daquelas que os detentores do poder legítimos nos fizeram acreditar.<sup>9</sup> A partir desta perspectiva, pode-se também afirmar que, para além de uma etnografia que aborde o comportamento cotidiano, como coloca Herzfeld, a própria vivência em determinado contexto pode também dar conta de confrontar estas perspectivas que se pretendem “oficiais”, reproduzidas pelos acima referidos como, nas palavras do autor, “detentores do poder”. Desta forma, a partir de meu trabalho de campo, pude notar que, para além das plurais e diversas narrativas palestinas, o contexto de ocupação militar israelense na Palestina não pode – e nem há como – ser ignorado. Uma vez que políticas israelenses relacionadas à ocupação são uma realidade, estas acabam compondo a constituição do próprio cotidiano local. De todo modo, muitas foram as vezes que, em meio a debates acerca da ocupação, narrativas historicistas foram acionadas. A memória, assim, se mostra como um elemento que constitui e é constituído por expressões de territorialidade e identidade, sejam elas referidas a experiências individuais ou mesmo coletivas. Para Edward Said (2014), neste sentido, a memória coletiva não é algo inerte e passivo, mas sim um campo ativo no qual eventos do passado são selecionados, reconstruídos, mantidos, modificados e dotados de sentido político (SAID, 2014, p.364). Sobre isso, tomo as palavras de Michael Pollak (1992), quando este afirma que a memória é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204).

Isto posto, pode-se dizer que o ano de 1948 (com a *Nakba*) e posteriormente o ano de 1967 (com a Guerra dos Seis Dias), são cruciais não apenas para a compreensão da atual conjuntura social e política na Palestina, dos contextos de impossibilidade de trânsito locais, como também informam construções e expressões de identidade e territorialidade.<sup>10</sup> Sobre a importância destes eventos, pode-se notar,

---

9 Citação original em francês: *La principale contribution qu'une perspective spécifiquement anthropologique peut offrir reside ec ceci: l'ethnographie des comportements quitiidiens vis-à-vis du discours officiel sur le passé peut proposer des perspectives radicalement différentes de celles que les détenteurs du puvoir légitime nous ont appris à croire* (HERZFELD, 2001, p.39).

10 Sobre isso, Leonardo Schiocchet (2013) aponta que *political history defines much of Palestinian social identity and social organization. [...] The modern history of Palestine continues to define Palestinian social identity and organization* (SCHIOCCCHET, 2013, p.325).

como afirma Pollak, que é possível que existam acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (ibid. p.201). Neste sentido, ainda, é possível afirmar que existiram, na Palestina, certos eventos críticos (DAS 1997) que, a um só passo, tiveram origem no espaço-tempo da Palestina Histórica e estimularam e continuam a estimular o marco nacional palestino e, com este, uma noção palestina espaço-temporal.” (SCHIOCCCHET, 2015, p.7).

Assim, note-se que as referências ao ano de 1948 (principalmente) são notórias nas narrativas e trabalhos historiográficos. Para Elias Sambar (2001), as posições sionistas que afirmam comumente que palestinos jamais existiram (assim como o precedente slogan “*uma terra sem povo para um povo sem terra*” – grifo meu), ou que justificam suas políticas de Estado, levaram a historiografia palestina a uma busca bastante intensa de “provas históricas” (OLIVEIRA, 2015, p.89).

Assim, uma abordagem historiográfica é capaz de dar aporte tanto à compreensão do surgimento de categorias locais – de territorialidade e identidade –, como dos processos que, pelo prisma de uma perspectiva palestina, as constituem cotidianamente.

## **2.2 – Emergência sionista: a Palestina colonizada**

Embora seja possível uma abordagem que, com relação à Palestina, possa fazer referência a tempos remotos, uma vez que a região tem sido, há tempos, palco de eventos diversos – a exemplo das Cruzadas (de 1095 a 1291), este capítulo contará com um recorte específico em termos de temporalidade. Tratarei, aqui, de eventos relacionados a meados do século XIX até a contemporaneidade. Com isso, abordarei de forma breve a Palestina sob a então administração do Império Otomano, a ascensão dos movimentos sionistas na Europa, o mandato britânico na Palestina no pós Primeira Guerra Mundial e o posterior surgimento do Estado de Israel, em território palestino, no ano de 1948, após a Segunda Guerra Mundial. A seguir, tratarei de eventos posteriores ao surgimento do referido Estado, como a Guerra dos Seis Dias, as *intifadas*, os acordos de Oslo e conjunturas atuais.

De maneira inicial, pode-se notar que, no século XIX, a Palestina encontrava-se sob domínio do Império Otomano. Como aponta Hourani (2006), o referido Império;

[...] era uma das maiores estruturas políticas que a parte ocidental do mundo conheceu desde a desintegração do Império Romano: dominou a Europa Oriental, a Ásia Ocidental e a maior parte do Magreb, e manteve juntas terras de tradições políticas muito diferentes, muitos grupos étnicos — gregos, sérvios, búlgaros, romenos, armênios, turcos e árabes — e várias comunidades religiosas — muçulmanos sunitas e xiitas, cristãos de todas as Igrejas históricas, e judeus. Manteve seu domínio sobre a maioria deles por mais ou menos quatrocentos anos, e sobre alguns por até seiscentos anos. (HOURANI, 2006, p.225).

Este império tem seu fim após o término da Primeira Guerra Mundial, tendo sido derrotado e, de suas ruínas, emerge um novo Estado independente na Turquia. No entanto, como afirma Hourani, as províncias árabes foram postas sob controle britânico e francês, e assim, todo o mundo de língua árabe achava-se agora sob domínio europeu, a não ser por algumas partes da península Arábica (ibid, p.271, 272)<sup>11</sup>.

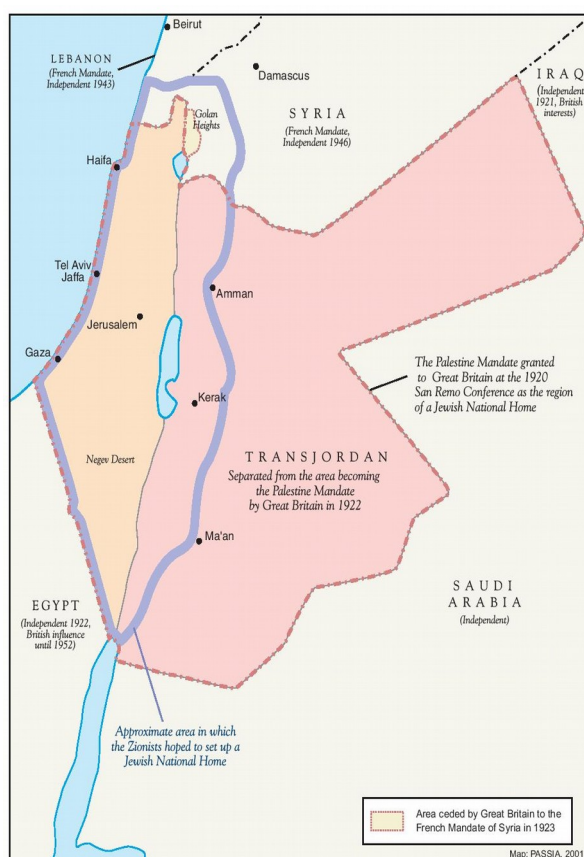
Este é, sem dúvidas, um ponto crucial no que diz respeito aos novos rumos para a região. Embora a Primeira Guerra Mundial tenha seu fim no ano de 1918, dois anos antes, em 16 de maio de 1916, fora redigido um acordo intitulado *Sykes-Picot*, assinado entre França e Inglaterra, prevendo a divisão dos territórios orientais antes controlados pelo Império Otomano. Como aponta Mustafa Yazbek (1987), este acordo previu que aos ingleses caberia o controle do Iraque e da Palestina, enquanto à França os territórios da Síria e do Líbano (YAZBEK, 1987, p.20) (ver figura 1, na próxima página).

Com isto, o início do mandato britânico da Palestina é estabelecido, se construindo enquanto um marco importante para os futuros eventos na região, uma vez que a influência europeia se mostrará decisiva, como demonstrarei a seguir. Neste sentido, então, faz-se necessário lançar luz, neste momento, à Europa no século XIX e o advento do movimento sionista.

---

11 A Grã-Bretanha ocupa a região militarmente após o fim da I Guerra Mundial, todavia, o mandato britânico se inicia oficialmente depois que, no dia 24 de julho de 1922, a Liga das Nações aprova o texto que prevê o Mandato Britânico na Palestina, que entraria em vigor no ano seguinte, em 1923 (OLIVEIRA, 2015, p.90).

FIGURA 1 – MAPA DA EXTENSÃO DO MANDATO BRITÂNICO



FONTE: *palestinian academic society for the study of international affairs*. Passia<sup>12</sup>.

Embora discussões acerca da emancipação dos judeus na Europa já tivessem ocorrido, a exemplo dos debates entre Karl Marx e Bruno Bauer, as proposições de criação de um “lar nacional” para os judeus europeus surgiram, com mais ênfase, em meados dos anos 1890. De modo geral, pode-se afirmar que foi com a primeira publicação de *Der Judenstaat* (O Estado Judeu), escrito pelo austríaco Theodor Herzl em 1894, que o chamado movimento sionista<sup>13</sup> adquire sua “base fundamental”, que dará corpo, posteriormente, à criação do Estado de Israel em território palestino. Importante ressaltar, todavia, que diferente de narrativas que apontam a Palestina como lugar de “retorno” a priori,<sup>14</sup> para a comunidade judaica

12 *Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs*. Em: <http://www.passia.org>

13 Referente a sionismo. Nome dado ao movimento que prevê a criação de um Estado judeu soberano. Significado segundo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: sonismo; s.m, 1. Estudo das coisas relativas a Sião (Jerusalém); 2, Doutrina que pretendia o estabelecimento de um estado israelita independente na Palestina. Disponível em: [www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=sionismo](http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=sionismo)

14 Importante notar que existem, dentro das possibilidades de expressão religiosa judaica, movimentos messiânicos que, seguindo uma concepção cosmológica, aguardam a vinda de um

européia, outros países foram também levados em consideração, enquanto possibilidades para a construção de um Estado sionista. Dentre estes lugares, pode-se destacar Uganda, a Península do Sinai e a Argentina, além da própria Palestina. Dentre estas “opções” colocadas à mesa, os dois últimos países ganham notável destaque. Como aponta Adel Safty (2009), Leon Pinsker<sup>15</sup> presidira a primeira Conferência Judaica Internacional, ocorrida em Katowice, na Polônia, no ano de 1884.

No referido evento, Pinsker passara a estimular a implantação das primeiras colônias agrícolas na Palestina. Contudo, como aponta Safty, ainda que estivesse interessado nas possibilidades de implantação do chamado “sionismo agrícola”, Pinsker não se entusiasmara com a ideia de relacionar um lar nacional judeu com a Palestina (OLIVEIRA, 2015, p.91). O lugar de destino, para ele, poderia ser “qualquer um”. Ainda, como aponta Safty, *Political Zionism was more interested in acquiring a territory on which to found an independent Jewish state. This could have been any territory, not necessarily Palestine* (SAFTY, 2009, p.2). Neste sentido, Theodor Herzl protagonizou um papel de bastante relevância para o debate. Inicialmente, o autor de O Estado Judeu advogara, primordialmente, pela escolha da Argentina como lugar de destino, ainda que a Palestina também estivesse em seus anseios.<sup>16</sup>

---

messias. Dentro desta perspectiva, debatida também nos congressos sionistas (que abordarei nas páginas seguintes), um Estado judaico, ou mesmo um “retorno à terra prometida” deveria tomar forma apenas a partir da vinda deste messias e, ainda, guiado por este. Desta forma, observa-se, no seio da comunidade judaica diaspórica (e mesmo local), movimentos que se opõem à própria existência do Estado de Israel, tomando-o como um afronte à perspectiva de que judeus deveriam, até a vinda deste messias, permanecer em “êxodo constante”. Pode-se destacar, enquanto um grupo cujas atividades são notórias, o *Neturei Karta*, um grupo judaico ultra-ortodoxo que, como exposto acima, rejeita o sionismo e se opõe abertamente à existência do Estado de Israel. Com atividades em Jerusalém e arredores, além dos Estados Unidos e Inglaterra (dentre outros países), o *Neturei Karta* tem estado, com certa frequência, no cerne dos debates acerca da conjuntura social e política na Palestina.

15 Judeu polonês, nascido em 1821. Foi um dos fundadores do movimento intitulado *Hoveve Zion* (*Lovers of Zion*).

16 Há um debate, neste sentido, que se refere à implementação, na Argentina, do chamado *Plan Andinia*. Este plano é, com frequência, apontado como parte de uma perspectiva conspiracionista, sobre o qual procuro não discorrer. No entanto, preferência da Argentina (além da Palestina) por parte de Theodor Herzl é notória, compondo, inclusive, as perspectivas por ele apontadas em seu referido livro, como no trecho a seguir; *Should the Powers declare themselves willing to admit our sovereignty over a neutral piece of land, then the Society will enter into negotiations for the possession of this land. Here two territories come under consideration, Palestine and Argentine. In both countries important experiments in colonization have been made, though on the mistaken principle of a gradual infiltration of Jews. An infiltration is bound to end badly. It continues till the inevitable moment when the native population feels itself threatened, and forces the Government to*



Ainda, Safty aponta que Herzl se mostrara preocupado com os “métodos de infiltração”, fosse na Argentina, fosse na Palestina. Como demonstra o autor:

*He proposed Argentina and Palestine but warned against the method of gradual infiltration of Jews because sooner or later infiltration “is bound to end badly. For there comes the inevitable moment when the government in question, under pressure of the native populace – which feels itself threatened – puts a stop to further influx of Jews. Immigration, therefore, is futile unless it is based on our guaranteed autonomy.”*(ibid, p.4).

Após se defrontar com descontentamentos em relação à possível escolha da Argentina, Theodor Herzl passa, então, a dedicar seus esforços para que a Palestina fosse eleita enquanto “opção final”. Para ele, a escolha da Palestina formaria uma “muralha de defesa para a Europa”, além de ser construída enquanto “um posto de civilização contra o barbarismo”. Em suas palavras: “*form a part of a wall of defence for Europe in Asia, an outpost of civilization against barbarism*” (ibid, p.4). Assim, acontece na cidade da Basileia, na Suíça, o I Congresso Sionista, em 29 de agosto de 1897. Neste evento é fundada a Organização Sionista mundial e, ainda, fora decidido o local onde seria criado o Estado sionista, a saber, a Palestina<sup>17</sup>.

Diferente do *slogan* propagado entre e pelo movimento sionista, “uma terra sem povo, para um povo sem terra”, a presença de uma população local na

---

*stop a further influx of Jews. Immigration is consequently futile unless we have the sovereign right to continue such immigration [...] Argentine is one of the most fertile countries in the world, extends over a vast area, has a sparse population and a mild climate. The Argentine Republic would derive considerable profit from the cession of a portion of its territory to us. The present infiltration of Jews has certainly produced some discontent, and it would be necessary to enlighten the Republic on the intrinsic difference of our new movement. Palestine is our ever-memorable historic home. The very name of Palestine would attract our people with a force of marvelous potency. If His Majesty the Sultan were to give us Palestine, we could in return undertake to regulate the whole finances of Turkey. We should there form a portion of a rampart of Europe against Asia, an outpost of civilization as opposed to barbarism* (HERZL, 1946, p.13).

17 Sobre as diferentes correntes do movimento sionista o autor discorre acerca do que entende ser as três principais correntes ideológicas, relativamente distintas, a saber; o sionismo político, o sionismo trabalhista e o sionismo cultural. Finkelstein ainda afirma que todas as tendências estavam comprometidas com a exigência de uma maioria judaica, mas não exatamente pelas mesmas razões (FINKELSTEIN, 2005. p.60). Como explica o autor, o sionismo político propunha que a nação judaica resolvesse a questão judaica se (re)estabelecendo num Estado que a ela “pertencesse”. Para isso, os judeus teriam de se constituir em algum lugar como a maioria (ibid, p.61). O sionismo trabalhista, por sua parte, propunha nas bases de um estado a “reconstituição” da classe trabalhadora judaica. Assim, para esta corrente, a questão judaica não era apenas a ausência de um Estado, mas a estrutura de classe da nação judaica (ibid, p.61). Já o sionismo cultural, por sua vez, propunha um Estado capaz de “centralizar a cultura judaica”. Finkelstein aponta que esta corrente exigia um “centro espiritual” capaz de concentrar e unificar as energias da nação judaica e, em última análise, servir-lhe de força centrípeta (ibid, p.63).(OLIVEIRA, 2015, p.92,93).

Palestina era notória, inclusive para os idealizadores dos processos coloniais sionistas. Ou seja, a região era habitada por árabes palestinos identificados com a sua terra natal (na qual haviam se estabelecido há séculos) e entre si (SALEM, 1983, p.18). Esta questão se tornara, assim, um forte empecilho, uma vez que uma das principais propostas do referido movimento era a construção de um Estado cuja maioria fosse judia. Sobre isto, Norman Finkelstein (2005), ao citar Yosef Gorny<sup>18</sup>, afirma que o autor;

[...] começa identificando o “consenso ideológico” do qual brotou a maior parte do pensamento sionista, se não mesmo toda a sua gama. Um dos elementos deste consenso, frisa ele ao longo de seu estudo, estava no centro da crença sionista e se revelou o principal obstáculo para qualquer reconciliação com os árabes – a saber, a Palestina deveria um dia abrigar uma maioria judaica. (FINKELSTEIN, 2005, p.59)

Deste modo, esforços para a composição majoritária de uma população judaica na Palestina passaram a ser discutidos. Assim, o movimento sionista vinha agindo no pressuposto de que até que os judeus constituíssem o elemento preponderante na Palestina, o princípio democrático do governo da maioria ali teria de ser descumprido (ibid.P67). Assim, como afirma o autor, as correntes centrais do movimento sionista nunca puseram em dúvida seu “direito histórico” de, através do “direito do retorno”, impor um Estado judaico à população árabe da Palestina (ibid). Como aponta Edward Said (1992), foi preciso compreender a luta entre os palestinos e o sionismo como uma luta entre o que autor denomina uma presença e uma interpretação. Para o autor, palestinos seriam referidos constantemente como desapoderados e erradicados pelos sionistas. No entanto, para Said, que lança luz sobre esta presença palestina; *No matter how backward, uncivilized, and silent they were, the Palestinian Arabs were on the land* (SAID, 1992, p.8-9).

Neste ponto, se torna importante retomar uma observação apontada anteriormente. Após a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha se torna mandatária da Palestina e, como tal, emprega forças militares na região. Ao mesmo tempo, se mostra favorável à implantação dos anseios sionistas na Palestina, facilitando, inicialmente, a execução dos planos antes aqui expostos. Assim, no dia 2 de novembro de 1917, o então Ministro do Exterior britânico, Arthur James Balfour,

---

18 Em seu trabalho intitulado; *Zionism and the Arabs, 1882-1948: A Study of Ideology* [O sionismo e os árabes, 1882-1948: Em estudo ideológico]. (FINKELSTEIN, 2005, p.59)



endereça uma carta à Lord Rothschild<sup>19</sup>, afirmando o apoio britânico à criação do Estado sionista e solicitando encaminhamento à Federação Sionista. No conteúdo deste documento, que ficou conhecido como “Carta de Balfour” ou, mais popularmente “Declaração Balfour”, consta o seguinte trecho:

“O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento de um Lar Nacional para o povo judeu na Palestina e empregará todos os seus esforços para facilitar a realização desse objetivo, estando claramente entendido que não se fará nada que possa acarretar prejuízos aos direitos civis e religiosos das comunidades não-judias da Palestina, bem como aos direitos e ao estatuto político de que os judeus possam gozar em qualquer outro país” (SALEM, 1983, p.21)

Antes, ainda, Balfour declara seu contentamento por, em nome da coroa britânica, endereçar a carta ao Lord Rothschild, como pode ser conferido na figura 2, referente ao documento original (próxima página). Desta forma, contando com o aval e apoio declarado da Grã-Bretanha, então potência mandatária da Palestina, os anseios sionistas puderam ser levados a cabo, baseados, notoriamente, nos escritos de Theodor Herzl. Contudo, como já apontado anteriormente, uma das questões mais importantes para o movimento sionista seguia sendo a presença palestina que, de uma forma ou de outra deveria ser “retirada” do país.

A partir deste cenário, observa-se a emergência de novas (e intensificação das prévias) estratégias sobre como proceder. Como afirma Norman Finkelstein (2005), dentro do movimento sionista havia um notável consenso acerca do que o autor coloca como “questão árabe”. Segundo o autor:

Basicamente, este consenso era permeado por três premissas inter-relacionadas: 1. O movimento sionista não deveria esperar nem buscar a aquiescência dos árabes palestinos. [...] 2. O êxito do empreendimento sionista dependia do apoio de uma (ou mais) das grandes potências. [...] 3. O conflito em torno da Palestina deveria ser resolvido no contexto de uma aliança regional subordinada aos interesses das grandes potências. (FINKELSTEIN, 2005, p.72-74)

A perspectiva de uma “expulsão premeditada” da população local, então, se torna central nas narrativas palestinas, uma vez que, como demonstrarei a seguir, o intuito de se promover uma “transferência” da população palestina para “fora” da

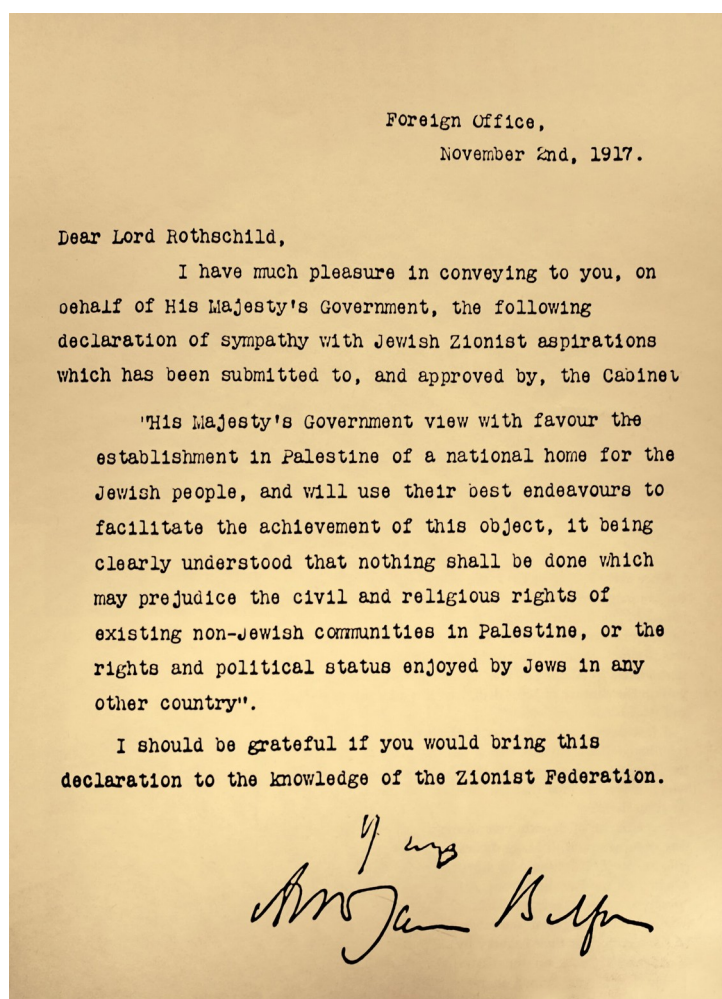
---

19 Lionel Walter Rothschild. Milionário britânico sionista. Figura central entre a comunidade judaica do Reino Unido.

Palestina fora registrado por idealizadores de expressiva representatividade no seio da comunidade sionista. Edward Said (1992), sobre este ponto, publica em seu livro *The Question of Palestine* um trecho contido no diário de Theodor Herzl, datado do ano de 1985, onde este coloca que:

*We shall have to spirit the penniless population across the border by procuring employment for it in the transit countries, while denying it any employment on our own country. Both the process of expropriation and the removal of the poor must be carried out discreetly and circumspectly* (SAID, 1992, p.13)

FIGURA 2: CARTA DE BALFOUR.



FONTE: SPME (scholars for peace in the middle east).

A ideia de “transferência” dos palestinos, então, ganha destaque. Como afirma Arlene Clemecha (2009) os registros em diários, por parte dos fundadores do movimento sionista (político e laico) passam a indicar que a ideia de “transferência” da população árabe autóctone para além das fronteiras de seu país, para a criação de um Estado exclusivamente judeu na Palestina, era parte do projeto sionista desde o início do seu empreendimento colonizador (CLEMECHA, 2009, p.6). Ainda, segundo a autora – como já antes apontado na citação de Said –, Theodor Herzl escreveu, no dia 12 de junho de 1895, em seu diário:

“Devemos expropriar com cuidado”, “tentaremos expulsar a população miserável para além da fronteira (...) negando-lhe qualquer emprego em nosso país... Tanto o processo de expropriação como a retirada dos pobres deve ser executada de maneira discreta e circunspecta”. (CLEMESH, 2009, p.6)

Neste sentido, a perspectiva sionista sobre a criação de um Estado judeu na Palestina estava intimamente ligada à ideia de transferência: a transferência de judeus da Europa para a Palestina e a transferência dos árabes palestinos para fora da Palestina (ibid, p.7).

Esta observação se relaciona diretamente com a construção de expressões identitárias e de território, uma vez que a concretização da ideia de “transferência” é componente de narrativas palestinas sobre seus “locais de origem”, principalmente em 48. Durante minha estadia em campo conheci Aminah Bárbara Haman, uma palestina-brasileira que residira em Ramallah por um certo período de tempo. Sua experiência resultou na escrita posterior de um livro, intitulado “A Partida”, publicado após seu retorno, já em 2019. Na apresentação de sua obra, Aminah – como a chamávamos – comenta que seu livro consiste em relatos de viagem à Palestina, realizada entre maio e agosto de 2017, a fim de *resgatar memórias de uma família que, assim como outras, sofre com a despossessão e o desenraizamento da própria terra, assim como os pés de oliveiras arrancados* (HAMAN, 2019, p.15) Grifo meu.

Aminah refere-se à busca que fez por referências de sua família, por parte de seu pai, o palestino Muhammad. Sua família, originária da cidade de Lydda, nos arredores de Tel Aviv, deixou o local na ocasião da *Nakba* (evento que abordarei em seguida), em 1948, passando por Jericó, Síria e Amã, antes de estabelecerem-

se definitivamente em São Paulo, no Brasil. Segundo Aminah, sua família possuía terras “exatamente” onde hoje está instalado o aeroporto de Tel Aviv, local para onde, como narra, sua família já não tem autorização para retornar. Em uma de nossas conversas, comentamos sobre expressões locais e seus sentidos. Como narra em seu texto:

Saio do topo das montanhas de volta a Ramallah, em algum momento da conversa com Raffoul, descubro que tempo e espaço são uma coisa só. Redescubro algo que intuí como Godot. “Vou para 48” significa ir para a Palestina histórica, fora do West Bank, onde alguns chamam de Israel, onde eu chamo de Palestina, uma mitificação do que fora real e palpável, e que ainda é, mas só para quem pisa e respira o ar. Damascus Gate é o que liga 48 de 67. “Ir para dentro” significa ir para 48 (ibid, p.81).

Narrativas sobre vilas e cidades destruídas pelos sionistas, em 1948 e nos anos seguintes são frequentes. Muitas destas, note-se, situavam-se em 48. Publicações sobre o tema também podem ser referidas, a exemplo de Rochelle A. Davis (2011) em seu trabalho etnográfico *Palestinian Village Histories*. Neste trabalho, Davis lança luz sobre a importância que memórias acerca das antigas vilas exercem na construção de expressões identitárias palestinas contemporâneas.

Os projetos coloniais sionistas, assim, visavam buscar uma nova configuração cartográfica e demográfica na Palestina, considerando a existência da população autóctone. Em meados dos anos 1910, o crescimento da população judaica local é notório, no entanto, compõe menos de 10% da população total. Quatro anos mais tarde, como afirma Hourani (2006), em 1914 a população judia da Palestina tinha aumentado para aproximadamente 85 mil, ou 12% do total (HOURANI, 2006, p.295).

Sobre o processo de crescimento gradual da população judaica local, este esteve também relacionado às compras de terra organizadas e incentivadas pelo Fundo Nacional Judaico<sup>20</sup>. O processo de compra de terra fora estimulado através de doações feitas por famílias diversas, a exemplo dos Rothschild, e terminou por causar o deslocamento de camponeses palestinos de determinadas localidades.

---

20 Identificado pela sigla KKL (*Keren Kayemet Le Israel*), o Fundo Nacional Judaico foi fundado no dia 29 de dezembro de 1901, durante o quinto congresso sionista, na Basileia. Chaim Azriel Weizmann, que viria a ser o primeiro presidente israelense, visitou a Palestina no ano de 1907, com o intuito de promover um desenvolvimento local, através da aquisição de terras, usando uma companhia situada em Jaffa (OLIVEIRA, 2015, p.95).

Com isso, em cerca de três anos, o Fundo Nacional Judaico adquire mais de 20.000 hectares na planície de Marj Bin Amer, na região norte da Palestina. Esta aquisição terminou por determinar o despejo de mais de 60.000 palestinos camponeses<sup>21</sup>. Ainda, como aponta Hourani, cerca de um quarto dos colonos judeus à época fora assentado nas terras, parte compradas pelo Fundo Nacional Judaico e declarada propriedade inalienável do povo judeu, em que não se podiam empregar não-judeus (ibid, p.295). Sobre este ponto, Edward Said (1992) aponta que;

*The Jewish population in 1931 was 174.606 against a total of 1.033.314; in 1936, Jewish numbers had gone up to 384.078 and the total to 1.366.692; in 1946 there were 608.225 Jews in a total population of 1.912.112 (SAID, 1992, p. 11,12).*

Para Said, os palestinos eram facilmente distinguíveis dos colonos sionistas, uma vez que, para o autor, *all of them spoke Arabic, and were mainly Sunni Muslims, although a minority among them were Christians, Druzes, and Shiite Muslims – all of whom spoke Arabic too* (ibid. p. 11,12). Deste modo, embora o mandato britânico na Palestina tivesse permanecido de 1923 a 1948, a percepção da implantação dos anseios sionistas começara a causar revoltas a partir de 1917, quando ocorrem as primeiras importantes insurgências palestinas contrárias ao referido projeto colonial. Todavia, embora a Grã-Bretanha estivesse se pronunciado favorável aos sionistas, medidas para controle da migração para a Palestina passaram a ser impostas, o que terminou por gerar descontentamentos. Deste modo, uma crise política se instaura entre sionistas e o mandato britânico. Um dos principais fatores que contribuíram para tal crise foi a instauração de políticas restritivas, através do chamado “Livro Branco”, assinado em Londres no ano de 1922 após manifestações e protestos árabes.

Como afirma Helena Salem, o “Livro Branco” restringia formalmente a imigração judaica, com o objetivo de impedir a formação de uma maioria não árabe na Palestina (SALEM, 1983, p.22). Contudo, ainda segundo a autora, apesar do “mal-estar” provocado entre os sionistas, o “Livro Branco” não teve maiores consequências, já que não chegou a ser implantado de fato (ibid.). Ainda, mesmo que esta crise política tenha sido instaurada, constata-se neste período a atuação

---

21 Dado contido no documentário *Al Nakba Movie*, produzido e dirigido por Rawan Damen, 2008.

conjunta do exército britânico com um grupo paramilitar clandestino sionista, o Haganah<sup>22</sup>, nas práticas de repressão à população palestina.

Estas investidas contribuem, seguramente, para dar corpo às revoltas e levantes locais e, neste sentido, a segunda metade da década de 1930 ganha destaque. Como afirma Kanafani (2015), o período entre 1936-1939 foi testemunha não só da cristalização do caráter militarista e agressivo da sociedade colonial implantada firmemente pelo sionismo na Palestina, mas também da relativa contenção e derrota da classe trabalhadora local. (KANAFANI, 2015, p.29). O autor, no entanto, aponta para uma falta de consenso entre historiadores, no que diz respeito aos diferentes incidentes que ocorreram em diversos locais enquanto causa da explosão da revolta de 1936 (ibid, p.67), um levante de bastante relevância à época, relacionado à Izz al-Din al-Qassam<sup>23</sup>. Alguns autores citados pelo autor pontuam alguns eventos como os “estopins” específicos da referida revolta. No entanto, como comenta Kanafani;

Dr. Abd al-Wahhab al-Kayyali pensa que a primeira centelha se acendeu antes disso [dos eventos pontuais] – em fevereiro de 1936, quando um bando armado de palestinos-árabes cercou uma escola que um grupo de empreiteiros judeus estava construindo em Haifa, empregando exclusivamente trabalhadores judeus. Mas todas as fontes corretamente acreditam que o levante Qassamista, impulsionado por Sheikh Izz al-Din al-Qassam, foi o verdadeiro começo da revolta de 1936 (KANAFANI, 2015, p.68).

---

22 Força paramilitar sionista que, posteriormente, deu corpo ao Mossad (atual serviço de inteligência israelense) e também ao IDF (Israel Defense Forces), o atual exército israelense (por vezes chamado por meus interlocutores de IOF – Israeli Occupation Forces) (OLIVEIRA, 2015, p.96).

23 Muhammad 'Izz Al-Din bin 'Abd al-Qadir Al-Qassam nasceu em Jabla, na Síria, no ano de 1882. Viajou para o Cairo em 1902 para estudar na universidade al-Azhar, retornando à Síria, posteriormente, onde se tornara pregador. Em função da invasão da italiana na Líbia, em 1911, juntou fundos e recrutou voluntários para ajudar a luta pela libertação líbia. Quando emerge a Primeira Guerra Mundial, se alista ao exército otomano e, posteriormente, retorna à Síria para organizar a resistência contra os franceses, aparecendo como figura central na revolta síria em 1921. Contudo, foi forçado a fugir para Haifa, na Palestina, onde passara a ajudar camponeses locais. Posteriormente, nos anos 1930, contribui para a resistência palestina, criando um grupo chamado “Mãos Negras”. Este grupo, no entanto, fora desmantelado quando, em novembro de 1935, Al-Qassam, junto com alguns soldados palestinos, fora cercado pelas forças britânicas em uma caverna perto de Ya'bad, ao norte da Cisjordânia (sob jurisdição atual da prefeitura de Jenin), sendo assassinado dias depois. Este fato, também, se tornou ponto importante para a revolta palestina de 1936-1939. Enterrado em Haifa, segue sendo bastante referido, também, dando nome ao braço armado do partido político palestino Hamas. As EQB, Al-Qassam Brigades (ou Izz ad-Din al-Qassam Brigades) foram criadas em meados de 1991, visando responder ao descontentamento criado pelos acordos de Oslo.



A imigração sionista, no entanto, se mostrara incessante, fazendo com que as manifestações árabes se tornassem crescentes. Em função disto, a Grã-Bretanha lança, em 1939, o segundo “Livro Branco”, visando agora aplicá-lo<sup>24</sup>. Este segundo decreto estabelece, sobre o número de judeus imigrantes na Palestina, que este não deveria ultrapassar a marca de 75 mil pessoas, entregando-se aos árabes, após aquele ano, o controle total da imigração. Sobre as decorrências da implementação de tal política, segundo Yazbek (1987), não é preciso dizer que não foi mais possível às autoridades britânicas controlar esse movimento migratório (YAZBEK, 1987, p.22).

A partir disto, tem início um processo ilegal de imigração, não respeitando as resoluções impostas pela mandatária Grã-Bretanha. Nesta época, também, surgem grupos sionistas de extrema-direita, a exemplo do *Irgun Zvai Leumi* (dissidência do *Hagannah*), conhecido como *Irgun*. Este grupo fora responsável por uma série de atentados à bomba, que incluía mercados árabes, a céu aberto. Segundo afirma Helena Salem, os ingleses reprimiram o *Irgun* prendendo seus líderes. O grupo terrorista não fez por menos: passou a atacar também as autoridades britânicas, matando vários policiais (SALEM, 1983, p.24). No entanto, com o advento da Segunda Guerra Mundial, em 1939, uma trégua é proposta entre o *Irgun* e o exército britânico. Neste acordo, as forças britânicas soltariam presos componentes do grupo paramilitar sionista, no entanto, uma parte considerável do *Irgun* não concordara com a trégua. Surge, assim, liderada por Abraham Stern, uma nova organização, chamada de *Lohne Heruth Israel*, mais conhecida como *Stern*. Este grupo, os chamados sternistas, eram adeptos do mais indiscriminado terror, contra árabes e ingleses (ibid, p.25)<sup>21</sup>.

Em geral, para os sionistas, como afirma Hourani (2006), era importante manter o processo colonial e, na outra mão, para os palestinos, era importante interrompê-lo, uma vez que, como aponta o autor, a concretização dos anseios sionistas poderia, em certa escala, colocar em perigo o desenvolvimento econômico e a autodeterminação última, e mesmo a existência, da comunidade árabe (HOURANI, 2006, p.338). Desta forma, em função da crescente tensão local

---

24 Para mais informações acerca das políticas que cercaram os Livros Brancos consultar Fritz Liebreich (2005); Britain's Naval and Political Reaction to the Illegal Immigration of Jews to Palestine, 1945–1948.

causada pelos grupos armados sionistas, as forças britânicas e a população palestina local, é apresentado, em 1937, na Liga das Nações, um plano que visava dividir a Palestina em dois estados, sendo um destes árabe e outro judeu. A divisão proposta fora construída após uma investigação conduzida por uma comissão chamada Comissão Real, também conhecida como Comissão Peel – como pode ser conferido na figura 3.

FIGURA 3: MAPA DA PROPOSTA DE PARTILHA DA COMISSÃO PEEL.



FONTE: passia.

No entanto, se torna importante notar que a Comissão Peel fora constituída durante a relevante revolta de 1936-1939. Em função disto, a Grã-Bretanha decide por recuar em sua proposta inicial de partilha, comprometendo a implantação dos ideais sionistas que, por sua vez, preocupavam-se com a urgência



da retirada de dois grandes grupos da Palestina, a saber, os britânicos e os próprios palestinos.

Sobre isto, segundo Arlene Clemecha (2009), no dia 12 de dezembro de 1938, Ben-Gurion<sup>28</sup> escreve em seu diário: “vamos oferecer ao Iraque 10 milhões de libras palestinas pela transferência de cem mil famílias árabes da Palestina para o Iraque” (CLEMECHA, 2009, p.7). Como coloca a autora:

[...] cem mil famílias significariam de 600 mil a 800 mil pessoas, o que representava na ocasião mais de metade da população palestina. Em 1941, em um memorando delimitando a política sionista a ser seguida no futuro, Ben-Gurion declarou que, apesar de ele acreditar que seria possível a transferência voluntária de segmentos do povo palestino, “uma transferência completa do grosso da população árabe só poderia ser forçada, através de uma transferência 'compulsória e sem escrúpulos’” - foram essas as suas palavras (ibid. p.7)

Assim, tendo sido recusada a primeira proposição de um plano de partilha, uma segunda proposta é apresentada. Esta baseou-se em uma segunda comissão enviada à Palestina um ano depois, em 1938. A proposição da chamada *Woodhead Commission* pode ser conferida na próxima página, na figura 4 (próxima página).

Esta, no entanto, tampouco seria aceita e implantada. Tendo em vista a continuidade dos conflitos locais, e a não aceitação das propostas de partilha anteriores, a Grã-Bretanha, no ano de 1947, entrega o assunto à ONU (Organização das Nações Unidas<sup>25</sup>).

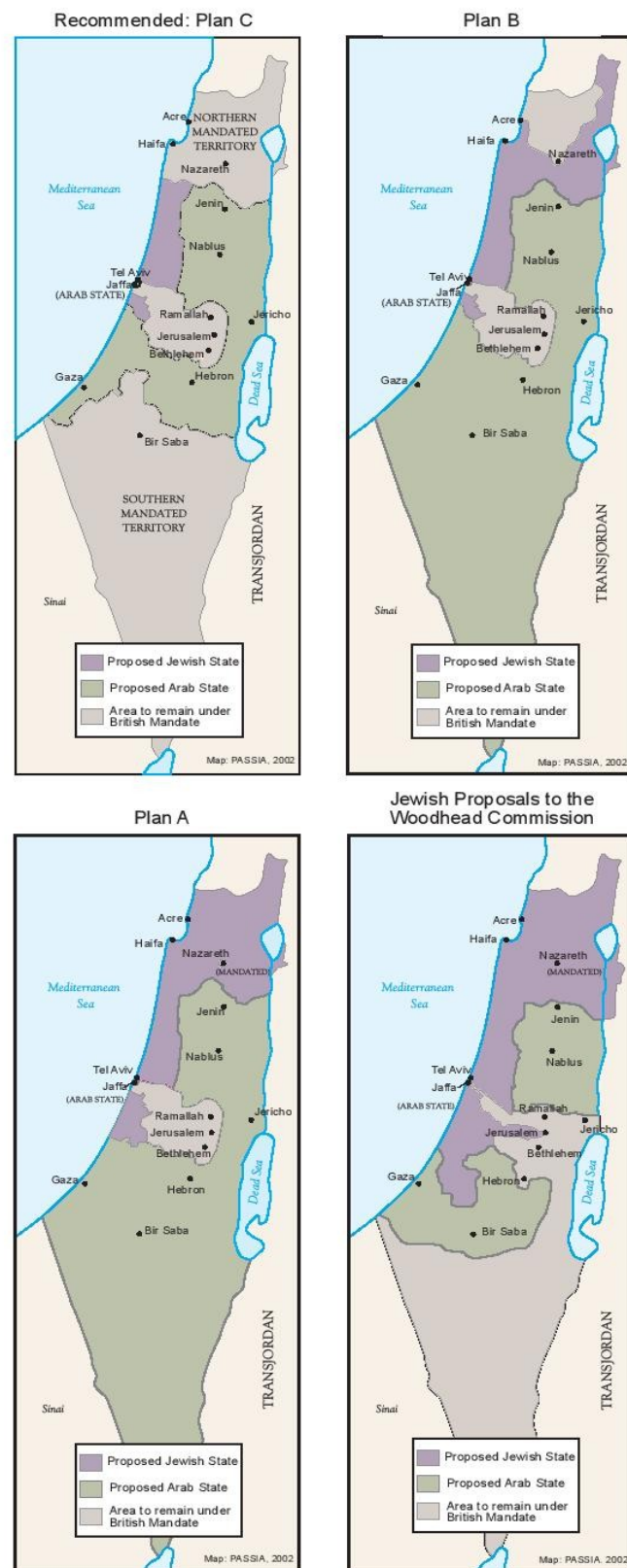
A recém criada organização, então, designa uma comissão especial para tratar do referido assunto. Instaurada em 1947, levou o nome de UNSCOP (*United Nations Special Committee for Palestine*), e apresentou um novo plano de partilha que, na contramão dos anteriores, apresentaria maior interesse aos anseios sionistas.

Este plano que, como comentarei a seguir, visava a divisão da Palestina em dois Estados, fora resultado, também, da recusa de uma proposta anterior, emitida pela UNSCOP, que previa a criação de um Estado único.

---

<sup>25</sup> A Organização das Nações Unidas foi criada no dia 24 de outubro de 1945, em substituição à Liga das Nações.

FIGURA 4: MAPA APRESENTADO PELA COMISSÃO WOODHEAD.



FONTE: passia.

Como aponta Ilan Pappé (2006):

*True, its members deliberated for a while over the possibility of making all of Palestine one democratic state - whose future would then be decided by the majority vote of the population - but they eventually abandoned the idea. Instead, UNSCOP recommended to the UN General Assembly to partition Palestine into two states, bound together federation - like by economic unity. It further recommended that the City of Jerusalem would be established as corpus separatum under an international regime administrated by the UN (PAPPE, 2006, p.31)*

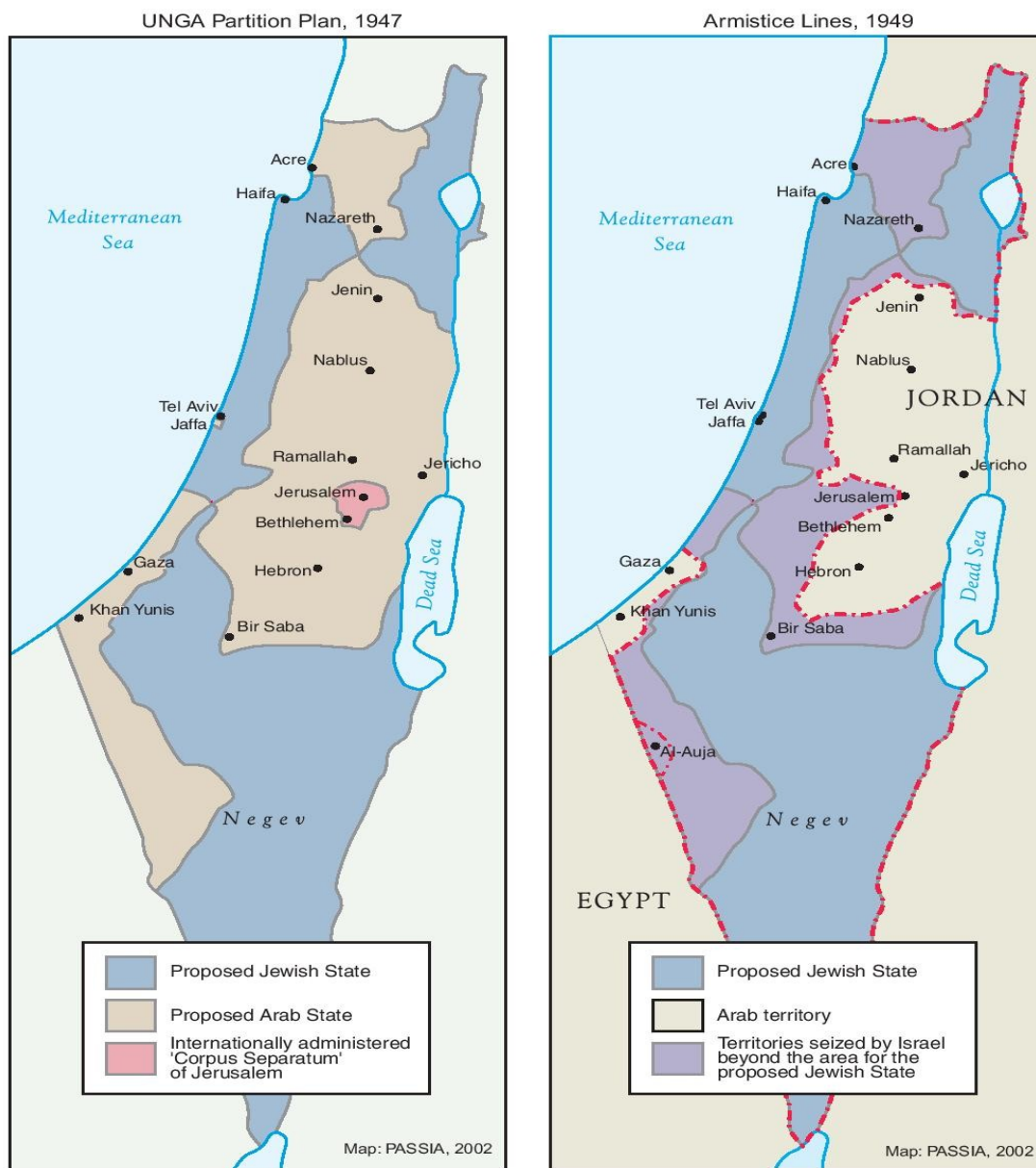
Com isso, o plano de partilha que previa a divisão da Palestina em dois Estados fora aceito pela Assembleia Geral da ONU, através da resolução 181, no dia 29 de novembro de 1947. O mapa da partilha pode ser visto na figura 5 (próxima página, à esquerda). Como aponta Hourani, o plano contou com apoio ativo dos Estados Unidos e também da Rússia, que desejava a retirada dos britânicos da Palestina (HOURANI, 2006, p.166). Desta forma, vale ressaltar que a referida comissão não contou com representação alguma de árabes palestinos, ainda que, à época, a população árabe palestina compusesse a maioria numérica da região. No entanto, a resolução 181 determinava a partilha da Palestina para a criação de um Estado judeu em 55% do território, e outro árabe, em 45% da Palestina (CLEMESH, 2009, p.8). Dito de outra forma, a resolução 181 destinou a maior parte dos territórios da Palestina aos sionistas, ainda que estes compusessem uma minoria numérica.

Este plano de partilha, no entanto, fora rejeitado pelas nações membro das Nações Unidas, assim como pelos árabes palestinos e, novamente, diante da impossibilidade da Grã-Bretanha em resolver o conflito que se iniciara, esta decidiu se retirar da Palestina numa data fixada, 14 de maio de 1948 (HOURANI, 2006, p.367). Assim, logo após a retirada britânica dos territórios da Palestina, no dia 15 de maio de 1948 acontece a auto-proclamação de independência do Estado de Israel.

Sobre este evento, destaco outra fala do professor da disciplina “*Palestinian Question*”, do curso que realizei em 2014 na Universidade de Birzeit. Afirmava ele que, segundo narrativas locais, não houve qualquer necessidade de esforços adicionais por parte dos sionistas, uma vez que os comandos militares, segundo o professor, teriam sido passados diretamente aos sionistas pelos britânicos. Em sua

fala: “as pessoas foram dormir no dia 14 e achavam que as guaritas britânicas estariam vazias, o que seria uma vantagem.

FIGURA 5: MAPA DA RESOLUÇÃO 181



FONTE: passia.

LEGENDA: À esquerda: mapa da partilha prevista na resolução 181 da ONU, de 29 de novembro de 1947. À direita: mapa da disposição cartográfica após a *Nabab*, em 1948. As partes em marrom referem-se à Faixa de Gaza (à esquerda) e Cisjordânia (à direita). As partes em azul e roxo são referentes à 48.

No entanto, no amanhecer, perceberam a presença dos soldados sionistas, ou, do exército israelense, nas mesmas guaritas. O comando foi passado diretamente, como soldados que trocam turnos”.

### 2.3 – *Al-Nakba*: 1948 e o futuro da Palestina

“Com efeito, desde cedo os sionistas empreenderam uma estratégia “gradual” de conquista da Palestina por etapas – estratégia pela qual mais tarde atacariam os palestinos. “A visão sionista não poderia realizar-se numa só investida”, informa o biógrafo oficial de Ben-Gurion, “especialmente no que diz respeito à transformação da Palestina num Estado judaico. A abordagem gradual, imposta por circunstâncias não totalmente favoráveis, exigia a formulação de objetivos que parecessem ‘concessões’”. O movimento sionista aceitou propostas britânicas e das Nações Unidas para a partição da Palestina, mas apenas como “uma etapa no caminho para maior implementação sionista” (FINKELSTEIN, 2005, p.19).

Aqui, destaca-se um dos pontos centrais deste capítulo, além de base fundamental para a compreensão plena dos argumentos desta tese, a saber, a centralidade do ano de 1948. Os acontecimentos deste ano marcam, de modo geral, elementos constitutivos das narrativas locais palestinas relacionadas à expressões de territorialidade e suas correspondentes identitárias. Assim, o dia 15 de maio de 1948 pode ser apontado como o marco referente à Nakbah (النكبة), a “catástrofe” (em uma tradução para o português) palestina. De todo modo, embora a *Nakbah* esteja diretamente relacionada, em narrativas locais, aos eventos de 1948, esta segue informando a construção de narrativas e expressões locais contemporâneas, como apresenta Zarefa Ali (2013) em seu trabalho *A Narration Without an End: Palestine and the Continuing Nakba*, publicado pela Universidade de Birzeit. A perspectiva da autora, de todo modo, se relaciona com narrativas que apontam para uma *Nakbah* inacabada, uma vez que, como apresenta a autora, os eventos daquele ano foram decisivos para o início e, mais importante, a continuidade da atual conjuntura social e política na Palestina<sup>26</sup>. Para a autora:

---

26 A “*Nakba* em curso” que, neste sentido, precederia o ano de 1948 (sendo a data uma referência para a culminação de eventos anteriores) além de se manter em curso até os dias atuais. Como afirma Zarefa Ali (2013), em *A Narration Without an End: Palestine and the Continuing Nakba*: “As first generation refugees narrated their stories and memory of the Nakba, they not only provided me with historically significant facts of the events of 1948, but also gave me their perception of the past, present and future. Through recollecting the memory of their continuing past, first generation refugees presented different indicators of a continuing narrative.” (ALI, 2013, p.42).

[...] *the narrative of the Palestinian people is a narrative of occupation, colonization, injustice, disposessions, land confiscation, oppression, loss and finally is narration without an end. Even if a Palestinian state was established, and refugees did return, this will not alone change the ugly reality on the ground. As long as the Israeli occupation of Palestine continues, the Palestinian narrative of the Nakba will continue to be told without closure. I tried to prove my argument that all these on-going Israeli policies are reflected in the on-going narrative, through gathering the stories of Palestinian refugees; all of whom have a unique story which I tried to tell it right throughout this study* (ALI, 2013, p.82)

No entanto, para além da perspectiva da autora, que trabalhou com narrativas expressas por refugiados palestinos em diferentes gerações, pode-se dizer que as narrativas constantes sobre a *Nakbah* e suas relações com o contexto local contemporâneo se estendem para palestinos em geral, não necessariamente refugiados. Além disto, a *Nakbah* e sua referência à 1948 pode, também, ser tomada como anterior a esta, considerando-a como um marco resultado de eventos anteriores. Sobre isto, pode-se dizer que a *Nakbah* teve grande importância para o contexto político do Oriente Médio em geral e, como aponta Leonardo Schiocchet (2011), continua informando até hoje as ações sociais dos sujeitos que de uma forma ou de outra se relacionam com a região (SCHIOCCCHET, 2011, p.62).

Pode-se dizer, assim, que a Palestina fora transformada de modo radical a partir destes eventos. Como aponta Clemecha (2009), no início daquele ano, palestinos árabes constituíam mais de dois terços da população do país. Eram maioria em quinze dos dezesseis subdistritos, e possuíam 90% da terra. No final deste ano, mais da metade de quase 1,4 milhão de palestinos havia sido expulsa de sua terra (CLEMECHA, 2009, p.7,8). Sobre os palestinos que permaneceram, Zarefa Ali (2013) comenta o número destes, em 1948, era de aproximadamente 160.00, afirmando, ainda, que estes se tornaram *refugiados internos*<sup>27</sup>, devido ao deslocamento entre diferentes cidades e vilas em função da *Nakbah*.<sup>28</sup>

27 Segundo Zarefa Ali (2013), *These IDPs [Internally Displaced Persons] became second-class citizens of the state of Israel, and were subordinated to a system of military administration by a government that had confiscated the bulk of their lands.* (ALI, 2013, p.23 Apud. MASALHA, 2005).

28 Durante os eventos no entorno de 1948, inúmeras vilas palestinas foram destruídas (algumas completamente, segundo narrativas encontradas em campo) pelas forças sionistas. Muitas delas se localizavam no espaço de “dentro”. As memórias acerca destas vilas também compõem as narrativas acerca das atuais expressões identitárias palestinas, que se apresentam tanto por Palestinos residentes na Cisjordânia e Faixa de Gaza, quanto por palestinos de Jerusalém de “48”, além dos registros das narrativas dos palestinos refugiados. No ano de 2011, Rochelle A. Davis publica um trabalho etnográfico, pela *Stanford University Press* (*Stanford Studies in Middle Eastern and Islamic Societies and Cultures*), intitulado *Palestinian Village Histories*. Este trabalho, dentre outros, evidencia



Em 1949, após censo realizado em novembro do ano anterior, o recém criado Estado israelense passa a implementar uma das políticas até hoje observadas, a implantação de um sistema de identificação diferenciada – como pode ser visto na próxima página, na figura 6. Como afirma Tawil-Souri (2012), a todos os judeus nascidos na Palestina antes do estabelecimento do Estado de Israel em maio de 1948 foi concedido documento de identificação nacional. Segundo o autor:

*This is still the case. Today, all Jewish-Israeli citizens hold blue ID cards whether they live in Tel Aviv, Jerusalem, a settlement, or an outpost in the West Bank. Further, as per Israel's Law of Return, any Jew, anywhere in the world, qualifies for 'return' to Israel, and thus can be granted Israeli citizenship and the accompanying blue ID card (all cards are actually off-white, but referred to as coloured according to the coloured plastic case they are required to be carried in) (TAWIL-SOURI, 2012, p.4).*

No ano seguinte, 1950, a ONU cria a UNRWA (*United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*), uma agência voltada para assuntos relacionados exclusivamente aos refugiados palestinos. Esta agência considera refugiados as pessoas que residiam na Palestina entre o mês de junho de 1946 e maio de 1948 e que, em função das investidas sionistas, perderam seus lares e meios de subsistência.<sup>29</sup>

Estes critérios abrangem, também, os descendentes destes primeiros refugiados. No início de seus trabalhos, a UNRWA contabilizou o registro de aproximadamente 750.000 refugiados palestinos. Segundo a agência, um terço dos refugiados palestinos registrados, mais de 1,4 milhões, vivem em 58 campos de refugiados reconhecidos pela UNRWA no Líbano, Jordânia, Síria, Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental (também referida como Jerusalém Leste) (OLIVEIRA, 2015, p.103,104).

---

a importância que as memórias acerca das vilas exercem na constituição das expressões identitárias palestinas, principalmente no que concerne apontar para memórias acerca da *Nakbah* e suas influências nos dias atuais, além das relações com expressões de territorialidade.

29 Contudo, a construção da categoria refugiado é dotada de especificidades que demandam análises e aproximações em contextos diversos (desde individuais, familiares, até a partir de políticas nacionais dos países de destino das populações deslocadas). Estas complexidades componentes do deslocamento de palestinos e a construção de mecanismos de reconhecimento e imputação da condição de refugiado, a partir de imperativos jurídicos operantes em esferas internacionais e de Estados nacionais são exploradas por Jardim (2016), a partir do prisma de tecnologias de governamentalidade de migrações.

FIGURA 6: CORES DE DOCUMENTOS



FONTE: *Palestine News Network*.

LEGENDA: Documento azul, *Blue ID*, à esquerda, com insignia do Estado de Israel. Ao lado direito, da cor verde, o *Green ID*, com insignia da Autoridade Palestina.

Atualmente, a agência contabiliza um total de 5 milhões de refugiados, a partir dos registros de inscrições. No entanto, é importante comentar que estes números variam, para mais, com frequência, além de serem apontados nas narrativas locais. Estima-se que o número total de refugiados, considerando inscritos e não inscritos na UNRWA, pode atingir uma marca que se localiza entre 6 a 7 milhões de refugiados palestinos vivendo em diversas partes do globo. Esta observação, que privilegia as narrativas locais em paralelo às estatísticas oficiais da ONU, se relaciona com apontamentos sobre grandes grupos de palestinos deslocados que, por não confiarem nas políticas da ONU (uma vez que, de acordo com algumas narrativas, esta seria uma das causadoras da *Nakbah* em função da emissão da resolução 181), optaram por não se inscrever na agência criada em 1950. Assim, grandes campos de refugiados não palestinos reconhecidos pela UNRWA podem ser mencionados, a exemplo do campo de *Yarmuk*, na Síria. Com isso, para além da marca de 750.000 pessoas expulsas, registradas na UNRWA, este número pode



chegar a mais de 880.000. Estes números variam, também, de acordo com diferentes fontes.<sup>30</sup>

As tentativas de resistência armada palestinas, com apoio de países árabes vizinhos, não cessaram, do contrário, se mantiveram em 1948. No entanto, o recém criado Estado de Israel derrota as resistências árabes, ampliando seu território para além das delimitações cartográficas previstas no plano de partilha da resolução 181 (ver figura 5, à direita. Item 2.1 desde capítulo). Como explica Arlene Clemecha (2009), a região delimitada para o Estado judeu somava 20% da Palestina histórica e incluía as cidades palestinas de Jaffa, Acre, Haifa e Nazaré (CLEMESH, 2009, p.7).

No entanto, com a expansão dos territórios, estas cidades passaram a compor o “espaço 48”. Contando com maioria palestina nos dias atuais, esta disposição se torna bastante relevante para a compreensão do trânsito de palestinos entre os diferentes espaços, uma vez que famílias inteiras são compostas por sujeitos provenientes destas cidades, assim como da Cisjordânia em geral e Faixa de Gaza. Ainda, embora esta seja uma perspectiva contemporânea, as narrativas sobre locais “de onde as famílias vieram”, em 48, são abundantes.<sup>31</sup>

De todo modo, vale ressaltar que os processos de negociação da partilha da Palestina aconteceram sem qualquer representação palestina. Para Hourani (2006), desde 1948, os próprios palestinos não tinham podido desempenhar um papel independente nas discussões sobre seu destino: sua liderança desmoronara, estavam espalhados por vários estados, e os que haviam perdido casa e trabalho tinham de reconstruir uma nova vida para si (HOURANI, 2006, p.417). Segundo o autor, os palestinos conseguiram desempenhar algum protagonismo estando sob

---

30 As fontes, amparadas com frequência em registros de história oral e narrativas contemporâneas, carecem de uma numeração mais exata, em função das dificuldades encontradas para tal levantamento. No entanto, há consenso sobre a aproximação numérica média aqui apresentada.

31 Além disso, após os conflitos de 1948, o *Knesset* (parlamento israelense) em sua primeira atividade define duas leis que terão bastante influência sobre a ocupação dos territórios palestinos. Como afirma Denise Jardim (2000), a primeira lei, formulada em março de 1950, visava negar, às massas palestinas que haviam evadido da guerra, a permanência em Israel. A “*Absentees Property Law*” era o mecanismo para a apropriação de vastas áreas rurais e urbanas dentro de um novo Estado (JARDIM, 2000, p.92). A segunda lei, como também expõe Jardim, promulgada em julho de 1950, é a chamada “Lei do Retorno”, que deveria garantir a todo e qualquer Judeu do mundo o direito de imigrar e povoar de forma desimpedida, tornando-se automaticamente um cidadão de Israel (ibid). Importante destacar também que, o Estado de Israel, ainda atualmente nega o retorno dos refugiados palestinos, embora estes tenham este direito inalienável segundo as leis internacionais (OLIVEIRA, 2015, p.105).

controle dos estados árabes, além de depender das permissões internas destes. Com isso, a Liga Árabe, em 1964, cria uma entidade separada para eles, a Organização para Libertação da Palestina (OLP) (ibid)<sup>3233</sup>.

## 2.4 – A Guerra dos Seis Dias: 1967 e os novos mapas

A Guerra dos Seis Dias, ocorrida no ano de 1967, pode ser tomada como um evento de bastante importância para o surgimento de novas configurações cartográficas e suas relações com os argumentos propostos neste trabalho. Como aponta Denise Jardim (2000), no Conselho de segurança da ONU, a então Questão da Palestina será renomeada em 1967 de “Situação no Oriente Médio”. A forma de tratamento da questão revela os condicionantes históricos, um determinado momento político dos conflitos no Oriente Médio, bem como a centralidade do território palestino nessas disputas. (JARDIM, 2000, p.81).

---

32 A Liga Árabe, também conhecida como Liga dos Estados Árabes, foi criada no dia 22 de março de 1945 na cidade do Cairo, Egito. Atualmente é composta por 22 membros (21 países mais a Autoridade Nacional Palestina). Os países fundadores da Liga Árabe foram Egito, Líbano, Síria, Jordânia, Arábia Saudita, Iraque, e Iêmen. A Inglaterra, durante a II Guerra Mundial, foi um dos países responsáveis pela motivação da criação da Liga Árabe, visando o fortalecimento dos países árabes contra a expansão alemã. Contudo, após o final da II Guerra, a Liga Árabe continuou suas atividades, se transformando em um órgão responsável pelas relações entre os países árabes e também no âmbito internacional. No ano de 1950, é assinado o “Tratado de Cooperação Econômico-Defensivo”, visando a criação de uma força militar árabe, onde um dos principais objetivos seria a coordenação das políticas para a “libertação da Palestina”. Este tratado entrou em vigor no ano de 1964, com a criação da OLP. (OLIVEIRA, 2015, p.105).

33 Muito embora a Palestina não conte com um sistema de política representativa, o termo usado para se referir aos integrantes da OLP é “partido”, em inglês, “*party*” ou “*political parties*”. Em campo, pude acompanhar manifestações dos partidos em diversas ocasiões, inclusive nas eleições para representação estudantil da Universidade de Birzeit. Neste exemplo, as eleições foram disputadas diretamente pelos partidos, assim, os estudantes votavam no *Hamas* ou *Fattah*, por exemplo. O uso do termo “partido político” pode estar relacionado com ideia da criação de um Estado Palestino, como aponta As'ad Ghanem (2010); *During the years of Israeli occupation, the first forms of a political entity had begun to emerge in the West Bank and Gaza Strip. This entity was democratic in its basic characteristics: it featured rival parties and factions, voluntary organizations and institutions, representative leadership, community organization, and constant civil confrontation with the strictures of the Israeli occupation and related developments. This process was aimed at the construction of a future democratic political system* (GHANEM, 2010, p.89). No entanto, a organização em “partidos políticos” aparece mesmo antes de 1948, como aponta Rosemary Sayigh (2007); *In 1925 the first workers' union was founded in Haifa, some of its first actions being against Palestinian industrialists. Not much later socialist and communist parties were formed, though these were cliques more than parties.* (SAYIGH, 2007, p.56). A autora ainda propõe uma diferenciação das organizações políticas palestinas com relação aos partidos políticos dos outros países árabes; *But what differentiates all the Palestinian Resistance groups from most of the leftist parties in the rest of the Arab world is a much stronger commitment to mass armed struggle as a means to change the status quo* (ibid, p.163) (OLIVEIRA, 2015, p.106).

O Estado de Israel, propenso a expandir-se para além das fronteiras cartográficas definidas na resolução 181 de novembro de 1947, e dos territórios ocupados a partir de 1948, logra êxito em fazê-lo, em função de um plano francês. Trata-se de uma ação conjunta entre França, Inglaterra e o Estado sionista, que almejavam a retomada do controle do canal de Suez, em 1957, que se localiza em território egípcio. Segundo Schiocchet (2011), de acordo com o plano, Israel invadiu o Egito, que já sob a liderança de Nasser<sup>34</sup> havia nacionalizado o canal de Suez em 1956 (um ano antes da invasão) (SCHIOCCHET, 2011, p.63). Como explica o autor, a chamada “Crise do Canal de Suez” (também referida como “Crise de Suez”) acarretou em dois resultados imediatos: uma profunda crise de legitimidade da ação frente aos próprios britânicos e a comunidade internacional; e a intensificação do conflito entre o mundo árabe de um lado, e Israel e as potências europeias de outro (ibid). O países árabes que participaram da guerra foram Jordânia, Síria, Iraque, Líbano e Egito.

Com isto, dado o acirramento das tensões entre o Estado israelense e o governo nasserista (do qual uma das principais bandeiras era a “libertação da Palestina”), acontece, em 1967, a Guerra dos Seis Dias. Sobre o evento, lançando luz às narrativas locais, retomo um comentário emitido pelo professor do curso *Palestinian Question*, da Universidade de Birzeit, que fiz em 2014. Segundo ele, muito embora a guerra leve em seu nome uma referência à duração de “seis dias”, esta, em realidade, havia sido vencida em “seis horas, literalmente”. Este acontecimento se daria pela disparidade bélica e capacidade de mediação de conflitos entre os estados árabes frente às potências europeias envolvidas.

De todo modo, vale notar que uma das motivações iniciais para o começo dos conflitos armados teria sido a expulsão das tropas da ONU que se encontravam na Península do Sinai (uma das margens do canal de Suez), o que justificava, segundo o governo israelense, uma invasão (ibid). Este, segundo Hourani (1991), via-se mais forte militar e politicamente do que os países árabes vizinhos. No entanto, frente a

---

34 Gamal Abdel Nasser. Líder egípcio visto por muitos como o grande representante do panarabismo, movimento que surgira a partir da década de 1920. A ideologia tinha como base no movimento estético chamado de “Nahda” - ou o “Renascimento Árabe” - , que, por sua vez, tinha surgido já no final do século XIX no Egito e se propagado para grande parte da região décadas depois. (SCHIOCCHET, 2011, p.57).

uma ameaça destes, pretendeu, antes, “mostrar sua força”. Isso poderia levar a um acordo mais estável do que o que pudera conseguir [com as potências ocidentais], mas por trás disso havia a esperança de conquistar o resto da Palestina e terminar a guerra inacabada de 1948 (HOURANI, 1991, p.418). Foi então que, em 14 de junho de 1967, o Estado israelense ataca o Egito e, no dias seguintes, domina o Canal de Suez, ocupa o Sinai no Egito, Jerusalém, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, além das Colinas de Golan (território sírio, também conhecidas por *Jawlan*). Assim, como aponta Hourani, o que resultou de maneira mais significativa a longo prazo foi a ocupação israelense do que restava da Palestina árabe: Jerusalém, Gaza e parte ocidental da Jordânia (mais especificamente a margem oeste do Rio Jordão, também referida como “margem ocidental”<sup>35</sup>).

De maneira similar aos eventos ocorridos em 1948 (a Nakbah), as consequências da Guerra dos Seis Dias, para os palestinos, é referida como Al Naksa (النكسة), que pode ser traduzido para o português como “revés”. A compreensão do termo, no entanto, pode ser importante para um melhor entendimento da magnitude do evento. Esta tradução primeira fora baseada na tradução do árabe para o inglês “setback”. Contudo, outras traduções podem ser observadas, como *problem*, *difficulty* ou *relapse* (em português, problema, dificuldade ou recaída / reincidência).

Sobre os eventos de 1967, coloca Safty (2009):

*In June 1967, after a series of guerrilla operations by Fatah, then the main Palestinian resistance organization, operating from Arab countries, especially Jordan and Syria, and following very punitive Israeli military reprisals, especially against Jordan and Syria, and ill-fated Arab rhetorical escalation, Israel launched a lightning strike against Egypt, Jordan and Syria, and seized and occupied the remaining 22% of mandated Palestine*

---

35 O autor refere-se à Cisjordânia. Durante certo período a Jordânia também reclamou para si os territórios palestinos da Cisjordânia. Neste período este espaço era chamado de “margem oeste da Jordânia” (pode ser referido também, em uma tradução mais literal, como “margem oeste do rio Jordão”, contudo, o termo em inglês apontado por meus interlocutores na referência ao período era “*West Bank Jordan*”. Esta expressão pode também apresentar um sentido jocoso. Em algumas oportunidades, em minha primeira estadia, fora comum a abordagem de pessoas aleatórias na rua, proferindo frases como “*Welcome to Jordan*”, ou, ainda, “*welcome to West Bank Jordan*”. Para alguns interlocutores, esta pode ser uma maneira divertida de “confundir” turistas, em forma de piadas, fazendo usos de expressões comuns nas mídias ocidentais que, em geral, não se referem à Palestina como “Palestina”). O termo em inglês para referência ao local é *West Bank* (margem oeste). Em português, no sentido etimológico da palavra, o sufixo “Cis” designa o que está a oeste. Exemplo: Cisplatina, ou, para o caso deste trabalho, Cisjordânia.

*(the West Bank and Gaza), as well as the Egyptian Sinai and the Syrian Golan Heights. (SAFTY, 2009, p.237, 238).*

Assim, durante e após a referida guerra, mais palestinos se tornaram refugiados, e mais caíram sob o domínio israelense (HOURANI, 1991, p.419). Como afirma Arlene Clemecha (2008), na ocasião, aproximadamente 240.000 palestinos foram forçados a deixar suas terras. Com isso, alguns se tornaram refugiados pela segunda vez, e passaram a ser denominados, junto com seus descendentes, de “deslocados de 1967” (CLEMECHA, 2008, p.187).

A partir da Guerra dos Seis Dias, então, tem-se início a ocupação dos chamados TPO (Territórios Palestinos Ocupados). O termo “ocupação”, neste sentido, pode ser usado para referência à presença militar e administrativa da Cisjordânia, Colinas de Golan e Faixa de Gaza (até 2005<sup>36</sup>), a partir do reconhecimento formal da Comunidade Internacional, através de instituições como a ONU ou a Amnistia Internacional, e da condenação constante emitida por estas. Este termo, no entanto, pode ser expresso de maneiras divergentes àquelas estipuladas pelas diretrizes das instituições acima referidas. Grosso modo, o termo “ocupação”, enquanto uma categoria nativa possível, é também expresso de forma situacional e localizada, variando a construção de sentidos de acordo com espaços distintos. Em outras palavras, dentre as expressões locais, esta categoria pode se referir também à 48, enquanto espaço. Por diversas vezes pude observar palestinos de 48 condenando a “situação de ocupação” sob a qual estão sujeitos, ainda que a Comunidade Internacional apenas reconheça a existência desta, atualmente, na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas de Golã.

De todo modo, como afirma Denise Jardim (2000), em 1967, a anexação do Sinai, Gaza, Golã e do leste de Jerusalém expandiu a legislação israelense a estes territórios, voltando a utilizar um governo de administração militar nestes territórios (JARDIM, 2000, p.93). Sobre o início da ocupação, segundo Rosemary Sayigh (2007); *shortly after the 1967 conquest, military commander and political leader Yigal Allon formulated the ‘Allon Plan’, calling for the Israeli takeover of about one-third of*

---

36 A Faixa de Gaza esteve ocupada até o ano de 2005, quando o estado israelense finda sua presença militar na região, assim como realoca os colonos judeus da Faixa de Gaza para assentamentos na Cisjordânia, mantendo, no entanto, a faixa litorânea bloqueada.

*the West Bank and control over the whole region* (SAYIGH, 2007,p.xii)<sup>37</sup>. Ainda, como demonstra Hourani (1991);

Os israelenses começaram a administrar as terras conquistadas praticamente como partes de Israel. O Conselho das Nações Unidas finalmente conseguiu em novembro chegar a um acordo sobre a Resolução 242, por cujos termos haveria paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, Israel se retiraria dos territórios que tinha conquistado, e se cuidaria dos refugiados. Mas houve desacordo sobre o modo como isso devia ser interpretado; se os palestinos deviam ser encarados como uma nação ou uma massa de refugiados individuais. Os chefes de estados árabes adotaram sua própria resolução numa conferência realizada em Cartum, em setembro de 1967: nenhum reconhecimento das conquistas israelenses e nenhuma negociação. (HOURANI, 1991, p.419, 420)

De todo modo, a partir dos eventos de 1967, mais de 400.000 palestinos foram deslocados, em função das novas políticas israelenses. Dentre estas, destaca-se a demolição de casas (aos moldes do colonialismo britânico), a construção de muros e instalação de diversos assentamentos visando popular os espaços ocupados. Além disso, mantém políticas de deportação da população palestina. Ainda, como coloca Arlene Clemecha (2008),

O número exato das denominadas “Pessoas Internamente Deslocadas” (PID, ou IDP segunda sigla em inglês), como são chamados os desenraizados de dentro das fronteiras dos territórios ocupados, é desconhecido devido à ausência de um sistema centralizado de registros, mas acredita-se que sejam em torno de 450.000 (CLEMESH, 2008, p.187).

A Guerra dos Seis Dias, assim, se apresenta enquanto um marco importante para a compreensão da atual conjuntura política, social e econômica da Palestina. Novos deslocamentos foram ocasionados, além do surgimento de novas configurações cartográficas e, com isso, novas referências relacionadas a expressões de territorialidade. A partir destes eventos, também, observa-se a

---

<sup>37</sup> A recusa israelense de uma retirada total do Sinai, em fevereiro de 1971, em troca de um tratado de paz oferecido pelo Egito, levou à guerra de outubro de 1973 [também conhecida como guerra de Yom Kippur]. Os parâmetros básicos da política israelense com relação aos territórios palestinos foram estabelecidos no fim da década de 1960 na proposta de Yigal Allon, um importante membro trabalhista do governo. O “Plano Allon”, propunha a anexação por Israel de até metade da Cisjordânia, confinando os palestinos a dois cantões separados no norte e no sul da outra metade. (FINKELSTEIN, 2005, p.21).

implantação de políticas restritivas com relação à mobilidade, observação central para este trabalho.

## **2.5 – Camp David e os primeiros acordos**

Em 17 de setembro de 1978 é assinado o primeiro acordo de Camp David, entre os governos israelense e egípcio. Este firmava um “acordo de paz”, que previa a retirada israelense do Sinai e sua posterior devolução ao Egito. Ainda, pretendia lançar luz às questões relacionadas à Palestina, no que tange a ocupação israelense dos TPO a partir de 1967. Foi assinado por Anwar Sadat, presidente egípcio à época, e pelo então Primeiro Ministro israelense Menahem Begin, tendo sido mediado por Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos. Em função deste acordo, a conferência da Cúpula Árabe, realizada entre 5 e 7 de novembro de 1978, em Bagdá, votou várias sanções contra o Egito (SALEM, 1982, p.79). O descontentamento da cúpula se deu pelo entendimento de que Sadat firmou os acordos de forma secreta com o governo israelense. Tais medidas deixaram o Egito em uma posição de isolamento, com relação aos países árabes da região. Na mesma via, ainda que os acordos de Camp David fossem também referentes às questões da Palestina, os palestinos, novamente, não protagonizaram qualquer participação. Com isso, a OLP também se posicionou fortemente contrária ao acordo, não apenas por se tratar de uma “paz em separado”, mas sobretudo por considerar que os acordos eram “um novo passo no processo de eliminação da causa palestina” (ibid). Ademais, a OLP, em seu pronunciamento, referiu-se a uma “divisão” dos palestinos, constitutiva dos termos do acordo. Como explica Salem;

O povo palestino é [em função do acordo] dividido em três diferentes categorias: os habitantes da margem ocidental (Cisjordânia) e Gaza; aqueles que foram desalojados desses dois territórios em 1967; e finalmente, de maneira genérica, os refugiados. Os acordos não mencionam por exemplo aqueles que foram desalojados depois de 1967 de Gaza e Cisjordânia, nem os que saíram em 1948, mas que não se registraram no UNRWA (ibid).

Dentre as objeções feitas pela OLP, uma referia-se diretamente a uma das propostas do acordo, a saber, a que acarretaria a retirada da presença militar israelense dos TPO, e a posterior instauração de um governo autônomo. No entanto,



nas resoluções do acordo, a composição deste futuro governo seria definida, inicialmente, não pelos palestinos, mas pelos governos egípcio e israelense. Nesta via, a participação palestina nos processos seria subjugada não apenas às decisões do governo egípcio, mas também aos interesses israelenses. O plano previa a saída dos israelenses dos TPO em 5 anos, no entanto, mesmo os processos eleitorais nas regiões da Faixa de Gaza e Cisjordânia aconteceriam sob comando do governo militar israelense, que se encontrava ocupando estes territórios (OLIVEIRA, 2015, p.112). Enfim, como parte do cumprimento do acordo firmado, o Sinai fora devolvido ao Egito, onde o prazo para a retirada total das forças israelenses seria o dia 25 de abril de 1982. O cumprimento israelense, no entanto, jamais acontecera, fazendo com que o Estado de Israel permanecesse com a ocupação militar da Faixa de Gaza (até 2005) e da Cisjordânia, que se mantém até os dias atuais.

## **2.6 – Das intifadas aos dias atuais**

Pensar a Palestina desde fora desta, implica, muitas vezes, dialogar com representações imagéticas acerca das “resistências” locais. Dentre estas, as *intifadas* (انتفاضة) assumem lugar central. Referida com certa frequência a partir de esquerdas (como no caso das narrativas sobre a Palestina que encontrei no Brasil) estas fazem menção, muitas das vezes, a uma ideia utópica de “levante popular” a ser alcançado ou mesmo tomado como modelo.

A primeira *intifada* (“revolta” ou “levante”, em português. Também conhecida como “revolta das pedras”) teve início em 1987, no mês de dezembro, após o exército israelense promover uma série de mortes de palestinos residentes da Faixa de Gaza. Esta eclode, inicialmente, ao norte da Faixa de Gaza, no campo de refugiados de Jabalia. Como pude observar em campo e, neste sentido, relacionado com o tema desta tese, muitos dos eventos que acontecem na Faixa de Gaza “ecoam” na Cisjordânia e em 48. Assim, quando há ataques ou mortes de palestinos em algum destes espaços, é notória a “resposta” dada pelos outros, em forma de protestos nas ruas, enfrentamentos contra o exército israelense, greves gerais, entre outros. Considerando que esta observação não é relativa a algo “novo”, o mesmo acontece na primeira *intifada*, quando esta ganha corpo, rapidamente, na Cisjordânia. A segunda, por sua vez, tem seu início em setembro do ano 2000,



tendo como uma das principais motivações a ida de Ariel Sharon<sup>38</sup> à mesquita de Al-Aqsa<sup>39</sup>, em Jerusalém. Também, outra motivação, foi a morte de Mohamad al-Dura, pelo exército israelense, no segundo dia da segunda *intifada*, em 30 de setembro de 2000.<sup>40</sup>

A “revolta das pedras” leva este nome em função de sua maior característica, o uso de pedras nos confrontos contra o exército. Ainda, vale notar que as *intifadas* não contaram com lideranças políticas, ainda que estas pudessem, posteriormente (como demonstro a seguir) intervir. Grosso modo, trata-se de dois levantes plenamente populares, onde, segundo apontam as narrativas locais, “todos participavam”, mulheres, homens, jovens e adultos. As *intifadas*, assim, podem ser vistas enquanto o resultado de uma série de eventos anteriores. Dentre as narrativas em campo, estão aquelas que apontam a ocupação israelense e suas implicações como a principal motivação para o início das revoltas, apontando os eventos que as desencadearam apenas como “estopins”. O que se seguiu, no período de ambas as *intifadas*, foi o acirramento dos controles israelenses, o aumento de uma já forte opressão e repressão das manifestações, e um número bastante alto de palestinos mortos nos confrontos, além do aumento considerável da população carcerária.

A partir disto, vale comentar que foi na década de 1980, durante a primeira *intifada*, que vislumbrou-se o início das políticas israelenses de controle de trânsito e implementação e instalação de *checkpoints*. Ainda, deu-se início às políticas, ainda hoje em voga, de controle de estradas, circulação de ambulâncias, pacientes, estudantes, visitantes, entre outros. Também se deu início neste período as

---

38 Nascido em 26 de fevereiro de 1928 e falecido em 11 de janeiro de 2014, Ariel Sharon foram Primeiro Ministro israelense de 2001 até 2006. Sua morte fora celebrada pelos palestinos, que o consideravam um assassino marcante, uma vez que, enquanto Primeiro Ministro e, em 1982, como Ministro da Defesa, quando organizou a invasão ao Líbano naquele ano.

39 A mesquita de Al-Aqsa, localizada ao lado do Domo da Rocha, na cidade velha de Jerusalém, é local sagrado para, principalmente, muçulmanos. Seu acesso é controlado pelas forças israelenses, e apenas muçulmanos podem adentrar o local em determinados dias. Conflitos relacionados ao local são constantes, com destaque para o último, que pude acompanhar *in loco* no ano de 2017, o qual teve grande repercussão internacional.

40 Este evento se tornou um dos mais marcantes e referidos. A cena da morte de Mohamad al-Dura tornou-se, também, bastante citada, sendo expressa com frequência em documentários, murais, pinturas, camisetas, entre outros. Trata-se de um menino de 12 anos, filho de Jamal al-Dura. Ambos foram filmados por Talal Abu Rama, um cinegrafista palestino, quando se encontravam encurralados atrás de uma mureta de concreto durante um tiroteio entre forças palestinas e israelenses. Após alguns segundos, no entanto, o garoto, após tiros do exército israelense, aparece morto, debruçado sobre as pernas de seu pai.

construções de assentamentos israelenses, o controle da água, o controle sobre a construção de casas de palestinos e as ações de demolição das mesmas.

A primeira *intifada* tem seu fim após os acordos de Oslo I, no ano de 1993. Este acordo, assinado no dia 13 de setembro daquele ano, foi o resultado de uma série de negociações feitas em segredo, na cidade de Oslo, na Noruega, entre representantes israelenses e palestinos. Na ocasião da formalização do acordo, foram signatários o então representante da OLP, Yasser Arafat, e o Primeiro Ministro israelense à época, Ytzhak Rabin. Os acordos foram mediados pelo então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Neste acordo, a OLP redige uma carta publicizando o “reconhecimento do Estado de Israel nas fronteiras de 1967”. Em contrapartida, o governo israelense emite uma breve nota reconhecendo “a OLP como representante legítimo dos palestinos”.

Aqui, destaca-se também outro resultado destes acordos, a saber, o surgimento da ANP (Autoridade Nacional Palestina, ou, PA, *Palestinian Authority*). Esta seguirá enquanto representante da Palestina perante à Comunidade Internacional. O acordo previu, também, a retirada gradativa das forças israelenses da Faixa de Gaza e Cisjordânia, visando a futura construção de um Estado palestino nestes espaços. Esta retirada, no entanto, jamais ocorreu. Assim, acontecem, ainda na Noruega, os acordos de Oslo II, assinados em 1995 nos dias 24 e 28 de setembro. Estes acordos previam a divisão da Cisjordânia em três áreas, que foram designadas como áreas A, B e C (ver figura 7, na próxima página).

Nestes termos, as áreas A ficaram a cargo da administração e segurança da ANP, as áreas B teriam administração da ANP e segurança israelense e, por fim, as áreas C, frequentemente referidas localmente como *no one's land*, ficariam sob administração e segurança israelense. Esta situação permanece até os dias atuais. A relação entre Yasser Arafat e as autoridades israelenses, de forma secreta, gerou descontentamento em boa parte da comunidade palestina, ainda que o primeiro siga sendo referido como uma pessoa importante na “causa palestina”.<sup>41</sup> Assim, uma

---

41 Seu túmulo se encontra em Al-Bireh, nas cercanias de Ramallah, ao lado dos prédios da Autoridade Nacional Palestina, e pode ser visitado. Fotos e referências à Yasser Arafat podem ser encontradas com abundante frequência.

série de manifestos e declarações contrárias aos acordos, acusando suas implicações inclusive de antemão, passaram a ser publicadas.<sup>42</sup>

FIGURA 7: MAPA PROPOSTO EM OSLO II.



FONTE: Passia

Edward Said publicara em 11 de outubro de 2000 um curto artigo intitulado “Nada mais a oferecer”, onde o autor inicia comentando que os acordos de Oslo tiveram graves falhas desde o início.<sup>43</sup> Para ele, este teria entrado, à época, em sua fase terminal, a de uma violenta confrontação, repressão israelense desproporcional,

42 Consultar: FINKELSTEIN, 2005; SAID, 2012; SAID, 2003; SAID, 1992; HOURANI, 1991; PAPPE, 2007; SAYIGH, 2007; BAROUD, 2006; MASALHA, 2003; SAFTY, 2009; DOR, 2004.

43 Para mais informações acerca das implicações dos acordos de Oslo, consultar: BAROUD, 2006; DOR, 2004; FINKELSTEIN, 2005; SAID, 2003; SAID, 1992; SAID, 2012; HOURANI, 2006; PAPPE, 2006; SAYIGH, 2007; MASALHA, 2003; SAFTY, 2009.

rebelião palestina generalizada e grande perda de vidas, principalmente do lado palestino (SAID, 2012, p.102). Também sobre isto, aponta Norman Finkelstein:

Caberia talvez argumentar que, apesar da carta de Oslo, a aplicação das decisões do acordo sobre a criação de um conselho palestino, de uma polícia palestina e assim por diante ainda seria capaz de deixar os palestinos em melhor posição para alcançar uma autêntica autodeterminação. (...) Mas o fato é que a nova realidade muito provavelmente propiciará o aumento do controle israelense sobre os palestinos. Temos aqui a hipótese de “bantustanização”, aventada não apenas por Said como por experimentados observadores israelenses. “Nem é preciso dizer”, escreve Benvenisti, “que a ‘cooperação’ baseada nas atuais relações de poder não passa de uma permanente e disfarçada dominação israelense, e que a autodeterminação palestina é um mero eufemismo da bantustanização. (FINKELSTEIN, 2005, p.289,290).

A ocupação israelense, como antes apontado, segue em curso. Com isso, observam-se questões relacionadas a mobilidade nos trânsitos cotidianos entre a Faixa de Gaza, 48 e Cisjordânia. Esta colocação se torna bastante relevante, uma vez que, para além disto, mobilidade se mostra enquanto uma questão presente na própria Cisjordânia, em função da continuidade e manutenção da ocupação israelense destes territórios. A distinção entre diferentes áreas (A, B e C) se torna central, assim, para a compreensão de questões relacionadas à im/possibilidade de trânsito de palestinos não apenas entre diferentes espaços, mas também no interior destes.

## CAPÍTULO 3 – PERSISTÊNCIA DA MOBILIDADE

### 3.1 – Pulando muros: abordando estratégias de movimento

Componente de fundamental importância nas reflexões acerca da im/possibilidade de trânsito, na Palestina, o chamado “muro da separação” (*separation wall*, dentre outras variantes terminológicas) é ponto central nas discussões sobre mobilidade e políticas restritivas. Este muro, cuja altura pode chegar a 8 metros em várias sessões, teve sua construção iniciada no mês de junho de 2002. De acordo com reportes da organização B'TSelem (*The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories*), com atualização em setembro de 2017, a rota do muro conta com um comprimento de 712 quilômetros, sendo, desta forma, duas vezes maior do que a extensão da Linha Verde, de 320 quilômetros.

O alongamento destas barreiras, ainda, se dá para além das delimitações da Linha Verde, cortando largas áreas da Cisjordânia. Desta forma, para além das implicações sobre a liberdade de trânsito da população palestina, a política de implantação do muro visa “anexar” determinados espaços, dividindo, também, vilas, cidades e bairros. Como afirma Wendy Pullan (2009), acerca dos efeitos de tal construção:

*One of the major results of the Israeli separation barrier in the Jerusalem area has been the creation of artificial Palestinian enclaves, enclosed by the wall with guarded checkpoints. To the north of Jerusalem, the villages of al-Jib, Bir Nabala, al-Judeira, and Beít Hanina al-Balad have been looped together to form the so-called Bir Nabala enclave. Historically, these Palestinian centres were recognised as ‘Jerusalem villages’ in a system where familial connections, market outlets, religious sites and reciprocal courtesies and protection gave structure to the continuity of rural and urban space. (PULLAN, 2009, p.45).*

Ainda que envolto em controvérsias, o projeto de implementação de tal política começara no ano 2000, tendo como tema central de seus debates o início da Segunda Intifada. À época, com a implementação de políticas que visavam as corridas eleitorais que ocorreria no ano seguinte, Ehud Barak, então Primeiro-Ministro israelense, afirmaria ao *Knesset* – o parlamento israelense –, em junho

daquele ano, sua posição favorável à construção do muro. A partir disto, como demonstra Backmann (2012);

[...] o plano a ele apresentado em novembro baseia-se no princípio por ele resumido numa frase de campanha eleitoral: “Nós estamos aqui, eles estão ali”. Prevê uma barreira impedindo a passagem de veículos e filtrando a de pedestres ao longo da Linha Verde e ao redor dos grandes blocos de colônias – particularmente Ariel, Maale Adumin, Gush Etzion e a periferia de Jerusalém. A situação das colônias isoladas ainda seria debatida. (BACKMANN, 2012, p. 46).

No ano seguinte, Barak perde as eleições, contudo, a política de implementação das barreiras de separação continuariam, agora sob o governo de Ariel Sharon, eleito com mais de 62% dos votos.

Contudo, no dia 8 de dezembro de 2003, a ONU, através da Assembleia Geral, solicita à CIJ (Corte Internacional de Justiça) um parecer e posição sobre a legalidade da implementação do muro, nas políticas segregadoras perpetradas pelo Estado israelense. O documento encaminhado à CIJ conta com o seguinte texto:

*3. Paragraph 1 of resolution ES-10/13 states that the United Nations General Assembly “demands that Israel stop and reverse the construction of the wall in the Occupied Palestinian Territory, including in and around East Jerusalem, which is in departure of the Armistice Line of 1949 and is in contradiction to relevant provisions of international law”. Israel has not complied with that demand. It has not stopped or reversed the ongoing construction of the Barrier.”*

A posição oficial da CIJ fora emitida apenas no próximo ano, no dia 9 de julho de 2004, com a seguinte afirmação:

Legal consequences for States other than Israel – Erga omnes character of certain obligations violated by Israel. Obligation for all States not to recognize the illegal situation resulting from construction of the wall and no to render aid or assistance in maintaining the situation created by such construction. <sup>44</sup>

Embora a construção e manutenção do muro venha sendo condenada por esferas diversas, este continua compondo a realidade local. Da mesma forma, com sua existência sendo amplamente rechaçada, o muro é, por vezes, significado

---

44 Documentos disponíveis no *website* da CIJ; <http://www.icj-cij.org/homepage/index.php?lang=en>



enquanto espaço de expressões diversas, a exemplo das apresentações de música, gravuras e frases impressas em inúmeras sessões, ao longo de seus 712 quilômetros, como pode ser observado na figura 8, a seguir.

FIGURA 8: GRAVURA GEORGE FLOYD



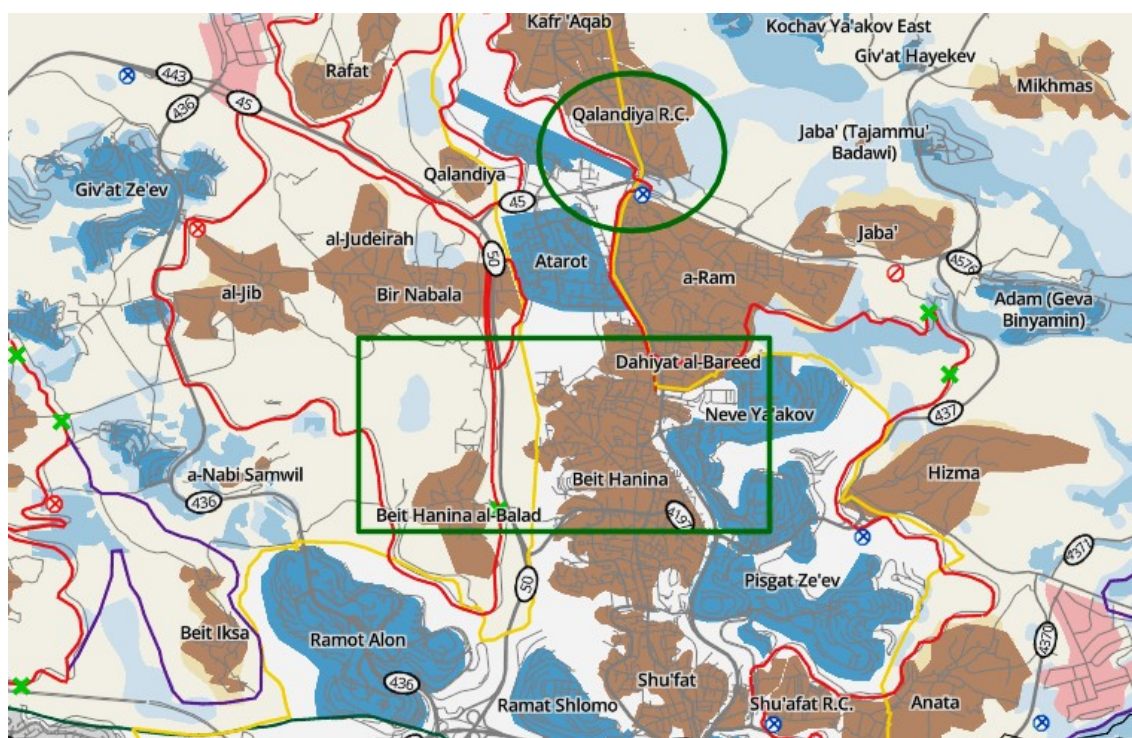
FONTE: IMEU (Institute for Middle East Understanding). Créditos: Abeer Salman.

LEGENDA: Sessão do muro em Belém. Conta com uma gravura de George Floyd, norte-americano negro morto por um policial, nos Estados Unidos, em 25 de maio do mesmo ano.

Da mesma forma, pular o muro pode se mostrar, igualmente, ação performática e, também, estratégia de mobilidade. Em um dos domingos de aula no conservatório, o *checkpoint* de Qalandya fora palco de manifestações durante o dia.

Desta forma, buscando evitar o encontro com um maior efetivo policial e militar no local – ainda que a situação estivesse calma no horário de meu retorno à Ramallah –, resolvi aceitar o convite de um colega para pernoitar em sua casa que, à época, situava-se em Beit Hanina (bairro de Jerusalém Oriental, referido, também, como um dos “bairros palestinos” da cidade). Uma das observações pertinentes acerca deste local é que o bairro, assim como outras localidades, encontra-se dividido pelo muro – figura 9.

FIGURA 9: MAPA BEIT HANINA



FONTE: Acervo pessoal

LEGENDA: Ao centro, demarcado com retângulo, Beit Hanina. As sessões do muro presentes no mapa estão contornadas em vermelho. Acima, circulado, o *checkpoint* de Qalandiya.

Seu apartamento, antes de mudar-se para outra localidade, situava-se nas cercanias da barreira que precisamos andar ao lado, até chegar em seu prédio, cuja entrada tem o muro como paisagem. Caminhar ao lado do muro, note-se, é prática componente do cotidiano local, uma vez que é praticamente impossível não encontrá-lo ou cruzá-lo, em alguma de suas sessões, estando-se na Cisjordânia.



Contudo, uma cena até então inédita para mim, chamou a atenção. O caminho estava escuro, dado o horário no início da noite e, de repente, percebemos dois jovens pulando o muro, por uma fenda discretamente aberta, no alto. Nos fitam rapidamente e, mais rápido ainda, entram em um carro que os esperava e saem, de forma tão ligeira quanto todo o evento. Meu colega, ao perceber minha inquietação com o que acabávamos de presenciar, comentou: “Já aconteceu, algumas vezes, de eles me olharem na saca do apartamento. Então, perguntam se eu vejo algum carro da polícia ou exército nas redondezas – em função de uma visão mais panorâmica dos arredores –, quando respondo que não. Dado o sinal verde, pulam!”. Ainda, dando seguimento à sua narrativa, afirmou que “os israelenses sabem disso, por isso fazem rondas constantes nas cercanias do muro, ainda mais aqui, na entrada de Jerusalém. Logo eles [israelenses] fecham esta fenda, mas aí os palestinos abrem outra, em algum lugar qualquer”.

Esta foi a primeira e única vez que presenciei, visualmente, tal prática. Contudo, rumores sobre esta estratégia de manutenção do trânsito entre Cisjordânia e Jerusalém são observados com frequência, compondo o que é referido localmente, em inglês, como *sneak in* (“adentrar em silêncio”, “caminhar em segredo”, em uma tradução livre).

### **3.2 – Manutenção da mobilidade: Jerusalém e documentos**

Em meu primeiro trabalho de campo, ainda em 2014, residi por cerca de dois meses em Kfar Aqab, em um apartamento cedido por uma amiga palestina. Na ocasião, o curso que fiz na BZU havia terminado e, portanto, também terminara o período de minha estadia nas acomodações arranjadas pela universidade, em Birzeit. Permaneci, no entanto, sozinho no apartamento até que conseguisse, por conta própria, outro lugar para me instalar e, assim, prosseguir com o campo. Foi durante as buscas, que contaram com procuras em redes sociais e perguntando a amigos próximos que, uma musicista com quem tive certa proximidade à época comentou de um apartamento vago, pertencente a sua irmã. Este seria o local de minha instalação, em Kfar Aqab, até minha volta ao Brasil à época.

Depois de nos colocar em contato, a irmã da musicista – uma socióloga com quem vim a travar interessantes diálogos e cujo contato se mantém até hoje –, me

levou para conhecer o imóvel. Esta, então, me explicou que o apartamento, embora estivesse totalmente mobiliado e com alguma louça na pia, não estava sendo habitado por ninguém, já que ela não o estava usando como sua moradia. Foi ao perguntá-la por quê, que a socióloga me explicou que, por ser portadora de um ID azul de Jerusalém, precisava, obrigatoriamente – em função de determinações legais israelenses –, ter residência fixa em algum local que estivesse sob jurisdição da cidade (ou seja, sob jurisdição israelense). Caso contrário, uma vez residindo na Cisjordânia enquanto detentora do referido documento mas fora das áreas C – que são jurisdições israelenses –, ou, como no seu caso, da jurisdição de Jerusalém (como Kfar Aqab, também área C), o risco de ter o documento cassado seria bastante grande.

Nesta situação, ela poderia tanto passar a portar um ID verde como, no pior – mas não raro – dos casos, perder sua documentação por completo e, em ambas situações, perder, por consequência, sua capacidade de trânsito. Para ela, que morava com os pais mas trabalhava em Jerusalém, esta possibilidade se tornara impensável. Da mesma forma, tampouco planejava deixar de viver com seus pais e irmãos.

Ao perguntá-la as razões pelas quais sua família vivia em Ramallah, me explicou que ela, outro irmão e os pais são nascidos em Jerusalém, contudo, sua irmã mais nova (a musicista) e outro irmão são nascidos em Ramallah, antes da implementação das restrições de mobilidade. Estes últimos, detentores de ID verdes, portanto, não possuem a mesma capacidade de trânsito e, para que se mantivessem enquanto núcleo familiar (de forma que todos os componentes da família pudessem manter proximidade cotidiana), a família se estabeleceu, desde o nascimento de seus irmãos mais novos, em Ramallah.

Casos como este são amplamente observáveis, contudo, vale notar que, ainda que residentes na Cisjordânia e, portanto, com livre acesso entre as diferentes áreas (A, B e C), é necessária a comprovação de residência nas jurisdições de Jerusalém para os *Jerusalem ID* – como no caso desta amiga. Por esta razão, a socióloga mantinha seu apartamento em Kfar Aqab, ainda que não residindo no mesmo. Assim, para ela, seria interessante manter o apartamento “movimentado”, ainda que fosse por mim. No entanto, minha mudança para o local não se deu sem

antes do seguinte alerta: “*If some strange person eventually knock at the door, don’t open! Call me first!*”. Achei um tanto estranho no momento mas, sem titubear, afirmei que assim o faria e aceitei suas condições, uma vez que não me seria cobrado valor algum pela estadia. Tal pedido faria sentido mais tarde. Além disto, outras condições me foram impostas como não levar ninguém ao apartamento e, também, ligar para ela antes de resolver qualquer eventualidade relacionada ao local como troca de gás, falta de luz (bastante comum nestas regiões), falta de água, dentre outras.

Ao final de minha estadia, já próximo da data do meu retorno ao Brasil, resolvi agradecer à amiga que me havia cedido seu apartamento sem custo algum, o que terminou sendo de extrema valia para a manutenção financeira de minha estadia em meu primeiro campo. Repus seu estoque de comida, de materiais de cotidiano (papel higiênico, produtos de limpeza geral, alguns itens alimentícios não perecíveis) e, por fim, o limpei com bastante critério, diferente das limpezas habituais cotidianas. Após, no dia de minha partida, a própria dona do apartamento se oferecera para levar-me até Jerusalém, de onde eu pegaria um táxi até o aeroporto, em Tel Aviv. Neste dia, então, minha amiga buscou-me no endereço, sem subir ao apartamento (como jamais o fez enquanto estive instalado ali) e rumamos para a casa de seus pais, onde ela morava, para almoçarmos antes de minha partida.

Aqui, uma observação pode ser colocada. Mesmo antes de quaisquer reflexões sobre mobilidade na falta de vistos, componentes do presente trabalho, fui acometido de um certo “esboço” desta condição. Cerca de uma semana antes de minha partida, me dei por falta do visto que carregava à época, um visto de turista, cuja apresentação se dá através de um pequeno pedaço de papel – uma vez que nem todas as modalidades de visto israelenses são impressos, colados ou carimbados nas páginas dos passaportes. Assim, após longas horas de busca, me veio à mente a lembrança de que eu o usara em certa ocasião, no *check in* de um hotel em Nazaré, mas diferente do habitual (colocá-lo dentro do passaporte), guardei-o no bolso de uma jaqueta jeans. Ao conferir se o encontraria, constatei que sim. Encontrei o visto! Contudo, em forma de farelos de papel, já que, por descuido, havia colocado minha jaqueta na máquina de lavar roupas, alguns dias antes.

Esta situação me causou bastante preocupação à época, posto que havia perdido, de certa forma, o documento (físico) comprobatório de minha permanência

legal. Desta forma, não poderia cruzar o *checkpoint* de Qalandya no dia de meu retorno, o que ocasionou, assim, minha primeira ida “para dentro” através de Hizma. Não fomos parados e, também, tampouco me foi solicitado tal documento no aeroporto (muito embora eu tenha sido retirado da fila de despacho de bagagens por um agente disfarçado, para averiguações).

Ao chegar no Brasil, no entanto, após me contatar e perguntar se a viagem havia corrido bem, a socióloga me perguntou: “*why did you clean my place?*”, ao que respondi que o fiz como agradecimento e, claro, por educação, já que residi ali no período final do campo. Ela, então, após uma breve risada acanhada em frente a câmera de seu computador, me pediu desculpas e disse: “*I had to mess it up a little bit, I’m sorry!!*”. Perguntei porque se desculpara e, também, qual a razão da “bagunça”, ao que ela me explicou, dando resposta à minha dúvida inicial, que as autoridades israelenses promovem checagens eventuais nas residências destes locais e que, um “apartamento demasiado limpo não pareceria um lugar usado cotidianamente”. Por esta razão, para dar a impressão de que ela efetivamente vivia no apartamento, me disse, antes de outra risada: “*I had to let a cup full of cold coffee on the sink!*”.

O exemplo acima colocado pode ser de grande valia para a percepção de que as estratégias, de modo geral, relacionadas com as possibilidades de mobilidade, não se restringem apenas ao cruzamento entre diferentes espaços mas, também se relacionam à estratégias de manutenção das possibilidades. Isto pode ser dito, no entanto, principalmente com relação a palestinos *blue ID* ou com documentos de Jerusalém, uma vez que os *green ID* dependem de autorização prévia para trânsito. Neste sentido, todavia, a manutenção da possibilidade de aquisição de permissões por parte dos *green ID* é perceptível, uma vez que a suspensão ou cassação destas pode acontecer – como nos casos de permanência estendida para além da data prevista de retorno ou, ainda neste mesmo panorama, na permanência para além dos horários previstos nas permissões. Os ônibus que fazem o trajeto de Jerusalém até Ramallah, passando pelo *checkpoint* de Qalandya não são parados *a priori*, salvo em determinados horários, especialmente à noite. Isto se deve ao fato de que diversos palestinos possuem autorização para trabalho e estudo, não podendo, no entanto, exceder o horário previsto nas mesmas. Com isso, mesmo alguns minutos

de atraso (ainda que por questões de trânsito, por exemplo), podem acarretar problemas nas permissões. Trabalhadores que possuem permissões até às 21 horas, por exemplo, não podem cruzar às 21 horas e cinco minutos. Embora possa haver certa maleabilidade na interpretação dos horários por parte dos soldados, não raro palestinos são retirados dos ônibus pelas autoridades militares presentes nos *checkpoints* nos períodos da noite – as retiradas de pessoas dos ônibus que presenciei durante o dia aconteceram com menor frequência.

Desta forma, a manutenção dos documentos é parte constituinte das estratégias de mobilidade. Meus encontros com o motorista que me levava à Jerusalém pode ser tomado como outro exemplo, já que estes se davam em Qalandya, antes do *checkpoint*, do “lado de dentro”. Longe ser uma escolha aleatória, nos encontrávamos na entrada do campo de refugiados porque este se encontra, por sua vez, em uma área C. Também, era ali que residia o motorista, em um espaço sob jurisdição de Jerusalém, para a manutenção dos documentos que o possibilitam transitar.

### 3.3 – Jerusalém: uma cidade para além de si mesma

A partir dos acordos de Oslo II, de 1995, a Cisjordânia passa a ser dividida em três partes, a saber, as chamadas áreas A, B e C. Desta forma, as áreas A ficariam com a segurança e administração da Autoridade Palestina, as áreas B contariam com segurança israelense e administração da Autoridade Palestina e, as áreas C, por sua vez – referidas várias vezes como *no one's land* – contariam tanto com administração quanto segurança israelense<sup>45</sup>. Nesta divisão de incumbências administrativas e de segurança, no entanto, algumas áreas que circundam Jerusalém se tornaram jurisdição da cidade. É o caso de Qalandya e Kfar Aqab, por exemplo. A distinção entre os diferentes “lados” destas localidades, no entanto, é perceptível pela divisão ocasionada pelo muro que as separa. Assim, Qalandya, por

---

45 A referência aos espaços das áreas C como “terra de ninguém” é bastante encontrada nas narrativas locais. Segundo estas, nem a Autoridade Palestina tem qualquer autonomia, tampouco as autoridades israelenses providenciam qualquer “segurança” – do contrário, em termos gerais, as áreas C que circundam Jerusalém são, por vezes, as “portas de entrada” do exército israelense, fazendo com que este sofra de antemão as consequências violentas de tais movimentos militares. Desta forma, são locais referidos como violentos, onde práticas como a prostituição e o tráfico de drogas aconteceria com certa intensidade. De minha parte, contudo, salvo incursões do exército, jamais presenciei estas práticas outras, presentes nas narrativas locais sobre as áreas C. Dizer isto, no entanto, não é negar a existência das mesmas.

exemplo, conta com dois “lados”, comumente referidos como o “lado de dentro” (do muro - “lado” de Jerusalém) e o “lado da Cisjordânia”. Isto se dá pelo fato de ambas as localidades aqui referidas estarem compreendidas nas delimitações das “áreas C”. Nestes espaços, embora componentes do espaço reconhecido como Cisjordânia, a presença da polícia palestina não é permitida, assim como as políticas públicas em diversos setores (urbanismo, lixo, trânsito, a própria segurança, entre outros) são, ainda que a cargo do Estado de Israel, muitas vezes inexistentes.

A partir destas considerações, vale notar que, não raro, operações da polícia palestina (em forma de *blitz*) podem ser observadas nos limites destas áreas, mais precisamente nos limites de Kfar Aqab e Al-Bireh, sendo o último área A e, sendo também, município limítrofe de Ramallah. Contudo, vale notar que o trânsito de palestinos *Green ID*, assim como carros com placas palestinas (brancas e verdes) é livre nestes espaços, sendo limitado ao “lado de dentro” do muro, ainda que estes sejam áreas C e estejam sob jurisdição de Jerusalém. Por esta razão, os serviços públicos de transporte (*services*), táxis e ônibus podem, livremente, fazer o traslado entre Ramallah, por exemplo, e o *checkpoint* de Qalandya. Os primeiros, automóveis de placa palestina e *services*, no entanto, não têm autorização para cruzar “para 48”. No caso dos ônibus, no entanto, estes podem cruzar o *checkpoint*, contudo, raramente seguem seu trajeto para direto para Jerusalém. Na maior parte dos casos, após a travessia (que conta com a checagem dos soldados de todos os ocupantes), os passageiros devem descer dos ônibus e pegar outros (podendo eventualmente ser o mesmo), vindos de Jerusalém, que estacionam em um pequeno “bolsão” situado no *checkpoint*. Neste momento apresenta-se ao motorista um *ticket*, adquirido ainda em Ramallah, que possibilita o não pagamento de nova passagem. No entanto, para o trajeto contrário, de Jerusalém para Ramallah, por exemplo, os ônibus que saem da Cidade Velha, nas proximidades da *Damascus Gate*, não precisam necessariamente parar no *checkpoint* de Qalandya, podendo passar direto para Ramallah – salvo sob ordem dos soldados que, eventualmente, podem chegar permissões.

Por fim, observa-se que a atuação das autoridades palestinas acontece nas regiões limítrofes das áreas A. Contudo, ainda que as áreas C estejam sob jurisdição do Estado israelense, o trânsito de civis palestinos é permitido, sejam

estes *Green ID* ou *Blue ID*. As restrições de passagem, contudo, acontecem a partir dos *checkpoints*, como aqueles que levam à Jerusalém – Qalandya, Hizma, 300 (em Belém). De todo modo, se torna de relevante importância notar que a cidade de Jerusalém se constrói enquanto dotada de uma certa “força centrípeta”, nas dinâmicas dos trânsitos cotidianos,

### **3.4 – *Al-Quds*<sup>46</sup>: a capital da Palestina**

No dia 14 de maio de 2018, Donald Trump, o então presidente dos Estados Unidos declarou que seu país reconheceria oficialmente a cidade como “capital eterna de Israel”, movendo sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém. Seguidos pelo Paraguai e Guatemala, a declaração e a instalação da nova embaixada gerou polêmicas e discussões ao redor do globo. Bastante alinhado com estas posições, o candidato então recém eleito à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, declarou que, seguindo os passos dos Estados Unidos, também mudaria a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. Sua declaração também gerou alvoroço entre os interessados pela questão. Mais tarde, em período próximo à primeira semana do mês de abril, ainda em 2019, em visita feita pelo presidente brasileiro à Jerusalém, este comenta que, em vez de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, seu projeto seria de estabelecer um escritório de representação diplomática na cidade. Tal afirmação gerou o descontentamento de diversos setores, tanto por parte dos mais alinhados com o Estado de Israel como por parte dos críticos desta posição do governo brasileiro. Os primeiros, em geral, por não se satisfazerem com um escritório de representação diplomática, almejando ainda a própria embaixada a partir de sua remoção. Os segundos, por entenderem as consequências políticas que poderiam advir de tal iniciativa.

No entanto, muito embora o assunto tenha estado em evidência em função destas falas e eventos relacionados à viagem do atual Chefe de Estado brasileiro, Jerusalém está longe de ser “assunto novo” no que diz respeito à questão da Palestina. É notório que a cidade é alvo de debates e reivindicação por parte dos palestinos há bastante tempo, assim como figura enquanto ponto central para os ideais sionistas. Norman Finkelstein (2005), ao colocar a observação de Edward

---

<sup>46</sup> Nome dado à cidade de Jerusalém em árabe.



Said que diz que “na história das invasões coloniais [...] os mapas são instrumentos de conquista” (FINKELSTEIN, 2005, p.284), o autor afirma que numa análise da cidade como núcleo da estratégia israelense de conquista, “uma Jerusalém sempre em expansão [é] o coração de uma rede que se estende até a Cisjordânia e Gaza” (ibid.). Ainda, antes de mencionar que a delimitação entre os territórios israelenses compreendidos até antes de junho de 1967 (data da Guerra dos Seis Dias) teve modificações a partir do apagamento da Linha Verde no mapa oficial apresentado nos acordos de Oslo II, Finkelstein comenta que este, o mapa oficial de Oslo II implicitamente situa Jerusalém *dentro* de Israel. (ibid. p.284). Grifo do autor.

Contudo, pode-se pensar que a discussão sobre Jerusalém nos termos mais contemporâneos tem início com os acordos de Oslo I e Oslo II, como visto nos capítulos anteriores. A importância e centralidade do debate sobre a cidade compôs, também, o estabelecimento de uma pauta própria na Assembleia Geral das Nações Unidas, sob o título de “Questão Jerusalém”.

A reivindicação palestina da cidade encontra, assim, há tempos os entraves da ocupação e administração ilegal de Jerusalém por parte do Estado de Israel. Como afirma Helena Salem, em publicação de 1983:

O máximo que o governo israelense hoje admite é o que está escrito nos acordos de Camp David: a autonomia limitada (e muito) dos palestinos de Gaza e Cisjordânia. As colônias implantadas nesses territórios lá devem permanecer e, quanto a Jerusalém oriental, não se cogita absolutamente em sua devolução aos árabes ou mesmo sua internacionalização. Ao contrário, segundo o governo israelense, “Jerusalém está unida e é indivisível, e será por toda a eternidade a capital do nosso povo”. (SALEM, p.88, 1983).

É com isso que, para uma melhor compreensão destas questões, urge considerar as especificidades relacionadas à cidade. Para nortear as elucidações, algumas questões podem ser colocadas, como; porquê tamanho interesse em Jerusalém? A cidade é efetivamente reconhecida como a capital do Estado de Israel? Existem resoluções que desautorizam o Estado israelense a reconhecer Jerusalém como sua capital? Estas são algumas das questões que pretendo elucidar neste tópico, também com vistas a dotar o leitor de informações que ajudarão a compreender Jerusalém em sua importância para a Palestina e seu status perante a comunidade internacional.



A Cidade Velha de Jerusalém (na área leste) é tombada como Patrimônio Mundial pela UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) desde o ano de 1982 – para a mesma agência a Palestina é reconhecida como Estado membro pleno, com sua entrada ratificada em 8 de dezembro de 2011.<sup>47</sup> Embora estas observações apontem para uma Jerusalém – e uma Palestina – mais contemporânea, em termos gerais é possível pensar uma historiografia acerca da Palestina que se dedica a épocas bastante variadas. Jerusalém, por consequência, não foge ao caso. Palco de inúmeros eventos, a cidade (e a Palestina de modo geral) já se encontrou sob o julgo cristão das Cruzadas, muçulmano com o Império Turco-Otomano, dentre outros.

A cidade é notoriamente visada por razões das mais diversas. Como afirma Mahdi Abdul Hadi (1999), Jerusalém, *al-Quds al Sharif* (a Nobre Cidade Santa), tem uma longa e rica história acentuada por seu significado religioso, simbólico e estratégico (HADI, 1999, p.15). Para ele, pode-se notar que a diversidade e santidade da cidade, bem como seu potencial como um centro de convergência de diversas civilizações e intelectuais, são a grandeza de Jerusalém (*ibid.*).<sup>48</sup> Além disso, é importante notar que Jerusalém localiza-se, em termos geográficos, em um ponto bastante – e quase literalmente – central, uma vez que a cidade, assim como a Palestina, pode ser entendida como um ponto convergente entre norte e sul, leste e oeste, se levarmos em consideração as disposições cartográficas presentes nos *mapa mundi*. Isto pode ser levado em consideração não apenas em termos de uma cartografia geopolítica, mas também em termos locais, já que a cidade também está localizada ao “centro” da Palestina. Assim, ainda nas palavras de Hadi, quem quer

---

47 No ano de 2017 UNESCO reconhece como Patrimônios Mundiais do Estado da Palestina a Cidade Velha de Hebron e a Mesquita de Ibrahim (o lugar onde esta se encontra é também referido como Túmulo dos Patriarcas). Este não é o primeiro sítio palestino com este reconhecimento, já que a Igreja da Natividade e a Terra das Oliveiras e Vinhedos, ambos em Bethlehem, já gozam deste status desde 2011. O processo de reconhecimento em 2017 aconteceu em uma reunião onde doze países votaram favoráveis, três votaram contra e seis se abstiveram.

48 Nesta passagem o autor afirma que uma revisão geral da história de Jerusalém não deveria se deter sobre detalhes, mas ao contrário, tentaria detectar as linhas gerais que se combinam para formar o legado de Jerusalém (HADI, 1999, p.15). Esta pode ser uma consideração relevante, uma vez que o autor propõe pensar o que chama de linhas gerais acerca da história da cidade. No entanto, pode-se considerar que os espaços não carregam seus significados “em si”, uma vez que são construídos cotidianamente através de dinâmicas, experiências e práticas dos sujeitos relacionados com estes. Assim, esclareço que, embora este breve apanhado historiográfico também apresente linhas gerais (com o intuito de situar o leitor), é a partir dos detalhes e dados construídos com o trabalho etnográfico *in loco* que oriento os argumentos presentes nesta tese.

que controle Jerusalém fica numa posição de dominação sobre toda a Palestina (ibid. p.16).

Tendo isto em consideração, pode-se perceber com mais clareza os interesses sionistas especialmente sobre esta cidade. Jerusalém, neste sentido, pode ser compreendida para além dos interesses religiosos constitutivos das narrativas sionistas, sendo entendida por estes enquanto um espaço a ser tomado em função de anseios de ordem política. Grosso modo, uma vez que a cidade de Jerusalém é facilmente identificável como um dos espaços mais importantes para palestinos, sua conquista pelos sionistas se tornara ponto crucial para suas investidas coloniais. Como já colocado anteriormente, dentre as estratégias sionistas para a ocupação de Jerusalém está aquela que prevê a “transferência” dos palestinos para fora da Palestina, fazendo com que os espaços ocupados almejados pelo movimento sionista compusessem uma maioria judaica em termos demográficos. Sobre isso, como colocada Hadi;

(...) tal política não pode ter êxito sem um programa de despalestinização. O movimento sionista tentou realizar isso primeiramente por meio (a) de um controle sobre a terra, o trabalho, os recursos naturais, o governo e a soberania palestinos, e (b) a desenraização e expulsão dos palestinos da Palestina. (HADI, 1999, p.20).

No entanto, um importante entrave se apresentou ao recém criado Estado de Israel e os anseios sionistas. A resolução 181 de 29 de novembro de 1947, referente à partilha da da Palestina em dois Estados, também previa a internacionalização da cidade de Jerusalém. Esta proposta, que fora recusada pelos palestinos (por não haverem sido consultados, e por perceberem que esta posição beneficiaria apenas os israelenses), passaria a ser tema de debates e inúmeras resoluções futuras da ONU, como discutirei adiante. De todo modo, a resolução supracitada previa considerar Jerusalém como um *corpus separatum*, que deveria se encontrar sob um regime especial internacional, sendo administrada pelo Conselho de Curadoria designado pelas Nações Unidas.

A resolução em questão considerou que Jerusalém deveria permanecer desmilitarizada, como uma entidade separada sob proteção do Conselho de Tutela das Nações Unidas (*UNTC – United Nations Trusteeship Council*), que deveria

estabelecer um estatuto para a cidade, designar um governador e redigir uma legislação que seria eleita através de voto. Este estatuto permaneceria em voga por dez anos e seria devidamente examinado pelo Conselho de Tutela, com a participação de cidadãos através de um *referendum*. As hostilidades em curso, no entanto, impossibilitaram a implementação da resolução. Neste cenário, o Estado de Israel ocupou o setor oeste de Jerusalém, e a Jordânia ocupou o setor leste, incluindo a Cidade Velha.

Assim, ainda neste ano, a Assembleia Geral, através da resolução 194 (III) de 11 de dezembro de 1948, reafirmou o princípio da internacionalização e dos direitos existentes. Os países árabes, então recusando-se a reconhecer a existência do recém emergido Estado de Israel, não aceitaram tal resolução. Por sua parte, este Estado ignorou a resolução e adiantou-se em expandir sua jurisdição para a parte de Jerusalém que ocupava. Segundo é apontado no trabalho intitulado *The Palestinian Question and the United Nations* (publicado pela ONU em 2008):

*On 23 January 1950, Israel declared Jerusalem its capital and established government agencies in the western part of the city. Jordan, for its part, moved to formalize its control of the Old City; however, Jordanian legislation indicated that this action did not prejudice the final settlement of the Palestinian issue. (The Palestinian Question and the United Nations, New York, 2008)*

Como afirma Henry Cattan (1999), a área do *corpus separatum* foi definida de modo a incluir a então municipalidade existente e as cercanias de Jerusalém, compreendendo Belém e Ein Karen (CATTAN, 1999, p.43). Ainda, esta área não deveria limitar-se apenas à parte da cidade onde se encontram os chamados lugares santos.<sup>49</sup> Isto explicita que toda a cidade, de acordo com o firmado na resolução em questão, fora considerada como a área a ser administrada pelo corpo internacional, ou seja, a internacionalização de Jerusalém deveria ser aplicada a todo o *corpus separatum*. Em outras palavras as consequências legais deste ponto

---

<sup>49</sup> Os chamados lugares santos situam-se majoritariamente na Cidade Velha, na também referida Jerusalém Oriental ou “bairro árabe”, onde se encontra a Mesquita Al-Aqsa, o Domo da Rocha, o Monte das Oliveiras, o Muro das Lamentações, a Via Sacra, entre outros. Esta também é a área de Jerusalém onde reside a maior parte da população palestina local.

da resolução 181 abrangeriam tanto a Cidade Velha como a moderna Jerusalém. *Nenhuma* diferença de fato ou de direito existe entre elas e não é imaginável que uma parte seja tratada diferentemente da outra. (ibid. p.44). Grifo meu.

Embora por um lado a resolução 181 previsse dar à Jerusalém um status internacional, por outro não garantia soberania à ONU e ao Conselho de Curadoria sobre a cidade. No entanto, o Conselho de Curadoria deveria indicar um governador incumbido da administração local e relações externas, que seria assessorado por um corpo administrativo formado por residentes locais.

Ainda;

Unidades autônomas locais no território da cidade, tais como municipalidades, deveriam ser investidas de amplos poderes pela administração e governo local. A cidade deveria ser desmilitarizada e declarada e preservada sua neutralidade. Um Conselho Legislativo eleito pelos residentes da cidade teria poderes de legislar e recolher impostos. (ibid. p.43).

Em discordância com as disposições da resolução 181, o recém formado Estado de Israel declara, na data de 11 de dezembro de 1949, Jerusalém como sua capital, transferindo sua sede do governo para a cidade. Segundo Mahdi Abdul Hadi (1999), foi também neste período que algumas resoluções israelenses passaram a ser implementadas, e assim o Estado de Israel proibiu a menção à palavra “palestina” ou à história arabe-islâmica nos currículos escolares, e restringiu a admissão de palestinos às universidades. Foram impostos também aos palestinos restrições no que tange a trabalho, residência e *deslocamento*. (HADI, 1999, p.26). Grifo meu. Importante notar que, embora as políticas de restrição de movimento se tornem mais explícitas posteriormente, estas restrições impostas aos palestinos têm seu início, assim, já neste período. A ocupação de Jerusalém em 1948 e em 1967, a declaração da cidade como capital israelense em 1949 e sua reificação como “capital eterna de Israel” em 23 de janeiro de 1950 jamais anularam a resolução 181 de 29 de novembro de 1947. Do contrário, o efeito do não cumprimento desta resolução foi a emissão de mais um sem número de resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, tornando nulas todas e quaisquer políticas israelenses que visassem a mudança do status internacional da cidade de

Jerusalém. Importante frisar que estas resoluções continuam sendo válidas e referidas nos dias atuais.<sup>50</sup>

Estas resoluções não decorrem apenas das violações do Estado de Israel com relação às resoluções que apontam para a nulidade de políticas que visam o mudar o status de Jerusalém. Decorrem, também, da violação de uma declaração acatada pelo então recém criado Estado israelense, a saber, a própria resolução 181. Em proveito próprio, num primeiro momento os sionistas acatam a resolução da partilha que também os tornaria Estado-Membro da Assembleia Geral das Nações Unidas. Com isto, o Estado de Israel estaria impedido de negociar o status da cidade, por ter acatado a resolução 181 que, como já colocado, além da partilha (e consequente reconhecimento da ONU da existência do novo Estado sionista) previa também a internacionalização de Jerusalém. Ainda, Abba Eban, o representante do Estado sionista, declarou na ocasião à Assembleia Geral que o “status jurídico de Jerusalém é diferente daquele do território no qual Israel é soberano” (CATTAN, 1999, p.45).

Como já afirmado anteriormente, os anseios sionistas, no entanto, não respeitaram esta afirmação, fazendo com que a ocupação israelense ultrapassasse as linhas da partilha estipulada pela ONU (como se segue nos dias atuais). Esta situação se agravaria após a Guerra dos Seis dias, quando o Estado de Israel ocupa, então, o resto da Palestina Histórica. Esta guerra, ocorrida no ano de 1967, como apontado anteriormente, se tornara um marco importante no que diz respeito à Jerusalém e sua situação. Como resultado da guerra, o Estado de Israel passa a ocupar a o setor leste de Jerusalém, assim como a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. No documento *The Question of Palestine and the United Nations* da ONU (cujas partes destaco a seguir), publicado em 2008, é mencionado que foi a partir deste marco que um número considerável de mudanças demográficas e físicas passam a acontecer, através das novas políticas de ocupação militar israelense. Com isso, tanto a Assembleia Geral quanto o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em inúmeras resoluções, passam a declarar inválidas as dimensões e políticas tomadas

---

50 Como aponta Henry Cattan; as consequências da violação de Israel do status jurídico de Jerusalém foram arroladas numa série de resoluções que (a) proclamaram a ilegalidade da ocupação e anexação da cidade, (b) exigiram que Israel evacuasse a cidade, e (c) decretaram a nulidade e cobraram a reversão de todas as medidas, legislativas, administrativas, demográficas e de propriedade que foram tomadas visando a mudar o status da cidade. (CATTAN, 1999, p.45).

pelo Estado de Israel em seus esforços para mudar o status de Jerusalém. Como apontado no referido documento:

*Security Council considered “that all legislative and administrative measures and actions taken by Israel, including expropriation of land and properties thereon, which tends to change the legal status of Jerusalem, are invalid and cannot change that status”. Israel was urgently called upon “to rescind all such measures already taken and to desist forthwith from taking any further action which tends to change the status of Jerusalem”. (The Question of Palestine and the United Nations, 2008, p.108).*

O texto coloca, ainda, que o Conselho de Segurança reafirmou estas duas posições inúmeras vezes. No entanto, o Estado de Israel jamais interrompeu suas políticas que visam – inclusive ainda nos dias atuais – tornar Jerusalém uma cidade “unificada” (em termos de território) e declará-la como sua capital. Foi quando estas políticas se explicitaram ainda mais que o Conselho de Segurança da ONU, no dia 30 de junho de 1980, adotou a resolução 476 (1980) em caráter de urgência solicitando ao Estado de Israel (referido no documento como *occupying Power*) a respeitar esta e as resoluções anteriores do Conselho de Segurança. O documento (a resolução 476) ainda solicita que o Estado ocupante desista imediatamente de persistir em suas políticas e medidas que afetam o caráter e status de Jerusalém.

Com o não cumprimento da resolução, o Conselho de Segurança, em 20 de agosto do mesmo ano, adota a resolução 478 (1980), na qual é reiterada a posição de que todas as ações que visam alterar o status da cidade são nulas e inválidas, solicitando ainda que missões diplomáticas estabelecidas por diversos países na cidade fossem retiradas. Ainda, a Assembleia Geral considera as ações do Estado de Israel como violações das leis internacionais, que não condiz com a aplicabilidade continuada da Quarta Convenção de Genebra<sup>51</sup>. Este entendimento,

---

51 Adotada a 12 de Agosto de 1949 pela Conferência Diplomática destinada a Elaborar as Convenções Internacionais para a Proteção das Vítimas da Guerra, que reuniu em Genebra de 21 de Abril a 12 de Agosto de 1949. Entrada em vigor na ordem internacional: 21 de Outubro de 1950. (Os termos da Quarta Convenção de Genebra estão disponíveis na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP) em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/convencao-de-genebra-iv.html>)

apontado pela Assembleia Geral em dezembro de 1980 foi reafirmado nos anos seguintes.

Durante a década de 1980, as resoluções da ONU se mostraram bastante enfáticas, reafirmando o caráter inadmissível da aquisição de terras com uso de força assim como a aplicabilidade da Quarta Convenção de Genebra para os territórios Palestinos, ocupados pelo Estado de Israel desde 1967. Com isso, é de suma importância frisar que tanto a Assembleia Geral quanto o Conselho de Segurança têm considerado a parte leste de Jerusalém como parte dos TPO (Territórios Palestinos Ocupados).

Neste panorama, uma outra questão relacionada não apenas a Jerusalém, mas a toda a Palestina, se faz presente. As políticas coloniais israelenses têm incentivado – muito disto através da chamada “lei do retorno” - a implementação de assentamentos (os *settlements*) na Cisjordânia e Jerusalém. Sobre isso, como afirma Henry Cattán, enquanto negava deliberadamente a repatriação de refugiados palestinos, Israel aprovava em 1950 a Lei do Retorno, que garantia a cada judeu no mundo a cidadania virtual, o direito de residência e a aquisição automática da nacionalidade na chegada a Israel. (CATTAN, 1999, p.46). Assim, na mesma resolução supracitada, a Assembleia Geral também expressou sua preocupação com relação à continuidade das chamadas “atividades coloniais ilegais” (*illegal settlement activities*), assim como acerca da construção do muro (referido neste documento como *separation wall*) dentre e em volta do lado leste de Jerusalém. Segundo o documento:

*The further isolation of the city from the rest of the occupied Palestinian territory, it said, was having a detrimental effect on the lives of Palestinians, and could prejudice a final-status agreement on Jerusalem. (The Question of Palestine and the United Nations, 2008, p.114).*

Esta resolução se referia particularmente, neste sentido, ao chamado “plano E-1”, que solicitava a construção de casas para 15.000 colonos. Da mesma forma pretendia implementar uma série de facilidades, na região leste de Jerusalém, adjacente ao maior assentamento israelense na aquele período (o assentamento de Ma’ale Adumin), onde a população, à época, era de aproximadamente 32.000 pessoas.



Estas políticas resultaram em críticas por parte de palestinos e opositores, por entender que estas poderiam dividir os TPO em duas partes e, futuramente, isolar a área leste de Jerusalém do resto da Cisjordânia. Como afirma o documento:

*As of the end of 2006, an estimated 180.000 Israelis lived in more than a dozen civilian settlements established in East Jerusalem, within the expanded municipal boundaries of the city. The palestinian population of East Jerusalem was about 244.800, including some 36.000 living within the walled Old City. (ibid.)*

Seria possível nos demorarmos sobre questões relacionadas ao status jurídico da cidade de Jerusalém e sua relação com a ocupação israelense. Isto se torna bastante evidente, principalmente ao se notar que a questão é dotada de pauta própria para o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU, figurando, inclusive, como a “questão Jerusalém”. No entanto, pode-se observar que, para além destes aspectos, Jerusalém segue sendo central para a Palestina e palestinos, seja em termos de reconhecimento do status político / legal, seja em termos de territorialidade e expressões identitárias. Desta forma, ocupar a cidade (com a instalação de instituições com as mais diversas atribuições) se torna ser central, principalmente no que concerne refletir a construção simbólica de Jerusalém enquanto capital israelense. Isto, certamente, é também algo almejado para palestinos. Com isso, pode-se considerar Jerusalém uma parte inseparável da questão palestina e um elemento fundamental do conflito palestino/israelense, que não pode ser posto de lado nem ignorado em qualquer agenda palestina. (HADI, 1999, p.27).

Isto pode ser notado, por exemplo, a partir da proclamação do Estado da Palestina, feita pelo Conselho Nacional Palestino na cidade de Argel, na Argélia, no dia 15 de novembro de 1988, em que consta ser Jerusalém a capital da Palestina. Assim, pode-se observar que palestinos em geral jamais abdicaram da cidade, nem expressam (também de modo geral) qualquer consentimento com as políticas israelenses que visam mudar o status de Jerusalém, estando alinhados com as resoluções redigidas pelas Nações Unidas. Ainda, como afirma Cattán, o passar do tempo não legitima a ocupação e anexação israelense. Ao contrário do direito privado, nenhuma prescrição está prevista pelo direito internacional para regularizar



situações irregulares. (CATTAN, 1999, p.50). As resoluções emitidas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas seguem sendo emitidas até os dias atuais, reificando o caráter ilegal da mudança de status da cidade de Jerusalém, assim como de toda a ocupação da Cisjordânia, do bloqueio à Faixa de Gaza, e solicitando o cumprimento das resoluções anteriores. Assim, embora a partir dos eventos de 1948 e da Guerra dos Seis Dias terem impossibilitado a população palestina de exercer sua soberania sobre Jerusalém e toda a palestina, como afirma Cattán, sua soberania não fora perdida, [...] seja em razão da resolução das Nações Unidas que internacionalizou Jerusalém, seja como resultado da ocupação e anexação [pelo Estado de Israel]. (ibid, p.43).

No entanto, a despeito das resoluções adotadas pela comunidade internacional, as políticas de ocupação da cidade de Jerusalém (e do resto da Palestina) figuraram e figuram como centrais. Neste sentido, após os Acordos de Oslo de Setembro de 1993, Israel se empenhou na rápida construção e povoamento de novos assentamentos judeus e *sistemas rodoviários* nas terras vagas restantes de Jerusalém Oriental. (TSEMEL, JARADAT, GASSNER, 1999, p.94). Grifo meu. Estes sistemas rodoviários, como apresento ao longo deste trabalho, são diversos, sendo compostos por estradas compartilhadas por israelenses e palestinos, assim como pelas conhecidas *apartheid roads*, de uso exclusivo de colonos e israelenses em geral. Estas últimas circundam também Jerusalém, podendo ser observadas a olho nu por aqueles que não gozam de autorização para usá-las.

Assim, embora permaneçam nos dias atuais, as restrições de mobilidade com relação à palestinos e Jerusalém remontam ao início dos anos 1990. Em função da conjuntura política relacionada à Guerra do Golfo de 1991, com o posterior agravamento a partir das *intifadas*, o Estado israelense passa a operar com as políticas de “licenças”, que possibilitariam ou não a ida de palestinos da Cisjordânia à Jerusalém. Com isto, desde Março de 1993, esta interdição militar se tornou permanente. Mesmo sob circunstâncias “normais”, a interdição representa uma séria infração à liberdade de movimento e à vida econômica e social dos palestinos.(ibid, p.94). Sobre isto, pode-se destacar do trabalho de Lea Tsemel, Mohammed Jaradat e Ingrid Grassner (1999) que, desde a citada época, frequentemente;

[...] o acesso palestino a Jerusalém é totalmente interdito por períodos que variam de dias a semanas, e a consequência dessas “interdições totais” têm sido devastadoras. Enquanto o controle israelense sobre o acesso palestino à cidade pode ser parcial, o novo sistema de interdição e licenças de ingresso provou ser uma ferramenta de sucesso para a promoção da ideia de separação: livre acesso para Jerusalém não é mais visto como uma norma pela grande maioria do povo palestino dos territórios ocupados em 1967. (ibid, p.94).

Este período, o início dos anos 1990, como já visto, é ponto central para a compreensão das atuais questões acerca de mobilidade e territorialidade. De modo geral, a situação política da Palestina com relação às políticas coloniais e de ocupação israelense tem sido agravada a partir da instalação destas restrições. Como afirma Edward Said (2012), foi a partir dos acordos de Oslo assinados em setembro do ano de 1992 que isto se tornou bastante claro, uma vez que palestinos da Cisjordânia passaram a ser impedidos de viajar por Tel Aviv. Neste período, segundo o autor, Jerusalém foi declarada área proibida e grandes projetos de construção transformaram a geografia do país. Em todos os casos, a distinção entre judeus e não judeus continuou sendo escrupulosamente preservada. (SAID, 2012, p.63).

## CAPÍTULO 4 – CATEGORIAS ESPACIAIS LOCAIS

### 4.1 – *Al-Dakhel*: o interno ocupado e as categorias locais

الداخل المحتل (*Al-Dakhel al muhttal*), “o interno ocupado”, em uma tradução livre para o português, é seguramente uma das expressões mais usadas em árabe, entre palestinos da Cisjordânia para se referir ao espaço denominado “dentro”. A origem desta expressão remete ao plano de partilha adotado pela Organização das Nações Unidas em 1948. Após os eventos ocorridos à época, e com a expansão do território ocupado pelo recém emergido Estado de Israel para além daquele previsto na resolução 181, cria-se a chamada “Linha Verde”, delimitando as fronteiras políticas em termos cartográficos e, dividindo, a partir de então, a chamada “Palestina histórica” nos três espaços distintos aqui abordados – Faixa de Gaza, Cisjordânia e *Al-Dakhel* (48) – mais Jerusalém. Com isso, o espaço “interior” da Linha Verde passou a dar sentido à categoria *Al-Dakhel*, uma vez que a implementação desta divisão cartográfica passa a informar a construção de categorias de espacialidades, cujos acionamentos são observados nos dias atuais.<sup>52</sup>

Note-se, no entanto, que as diversas expressões identitárias observadas não se constroem restritamente na Palestina (considerando-se os distintos espaços componentes desta) mas, também, fora desta – como no caso de refugiados em outros países, migrantes, entre outros. Entendo, a partir desta consideração, que o debate sobre Palestina desde “fora” deste espaço pode apontar para uma vastidão notável de considerações, reflexões e contraposições de categorias. Isto não se relaciona, grosso modo, com uma falta de coesão entre os grupos estudados sobre “o que é” e/ou “onde está” a Palestina, tampouco com algum “conflito” entre pesquisadores acerca de seus temas. Como entendo, contudo, esta vastidão de considerações pode acontecer em função das especificidades de cada campo, local, grupos, trajetórias. Em outras palavras, as considerações acerca das construções identitárias palestinas no Chuí (ver JARDIM, 2000), podem apresentar perspectivas diferentes das observadas no Chile (ver BAEZA, 2015; CARAMURU, 2017), no

52 Para Edward Said (1999), the phrase *min al-dakhil*, ‘from the interior’, has a special resonance to the Palestinian era. It refers, first of all, to regions of the interior of Israel, to territories and people still Palestinian despite the interdictions of the Israeli presence. (SAID, 1999, p.51).

Canadá (ver ZAIDAN, 2012) ou no Líbano (ver AL-HARDAN, 2015; SCHIOCCHET, 2011; SCHIOCCHET, 2012), sobre o mesmo tema, a saber, a construção localizada de expressões identitárias palestinas e suas relações com a construção de uma Palestina “imaginada”, muitas vezes a “ser alcançada”, principalmente a partir das narrativas do “retorno” - bastante presentes entre palestinos no refúgio. De modo geral, todos os grupos abordados são compostos por palestinos, contudo, as variantes podem ser as maneiras como cada grupo (assim como vários outros ao redor do globo) constrói, se identifica e se expressa em termos de identidade e referências de territorialidade.

Aqui, reforço duas considerações que julgo ser importantes: a centralidade da compreensão de categorias nativas observadas a partir de trabalho etnográfico *in loco*; e as especificidades que estas categorias apresentam, em contraponto com aquelas múltiplas, e por vezes bastante diferentes entre si, observadas a partir de trabalhos etnográficos feitos “fora” da Palestina (a exemplo dos estudos sobre migrantes, refugiados, entre outros). Dito de outra forma, reitero a perspectiva de que, embora expressões de identidade e territorialidade possam dialogar entre si e, para além disto, serem interconstitutivas, lanço luz, neste trabalho, especificamente sobre aquelas observadas durante meu trabalho de campo *in loco*, na Palestina.

Deste modo, dentre as categorias espaciais e identitárias mais referidas localmente, em meu campo destacam-se: (em inglês) *westbanker* (para os palestinos da Cisjordânia); *gazan* (palestinos da Faixa de Gaza); *jerusalemite* e/ou “*from Jerusalem / from Al-Quds*” (palestinos de Jerusalém); *Forty-eight* (palestinos de 48 – espaço); e *refugee* (para refugiados tanto de/em outros países como na/da Palestina). Sobre estes, considera-se os refugiados alocados em campos na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Além disto, observa-se outros grupos de palestinos que, embora não vivam em campos como os primeiros, são componentes de famílias que se instalaram na Cisjordânia e Faixa de Gaza em função dos deslocamentos forçados ocasionados tanto pela *Nakbah*, em 1948, quanto pela Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Ainda, uma outra categoria pode ser apontada, referindo-se aos IDPs (Internally Displaced Persons)<sup>53</sup>, por vezes também referidos – a depender da

53 Variações da sigla podem ser encontradas a depender da fonte: *Internally Displaced Persons* (SABBAGH-KHOURY, 2011), *Internally Displaced Palestinians* (BOKAE-E, 2003); (MASALHA, 2005).

trajetória de cada grupo ou sujeito – como “refugiados internos”. Nur Masalha (2005) apresentou, a partir de sua perspectiva, quatro categorias distintas, sendo elas: 1) *1948 internally displaced Palestinians in Israel*; 2) *Post-1948 internally displaced Palestinians*; 3) *1967 internally displaced Palestinians*; 4) *Post-1967 internally displaced Palestinians* (MASALHA, 2005, p.9). Embora o autor considere, nas duas primeiras categorias, aqueles grupos que permaneceram (ainda que deslocados) para dentro da Linha Verde, o autor também aponta, nas duas últimas, para palestinos da Faixa de Gaza e Cisjordânia como parte dos IPDs – ou seja, aloca estes grupos como deslocados “internos”. Contudo, a seguir, Masalha aponta para mudanças na construção destas expressões a partir de novas configurações cartográficas, assumidas em função de políticas israelenses que visam abarcar a abrangência do Estado em termos de território. Para ele:

*To complicate matters of categorisation and definition, Palestinians internally displaced from west to east Jerusalem in 1948, for example, were considered “refugees” because of the creation of a functional “border” between the two sides of the city, namely the 1949 armistice line. Setting aside the legal implications of Israel’s military occupation of the West Bank (including east Jerusalem), and the Gaza Strip, the removal of the physical barrier between west and east Jerusalem in 1967 would suggest that 1948 refugees from western Jerusalem residing in the eastern part of the city were no longer refugees but “internally displaced persons” (ibid).*

Assim como os marcos fronteiriços trabalhados por Van Gennep (2011), a colocação do autor aponta para a construção da Linha Verde enquanto uma referência espacial capaz de criar delimitações entre o “dentro” e o “fora” ao passo que se expande ou se retrai. Ou seja, nos termos colocados pelo autor, o movimento da linha informaria inclusões ou exclusões de espaços em termos de territorialidade. Contudo, vale notar que, embora a anexação de Jerusalém tenha sido referida por Masalha nestes termos, a cidade não é apontada como componente de “dentro”, mas sim enquanto uma categoria à parte, de acordo com as expressões com as quais convivi em meu campo.

No mesmo sentido, outros autores apontam para usos destas referências (“dentro” e IDPs) de modo mais aproximado aos que tive acesso. Para Sabbagh-Koury (2011):

*The category “internally displaced in Israel” includes Palestinians who were driven out from their homes by the Jewish forces (subsequently Israeli) prior to the foundation of the State of Israel, or by institutions under the authority of the State of Israel following its establishment, and who remained within the borders of the State of Israel. Today, Israel continues to prevent these internally displaced persons (IDPs) from returning to their homes. (SABBAGH-KHOURY, 2011, p.27).*

Neste mesmo sentido, Bokae'e (2003) afirma que a maior parte dos refugiados surgidos a partir de 1948 fora deslocada para países árabes vizinhos, além dos territórios palestinos que, segundo o autor, não caíram sob controle israelense à época (Cisjordânia e Faixa de Gaza). Bokae'e coloca que: *at the end of the war, some 150,000 Palestinians remained in the areas of Palestine that became the state of Israel. This included approximately 30-40,000 Palestinians who were also displaced during the war.* (BOKAE'E, 2003, p.3).<sup>54</sup>

Contudo, vale reforçar que ainda que distinções espaciais tenham sido impostas sobre a Palestina a partir de 1948, estas passaram a ser componentes da construção de expressões identitárias locais, tal qual apresentado anteriormente: *Gazan, Westbanker, Jerusalemite, Refugee, From inside*. No mesmo sentido, tais expressões também passam a ser construídas e acionadas por sujeitos palestinos deslocados para países outros, tal qual apontam Chagas e Pinto (2013). Os autores afirmam que;

[...] o pertencimento identitário dos refugiados a uma Palestina perdida e frequente rejeição que enfrentam nas sociedades de acolhida não impedem que suas experiências biográficas e coletivas sejam efetivamente criadas e moldadas no local onde vivem e, frequentemente, nasceram (CHAGAS, G.F; PINTO, P.G.H, 2013, p.14).

No entanto, observe-se que, embora estas possam ser tomadas como constituídas e constitutivas de suas variantes espaciais, todas apresentam relação com uma outra expressão identitária, “palestino”. Esta constatação é amplamente

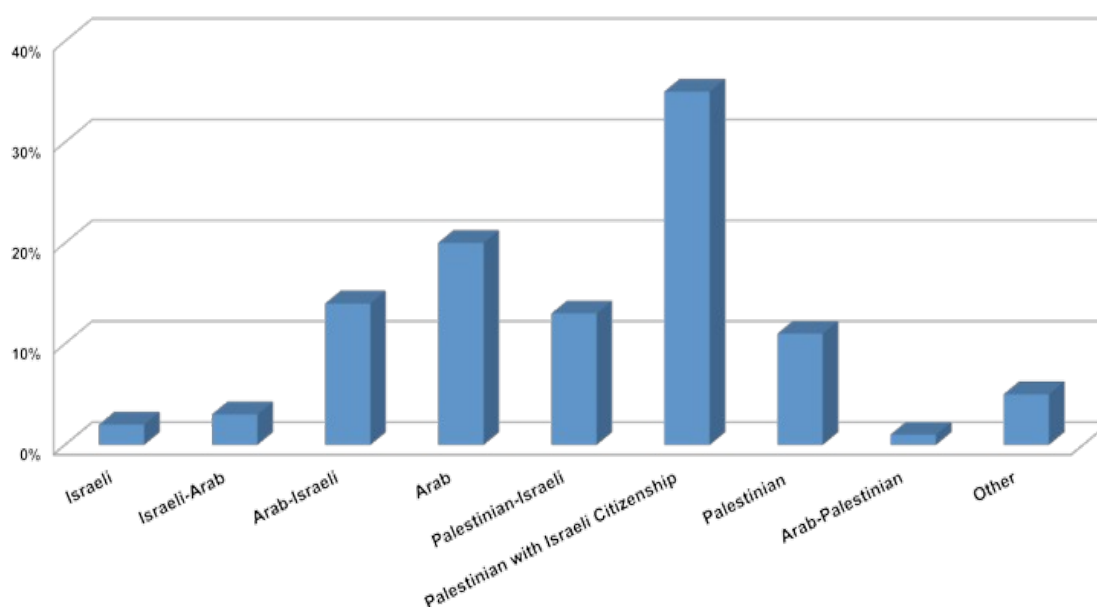
---

54 Embora as terminologias usadas nos trabalhos acadêmicos e jornalísticos em geral apresentem uma certa predominância do uso do binômio “Israel vs TPO”, publicações com referências à categoria “*Al-Dakhel*” também podem ser encontradas. Para mais, ver MUSTAFA, 2012; HAWARI, 2018; FAROUN, 2018. Este último afirmara que a categoria *Al Dakhel* faria referência à toda a Palestina, incluindo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Para o autor; “*They see themselves, however, as divided into two great segments: those in al-dakhel (literally, “inside” historic Palestine, both citizens of Israel and those under occupation in the West Bank and Gaza) and those in al-manfa (exile) or al-ghourba (estrangement) dispersed in the Arab states, Europe, the Americas, and elsewhere.* (FAROUN, 2018, p.14).

observável em campo e, em todos os contatos que estabeleci com palestinos provenientes de quaisquer um destes espaços, todos compartilhavam e expressavam a categoria “palestino” acima de qualquer outra.

Sobre isto, a organização BADIL (*Resource Center for Palestinian Residency & Refugee Rights*), baseada em Belém, publicou, em 2012, o trabalho “*One People United: A Deterritorialized Palestinian Identity*”, onde lançou mão de pesquisas realizadas com o auxílio de entrevistas estruturadas, visando compreender as expressões identitárias palestinas em diferentes espaços e, também, identificações entre grupos palestinos provenientes de diferentes localidades. Ao questionar palestinos *blue IDs* sobre expressões identitárias, a organização traz o seguinte gráfico (figura 10), seguido da pergunta, em inglês, “*How do you self-identify?*”:

FIGURA 10: GRÁFICO IDENTITÁRIO BADIL



FONTE: Badil, 2015, p.15.

Para os autores do referido trabalho, a primazia da “identidade palestina” sobre as outras sugeridas é evidente. Para eles; [...] *the primacy of Palestinian identity among these respondents is evident in the formulation of their identity “Palestinian **with** Israeli citizenship”* (BADIL, 2012, p.15) Grifo do autor. Ainda, segundo suas perspectivas analíticas: *such a formulation sees Palestinian identity to be the primary identity, with Israeli citizenship merely attached to it, and not having*



*any meaningful effect.* (ibid). No entanto, de forma um tanto distinta da perspectiva apresentada nesta pesquisa, proponho pensar que, de certa forma, a predileção pela resposta de maior incidência pode apontar para um importante marcador de diferenciação. De todo modo, observa-se a categoria “palestino” em primeiro plano.

Apresentando outros gráficos, a pesquisa seguiu apontando seus dados a partir de perguntas outras, relacionadas, em termos gerais, com a importância da identificação com outros grupos de palestinos. A partir da pergunta “*How important is it to foster social ties with **Jerusalem** residents?*” (grifo meu), 45% dos entrevistados responderam achar “importante”. Outros 25% consideram “extremamente importante”, ao paço que uma minoria se mostrou “neutra” ou ofereceu como resposta as opções “não importante” ou “extremamente não importante” (1% a 5%). Um cenário bastante similar pôde ser observado a partir da pergunta a respeito dos residentes na Faixa de Gaza, considerando-se apenas um discreto aumento da porcentagem de respostas “neutro” (mais próximo de 30%) e “não importante”.

Quando perguntados a respeito da manutenção de “laços” com palestinos no Líbano, Síria e Jordânia, as proporções entre as respostas, novamente, se mantiveram as mesmas, contudo, com aumento da resposta “importante”. No entanto, de maneira contrastiva com as respostas das questões anteriores, chama a atenção aquelas relacionadas aos laços com os residentes na Cisjordânia. Na pergunta “*How important is to foster social ties with **West Bank** residents?*” (grifo meu), obteve-se cerca de 30% a 35% da resposta “importante”, contra 40% da resposta “não importante”. As outras opções de resposta mantiveram-se abaixo dos 10%.

Sem definir uma razão específica para tal disparidade, os autores do artigo propõem algumas breves reflexões, que apontam para uma frequência maior do trânsito dos jovens entrevistados entre estes espaços. Também, pode-se apontar para respostas informadas, segundo os autores, por uma perspectiva que aponta, em realidade, redes de solidariedade sobrepostas à outras. Desta forma, a resposta dispare (ainda que equalizada, em termos gerais, com “importante”) com relação às anteriores estaria menos relacionada com “não se importar” com os “laços” com a Cisjordânia e, sim, mais relacionada com se “solidarizar mais”, em uma perspectiva

comparada, com palestinos da Faixa de Gaza, uma vez que o trânsito para este espaço – diferente do primeiro – não é possível nas dinâmicas cotidianas.

Quando as perguntas se voltam aos residentes de Jerusalém, Cisjordânia e Faixa de Gaza, contudo, similaridades se tornam bastante evidentes. A pergunta “*How do you self-identify?*” apresenta a categoria “palestino” em absoluta evidência, somando cerca de 82% na Cisjordânia e 75% em Jerusalém. Outras categorias apresentam percentuais bastante inexpressivos sendo “*israeli*” o menos referido (cerca de 0% a 1%), tendo a categoria “árabe” como a segunda mais expressa na Cisjordânia (cerca de 5%) e a categoria “árabe-palestino / palestino-árabe” sendo a segunda mais expressa em Jerusalém, com um percentual similar, de 5%. As outras categorias incluídas na pesquisa foram “árabe-israelense”, “Palestino com cidadania israelense”, “Palestino com ID de Jerusalém” e “outro”.

Comparativamente, o gráfico referente à Faixa de Gaza apresenta valores aproximados, contudo, evidenciando outra categoria local, “*gazan*”, com 23%, deixando a categoria “palestino” em primeiro lugar, com 67% das respostas. As perguntas acerca da importância dos “laços” entre diferentes espaços, também, apresenta similaridades, com expressão bastante significativa das respostas “extremamente importante” e “importante”, em todos os casos.

Tomando o referido trabalho como construto etnográfico, este demonstra não apenas o interesse na construção de tal conhecimento, como explicita a confluência com as narrativas aqui apresentadas. Assim, compreender que a identificação de grupos palestinos entre si, embora expressas em formas diversas a partir de variantes espaciais, se torna de relevante importância.

Em minha dissertação de mestrado afirmei que todos os sujeitos que se identificam enquanto palestinos o fazem independente de qualquer distinção de territorialidade (OLIVEIRA, 2015, p.121), no que tange pensar as referidas expressões locais. No entanto, buscando rever e refinar esta reflexão, pode-se afirmar que a distinção entre diferentes espaços é parte constitutiva da construção própria do “ser palestino”, em termos locais, no sentido aqui apresentado. Ainda, para além disto, é a partir da própria distinção espacial que categorias distintivas de espaço e identitárias são cotidianamente construídas, tornando possível a existência de uma “Palestina única” para além dos “TPO”.

De todo modo, torna-se importante, também, lançar luz sobre a existência de uma concepção mais ou menos comum acerca do “ser palestino”, transversal às construções identitárias de palestinos também ao redor do globo. Sobre isto, Leonardo Schiocchet (2015), propõe pensar o que chama de “palestinidade”, compreendendo o termo como;

[...] uma ampla arena de negociação inerentemente heterodoxa, composta por espaços plurais de pertencimento social e a partir de sua própria interseção a outras arenas, que ao mesmo tempo produz e contesta ortodoxias segundo contextos distintos e interpretações e experiências diversas (SCHIOCCCHET, 2015, p.8).

Sem fugir à regra, seguindo esta perspectiva, pode-se dizer que palestinos, na Palestina, também se relacionam e compõem a construção desta arena de negociação heterodoxa. Assim, ainda que expressas a partir de imperativos locais, as categorias identitárias são informadas (em uma relação interconstitutiva) por uma comum, compartilhada, relacionada com a junção de diferentes espaços. Dizer isto, neste trabalho, é de relevante importância, uma vez que não observo desconexão entre o par “identidade / territorialidade”. Ou seja, o trânsito cotidiano de palestinos por diferentes espaços, e a busca por estar “aqui e lá” se relaciona, diretamente, com as identificações destes grupos entre si e com a construção de diferentes expressões de territorialidade.

Apresentar os usos das categorias aqui abordadas não implica, no então, no não (re)conhecimento da categoria “Israel” enquanto possibilidade de referência espacial, assim como a expressão identitária “israelense” (ou *israeli*, como costumeiramente escutei e reproduzi em campo). Contudo, embora a categoria espacial “Israel” fosse, de certa forma, mais presente que sua variante identitária (“ir para Israel”, ou “em Israel isso ou aquilo”), jamais ouvi qualquer menção a esta segunda, *quando em diálogo com ou sobre palestinos de 48*. Estes, em geral, se apresentavam como “palestinos” apenas, ou, quando na Cisjordânia – de forma majoritária – “palestinos de 48”.

Vale reforçar, no entanto, que os usos destas categorias é, também, situacional, sendo articulados de forma contextual, dependendo, principalmente, do local onde as narrativas são expressas. Dito de outro modo, na Cisjordânia o termo

“Palestina” é mais usado para referir-se à este espaço. Também, “48”, para referir-se ao espaço de “dentro”, é mais percebido a partir da Cisjordânia. Os palestinos de Jerusalém, no entanto, fazem pouco uso desta categoria, sendo mais notória a palavra “Palestina” apenas, para referir-se à este espaço.

Ambos, contudo, podem acionar o que proponho chamar de “categoria contrastiva” para se referir a 48. A categoria contrastiva, neste sentido, pode ser tomada como aquela que é construída e acionada de forma a opor alguma outra. Neste caso, “48” tem sua construção e acionamento contrastivo com seu par opositor, a saber, “Israel”. Para melhor ilustrar tais categorias, apresento um mapa, onde as referências espaciais estão inscritas na imagem da próxima página, na figura 11.

Aqui, torna-se bastante relevante o apontamento de que os mapas da Palestina, em termos gerais, não são representados localmente apenas levando-se em consideração a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Assim, o “mapa da Palestina” pode ser encontrado em pingentes, anéis, brincos, quadros, ilustrações, grafites em muros, artefatos à venda em pontos turísticos, publicações em redes sociais, entre outros.

Importante ressaltar, no entanto, que tal apontamento não exclui a existência da representação cartográfica da Palestina apenas a partir dos espaços aqui referidos, uma vez que estes são referenciados em situações diversas e, também, a partir de atores políticos relevantes – como no caso das representações acionadas pela Autoridade Palestina, dado o reconhecimento das chamadas “Fronteiras de 1967”. Contudo, em termos de um apontamento etnográfico relacionado com as construções e usos locais de tais mapas, os primeiros, a “Palestina toda”, são mais referidos – em realidade, foram consideravelmente raras às vezes em que observei os usos do mapa que restringe a Palestina à Cisjordânia e Faixa de Gaza.

Ainda, jamais observei quaisquer usos deste tipo de mapa em adornos, enfeites, estampas, dentre outros, apontando para um uso destes quase que exclusivo das esferas diplomáticas. Para Jess Bier (2017) mapas podem ser tomados enquanto artefatos decorativos usados em enfeites de parede, assim como podem ser, em suas palavras, ferramentas úteis acionadas em negociações políticas.

FIGURA 11: MAPA ILUSTRATIVO DE 48



FONTE: acervo pessoal

LEGENDA: À esquerda observa-se a Faixa de Gaza, ao centro encontra-se 48 (Al-Dakhel) e, à direita, a Cisjordânia.

Neste sentido, para o autor, mapas podem não necessariamente ser usados como referenciais de localização. Em suas palavras: *Maps of political borders are also routinely used as potent symbols for political movements — but they're not necessary for getting around* (BIER, 2017, p.1).

Em suma, representações cartográficas locais da Palestina não são, em geral, delimitadas pelas fronteiras políticas reconhecidas pela Comunidade Internacional. Embora as categorizações espaciais e identitárias sejam informadas pela imposição de novas cartografias desde 1948, a conjunção destes diferentes espaços informa, nesta mesma via, a constante construção da “Palestina toda” em termos cartográficos e iconográficos. Exemplos de tais representações podem ser observados nas figuras apresentadas nas próximas páginas.



FIGURA 12: ILUSTRAÇÃO ARAME



Fonte: Acervo pessoal

LEGENDA: mapa onde um arame farpado e gotas de sangue se sobrepõem à palavra “Palestina”, escrita em árabe. Ramallah, 2014.



FIGURA 13: ILUSTRAÇÃO EM CAMISETAS



FONTE: acervo pessoal

LEGENDA: Dois mapas podem ser observados. Na parte superior à esquerda, na estampa de uma camiseta amarela. No lado direito, na camiseta cinza. Jerusalém, Via Dolorosa, 2017.





FIGURA 15: PALESTINE POSTER 2012



FONTE: Center for Palestine Studies: The Palestine Poster Project Archives, 2012.



FIGURA 16: PALESTINE POSTER 1965



FONTE: center for palestine studies: the palestine poster project archives, 1965.

FIGURA 17: PALESTINE POSTER 2012



FONTE: Columbia University – Center for Palestine Studies: the Palestine Poster Project Archives. 2012.

LEGENDA: Mapa com as seguintes inscrições, em árabe: “Palestina inteira. Do mar ao rio” (All of Palestine – From the Sea To the River).



FIGURA 18: MAPA COM NOMES EM HEBRON



FONTE: acervo pessoal

LEGENDA: Na imagem, além do mapa estão nomes de cidades e, acima, a inscrição “Voltaremos” – jargão comumente referenciado por refugiados, deslocados e apoiadores. Hebron, 2014.

FIGURA 19: ÁRVORE NATALINA COM MAPAS



FONTE: acervo pessoal.

LEGENDA: Árvore natalina enfeitada com mapas da Palestina. Cada enfeite conta com o nome de uma cidade. Nazaré, 2014.



## 4.2 – 48: Música da “Palestina toda”

No item anterior dei enfoque a uma aproximação analítica, ainda que introdutória, da construção de espaços enquanto categorias nativas e, em especial, daquela que faz referência à “dentro”. Assim, ainda que não tenha me debruçado para além de citações, outra categoria de igual importância e de referência ao mesmo espaço pode ser observada, “48”,

A primeira ocasião em que ouvi algo sobre esta categoria foi em um bar. À época, ainda em 2014, conduzindo a pesquisa que resultaria na minha dissertação de mestrado, sobre usos políticos de produções e práticas musicais locais, tive contato com diversos músicos. Em uma determinada noite, estava em um bar chamado *La Grotta*, na “Cidade Velha” de Ramallah. O *rapper*, que me acompanhava em alguns goles de *arak*, ao me perguntar sobre meu tema de pesquisa, questionou se eu estava buscando, também, os “músicos de 48”, ou se estava conduzindo meu trabalho “lá”, logo antes de comentar que tinha família em Haifa. Também neste sentido, narrou sobre uma ocasião em que recebera uma autorização de dois dias de permanência mas que, no entanto, “tinha ficado três!”.

Sua pergunta sobre minha pesquisa viria logo em seguida, inicialmente não me fazendo pensar outra coisa a não ser que se referia, de certa forma, a músicos nascidos no ano de 1948, ou algo relacionado a alguma prática musical específica, ainda desconhecida por mim. Contudo, dizer que tinha família “em” 48 explicitou, por outro lado, o caráter espacial que, naquele primeiro momento, a então “nova categoria” carregava. Isto posto, não demorou muito para que eu me desse conta de que se tratava de uma expressão cuja referência espacial colocava abaixo, como um castelo de cartas que se desmorona, a concretude das distinções cartográficas acionadas, referidas e acessadas por mim, até então. Em outras palavras, passei a me dar conta, daquele momento em diante – ao passo que comecei a dar especial atenção aos usos de “48” e suas variantes –, que a distinção especial relativa ao binômio “Palestina vs Israel” não operava (e não opera) da maneira como estava acostumado a perceber antes de ir à campo. Ainda assim, foi necessário que se passasse alguns dias de minha chegada para que eu tivesse acesso, também pela primeira vez, ao uso de tal categoria. De todo modo, foi deste momento em diante, e

agora informado pelo novo interesse, que passei a dar atenção à “48”, “dentro”, “norte”. Expressões estas que também passei a usar, e cujo sentido jamais me fora questionado.

De modo inicial, me percebi envolto em alguns raciocínios que me fizeram acreditar que os usos destas categorias aconteceriam em uma relação quase direta com estrangeiros. Dito de outra forma, cheguei a pensar, por vezes, que, dado o fator contextual dos acionamentos de categorias (em uma perspectiva antropológica mais ampla), estas eram acionadas na busca de um uso político perante estrangeiros. Este pensamento, no entanto, também veio a baixo, rapidamente, quando passei a perceber seus usos e acionamentos políticos entre os palestinos, inclusive em árabe. Ou seja, o acionamento destas categorias não dependia, necessariamente, da presença de estrangeiros, e minhas percepções iniciais se mostraram equivocadas. Do contrário, passei a me dar conta de acionamentos cotidianos que, neste sentido, apontavam para categorias componentes do cotidiano ordinário local.

A partir disto, me dei conta da massiva presença de “palestinos de 48” e “de Jerusalém” na Cisjordânia em geral. Observação esta que ficaria cada vez mais evidente, principalmente na segunda estadia em campo, em meu trabalho com os conservatórios de música. Foi a partir disto, também, que passei a observar um dos pontos centrais de minha dissertação e, sem dúvidas, aquilo que se tornaria o embrião do “fio condutor” de meu argumento nesta tese, a saber; para se entender o que é “música palestina” (local) é preciso, necessariamente, entender que esta é a música feita na “Palestina toda”. Dito de outra forma, é aquela feita por músicos palestinos vindos de diversas partes e cidades desta “Palestina única”, como Haifa, Akka, Tel Aviv, Nazareth, Lod, Ramallah, Jerusalém, Gaza, Jenin, assim por diante.

Como aponta Arlene Clemesha (2009), a região delimitada para o Estado judeu somava 20% da Palestina histórica e incluía as cidades palestinas de Jaffa, Acre, Haifa e Nazaré (CLEMESHA, 2009, p.7). Com isto, mesmo após a implementação forçada da divisão entre a Faixa de Gaza de um lado, e a Cisjordânia de outro, considerando-se também a execução dos planejamentos sionistas de expulsão da população palestina local, uma parte considerável da permaneceu neste espaço, aqui apresentado com “48”. A percentagem, nos dias

atuais, permanece aproximada aos 20% da população total, dado que se relaciona também, de forma direta, com a constatação do trânsito cotidiano entre diferentes espaços.

Em seu trabalho com refugiados palestinos no Líbano, Leonardo Schiocchet (2011) pontua que a criação do Estado de Israel, em 1948, pode ser tomada, em um sentido antropológico, como mito de origem da condição de refugiados palestinos. Na mesma via, pode-se afirmar então que a *Nakbah* (e os eventos que a compuseram, pontualmente, no ano de 1948), assim como o ano de 1948, pode ser entendida como o mito de origem das categorias espaciais e identitárias aqui apresentadas. Na mesma via, como apontado por Zarefa Ali (2013), a *Nakbah* pode ser compreendida enquanto uma construção narrativa que, a partir de seu acionamento constante e cotidiano, se transforma em um processo contínuo. Assim, a construção social de uma *Nakbah* contínua é composta, concomitantemente, pela construção local e acionamentos cotidianos das referidas categorias identitárias e de territorialidade.

Desta forma, “48” pode ser entendida tanto como uma categoria de tempo, quando a partir de sua transformação em categorias espaciais e identitárias, compondo, assim, três de seus usos mais frequentes. Em outras palavras, “48” pode fazer referência: 1) ao ano de 1948, em função da *Nakbah*; 2) a um espaço da Palestina cuja referência espacial pode ser observada a partir de seu par contrastivo - “Israel”; 3) a uma categoria identitária relativa aos sujeitos provenientes deste espaço.

#### **4.3 – Bandas daqui, bandas de lá: organizando festivais**

Sendo “música Palestina” aquela produzida por músicos palestinos da/na “Palestina toda”, a construção destas categorias se relaciona diretamente com contextos de im/possibilidade de trânsito. É importante notar que concertos e festivais acontecem com mais frequência na Cisjordânia. Isso se dá pelo fato de que palestinos *Green ID* não podem, sem autorização, comparecer a eventos em 48 ou Jerusalém. Se assim fosse, estes eventos poderiam ficar restritos aos palestinos provenientes desses espaços, ou às pessoas com permissões – como palestinos com autorização, estrangeiros com vistos específicos. Desta forma, pode-se

considerar a construção de estratégias que, neste contexto de im/possibilidade de trânsito, visa agremiar sujeitos provenientes de diferentes espaços. Ou seja, na dificuldade do deslocamento – de grandes grupos – para “dentro”, utiliza-se da possibilidade de trânsito de palestinos *Blue ID* para que eventos de música aconteçam. Assim, a predileção pela Cisjordânia para a realização de “eventos nacionais” não se dá pelo reconhecimento deste espaço enquanto delimitação cartográfica da Palestina, mas sim, como estratégia agregadora, onde a presença de pessoas da “Palestina toda” constitui a construção, nestes eventos, da Palestina enquanto composta por diferentes espaços – a partir da mobilidade exercida por palestinos de diferentes locais.

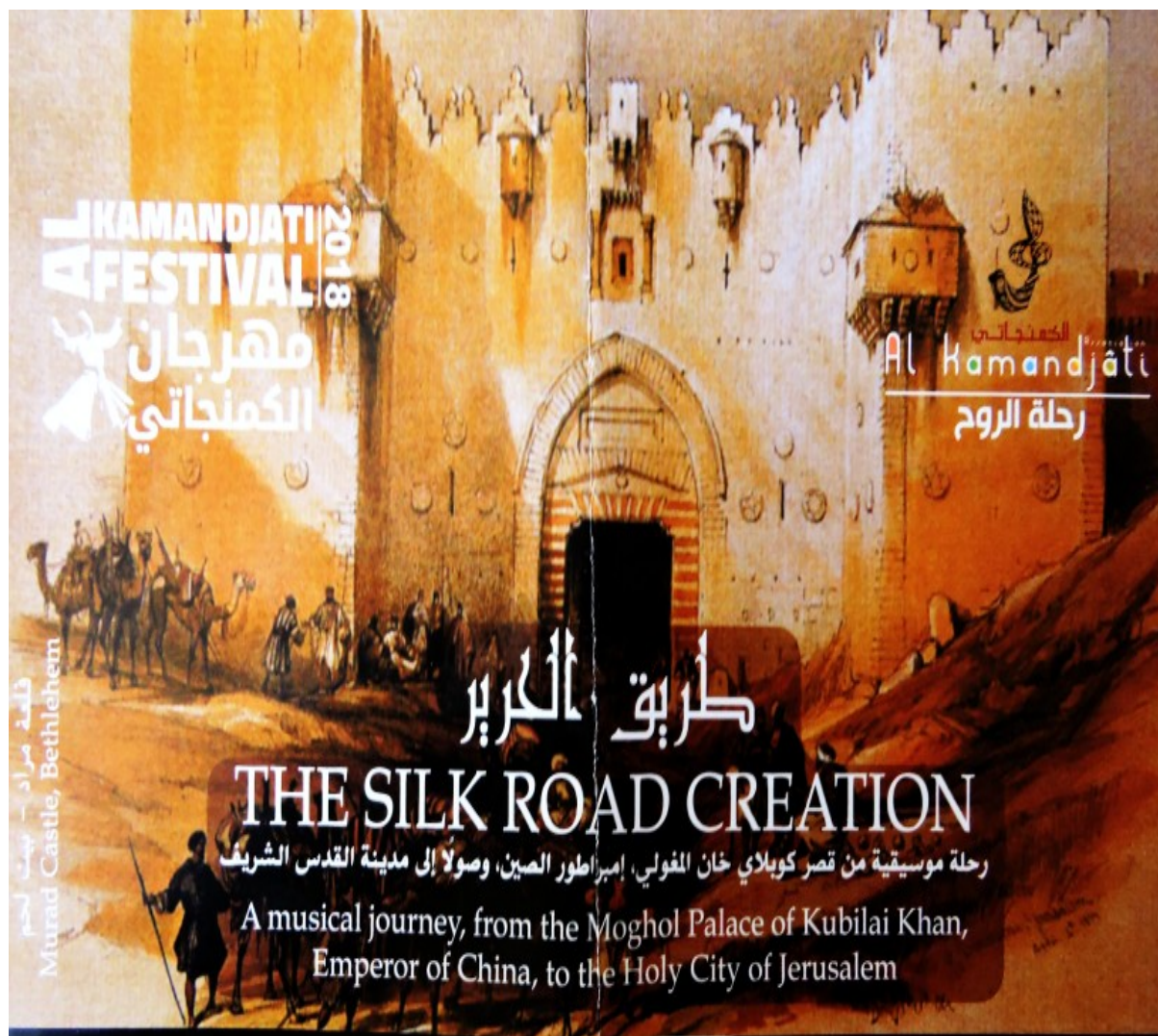
Para ilustrar tal argumento, pode-se considerar os eventos anuais realizados pelo conservatório *Al-Kamandjati*, onde apresentações acontecem, em sua maioria na Cisjordânia, mas também em Jerusalém. Em uma das edições do *Al Kamandjati Festival*, que em 2018 ocorreu entre os dias cinco e quatorze de abril, a descrição do evento na rede social Facebook foi apresentada da seguinte maneira:

*Al Kamandjâti non-profit organization has the pleasure to invite you to celebrate spring and join a very special musical and spiritual journey in Palestine travelling through cities and villages. 18-day tour through the sacred land of Palestine, From North to South, Palestinian ancient heritage will reveal its secrets of art and history through alternative visits designed by our tourism partners. The festival will make stopovers in Nablus, Jenin, Al Khalil 'Hebron', Gaza, Ramallah, Bethlehem, Jerusalem, and in the desert toward the Jordan Valley. A special journey through music & sacred traditions Al Kamandjâti Festival has invited musicians and thinkers from all over the world: Morocco, Algeria, Egypt, Mayotte, Turkey, Kuwait, Azerbaijan, India... and from Palestine of course! More than hundred artists are part of the adventure which will include a creation: Marco Polo – A Musical Journey on the Silk Road"*

Embora algumas das apresentações do festival estivessem alocadas em Jerusalém, aquelas com maior público aconteceram em Belém (Bethlehem) ou Ramallah. De todo modo, nota-se o uso, na divulgação do evento, de expressões como “norte”. Esta categoria, fora de seu contexto adequado, pode servir como um referencial de localização, apenas. No entanto, vale notar que esta categoria, acionada em contexto específico, refere-se à região norte considerando-se a “Palestina toda”, ou seja, a região onde encontram-se cidades como Nazaré, Haifa, Acca, entre outras. Ainda, Jerusalém figura como componente constitutivo desta

construção de uma Palestina “única”. Também, a edição anterior deste festival contou, em sua divulgação, com o acionamento das mesmas categorias. Os cartazes de divulgação destes eventos pode ser visto nas figuras 20 e 21, a seguir:

FIGURA 20: DIVULGAÇÃO AL-KAMANDJATI, 2018.



FONTE: acervo pessoal.



FIGURA 21: DIVULGAÇÃO AL-KAMANDJATI, 2017.



FONTE: acervo pessoal.

Nesta mesma via, pode-se destacar a realização de outro festival, o PMX (sigla para *Palestine Music Expo*) que teve sua primeira edição em 2017, e segunda em 2018.

Este evento, cuja pretensão é de que se realize anualmente, reúne músicos palestinos provenientes de diversos espaços, como aqueles de Haifa, Jerusalém, Jericó, Nazaré, Ramallah, Lod, dentre outras cidades. Sobre este evento, o website *Palestine Chronicle* publicou um anúncio no dia 7 de março de 2018, com os seguintes dizeres:

*The Second Palestine Music Expo to Be Held in Ramallah Next Month*

*Artists from all over Palestine will take part in the Palestine Music Expo 2018, taking place in Ramallah next month, from April 11 to April 13. The Expo will showcase both established and upcoming Palestinian artists to local audiences and key members of the international music industry. Due to the current political conditions, Palestinian artists are struggling to establish their presence on the international music scene. The PMX aims at*

*challenging the occupation and empowering artists who do not usually have a voice. This will be the second edition of an ambitious event, which aims to bring Palestinian music to the attention of an international audience.*

A afirmação contida na primeira linha da divulgação, “*from all over Palestine*”, se torna central, uma vez que a proveniência dos músicos e organizadores que participaram do evento não se restringia, de forma alguma, apenas à Cisjordânia. No entanto, embora o evento (assim como diversos outros de mesma natureza) tenha sido alocado em Ramallah, com o intento de prover a facilitação do trânsito de músicos palestinos, percalços acometeram músicos de Gaza, que tiveram suas permissões negadas e não puderam apresentar suas performances *in loco* no evento. Uma banda de Gaza, então, gravou um *video clip* que foi apresentado em um telão no horário previsto para sua apresentação no palco.

Na versão do ano de 2019, uma parte da descrição do evento, presente no *website* da organização,<sup>55</sup> pode ser destacada. O parágrafo traz a seguinte informação:

*PMX also takes international delegates on education tours around the West Bank borders and refugee camps. The goal of these tours is to connect the delegates with **musicians whose mobility rights are restricted**, and for them to learn about the experience of living and trying to make it as a musician in Palestine. Grifo meu.*

Note-se que a referência apenas à Cisjordânia (*West Bank*) e suas delimitações não se relaciona à compreensão de uma Palestina restrita a este espaço. Do contrário, a proposta de um *tour* por este espaço, contemplando visitas às regiões limítrofes e aos campos de refugiados trás consigo o intento de lançar luz às questões de restrição de mobilidade componentes do cotidiano de músicos locais.

Concluindo este capítulo, nota-se que as expressões palestinas de categorias espaciais e identitárias não respondem aos imperativos cartográficos referenciados pela comunidade internacional. Do contrário, suas construções, embora informadas por distinções espaciais (impostas sobre a Palestina desde 1948), são relacionadas com as identificações entre palestinos provenientes de diferentes espaços. Da mesma forma, pode-se dizer que é, também, nos encontros – informados pelo

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.palestinemusicexpo.com/about-pmx>



contexto local da im/possibilidade de trânsito – que se constrói a “Palestina toda”. Festivais de música, neste sentido, podem ser compreendidos, também, enquanto importantes eventos construtores de territorialidades e suas equivalências identitárias.

## CAPÍTULO 5 – ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE

### 5.1 – Trânsitos e ausência de documentos permissivos

-*Pásame la vaina, Rafa!*, Ao que pergunto; *el mechero?*. E ele, com seu sotaque caribenho, me diz; *Encendedor, Rafa... en-cen-de-dor!* Foi o que me disse, na intenção de corrigir meu vocabulário em espanhol, uma das pessoas mais próximas a mim durante meu campo, um ilusionista, da República Dominicana. Conversávamos sobre meus problemas com a regularização do meu visto, e sua ida à Turquia, por um breve período de tempo, para a “renovação” do seu. Mais uma conversa sobre vistos entre uma cerveja e outra, entre uma música e outra. Foi neste mesmo diálogo que, ao perguntá-lo mais sobre “*su visa*”, o mágico dominicano me interpela: - *Visado, Rafa! Vi-sa-do!*.

Vistos são tema de debates entre estrangeiros com notável frequência, uma vez que sua aquisição e manutenção é ponto de suma importância no cotidiano destes sujeitos. Da mesma forma, estratégias de mobilidade são bastante discutidas, uma vez que o trânsito – e por conseguinte, vistos – é necessário não apenas por questões relacionadas a turismo ou trabalho, mas também viagens, como no caso daqueles que, por uma razão ou por outra, precisam usar o aeroporto Ben Gurion, em Tel Aviv, e se encontram (residindo ou não) na Cisjordânia. Além disto, preocupações com relação à possibilidade de retorno à Palestina são referidas com a mesma frequência. Não ser “descoberto” e, por consequência, confrontar processos de deportação e “banimentos”<sup>56</sup>, desta forma, se tornam pontos centrais a serem buscados.

A construção desta “preocupação generalizada” constitui e é constituída por narrativas de eventos que apontam um acirramento “sempre mais intenso” da possibilidade de “entrada” na Palestina, por parte das autoridades israelenses. Embora políticas restritivas sejam um ponto bastante observável, no que tange pensar os percalços impostos por estas à estrangeiros que desejam estar ou já estiveram na Palestina (mais precisamente na Cisjordânia), há uma perspectiva de “acirramento constante” imbricada nas narrativas cotidianas – da mesma forma, por exemplo, a ideia de que uma nova *intifada* está “sempre prestes a acontecer”, ou

<sup>56</sup> O “banimento” (*to be banned*) consiste na impossibilidade de “entrada” em função de restrições ao passaporte, impostas pelas autoridades israelenses, que podem chegar a dez anos.

seja, uma “intifada constantemente iminente”, é igualmente presente. Assim, no que se refere à manutenção das possibilidades de aquisição de visto e sua decorrente possibilidade de trânsito, um sem número de estratégias passam a ser pensadas, organizadas e praticadas.

“O que falar” perante autoridades israelenses, “como se portar”, “o que apagar do telefone”, “como justificar a entrada ou o período de estadia na saída” são, em geral, referências a eventos constitutivos de um escopo dinâmico de estratégias. Estes pontos acabaram por me chamar a atenção, posto que as dinâmicas entre estrangeiros, o intercâmbio de ideias e narrativas sobre estratégias passadas e futuras se mostraram bastante presentes no cotidiano local. Tendo isto em conta, ainda no primeiro semestre de meu retorno à Palestina, me vi de súbito disposto a produzir, ainda que de forma breve, algum material sobre este tema, a saber, “narrativas e estratégias de estrangeiros para entrada e permanência na Palestina”. No entanto, tão logo compartilhei minhas intenções com outros estrangeiros, percebi a falta de receptividade destes à tal ideia, ainda que tenha explicitado minhas intenções de manter total anonimato dos sujeitos que comporiam o trabalho – uma vez que a exposição destas estratégias poderia, de modo geral, prejudicá-los ou prejudicar à outros.

Deste modo, minha posterior recusa em levar esta breve pesquisa adiante se deu, então, a partir do momento em que me dei conta de que o anonimato dos interlocutores não se mostrara como único ponto central (embora igualmente componente), mas sim, grosso modo, o anonimato das próprias estratégias. De maneira geral, ainda que a perspectiva de que “os israelenses sabem de tudo” seja também componente das referidas narrativas, expor determinadas práticas, condensadas em um artigo eventualmente publicizado, poderia colocar em risco, agora sim, o anonimato de algumas pessoas e, por conseguinte, a possibilidade de execução de tais estratégias. A partir disto, tomei a decisão de expor e publicizar o abandono desta breve pesquisa, tornando sabido que, a partir daquele instante, versaria sobre experiências que diriam respeito à mim – ainda que, eventualmente, envolvendo terceiros – e que, de certo modo, se mostraram bastante “conhecidas” no cotidiano local.

Tão logo meu primeiro visto expirou, me percebi, mais uma vez, envolto nas discussões sobre visto, permanências “legais” e “ilegais” e estratégias de mobilidade, principalmente referentes à cruzamentos de *checkpoints* para entrar em Jerusalém. Grosso modo, documentos são necessários para a realização deste trânsito, como autorizações e vistos. Na falta destes, em geral, pode-se optar por não transitar, ou, na outra mão, procurar alternativas para cruzamento sem os referidos documentos.

Parte importante do cotidiano local, os cruzamentos são, como aponta Nasser Abourahme (2011), talvez a experiência individual mais expressiva da vida palestina contemporânea. Para o autor:

*The barrier — be it the checkpoint, ‘the wall’, the dug trench, the roving patrol or indeed the knowledge of the humiliation that potentially awaits at passage points — modulates and defines Palestinian mobility and speed of movement, and in the process becomes constitutive of people’s experiences of space and time. (ABOURAHME, 2011, p.453).*

Desta forma, pode-se tomar os *checkpoints* enquanto espaços relevantes para a compreensão das dinâmicas de cruzamento, assim como da construção, atualização e acionamento de estratégias de mobilidade – tal qual enquanto componentes do cotidiano local em geral. Como observam Rijke e Minca (2018), os *checkpoints* podem ser compreendidos enquanto formações espaciais específicas, cuja implementação visa a criação de novas geografias políticas e novas relações de poder para todos os sujeitos envolvidos, ainda que de maneiras distintas, com os “efeitos especiais” destes locais (RIJKE; MINCA, 2018, p.44).<sup>57</sup> Durante minha estadia em campo três *checkpoints* se tornaram bastante presentes em meu cotidiano, sendo estes o de Qalandya (na divisa com o distrito de Qalandya e Beit Hanina, nas cercanias de Jerusalém), o de Hizma (na divisa com Jerusalém) e o 300 (entre Belém e Jerusalém).

No caso de Qalandya, há cancelas por onde passam os carros e ônibus. Neste, todos os automóveis são parados e os condutores e passageiros tem seus documentos checados, sem exceção, no trajeto da “entrada”. Alguns carros, no entanto, passam por checagem mais ou menos minuciosa, sendo checados por

---

57 Para outras aproximações etnográficas de *checkpoints*, ver: Grassani (2015), Grassiani (2009).

dentro e, com frequência, tendo o porta-malas também aberto. No caso dos ônibus (o meio de transporte até Jerusalém que usei com maior frequência, saindo de Ramallah – o ônibus 218 –, ou de Belém – já em Jerusalém, o ônibus 234), em Qalandya, este passa por uma via especial, à direita do *checkpoint*, onde aguarda-se até que um grande portão de metal se abra, permitindo a entrada do veículo na área de checagem. Alguns metros à frente, este é parado e portadores de documentos de Jerusalém (os *Jerusalem ID's* ou *Blue ID's*) descem, tendo de cruzar a pé passando por um detector de metal e uma esteira onde se colocam os pertences pessoais (similar aos aeroportos). Ao cruzar, se apresenta o documento para o/a soldado que se encontra detrás de uma janela de vidro blindado. Para os que permanecem no ônibus, este estaciona alguns metros à frente, onde dois soldados (embora já tenha presenciado até cinco soldados ao mesmo tempo) sobem e fazem a checagem de documentos de todos os passageiros. O procedimento padrão, grosso modo, é que dois soldados (bastante armados, sempre) se dividam nas funções, indo um à frente, fazendo uma espécie de observação visual do ônibus e passageiros, os fitando nos olhos, enquanto o outro segue atrás, checando documentos.

O critério de checagem varia muito de soldado para soldado e pode variar, também, em diferentes períodos. Em minhas várias passagens de ônibus por este *checkpoint* presenciei soldados que pegavam meu passaporte em mãos, foleando as páginas procurando o visto ou procurando pela foto do passaporte, conferindo com meu rosto posteriormente. Da mesma forma, houveram os que olhavam o visto, com o passaporte em minhas mãos (já que, habitualmente – e posteriormente por uma razão estratégica, como explicarei adiante – tinha a página do visto já aberta no momento da entrada dos soldados) e pediam para que eu mesmo lhes mostrasse a foto. Ainda, os que olhavam o visto, criteriosamente, mas não pediam para ver a foto e, por fim, os que apenas olhavam o visto “por cima”, sem tomá-los em mãos. Para os palestinos que ficavam no ônibus, os soldados em geral checam os documentos ou as permissões. Eventualmente era pedido que algumas pessoas descessem e cruzassem a pé, ou mesmo não era permitido seu cruzamento. Não pretendo refletir sobre os motivos pelos quais estas diferenças de checagem ocorrem, no entanto, me sinto seguro em afirmar que a falta de um “padrão” nos conduz, em um campo

de instabilidade, a esperar “qualquer ação / reação” por parte dos soldados, o que dificulta, grosso modo, o acionamento de estratégias, caso não se tenha um visto ou uma permissão. Esta situação pode ser, em determinados contextos, um tanto contornável.

Uma outra opção para se cruzar por Qalandya é a pé. Esta passagem fica à esquerda de quem vai à Jerusalém. Consiste de uma catraca que vai do chão ao teto (comum em todos os checkpoints com detectores de metal) que fica na entrada de uma outra área, onde há diferentes “cancelas”. Estas são divididas em dois tipos principais; quatro do lado direito para pessoas que possuem ID israelense ou de Jerusalém, e quatro do lado esquerdo para pessoas que não o possuem, o que inclui os *Green ID's* com permissões e estrangeiros em geral. As pessoas formam filas para cruzarem, uma a uma, a segunda catraca que leva diretamente à esteira onde se colocam os pertences e o detector de metal, por onde se cruza para chegar à janela blindada (do lado esquerdo) onde está o soldado. Nesta janela o procedimento tomado pelas pessoas é abrir os documentos e encostá-los na janela, para leitura dos soldados. No meu caso, abria meu passaporte e mostrava o visto. Com alguma frequência me era solicitado que mostrasse a foto.

No *checkpoint* 300, situado na divisa entre Jerusalém e Belém, as passagens são feitas a pé. Embora menos “turbulento” que Qalandya, este é maior em termos de espaço total. É preciso subir uma rampa sem iluminação que leva até a primeira catraca, onde há uma guarita controlada por um soldado que pode, eventualmente, parar os transeuntes. Então, caminha-se em um terreno pavimentado, a céu aberto, por alguns metros até uma outra rampa, onde se desce até os detectores de metal e esteira para bagagens, cujo acesso se dá após outra catraca, considerando que cada “cancela” tem a sua. Nesta parte, assim como em Qalandya, há um sistema de som que pode ser usado pelos soldados para se comunicar com quem estiver cruzando. Ainda, há janelas de vidro blindado onde, embora não se possa ver com clareza, ficam soldados que checam os monitores das esteiras. Após esta parte, caminha-se até a última cancela, onde ficam os soldados e se mostram os documentos pelo vidro. Também com frequência pode-se ver soldados do lado de fora das guaritas, na saída. O trajeto de Jerusalém para Belém é claramente menos turbulento, já que não há checagem alguma, via de regra.

O *checkpoint* de Hizma também foi um componente bastante presente em meus trânsitos entre Ramallah e Jerusalém, especialmente. O cruzamento deste é feito de carro, e sua estrutura (de forma similar ao de Qalandya) conta com cancelas onde soldados permanecem, de pé e/ou nas guaritas ali presentes. Por Hizma não é possível cruzar a pé, fazendo com que este seja dotado desta particularidade; apenas veículos automotores, como carros, ônibus, vans e motos, podem cruzá-lo. Este *checkpoint*, em algumas ocasiões, fora citado como “preferido” de palestinos que tentam “entrar” sem permissão, de carro. Como afirmou uma amiga palestina, este *checkpoint* é, ao mesmo tempo, apontado como “mais fácil” para lograr êxito na intenção do cruzamento, como tido como “mais difícil”. Segundo ela, esta dubiedade se dá em razão de uma particularidade que, aqui, se torna importante ser destacada, a saber, palestinos em geral, quanto dotados de permissão para “entrar”, são obrigados a cruzar por Qalandya. Ou seja, há uma especificação nas permissões que os obriga a usar apenas este *checkpoint*. Levando-se tal apontamento em consideração, pode-se perceber que o cruzamento por Hizma termina por ser cogitado apenas na falta de documentação que autorize a “entrada”.

Segundo esta interlocutora, Hizma é usado por colonos israelenses, já que este *checkpoint* “conecta”, através do um sistema rodoviário, os assentamentos daquela região à Jerusalém. Assim, para ela, há uma certa “confiança” por parte dos soldados israelenses de que judeus (colonos ou não, em suas palavras) e palestinos de 48 usam este caminho para seus cruzamentos. Esta observação, assim, aponta para uma relativa “folga” nas checagens. Dito de outro modo, em termos burocráticos, o *checkpoint* de Hizma tem seu uso destinado apenas aos portadores de documentos israelenses – *Blue IDs* em geral.

De todo modo, não contar com um visto válido, está longe de configurar-se como a única razão que impossibilita o trânsito entre diferentes espaços, cruzando-se por *checkpoints* como os acima referidos. A falta de permissão (para *Green IDs*) figura entre estas e, mesmo sujeitos com permissões podem encontrar-se, repentinamente, nas conhecidas *black lists*, ou seja, registros de pessoas cuja passagem não é permitida – o que pode acontecer mesmo sem aviso prévio. Neste sentido, como apontam Rija e Minca (2018), enquanto o chamado “*blacklisting*” pode ocorrer por várias razões, é comum que os sujeitos incluídos nestes registros



proibitivos não sejam sequer comunicados de tal situação. Segundo os autores, vários sujeitos ficam a par da inclusão de seus nomes nas *black lists* apenas quando solicitam permissões ou, ainda, nos cruzamentos dos *checkpoints*, ao terem sua passagem negada pelos soldados.

Considerando as particularidades de cada um destes postos de controle, uma série de possibilidades passaram a ser cogitadas e mesmo praticadas, visando o cruzamento para “dentro” ainda que na falta de documentos permissivos. Algumas ações neste sentido são acionadas nestes espaços, revelando a agência (tal qual descreve Sherry Ortner, 2006) exercida por palestinos e estrangeiros, perante as autoridades israelenses, nestes momentos. Em seu trabalho sobre o *checkpoint* 300, Rijke e Minca (2018) afirmam: *One special effect, we argue, is that in the case of Checkpoint 300 many of the Palestinians are indeed able to negotiate, and in part subvert, the impact of the arbitrariness implemented by the occupation forces* (RIJKE; MINCA, 2018, p.44). Os autores comentam, no entanto, que entendem ser limitadas as capacidades que têm os sujeitos palestinos de “jogar em seu próprio favor” com parte da ambivalência e imprevisibilidade das regras impostas nestes locais, ainda que isto demonstre, também, a importância da agência dos sujeitos palestinos nas dinâmicas dos *checkpoints*.

Contudo, a partir dos próximos itens deste capítulo, discorro acerca de algumas das estratégias acionadas por mim, ainda que refletidas conjuntamente com outras pessoas. Também, apontarei narrativas sobre cruzamentos e eventos em geral, ocorridos em *checkpoints*, relacionados com momentos de passagem – situações liminares que acarretam refletir sobre o antes, o durante e o depois dos cruzamentos.

## **5.2 – Ações dramatúrgicas: “sendo palestino” para os soldados**

Como antes colocado, passei a me dar conta de minha própria participação na construção e acionamento de estratégias para o cruzamento dos *checkpoints* quando, sem visto por um longo período de tempo, era solicitado a estar em Jerusalém para, em minhas funções junto ao conservatório nacional, ministrar aulas aos domingos.

Lembro-me, com bastante vivacidade, da primeira ocasião em que fui para Jerusalém sem portar visto algum. O dia anterior foi marcado de imensa preocupação e pensamentos que, de certo modo, me fizeram tomado de ansiedade. Contudo, ao passo que comentava com colegas sobre meu nervosismo, estes, que habitualmente faziam o mesmo percurso em situações similares, procuravam me tranquilizar. Em geral, procurei refletir sobre o que dizer caso fosse parado pelas autoridades militares do *checkpoint* de Hizma, por onde cruzaria. Uma amiga me aconselhou, de todo modo, a “vestir-me como colono” ou, pelo menos, me apresentar “o mais branco possível” – argumento que, naquele momento, me pareceu um tanto vago, mas não perguntei qual a razão. O termo “*white*”, no entanto, faria sentido futuramente. Para além disso, fui aconselhado a carregar comigo a carta da embaixada brasileira, documento que compôs o processo de solicitação da regulamentação de meu visto, que já havia sido iniciado naquele período. Assim, na noite anterior, um dos diretores me avisou que eu deveria me encontrar com o motorista que me levaria na manhã seguinte, por volta das 8:15 da manhã, na entrada do campo de refugiados de Qalandya.

No local e hora marcada, me encontrei com a pessoa que me levaria. Estes encontros se repetiriam, até que minha situação de visto fosse regularizada, assim como os cafés que comprava de um vendedor ambulante, enquanto esperava minha carona. Após nos encontrarmos, nos dirigimos pelo costumeiro caminho e, na minha primeira ida à Jerusalém sem documentos, tudo fluiu bem, e passamos sem mais problemas. Este evento pode ser destacado nas palavras que escrevi em meu diário de campo, naquela data:

Assim, no final, deu certo. Ele me buscou, cruzamos o *checkpoint* sem absolutamente nenhum problema e pronto, lá estava eu, sem visto, sem documentos, sem formulário, sem nada, “dentro”. Estava em Jerusalém. Ainda, não bastasse, dei um passeio pela cidade velha, sozinho, como turista, olhando ao redor e tirando fotos, na frente dos soldados.

Após este evento, a fluidez e porosidade destes espaços limítrofes se mostrou bastante evidente. As fronteiras espaciais, assim, não são dotadas da rigidez com que são, comumente, referidas. Esta afirmação pode ser colocada, também, considerando-se que esta não é, de modo algum, a única forma usada por

palestinos para o cruzamento e trânsito entre diferentes espaços, contem ou não com permissões e documentos específicos. Contudo, faço a ressalva de que, dada a multiplicidade de estratégias e possibilidades, certamente compus e (ou) tive acesso à algumas poucas apenas. Um apontamento para isto pode ser conferido no curto diálogo abaixo, travado entre mim e uma aluna de Ramallah que, naquele dia, me perguntara se havia conseguido cruzar. O trecho trazido do diálogo aconteceu por mensagem, através de uma rede social, após contar-lhe que eu estava, finalmente, em Jerusalém:

*Amiga: Hi, how have you been, did you get your visa?*

*Eu: Hey! I didn't... but I came anyway haha*

*Amiga: Hhhhh Well, how did you manage? The palestinian way, tahreeb<sup>58</sup>, jumping off a wall. :D*

*Eu: haha A guy who works at the conservatory took me by car. We came through Hizma!*

*Amiga: And your ajnabi<sup>59</sup>, not a suspect, easy way*

*Eu: Yes... I felt really afraid actually! Since I still don't have my documents... But true, they didn't even think of stoping the car!*

De forma inicial, para mim, a aparente tranquilidade com que cruzei o *checkpoint* me fez refletir sobre as facilidades eventualmente encontradas para se “ir para dentro”. Contudo, ao passo que os diálogos sobre tais estratégias iriam tomando mais forma e, assim, se tornando mais frequentes, outras observações passaram a ser feitas. Em certo dia, ao tocar no assunto com outro amigo, este me disse (e logo viria que não seria o único a usar tal expressão) que: “você está fazendo como os palestinos”. Esta afirmação me levou a pensar que, grosso modo, existem tanto as possibilidades que chamo aqui de “legais” (através da solicitação de permissões prévias) quanto as “ilegais”, que podem se constituir no cruzamento sem permissões ou mesmo pulando muros (dentre possíveis outras). No entanto, vale notar que embora as narrativas sobre o “cruzar ilegal” sejam diversas, ainda apareciam menos do que aquelas que apontam para a impossibilidade do trânsito para “dentro”. Desta forma, pode-se afirmar, de certa forma, que embora haja a possibilidade dos cruzamentos, estas não excluem os riscos que as acompanham – que podem ir desde a solicitação da “meia volta” para o retorno (como apareceu em

58 A palavra em árabe *takhreeb* ( تخريب ) pode ser traduzida, de forma aproximada, como “subversão”.

59 Ajnabi ( أجنبى ), em árabe, pode ser traduzido como “estrangeiro”.

diversas narrativas locais) até a prisão e, no caso de estrangeiros, a deportação. A partir destas reflexões, minha sensação de relativa tranquilidade sobre os cruzamentos passou a dar lugar, novamente, à desconfiança. Afinal, em algum momento poderíamos ser parados e, assim, problemas poderiam ocorrer. Desta forma, passou-se a pensar em opções de cruzamento alternativas, mas cujo risco poderia ser aumentado.

Estando sem visto para cruzar para Jerusalém, os *checkpoints* de Qalandya e 300, pela rigidez de seus controles, estavam descartados, já que precisaria, inevitavelmente, estar “frente a frente” com as autoridades militares israelenses, representadas, ali, por soldados e seus superiores. Passamos, então, a considerar possibilidades mais ou menos viáveis para as idas à Jerusalém, considerando, de todo modo, que estas se dariam de maneira irregular (ou até regularizar minha situação de visto), o que relacionava as possibilidades à estratégias para “burlar” as checagens. Uma das maneiras seria pegar um ônibus usado pelos colonos israelenses, que passa pelos arredores de Bet El, perto de Ramallah. Estes são raramente checados, quando cruzam por Hizma, no entanto, a presença aleatória, ainda que a partir de uma frequência semanal, poderia chamar uma atenção que não nos interessava. A outra opção viável, então, seria manter a estratégia de cruzar em um carro de placa amarela (placas israelenses, conduzidas apenas por *Blue IDs* ou *Jerusalem IDs*), também por Hizma, ainda que correndo o risco de sermos parados em algum momento. Esta, no entanto, foi a opção que seguimos adotando. Minhas aulas se dariam aos domingos, iniciando às 12:00. Saíamos pela manhã, ainda por volta das 8:15, buscando estarmos sempre a sós no carro, já que a probabilidade de sermos parados aumenta, consideravelmente, se houverem muitas pessoas no veículo. Em geral, logramos passar a maioria das vezes, salvo em duas situações específicas, dentre as quais trago uma ao texto.

No entanto, esta relativa “facilidade” não nos exime da ansiedade, medo e preocupação. Nestas “situações liminares”, uma série de atitudes são tomadas, tanto na “preparação” quando no momento da passagem, quando os carros diminuem a velocidade e os soldados, de fora, fitam os ocupantes dos veículos, decidindo, certamente, se os vão parar ou deixar passar. É com isto que uma série de “precauções” são tomadas, como a vestimenta e a maneira de se “portar” no

*checkpoint* – em geral, fitando os soldados, sem “evitá-los”, para mostrar “segurança”. Também, é importante manter a conversa com o motorista, numa tentativa de minimizar a impressão de tensão que podemos eventualmente transmitir.<sup>60</sup> Via de regra, há um “aconselhamento” bastante repetido para se referir a estas ações dramáticas (GOFFMAN, 1975), a saber, de maneira simplificada: “seja o mais branco possível”. A ideia de “branquitude”, enquanto categoria, refere-se, além da cor da pele, à uma espécie de estereótipo relacionado a uma ideia de “branco / ocidental / europeu”. Isto se deve à percepção local de que, de modo geral, colonos israelenses (os que cruzam os *checkpoints* em carros autorizados) são “brancos europeus”. Embora esta questão resida em um terreno delicado e merecedor de um debate aprofundado, aqui, de forma bastante simplista, é possível afirmar que inúmeras vezes soldados respondem a estes imperativos relacionados à construção destes estereótipos. Neste sentido, pode-se observar que as ações dos soldados, nos *checkpoints*, são também dramáticas, uma vez que, nesta via, “controladores e controlados” são parte interconstitutiva das relações que se constroem nesses espaços de controle, formando, assim, em um sentido goffmaniano, uma espécie de “jogo sério”. Como coloca Gastaldo (2016):

Goffman salienta que jogos – e também interações “sérias” – são formas de ‘interação focada’ (forma de interação em que todos os co-participantes dividem um mesmo foco de atenção, seja um tabuleiro de xadrez ou uma mesa de reuniões), e que as mesmas regras que estruturam a realização de um jogo estruturam também a participação em situações sociais diversas, não necessariamente lúdicas. (GASTALDO, 2016, p.26)

Esta perspectiva será melhor compreendida a partir da exposição do relato etnográfico que trago a seguir. Como trazido anteriormente, o conservatório nacional havia dado entrada no processo de extensão de meu visto cerca de uma semana antes deste expirar. Ao não obter resposta alguma, passei a procurar pela melhor

---

60 Estas “manipulações de si” podem ser pensadas a partir do conceito de ação dramática, de Erving Goffman (1975). Sobre isto, como coloca Clarisse Gurgel (2017) a respeito do conceito do autor; Em *A representação do Eu na vida cotidiana*, a ação dramática é apresentada como um tipo de arte de manipular a impressão de si, governar a ação, em interações face-a-face. A ação é, portanto, governável, a partir do controle das regiões de fundo e de fachada, por meio de práticas defensivas, tais como a *lealdade dramática*, em que o ator cumpre o roteiro combinado previamente com seus aliados em cena; *disciplina dramática*, em respeito a uma linha harmoniosa e, portanto, previsível de ação, tais como o domínio de expressões faciais e controle do tom de voz; e *circunscrição dramática*, em que a ação segue o que foi planejado, equilibrando cautela e disposição para um certo risco. (GURGEL, 2017, p.301) Grifos da autora.

maneira de regularizar minha estadia. Assim, por intermédio do próprio conservatório, tive acesso a um endereço de e-mail e telefone da pessoa responsável por vistos em Bet El. Uma vez em contato, foi agendada uma entrevista e, também, me foi enviado por e-mail uma lista de documentos que deveria apresentar, o valor a ser pago no local, além de um formulário a ser preenchido. Assim, tomei o cuidado de ter em mãos este documento impresso junto com uma carta da UFPR, redigida em inglês, e uma carta do Escritório de Representação Consular do Brasil em Ramallah. Assim, de posse das declarações acima referidas, em um determinado domingo, encontrei a pessoa do conservatório que me levaria de carro até a sede de Jerusalém.

A situação que passaríamos, no entanto, residiu (quase seguramente) no fato de que o motorista levou sua família conosco. Aqui, uma informação relevante urge ser mencionada, a saber, sua esposa e filha são *hijabis* (mulheres que usam *hijab*) e, assim, claramente não são colonos israelenses. Como imaginávamos, fomos abordados por um dos soldados que, fazendo sinal com as mãos, solicitou que parássemos o veículo. Ao se colocar ao lado do motorista, pediu os documentos de todos os passageiros (as IDs azuis e meu passaporte) e, ao verificar o meu, constatou que não havia visto. Com isso, disse que eu não poderia estar ali sem visto e insistiu em perguntar onde estava o visto e o que eu fazia ali sem um documento que autorizasse o cruzamento e a estadia, ao que respondi que já havia solicitado uma extensão junto a Bet El mas que, no entanto, ainda esperava pelo dia da entrevista. O soldado então se dirigiu até minha janela (do passageiro, à frente) e juntou-se à ele uma outra soldado que passou a me fazer perguntas. Comentei novamente, agora para ela, que já tinha uma entrevista marcada e lhe mostrei os documentos que levava em mãos (as cartas acima referidas e o formulário de Bet El não preenchido), no entanto, não foi o suficiente para resolver a situação que, neste momento, já me fazia sentir bastante desconfortável (o risco de ser deportado era grande, além do risco, ainda maior, de prisão para o condutor palestino, por levar como passageira uma pessoa em situação irregular ou sem autorização).

Foi então que, talvez pelo nervosismo, enquanto explicava minha situação para a soldado, em inglês, pronunciei a palavra *y3any*, em árabe<sup>6162</sup>, o que, para algumas pessoas com quem conversei posteriormente, pode ter sido decisivo para o evento. Neste momento, a soldado que já havia decidido não me deixar passar (o que era a melhor das situações, posto que poderia ser deportado, e que já havia dito ao condutor que não faria nenhum “favor a ninguém” quando este pediu a ela), solicitou, esbravejando, que esperássemos um momento e, após cerca de um ou dois minutos, uma terceira pessoa chegou ao lado do carro com meu passaporte. Este parecia ser o responsável do turno ou algum superior que, com meu passaporte em mãos, prontamente me perguntou: “*where is your Green ID?*”. Confesso que, nem da minha parte, nem da parte da família do condutor, esperávamos por tal reação, expressa em sua pergunta, o que nos deixou bastante confusos. Lhe disse que não sou portador de um *Green ID*, posto que era brasileiro e o único documento que tinha, ao lado das cartas que portava, era meu passaporte que, naquele momento, encontrava-se em suas mãos. Em seguida, em mais uma afirmação inesperada, o responsável local, também esbravejando, comenta algo como: “*We know everything! We know who you are and we know that you hold a palestinian passport or green ID. And you better show me your documents right now! Otherwise I will put you in troubles, you know what I am talking about!*”. Meu espanto me deixou quase atônito por um momento, mas como não tinha outra resposta se não a verdade, neste momento de “suspensão” de minhas ações dramatúrgicas, lhe disse outra vez que não tinha um documento palestino. O

61 O inglês é um idioma amplamente falado na Palestina, garantindo conforto em termos de comunicabilidade para estrangeiros que falam o idioma. Contudo, há um tipo de expressão local da língua inglesa, chamado comumente de “arabisi” (do árabe “3arabi” e “englisi” - inglês), que consiste num tipo de “incorporação” de certas palavras “chave” em árabe no vocabulário em inglês. Assim, palavras como “khalas” (chega, já é o bastante), “yallah” (vamos), “marhaba” (olá), “shu” (o que?), “aywa” (sim) entre outras como “inshallah”, “Alhamdulla”, constituem claramente o vocabulário usado quando se fala inglês. Isto se torna interessante se observarmos que os usos dessas palavras passam a fazer um sentido tal, que a necessidade de usá-las se torna bastante presente. A palavra que usei na situação do *checkpoint* foi “y3any”, que significa, em uma tradução bastante livre para o português, “quer dizer” (ou “I mean”, em inglês). Uma outra tradução pode ser “significado” (ou “meaning”).

62 Ainda me referindo ao conceito de ação dramatúrgica de Erving Goffman (1975), entendo que o controle das palavras pode ser tomado como ponto constitutivo do planejamento das ações. Assim, não apenas as ações relacionadas à esfera da corporalidade são acionadas, como também o próprio escopo vocabular passa a ser “policado”. De todo modo, pode-se dizer, também, que a reação da soldado ao meu uso de uma palavra em árabe pode estar relacionada com sua reação a um *ato ilocucionário* meu, tal como apresentado por Austin (1990), já que, neste caso, “fazer coisas com palavras” é ponto central de reflexão.



soldado, então, insistiu uma última vez dizendo que se não o entregasse o que queria, “checaria no computador” e eu estaria em problemas. Respondi, controlando o nervosismo, que ficasse à vontade para isso e, em seguida, se retirou, levando consigo meus documentos. Após cerca de dois ou três minutos retornou, com meu passaporte fechado em suas mãos, me entregando-o e dizendo: *“fix your issues with your visa, in order to prevent this sort of problems. Have a nice day.”*, nos deixando ir para Jerusalém em seguida.

### **5.3 – Categorias contrastivas: “sendo estrangeiro” na solicitação de vistos**

A aquisição de cada modalidade de visto que eu posteriormente viria a ter se deu de forma distinta uma da outra. Aqui, trarei os principais apontamentos acerca de cada processo, buscando lançar luz sobre como o acionamento de certas categorias específicas, assim como seus contextuais usos políticos, se tornam componentes de ações dramatúrgicas diversas. Estes usos e ações, assim, podem ser decisivos para a aquisição de vistos e permissões. Dito de outra forma, demonstrarei como o uso intencional de categorias contrastivas pôde ter se mostrado com ponto de suma importância nas negociações que compuseram minhas solicitações de regularização de visto.

Como trazido anteriormente, visando minimizar as chances de uma deportação que me mandasse de volta para minha última escala de avião, no aeroporto de Tel Aviv, decidi, nesta nova ida à campo, viajar pela Jordânia. Dito de outra forma, considereei, ainda no Brasil, enquanto planejava a viagem, que caso tivesse minha entrada negada no aeroporto, poderia passar pelo procedimento que, com recorrência, compõe narrativas sobre deportações, a saber, ser alocado em um voo de volta, juntamente com um possível “banimento”, cuja extensão pode chegar a dez anos – número bastante referido por sujeitos que, em algum momento, passaram por tal situação.

Estas reflexões foram bastante informadas por situações prévias, ocorridas em minha primeira ida à Palestina, em 2014. À época, havia recebido uma cartilha da universidade de Birzeit com apontamentos e recomendações sobre “como agir” e se portar na chegada ao aeroporto Ben Gurion. Uma parte do conteúdo desta cartilha, enviada aos estudantes inscritos e aprovados para o curso que faríamos na

Universidade, está presente em minha dissertação de mestrado. Contudo, por considerar que meu campo é constituído não em “partes separadas” mas sim em “momentos distintos”, o tomo como um “todo”, evidenciando, assim, a importância de trazer este conteúdo novamente no presente trabalho. Este, assim como outros documentos<sup>63</sup> e suas relações com o contexto local, informa muito das ações tomadas nos momentos liminares, em cruzamentos e solicitações de visto.

Assim, apresento a seguir dois trechos contidos na referida cartilha. O primeiro, buscando introduzir os alunos ao contexto local, faz referências ao cotidiano experienciado a partir da ocupação militar israelense. Ainda, termina por apontar que, vistos de estudante não são confeccionados para alunos da Universidade de Birzeit. Primeiro trecho:

*Internationals who come to study at Birzeit University will find that life on campus and in the country is intrinsically different from life in their own country with regard to personal lifestyle, leisure activities and behavior patterns. These factors should be considered seriously and weighed against personal motivation to discover a stimulating and different way of life before deciding to study in the West Bank. The life and freedom of Palestinians is severely affected by the daily realities of military occupation and the current transfers of authority. Military-imposed measures include restrictions of movement within and/or leaving the West Bank, frequent identity checks, imprisonment, and abuse of the local population. International students are in general not subjected to the same restrictions. Nevertheless, when living in the West Bank they may be affected indirectly by them, usually through Israeli curfews and closures of Palestinian areas. The Second Intifada, the Palestinian uprising that started in September 2000, influenced life in the Occupied Territories in many ways. Travel restrictions have made it difficult for the people of the West Bank and the Gaza Strip to move from town to town. Curfews are sometimes imposed, which make even movement inside the city impossible. For students, the university campus is a central place for socializing. International students may expect that most of their social life will be centered on campus, where they can join in activities and events such as music and dance performances, theater and films. Palestinian society comprises a cultural variety incorporating Muslims and Christians, villagers, townspeople, refugees and a wide spectrum of political groupings, all bringing with them their own cultural and political expectations. [...] Visas and Study Permits: Depending upon nationality, foreigners are required either to obtain a visa to Israel in advance, or upon arrival at the airport. Check with your local Israeli Embassy. Generally, student visas are not granted to internationals who study at Birzeit. Students are advised to enter the country on a 3-month tourist visa which may need to be renewed during their stay.*

---

63 Aqui, assumo a mesma perspectiva acerca de documentos trazida por Fraya Frehse (2005). Ao abordar a construção da etnografia a partir de documentos, Frehse reflete sobre a construção do informante e, assim, afirma que documentos são um tipo de testemunho a ser considerado criticamente, a fim de compreender o que ele pode ou não revelar acerca da realidade social contemplada (FREHSE, 2005, p.137).

O segundo, por sua vez, trata de especificidades relacionadas à chegada, em especial no aeroporto, em Tel Aviv, e aponta para aconselhamentos sobre o momento da solicitação de visto. Observe-se, antes, que os trechos sublinhados e negritos foram mantidos como no documento original, evidenciando a partes a serem destacadas pela BZU. Segundo trecho:

**Airport 'security'**

*These days, most individual travelers are questioned upon arrival at Tel Aviv airport or at the bridges. A few of our students were denied entry when they mentioned their plans for coming to study at Birzeit. Since then **we felt we had no other choice but to advise our students not to volunteer information regarding their plans to study at Birzeit.** Most of our students followed that advice and had no problem entering the country. However, during recent semesters some students actually did mention their plans of studying at Birzeit, which prompted some additional questioning, but they did receive a 3-month visa. Furthermore, some students were denied entry for two main reasons: when they mentioned they were going to study at Birzeit University, or they were known to be international solidarity movement activists. **Israel's policy is not clear.** Therefore, our advice remains that it will be the wisest not to mention Birzeit if you do not need to, or have to: this may jeopardize your situation. The way that you dress and present yourself is also likely to be significant – those suspected of being part of activist organisations are likely to have a much tougher time than those who look like smart professionals or tourists en route to the beach. Further, it is widely known that the Israel boarder police use racial profiling in order to select who is likely to be subject to additional questioning. If you are taken aside for additional questions the police may perform some background checks on google or even on facebook. Thus, it is best not to deny what they may find out easily. You can explain your visit in a number of other ways: contact with friends in Israel, interest in the holy sites, religion, the beaches, Eilat, the Red Sea, the kibbutzien and interest in archaeology are all examples of reasons for coming to Israel which our students have used. It is not advisable to lie outrightly as this is a criminal offence. Simply focus on things that you will likely do during your trip that create the appearance that your visit has nothing to do with Palestine, Palestinians or politics. However, **if you must, be prepared to prove it with phone numbers and names of whatever hotel, person or place where you would be staying, and expect them to call for verification.** If indeed, you have friends in Israel, then make sure that you have their address and telephone number with you. It maybe advisable to bring with you the phone number of your home country's embassy in Tel Aviv (including the emergancy number if you are likely to arrive outside office hours). **You should also expect to be held up for several hours as the Israelis go through their long and tedious "security" check; please be patient – do not confront or shout at them because that may push them into denying you entry completely. [...]** NB: We also advise you not to bring any BZU [Birzeit University] papers with you to avoid hassles if the Israeli security find them on you or in your bags. Find other means to remember the arrival information.*

À época, após cerca de duas horas de espera e interrogatórios no aeroporto, recebi um visto de três meses, afirmando que faria turismo, seguindo as recomendações da cartilha.<sup>64</sup> Assim, tendo isto novamente em mente, reservei minhas passagens de ida e volta considerando o trajeto São Paulo – Amã, de modo a evitar o aeroporto Ben Gurion. Minha ida, então, aconteceu no início de janeiro de 2017, quando saí de Curitiba para São Paulo onde, desembarcando no aeroporto internacional de Guarulhos, comecei a assumir posturas “preventivas”, já com vistas em minha chegada em campo. As ações dramatúrgicas, por este prisma, foram acionadas não apenas no momento “pontual” dos cruzamentos, mas sim, em todo o trajeto, apontando para tais ações como partes constitutivas da viagem em sua totalidade – a viagem, assim, pode ser apontada como uma situação liminar. Com isto, evitei referências à “Palestina”, “Cisjordânia”, entre outras, em possíveis eventuais interações ao longo do caminho. Ou seja, busquei não restringir estas ações apenas ao momento de aquisição de visto de entrada, mas sim assumi-las dentro dos aviões, nos aeroportos durante as conexões, dentre outros pontos do trajeto.

Assim, após desembarcar em Amã, na Jordânia, tomei um táxi até o hotel onde passaria a noite e, assim, na manhã seguinte, preparei-me para cruzar a *King Hussein Bridge*, em direção à Cisjordânia. Desta vez, no entanto, o cruzamento se deu de forma rápida e sem maiores problemas. No guichê, em diálogo com a responsável que me entrevistara, me foi perguntado apenas o propósito de minha “visita à Israel”, ao que respondi que estava de “férias acadêmicas” e buscava iniciar contatos e estabelecer relações com universidades locais. Sem mais delongas, com um sorriso evidente em seu rosto, a atendente imprimiu um visto de três meses, colocou-o dentro de meu passaporte e entregou-me, dando-me as “boas vindas de

---

64 Algumas reflexões pessoais sobre tais situações, contudo, têm tomado outras formas. Embora as políticas israelenses de concessão de visto sejam bastante nebulosas, outros fatores, comuns a aeroportos – internacionais, em especial – podem estar presentes. Ao buscar informações (de maneira bastante generalizada) sobre políticas de inspeção em aeroportos internacionais, pude perceber, ainda que de forma acanhada e nada pretenciosa, a existência da construção de certos “perfis padrão”, por vezes relacionados à estereótipos, que se repetem e se reproduzem mesmo em países bastante distantes. Longe de propor quaisquer essencializações, entendo, de todo modo, que eu possa ter, em algum grau, estado “compatível” com tal “perfil”, uma vez que era latino, viajava sozinho, meu passaporte não contava com vistos anteriores, com bagagens volumosas e, ainda, propondo permanecer um período de tempo curto (afirmei que minha estadia se estenderia a uma semana ou “um pouco mais”). Dentre as primeiras perguntas que me foram feitas, estavam: “Tienes drogas? Do you have drugs?” (intercalando inglês e espanhol); “tienes armas?” Guns?”.

volta à Israel”. Agradei e rumei para a van que me levaria até Jerusalém, de onde tomaria, depois de pouco mais de anos, novamente o ônibus para Ramallah – linha, esta, que se tornaria presente em meu cotidiano até o final de minha estadia em campo.

O visto que recebi, de três meses, não seria suficiente para a minha permanência em campo, planejado para, pelo menos, um ano. Desta forma, busquei me informar sobre possíveis maneiras de estender este visto ou pleitear a aquisição de outro, com maior duração. Foi então que, cerca de uma semana antes do término da validade deste primeiro visto, o conservatório deu entrada na solicitação de um *West Bank only visa*, junto à Autoridade Palestina. Este visto, contudo, restringiria minha permanência à Cisjordânia, me impossibilitando de transitar para “dentro”, o que seria um percalço na função que exerceria como professor da sede de Jerusalém. Contudo, esta é a única modalidade de visto, como fui informado à época, possível de ser solicitada junto à AP. Vale ressaltar, todavia, que não há necessidade de vistos para a permanência na Cisjordânia, uma vez que a Autoridade Palestina não tem a possibilidade de exercer tais emissões (desta natureza de documentos) ou conceder tais permissões.<sup>65</sup> O procedimento, embora possa parecer à primeira vista relacionado às competências da AP, opera de forma distinta, uma vez que a Autoridade Palestina torna-se responsável por solicitar, junto às autoridades israelenses, vistos e demais permissões. À época, no entanto, não apenas o meu mas vários encaminhamentos e processos se encontraram em atraso. De minha parte, jamais tive qualquer retorno, além de respostas que obtive da AP ao questioná-los sobre o andamento dos processos. Nestas, a posição firmada era a de que havia “atrasos por parte do Estado de Israel”, sem apontar, de forma direta, quais seriam os problemas em curso ou mesmo quais os procedimentos a serem tomados dada a situação que se apresentava.

Após alguns meses sem visto e, também, sem posições mais pontuais acerca de minha situação, tive acesso a um endereço de e-mail, da pessoa responsável pela emissão de vistos no COGAT (*Coordinator of Government Activities in the*

---

<sup>65</sup> Em função da presença da ocupação militar israelense também nestes espaços, a emissão e confecção de vistos, ainda que restritos à Cisjordânia, fica a encargo do COGAT (*Coordinator of Government Activities in the Territories*), órgão militar israelense cuja sede, na Cisjordânia, encontra-se em Bet El, ao lado de Ramallah.

*Territories*). Com isto em mãos, encaminhei uma solicitação diretamente à pessoa responsável, dando início a uma breve troca de mensagens de e-mail, cujo conteúdo trago a seguir. Aqui, busco demonstrar que, de modo geral, as ações e performances podem acontecer não apenas nos momentos de encontros presenciais, mas sim, também, ser componentes de um contexto mais amplo de ação performática, que informa a escolha política das palavras e categorias usadas nos diálogos. Esta afirmação pode ser observada na forma como busquei me expressar no corpo das mensagens, a partir de direcionamentos de palestinos e estrangeiros cuja situação similar já era conhecida. A sequência segue abaixo<sup>66</sup>:

Primeiro e-mail:

*Dear (...).*

*My name is Rafael Gustavo de Oliveira, Brazilian citizen and Doctorate student in anthropology at the Federal University of Paraná, in Brazil. My purpose in Israel is my academic research for my Doctorate in Brazil. For that I also receive a monthly scholarship from the Brazilian Ministry of Education, with which I can pay all expenses during my stay.*

*I am writing this e-mail to request a B2 multi-entry Israeli visa until August 31st 2018. I have the support of my consulate and attach a letter supporting my application. I also attach a scanned image of my passport and letter from my university.*

*However, I would like to explain my current situation. I arrived in February, for my academic purposes related to my research about music in the Middle-East and was given a 3 month visa at the airport. At the end of that time, I applied through the Edward Said Conservatory of Music (my relation with the conservatory is related to the practices of teaching music, a part of my research) for a new visa or permission to stay, as other colleagues were doing. We applied to extend my 3 month visa until the end of August 2017, planning to do a full year application after that in line with the academic year. However, I did not get any response to my application even though I followed up many times. I have no intention of overstaying any legal period or stay without a visa or permission, according to the Israeli law, and therefore I went to the Representative Office of Brazil who have agreed to support my application.*

*At the end of the requested period I must return to my university in Brazil to finish my PhD and defend my thesis.*

*Thank you immensely for the attention.*

*Best regards,  
Rafael Oliveira*

Primeira resposta:

*Dear Raphael,*

*I have to say I did not understand your purpose. Do you wish to visit Judea and Samaria for that period or Israel only?*

---

<sup>66</sup> O nome da pessoa responsável, com quem me comuniquei, será preservado, sendo trocado por “(...)”.



*Because I am treating Judea and Samaria.  
And are you applying through Edward Said or as part of your research?  
I'd appreciate if you could clarify. (...)*

Segundo e-mail:

*Dear (...),  
My research is related to musical practices and, in this sense, also practices of teaching music. Thus, I am following the conservatory also considering that they have branches in Judea and Samaria.  
For that reason, considering the possibility of being able to visit their branches (and also talk to musicians in Israel in general), I am applying for a B2 multi-entry Israeli visa.  
My first application was through Edward Said, but now I am applying by myself, considering the support of my university in Brazil and also my consulate, even though I will still follow Edward Said's academic year.  
I hope I could have clarified your questions. And if you have any other question, please let me know.  
Again, I immensely appreciate your attention.  
Rafael*

Em sua última resposta, no dia 26 de setembro de 2017 a responsável retornou-me, com a seguinte mensagem:

*Dear Raphael, I am glad to invite you to an appointment in Civil Administration's headquarters on Sunday, October 15th at 09:30AM.  
Don't forget to bring along the following:  
- A specific support letter from Brazilian Representative Office, specifying the period of time you need to stay in the area, also explaining your need to visit Israel.  
- 2 passport photos.  
- Valid passport (If you hold another passport from same or different country, you must bring it as well).  
- Filled forms (attached).  
- Rental contract of your apartment in Judea and Samaria.  
- Please note that the service for issuing the visa costs 265 NIS, to be paid at the Civil Administration's post office in time of arrival.  
Please confirm  
Regards,  
(...)*

A partir do recebimento da confirmação da entrevista, preparei e reuni os documentos solicitados e, na data marcada, me dirigi juntamente com uma colega do conservatório ao local designado. Teríamos, ambos, entrevista com a mesma responsável, solicitando a regularização de nossa situação de visto. Com isto, tomamos um táxi do centro de Ramallah até Bet El, onde descemos no estacionamento em frente a entrada. Esta, diferente do que imaginei ser inicialmente, conta com um pequeno espaço coberto do lado de fora, com dois

bancos e cercas baixas de metal. A porta de entrada, ao invés de encontrar-se aberta, estava fechada e, sem entender claramente o que fazer num primeiro momento, observamos que outras pessoas, palestinos (os únicos estrangeiros éramos nós naquele instante), acionavam um tipo de “interfone”, buscando anunciar sua chegada. Fizemos o mesmo, apertando o botão de chamada e aguardando sermos atendidos para anunciar que estávamos ali para a entrevista naquele horário, previamente marcado. Fomos informados de que deveríamos esperar alguns minutos e, após passado certo tempo, tivemos nossos nomes chamados pelo mesmo interfone, nos convidando a entrar, um por um (assim como acontecia com os demais que também aguardavam). Ao adentrar-se a porta de fora, de ferro, acionada remotamente, encontra-se uma pequena sala isolada, onde a comunicação com quem entra e sai (ambos pela mesma porta) é feita por meio de um sistema de som interno, ou seja, não existe contato direto neste ponto, e quem entra é observado por um sistema de câmeras. Neste espaço existe um guarda volumes, onde fui ordenado a deixar a maleta executiva que carregava, e pegar apenas os documentos e demais itens necessários para, após, cruzar o detector de metais que existe ali, neste mesmo ambiente. Uma vez feita a checagem, somos direcionados a outra sala, mais ampla, com guichês de vidro, cadeiras enfileiradas para sentar-se e um monitor acoplado na parede, transmitindo informações diversas.

Após sermos chamados a pagar as taxas necessárias, fomos acompanhados por um soldado até outro bloco do local, um escritório onde nos esperava a responsável com quem havia me comunicado por e-mail. Ali, nos foi oferecido café, água e foram feitas as primeiras perguntas, em tom amigável, por parte do soldado que nos recebia, entre um sorriso e outro. Em seguida, fomos informados de que iríamos ser conduzidos até outra sala, em outro local, onde nos esperava sua chefe, que nos faria as perguntas finais e decidiria pela emissão ou não de nossos vistos. Nesta segunda ocasião, contudo, diferente do primeiro atendimento, o tratamento se deu de forma bastante ríspida, com perguntas por vezes intimidadoras.

Para mim, foi perguntado quais minhas intenções e por quanto tempo precisaria permanecer “em Israel”, sem deixar de perguntar, também, o porque de, em 2014, eu ter ido à Jordânia e regressado após dois dias. Sua pergunta fora bastante incisiva, a saber, “você foi renovar o visto, não é?”. Argumentei que sim,

esperando sua reação, que se deu ao balançar a cabeça negativamente, em movimentos curtos. Longe de ser esta a única pergunta, de certa forma “inesperada”, outras como “você já esteve em algum país árabe?” também foram feitas. Neste momento, recorro-me de uma pequena confusão, da minha parte, que me deixou um tanto apreensivo. Ao me perguntar, em inglês, “*have you been to any arab country*”, eu respondi “não, apenas Israel”. Sua feição mudou no mesmo instante, até que fui alertado pela colega que estava presente de que eu havia entendido a pergunta de forma equivocada. De fato, ouvi algo como “*have you been to any ‘other’ country*”. Esta situação, posteriormente, viraria tema de risadas, posto que, em tese, poderia ter me colocado em uma situação ruim durante a entrevista, já que, ainda que sem intenção, me referi a “Israel como um país árabe”. Assim, a entrevista aconteceu envolta em tensão, contudo, ao final, tivemos nossos passaportes devolvidos, ambos com vistos B2 *multi-entry*, com validade até o dia 31 de março de 2018.

Esta modalidade de visto proporcionou, pelo período de sua duração, a possibilidade de trânsito entre Ramallah e Jerusalém, sem problemas, o que possibilitou a fluidez de minha atuação no quadro de professores do ESNM. Além disto, possibilitou minha ida ao Brasil em meados de fevereiro de 2018, quando permaneci por cerca de uma semana, antes de regressar à Palestina. Esta vinda aconteceu em função da impossibilidade de novos adiamentos de voos para o Brasil. Em minha ida, em 2017, considerando apresentar passagens de volta caso me fossem demandadas, ao solicitar o visto na entrada, adquiri passagem de retorno para o mês de março. Contudo, com os processos de extensão de visto em curso, solicitei o adiamento desta passagem que, por sua vez, não poderia exceder doze meses, o que coincidiria com o mês de março de 2018. Assim, para não perder o bilhete e o valor investido neste, aproveitei a oportunidade da possibilidade de saída e retorno. Parte minha volta está descrita no prólogo deste trabalho.

Este cenário bastante favorável, em relação à im/possibilidade de trânsito, contudo, se aproximava do fim, o que me levou a contatar, mais uma vez, a entidade responsável pela emissão de vistos. A troca de e-mails, novamente, segue abaixo:

Primeiro retorno:

Dear (...)

My name is Rafael Gustavo de Oliveira, Brazilian citizen and Doctorate student in anthropology at the Federal University of Paraná, Brazil. We had a meeting last year, at your office (and later with Ms. Diana) for the process of my visa.

Thus, first, I would like to thank you for the attention at that time.

Second, I would like to ask how can I proceed to ask for an extension for my visa until august this year. This was the date mentioned on the letters I attached on the first process. However, understanding the situation at that time, I was allowed to have a visa only until March 31th, 2018.

I would like to make clear that I do not have any intention of staying longer than august. This comes from the fact that I need, inevitably, go back to Brazil after this period, to conclude my PhD and stay there for the next few years (as part of the agreement with the university). Thus, I reinforce that I can not stay longer than this period (until august).

Please find attached another letter from my consulate with the same declaration as the one mentioned here, supporting the process.

Again, thank you immensely for the attention.

Best regards,

Rafael Oliveira

Primeira resposta:

Dear Rafael,

I did not forget of course. There are few things you need to know, that have changed since we have last met.

1. Until the 12th of February my colleague is abroad so it will have to wait until then.

2. There's an ongoing internal debate (or disagreement, you can say) between Israeli Ministry of Interior to COGAT. Until further notice, the Civil Administration is not able to provide **unrestricted** visas for Judea and Samaria (that means you will have a "Judea and Samaria only" stamp on your visa, that affects the ability to fly through Ben Gurion Airport).

It's important for me to let you know before we go through the process again.

(...)

Observação: a palavra "unrestricted" está apresentada como no e-mail original, em negrito.

Confirmação final:

Dear (...),

Thanks a lot for keeping me informed. It is for sure very important for me to know.

In this case, I decided to go to Brazil on February (for academic reasons) and come back still on the same month, to take the opportunity of traveling before my visa expires in march and, also considering the possibility of having this new type of visa when I am back in the end of February.

I would like to thank you again for keeping me updated about the news and the process.

Best regards,

Rafael

A partir da troca de mensagens apresentada pode-se perceber como pode-se acionar categorias de espaço e, também, construí-las nestas situações enquanto categorias políticas. Neste sentido, o acionamento de determinadas categorias em detrimento de outras, situacionalmente, pode garantir rumos distintos em processos de aquisição de visto. No entanto, para além disso, percebe-se os usos políticos das categorias espaciais para além das situações presenciais, a exemplo das orientações contidas na cartilha da BZU. Assim, buscando não afirmar apenas que tais categorias são unicamente espaciais ou políticas, proponho uma perspectiva que visa tomar a observação dos acionamentos de categorias de espaço a partir de seus usos políticos contextualizados. Para tanto, algumas reflexões e apontamentos se fazem importantes, a saber, aquelas que buscam lançar luz sobre a maneira como, na troca de e-mails, prevaleceu o usos de uma categoria em detrimento de outra. Isto posto, vale observar as maneiras como a própria representante da entidade israelense se refere à diferentes espaços e, ainda, as distinções entre estes trazidas por ela.

Nas trocas de mensagem, a categoria de espaço apontada por ela para fazer referência ao local onde situa-se Ramallah, onde declarei estar residindo, foi “*Judea and Samaria*” – categoria de espaço comumente acionada por israelenses ao se referir à Cisjordânia. Ao mesmo tempo, apresenta uma distinção entre este e o que foi referido como um espaço outro, “Israel”. Esta observação torna-se evidente em trechos onde me foi perguntando se eu desejaria visitar “Judeia e Samaria” ou “apenas Israel”. Ainda, na primeira troca de e-mails, fora solicitado uma carta, emitida pela representação consular brasileira, que explicitasse e sustentasse a necessidade que eu teria de “visitar Israel”, ao mesmo tempo em que deveria apresentar o contrato de locação do imóvel onde residia “em Judeia e Samaria”. Estas solicitações, a meu ver, se relacionavam com a possibilidade ou não da emissão de um visto que permitisse o trânsito entre diferentes espaços.

A princípio, buscando intencionalmente não acionar categorias palestinas de territorialidade – ou seja, referir-me à Palestina, Cisjordânia, 48 – fiz referência à “Israel” como um todo, ou, uma categoria que buscasse abranger também o espaço em que residia. Também proposital foi a maneira com que fiz uso da expressão “em geral”, buscando unificar as categorias apresentadas pela responsável com quem

me comunicava, ainda que trazidas, por ela, enquanto distintas. Contudo, busquei, principalmente a partir de sua primeira resposta, replicar o acionamento de suas categorias e, assim, daquele ponto em diante, passar a me referir, nas trocas de e-mail e demais eventuais entrevistas, à “Israel e Judeia e Samaria” em lugar de “48, Cisjordânia e Palestina” – ou seja, com termos cedidos por ela mesma.

Esta mesma posição foi buscada na segunda troca de e-mails, no processo de solicitação de extensão do visto. Desta vez, no entanto, fui avisado de que ocorria, na ocasião, uma discordância entre o COGAT e o Ministério do Interior israelense, onde o segundo não estaria permitindo a confecção de vistos “irrestritos” (ou *multi entry*) a partir de Bet El. Com isso, eu estaria ciente de que estava solicitando um *west bank only visa*, ou, como apontado no corpo do e-mail, um visto que contaria com um carimbo com a inscrição “*Judea and Samaria permit*” – uma imagem do referido carimbo pode ser vista a seguir, na figura 22.

FIGURA 22: CARIMBO RESTRITIVO



FONTE: acervo pessoal.

Vale notar, contudo, que revela-se, a partir de tal apontamento, a subordinação do primeiro em relação ao segundo, ou seja, os processos de solicitação de vistos – através do COGAT – dependeriam da anuência do Ministério do Interior. Chama a atenção, também, a observação que aponta para a restrição de mobilidade à que estariam submetidos os solicitantes daquela modalidade de visto, durante aquele período. Assim, embora fizesse referência direta à impossibilidade



de viagem através do aeroporto, o efeito de tal *stamp* seria a impossibilidade legal de cruzamento para “dentro” em quaisquer circunstâncias.

No entanto, embora esta modalidade de visto conte com um carimbo que explicita suas restrições, a modalidade emitida em Bet El é B2, multi entrada. Dito de outra forma, o visto restritivo – *West Bank only* – não se mostrou como uma modalidade possível dentre as opções disponíveis a partir das políticas israelenses, mas pareceu, na outra mão, submetido à restrições a partir do carimbo, que seria checado nos *checkpoints*. Isto poderia justificar, de certo modo, a razão pela qual não fui impedido de viajar de volta ao Brasil, ao finalizar minha estadia em campo, pelo aeroporto Ben Gurion, uma vez que já me encontrava lá, me apresentando para meu voo de volta. Nesta ocasião, não me havia sido feitas quaisquer perguntas acerca da modalidade do visto, e o carimbo pareceu ser ignorado. Da mesma forma, percebi o estranhamento do atendente da imigração no aeroporto em meu retorno ao campo, em fevereiro de 2018. Narrativas sobre a aparente não identificação dos vistos emitidos em Bet El, nestas situações (em viagens por Tel Aviv), são mais ou menos recorrentes, expressas por estrangeiros que fazem suas viagens por estas vias.

De todo modo, é a partir dos acionamentos políticos situacionais destas categorias contrastivas que pode-se, de modo geral, ter acesso às suas construções e usos, considerando-se sujeitos distintos. Dito de outro modo, para sustentar tal argumento refiro-me às construções palestinas de territorialidade, das quais fiz uso em meu cotidiano, em contraponto com as israelenses, constitutivas dos discursos sionistas que visam abranger a Cisjordânia e Faixa de Gaza como território “seu” ou, “não palestino”, como expresso em meu processo de solicitação de vistos, na troca de e-mails (dos quais também fiz uso, evidenciando seus usos políticos). Esta perspectiva da “anexação”, como já mencionado, não é nova na arena de debates acerca da conjuntura política da Palestina, e tem estado em evidência a partir do “plano Trump”, anunciado no início de 2020. Como pontuei anteriormente, busco refletir, atualmente, sobre tais planos enquanto ações que visam legitimar um contexto já existente. Ou seja, embora o Estado de Israel conte com seis distritos principais<sup>67</sup>, que se dividem em quinze sub-distritos, e embora a Cisjordânia não

67 Distrito Sul, Distrito Central, Distrito Norte, Distrito de Haifa, Distrito de Tel Aviv e, por fim, distrito de Jerusalém.

componha este quadro, a ocupação militar israelense destas regiões, a presença das colônias e o uso de categorias espaciais como “Judeia e Samaria” na emissão de documentos oficiais, aponta para uma imposição da presença do Estado sionista sobre a região. Esta presença impositiva termina, em algumas situações, por vezes se sobrepondo à autonomia da Autoridade Palestina sobre estas regiões que, a partir dos acordos de Oslo, ficariam sob seus cuidados. É o caso dos processos de solicitação de vistos, por exemplo, como aqui abordado.

Isto posto, uma observação pode ser apresentada, ao questionar-se se o Estado israelense – neste subcapítulo representado pela responsável com quem troquei e-mails – *de facto* compreende a Cisjordânia (ou, em sua categoria, “Judeia e Samaria”) como algo não componente da abrangência de sua jurisprudência. Este apontamento relaciona-se com a observação de que, para se estar ou adentrar a Palestina e, ainda, transitar pelos diferentes espaços que a compõem, é necessário visto israelense. Esta observação pode se tornar importante, uma vez que a checagem de permissões e vistos, nestes espaços liminares – os *checkpoints* –, acontece majoritariamente na “entrada”, tendo a passagem para o retorno à Cisjordânia com checagens mais pontuais e específicas – como aquelas que visam controlar o horário de retorno daqueles palestinos com permissão para trabalho, estudo ou outros. Com isto, embora categorias locais israelenses de territorialidade não sejam o tema central deste trabalho, sua apresentação contrastiva com as categorias palestinas chamam-nas ao debate, neste momento.

De todo modo, ao perguntar-me se eu gostaria de “visitar Judeia e Samaria”, pude deduzir que, de certo modo, estava considerando que eu estava “em Israel”. No entanto, pode-se deduzir, do contrário, que todo o processo se deu sob a ciência das autoridades israelenses que solicitaram documentos comprobatórios de minha estadia em Ramallah. Ou seja, ao solicitar que eu levasse uma carta da embaixada brasileira local (ou, também referida como Escritório de Representação Consular), além de cópia do contrato de aluguel do imóvel em que residi (como comprovante de residência), compreendi que não havia o que pudesse ser “escondido” – com a liberdade do termo – das autoridades israelenses no que diz respeito a “onde eu estava” e, ainda, “com quem” me relacionava em meu cotidiano. Levando isto em consideração, tendo em conta a ciência das autoridades israelenses a respeito de

minhas redes de relação locais, ainda assim busquei manter meus usos de categorias contrastivas em vez das palestinas, de modo a fazer a manutenção das ações dramáticas inerentes ao meu processo de solicitação de visto.

Ao final, considero que estive sob cinco diferentes “situações” de visto, sendo elas: 1) visto de turista, válido por três meses; 2) “renovação” do visto com ida à Jordânia por alguns dias; 3) sem visto algum, por um período de aproximadamente seis meses; 4) visto “full” multi entrada adquirido no assentamento de Bet El; 5) visto com restrição à cisjordânia, emitido também em Bet El, como o anterior. As diferentes modalidades de visto que obtive me colocaram, assim, em diferentes situações e, com isso, passei a compor diferentes práticas e elaborações de estratégias de mobilidade. Importante ressaltar, no entanto, que estas práticas aqui expostas dizem respeito ao meu cotidiano individual, ainda que este possa ser compreendido como composto e componente do cotidiano local. Ter acesso a narrativas sobre práticas de terceiros – principalmente estrangeiros – é algo relativamente comum, uma vez que situações de visto, com relação à falta e / ou aquisição deste, é componente da realidade local. Contudo, sublinho o argumento de que busquei, através de uma escrita reflexivista, abordar e refletir sobre minhas próprias experiências e estratégias confeccionadas e cotidianamente acionadas.

Trazer os processos de aquisição e solicitação de vistos neste ponto do texto se relaciona com uma tentativa de seguir, embora com alguma perda de fidelidade (sobre a qual estou ciente), as ordens cronológicas que se apresentaram em campo. Desta forma, buscando dar continuidade à apresentação das estratégias de mobilidade acionadas, sobre as quais discorro, trago a seguir eventos outros, ocorridos após a aquisição do visto “*West Bank only*”.

#### **5.4 – *Pinky Break*: a mágica com passaportes**

Fragmentos das memórias de campo:

“Em campo tive a oportunidade de aprender coisas novas, coisas que sempre quis aprender, como mágicas de baralho! Meu amigo dominicano, que era mágico profissional, me propôs um trato, que seria trocar aulas de violão por aulas de mágica. Aceitei na hora! Ele foi, com certeza, um aluno melhor de violão do que eu fui com as cartas, mas aprendi algo que seria muito valioso no futuro: a manipulação do baralho, quando feita de forma planejada, leva ao espectador a ilusão mais fantástica, para o truque mais simples! Um humilde pinky break pode, ao transformar uma carta em outra, ser a mágica mais fantástica, bem em frente aos olhos de quem vê!”

Estar em posse de um visto não garante, necessariamente, a capacidade plena de movimento e gozo da possibilidade de deslocamento. A im/possibilidade de trânsito entre diferentes espaços – especialmente entre Cisjordânia, Jerusalém e 48, neste caso – está, de forma direta, relacionada com a modalidade de visto que se adquire, fazendo com que estratégias de mobilidade sigam sendo pensadas, compartilhadas e praticadas em determinados casos. Isto se aplica ao caso dos detentores dos chamados *West Bank only visa*, os vistos que restringem a permanência dos estrangeiros que o possuem à Cisjordânia. Este, também, era a modalidade de visto que passei a ter, a partir de minha segunda requisição, o que me restringia, novamente – embora agora estivesse com minha situação de estadia e visto regularizados –, à Cisjordânia e não me possibilitava ir à Jerusalém para as aulas dominicais.

Narrativas sobre estrangeiros sem visto em Jerusalém passaram, novamente, a compor meu cotidiano. Da mesma forma, senti a necessidade do retorno às reflexões sobre estratégias que, desta vez, se mostraram um pouco diferente do período em que permaneci sem visto algum. Também, até este momento, não havia tido a oportunidade de presenciar checagens mais minuciosas nos trajetos de “retorno” à Cisjordânia, exceto pelas eventuais intervenções dos soldados no *checkpoint* de Qalandya, para checar se o retorno de trabalhadores estava acontecendo de acordo com os horários estabelecidos em suas permissões. Assim, foi no período da páscoa do ano de 2018 que, já em Jerusalém (com o visto restrito) e me preparando para ir até Belém em uma determinada ocasião, escutei nos corredores do conservatório que as autoridades israelenses estariam, naquele dia, checando os ônibus que faziam o meu trajeto. Ao comentar sobre meus receios com uma colega, esta me tranquilizou, contando de forma breve um evento ocorrido com outras duas professoras. Segundo sua narrativa, as duas colegas estavam juntas em um ônibus, voltando para Belém, em um período em que uma delas não tinha visto que a permitisse estar em Jerusalém. A surpresa teria acontecido quando, sem esperar, a polícia israelense parou o ônibus em que estavam para averiguar documentos, pouco antes da chegada ao *checkpoint* 300, ainda em Jerusalém. A

reação imediata da colega sem visto teria sido a de manter a “normalidade” na medida do possível e, assim, manter-se em diálogo com nossa outra colega. Após, a estratégia assumida por ela fora a de, em vez de mostrar um visto com o passaporte aberto, mostrá-lo fechado ao soldado, sem abri-lo. A atitude dela perante tal situação surtiu efeito, posto que seu passaporte não fora checado. A observação de que o manuseio do passaporte pode ser diferente em determinadas situações, assim, aparece como componente, ainda que discreto, das estratégias de mobilidade. De minha parte, destaco duas ocasiões, ocorridas na mesma semana, em que busquei, pela primeira vez, assumir tal postura no momento das checagens, como demonstro a seguir.

Aqui, se torna importante frisar, antes de dar continuidade à descrição dos eventos que apresentarei, um ponto que julgo ser central para a sua compreensão. Meu segundo visto B2, embora este fosse, aparentemente, dotado de mesmo efeito do primeiro (multi-entrada, irrestrito), contava com um carimbo que explicitava a restrição à qual eu estava sujeito, à Cisjordânia apenas. Contudo, note-se, a data de emissão deste segundo visto se deu no dia 11 de março de 2018, antes de se expirar a validade do visto anterior, que se daria no dia 31 do mesmo mês. Assim, até onde fui informado, minha permanência estaria vinculada ao segundo visto, a partir de sua emissão, e o primeiro estaria, desta forma, já invalidado. Observa-se assim, que a diferença entre o final de um, e o início do outro, foi de vinte dias, ou, de forma aproximada, cerca de três semanas. Os eventos que apresento a seguir ocorreram neste intervalo de tempo.

Uma de minhas alunas do conservatório, que desfrutava de grande destaque no quadro discente, já havia terminado o curso. Uma de minhas primeiras participações junto a outros professores da instituição havia sido, justamente, como membro avaliador de sua banca final, que ocorreu em Ramallah, no seu concerto de formatura, no primeiro semestre de 2017. Contudo, visando dar continuidade a seus estudos musicais, seguiu com as aulas, planejando, também, o ingresso em cursos de música em universidades estrangeiras. Nosso trabalho, assim, buscou atender suas demandas e, com isso, um ano depois de nosso primeiro encontro, no primeiro semestre de 2018, sua audição fora agendada. Esta aconteceria *online*, através de um aplicativo de videoconferência, para computador. A data da audição, que

contaria como parte do processo seletivo para a universidade escolhida por ela, havia sido marcada, pela banca da referida instituição, para o dia 14 de março. Ainda que não fosse domingo (a data caiu em uma quarta-feira), por solicitação da aluna e voluntariado meu, acordamos que eu estaria presente durante sua apresentação, ainda que em silêncio, por trás da câmera de seu computador. Assim, na ocasião, tomei um micro-ônibus de Ramallah, e me dirigi até o *checkpoint* de Qalandya, contudo, na chegada, foi avisado aos passageiros do micro-ônibus que teríamos todos que descer, posto que, naquele dia excepcionalmente, o cruzamento por ônibus estaria interditado. Com isso, uma vez fora do veículo, a única opção possível seria, então, o cruzamento à pé, pelas cancelas situadas no outro lado do local.

Esta possibilidade, no entanto, não me pareceu atrativa, uma vez que me colocaria “cara a cara” com o/a soldado responsável, ainda que separados por um vidro blindado. Neste momento, tomei a decisão de retornar para minha casa e, de lá, entrar em contato com o motorista que costumeiramente me levava por Hizma, perguntando se, por algum acaso, ele não deveria também ir à Jerusalém naquele dia. Ao responder que sim, me pediu que o buscase em nosso ponto de encontro habitual, no campo de refugiados de Qalandya, e de lá nos dirigimos. A diferença, contudo, é que nesta ocasião o motorista decidira não ir por Hizma, mas sim por Qalandya, cruzando de carro, o que me deixou um tanto apreensivo, posto que sabidamente, ali, todos os veículos são inevitavelmente parados. Ou seja, eu teria que mostrar meu passaporte e, ainda, a checagem dos documentos poderia ser ainda mais criteriosa do que no ônibus. No entanto, decidi manter a estratégia que havia planejado, a saber, “forçar” o soldado que averiguaria meu passaporte a ver o visto “antigo”, que ainda apresentava data de validade compatível com o dia em que cruzávamos.

Minha “aposta” nesta tática contava mais com a frequente (mas não regra) “indisposição” nas checagens mais atentas ocorridas nos cruzamentos de ônibus. Como já dito anteriormente, há soldados que verificam o passaporte como um todo, do mesmo modo como há os que tampouco os abrem, fitando-os, fechados (os passaportes) à distância. Cruzar de carro, no entanto, faria com que esta referência, ao menos para mim, se apresentasse de forma quase “oposta” à esperada nos



ônibus. Em outras palavras, embora também houvesse a possibilidade de uma checagem menos minuciosa, a probabilidade mais evidente nos levava a pensar que o soldado tomaria os documentos em mãos, fazendo com que perdesse, de certa forma, o “controle” sobre as páginas que eu apresentaria.

Contudo, tomei a decisão de manter a estratégia e, com isso, como em um *pinky break* que “força a carta” em um truque de mágicas com baralho, mantive meu passaporte fechado, a não ser pela marcação que mantinha com o dedo mínimo da mão esquerda, na página do visto antigo (irrestrito, mas já vencido, embora a data levasse a crer que era válido). Ao sermos parados, na minha vez de entregar o passaporte ao soldado, ao mostrar que o mesmo estava “fechado”, o abri diante de seus olhos. O soldado, então, ao tomar meu passaporte em suas mãos, confere o visto cuja página eu tinha previamente “forçado” e, em seguida, desconsiderando as outras páginas, foleia o documento até encontrar minha foto, que se encontra nas páginas iniciais deste, me fitando logo em seguida e, ao final, me devolvendo o passaporte, liberando nossa passagem. Ao final, chegamos em tempo para o horário da audição, porém, esta havia sido cancelada pela banca examinadora e transferida para outra data, 30 de março, um dia antes da data final prevista no primeiro visto.

No dia 29 daquele mês, então, com vistas para a audição da aluna que estava marcada para acontecer no dia seguinte, em Jerusalém, me dirigi de Ramallah à Belém, onde passei a noite, na casa de uma colega. A ideia, neste caso, seria assumir a mesma estratégia de mostrar o visto anterior, contudo, minimizando as chances de ter o passaporte manipulado pelos soldados. Com isto, considerando que o *checkpoint* de Qalandya é, claramente, mais conturbado que o 300 e que, também, as chances de ter o passaporte manipulado por alguém seria maior no ônibus ou por carro, a outra possibilidade seria cruzar a pé. No entanto, as filas e a aglomeração de pessoas em Qalandya é maior do que o observado cotidianamente no 300. Assim, o cruzamento por Belém pareceu uma opção mais “segura”, posto que o único contato que se teria com algum soldado seria – caso tudo corresse bem – através do vidro blindado, uma vez que a única possibilidade, neste trajeto, é o cruzamento à pé (os ônibus, até o centro da cidade, permanecem esperando os passageiros na rua, do lado de fora do *checkpoint*). Então, no dia 30 de março, pela manhã, iniciei o cruzamento. Passados os detectores de metal, segurei meu

passaporte, buscando a página do visto anterior previamente, com cuidado (levando em consideração as câmeras distribuídas pelo caminho). Ao chegar no guichê, abri o passaporte na página já preparada e mostrei-o ao soldado que ali estava, encostando o visto no vidro. Sem muitas delongas, este me fitou nos olhos e, com um breve movimento de afirmação com a cabeça, autorizou minha passagem. Fechei o passaporte, guardei-o, terminei o cruzamento e, já do lado de fora, embarquei no ônibus, rumo à cidade velha de Jerusalém.

### **5.5 – Jamais estive em Jerusalém... naquele dia!**

A busca de estratégias para o cruzamento de *checkpoints* foi constituída enquanto um componente de minha experiência de campo. Contudo, a manutenção da estadia após o cruzamento também se tornou, em situações mais isoladas, ponto relevante na constituição da construção de estratégias. Durante a semana de exames do conservatório, em 2018, fui convocado para compor as bancas dos alunos da sede de Jerusalém, onde estive alocado. Contudo, neste período, o visto vigente em meu passaporte contava com o carimbo restritivo. Ainda, a possibilidade de mostrar o anterior já não era uma opção, posto que este (o anterior) já havia expirado na data da semana de exames. Deste modo, cruzar por Hizma voltou a ser a possibilidade mais viável e, assim, me defrontei com a mesma situação em que me encontrava quando fiquei sem visto algum. A diferença entre as situações, no entanto, é que neste novo contexto eu contava com um documento comprobatório, ainda que restritivo, da regularidade de minha estadia. Contudo, apesar de tal “vantagem”, vale notar o caráter restritivo de tal documento, que não possibilitava o cruzamento e, na mesma via, tampouco minha presença em Jerusalém.

Isto considerado, as preocupações passaram a ser tanto o êxito da ida ao conservatório, como a manutenção da estadia na cidade, para a composição da banca avaliadora dos exames. Tal contexto não deveria ser construído enquanto um problema, posto que, a falta de visto me colocava, num primeiro momento, em uma situação ainda mais delicada do que naquela que abordo aqui. Contudo, jamais precisei apresentar meu passaporte para nenhuma autoridade em Jerusalém, assim como também não precisei apresentar meu documento de identificação em nenhum estabelecimento, salvo no evento sobre o qual discorro a seguir.

Minhas aulas aconteciam as domingos e, como exposto acima, fui de carro, com o motorista com quem costumeiramente fazíamos o trajeto. Neste dia, no entanto, fomos acometidos por outra situação no *checkpoint*, ao sermos, novamente, parados para averiguações. O soldado, após o motorista do carro descer o vidro, solicitou seu documento e, após fitar-me nos olhos, pediu que eu, também, pegasse meu passaporte. Não pude evitar a sensação de medo que me acometeu no instante em o soldado averiguava os documentos do condutor do veículo, posto que sabia que, logo em seguida, o meu seria também checado. Assim, buscando manter naturalidade nos movimentos, seguindo as costumeiras ações dramatúrgicas componentes dos cruzamentos, tomei meu passaporte em mãos e esperei. Entretanto, após conferir os documentos de meu colega, o jovem soldado pediu que este descesse do carro e, em seguida, abrisse o porta-malas, para checagens. Ao final do procedimento, o motorista do carro retorna a seu assento e fecha a porta, o que me deixa apreensivo, por esperar que o soldado, naquele momento, checaria meu passaporte. Para nosso espanto, no entanto, este havia dito para o condutor entrar no carro e seguir em frente, sem nem sequer chegar perto dos documentos que eu mantinha em mãos. Ao questionar meu colega sobre o que haviam conversado, ele me conta que perguntaram dele, para onde ia, de onde vinha. Disse, como me contou, que iria para Beit Hanina, um conhecido bairro palestino de Jerusalém. Respirei, ao que o motorista lançou uma risada curta, como quem afirma “passamos mais uma”, e seguimos nosso trajeto até o conservatório para dar início às atividades do dia.

Os exames anuais, e assim a composição das bancas, começariam no dia seguinte, na segunda-feira. Tendo isto em consideração, meu colega que nos levou em seu carro, perguntou-me, no caminho, “como faríamos amanhã”, já que, como deduziu, precisaríamos percorrer novamente o trajeto e, assim, passar pelo *checkpoint* uma vez mais. Contudo, expus uma ideia que eu havia tido para evitar o cruzamento por dois dias consecutivos e, assim, minimizar os riscos que poderíamos correr no trajeto, além de assegurar que as bancas não ficariam desfalcadas, caso algo ocorresse. A ideia que tive era permanecer em Jerusalém, pernoitando, na casa de algum conhecido ou, quem sabe, em algum hotel. Para não causar transtornos a terceiros, decidimos eu e uma colega que residia em Belém

(que contava com um visto regular, não restrito) permanecer em um hotel. Deste modo, solicitamos que nos recomendassem algum *hostel* para passarmos a noite, ao passo que uma reserva prévia fora feita por uma responsável do conservatório. Sua escolha por um estabelecimento específico, no entanto, não me pareceu a mais viável, já que a pessoa nos informara que se tratava de um “*hostel israelense*”, ainda que situado na cidade velha de Jerusalém. Tal informação me causou incômodo e, tomado por uma sensação de medo, informei que buscaria outra opção, explicando que para fazer o *check in*, seria necessário apresentar um documento de identificação e, como de costume, o visto, que comprova a regularidade da estadia. Tendo isto em mente, compreendi que poderia ter algum tipo de problema, caso apresentasse um visto restritivo a um estabelecimento “israelense”.

Ao comentar com uma aluna sobre a situação em que me encontrava, no entanto, esta tomou a atitude de, após a aula, dirigir-se – ainda que eu não tivesse ciência – ao hotel que encontrava-se na quadra ao lado. Este, diferente do primeiro, era um “hotel palestino” e, desta forma, inspirava alguma confiança. O receio, no entanto, seguia me consumindo, até o momento em que nos dirigimos para lá (eu e minha colega) para fazermos a reserva e dar entrada. Ao chegarmos, comentamos que trabalhávamos no conservatório e, tomando nossos passaportes em mãos, seguimos com a reserva e posterior *check in*. Para meu espanto, contudo, apenas o documento (e visto) da pessoa que me acompanhava foi solicitado e, ao perguntarmos se precisaríamos apresentar algum documento a mais, para além também do valor do quarto, fomos informados que não haveria tal necessidade. Assim, dividimos o mesmo quarto e, para nosso alívio, meu passaporte e meu visto restritivo jamais fora apresentado, nestes dias.

A volta para Ramallah, ao final do dia, foi tranquila, quando tomamos o ônibus na cidade velha e cruzamos sem problemas, discutindo os acontecimentos do dia, referentes às apresentações dos alunos perante as bancas examinadoras.

## CAPÍTULO 6 – TERRA DE CONTRASTES

### 6.1 – Não vem pra cá, eu vou pra aí!: movendo-se na/para a Cisjordânia

A questão trazida nesta sessão consiste em algo de notável importância: é preciso ter visto atualizado específico ou autorização israelense para transitar de Ramallah para Jerusalém. O caminho inverso, no entanto, não carece de documentos na maioria das vezes. Assim, na falta desta possibilidade para mim neste período, inicialmente, arranjos com alunos de Jerusalém foram feitos, como no caso de duas alunas de violão do conservatório, ambas de Jerusalém. Elas, da mesma forma como diversos outros estudantes de música, em diversas ocasiões (fosse em função das aulas, ensaios, provas de banca ou situações diversas), se deslocavam até Ramallah, em horários fora daqueles que seriam os habituais, como os da minha escala em Jerusalém, aos domingos.

Um exemplo possível (dentre vários outros similares) aconteceu no dia oito de outubro de 2017, quando houve a necessidade, de minha parte, de cancelar aulas no ESNM. O cancelamento ocorreu devido à proximidade de uma entrevista que eu teria, no dia 15 do mesmo mês, relativa à possível resolução da minha condição de visto naquele período. Nesta ocasião, o cancelamento das aulas se deu pelas precauções que me foram aconselhadas tomar, como evitar encontros com soldados, *checkpoints*, e demais situações que poderiam comprometer meu processo de regulamentação da situação de visto. Assim sendo, neste dia encaminhei um e-mail para alguns alunos, com cópia para responsáveis da direção do conservatório, com o seguinte conteúdo:

*Good morning everyone!*

*I am writing to ask about the possibility of having the next two classes in a place other than Jerusalem. On the last weekend we were stopped at the checkpoint in Hizma and, as my visa is not ready yet, we had problems. So, I'm concerned of having trouble again (since we have been going at the same time on Sundays) and end up affecting the students in some way and also who's driving the car. I have an appointment on the 15th, as already explained, in Bet El. I imagine that after this date, and having my visa (inshallah!) things will be normal and we will have no problems. However, I reinforce the question about the possibility of, for the next two classes (only), changing the location. I would suggest Ramallah or Bethlehem. I can also suggest classes on Skype. I would also like to say that, if you all think it's*

*better, I can try to go to Jerusalem again, but I am afraid of the checkpoint, for the reasons I put above. Best regards, Rafael*

Na ocasião, não consegui uma resposta rápida, o que me fez entrar em contato diretamente com a direção, solicitando o cancelamento das referidas aulas. No mesmo momento, ainda, encaminhei outro e-mail para os alunos, pedindo desculpas pelo meu não comparecimento. Este segue da seguinte maneira:

*Dear students.*

*I'm texting to apologize about today's classes!*

*As I said last week, we were stopped at the checkpoint and had some problems. So I was afraid to cross the same day and hour through the same checkpoint and, in order not to put in risk the rest of the year, I e-mailed the heads of the conservatory asking to change the location of the classes (only two classes, today and the next sunday - when I have my appointment in Bet El, to solve my visa). I suggested them to tell the students, if possible, to go to Bethlehem or come to Ramallah. In the end, the classes were canceled, but I'm personally reinforcing here the idea of relocating for two weeks only (or a two-hour class - or an hour for beginners) one day this week. If you think this is possible, please let me know. I can talk to the conservatory and try to arrange the schedules. I can do any day of the week, any time (in Ramallah or Bethlehem), except on Tuesday and Saturday. Again, I apologize for the cancellation today! Next Sunday I have the appointment in Bet El to resolve my visa and, once everything is normalized, everything will be normal again. Thus, this situation is only this Sunday and the next! Again, if you guys think it is possible for you to come to Ramallah or/and Bethlehem (and have the classes at the branches), let me know!*

A intenção, uma vez que eu não constava com visto à época, era realocar as aulas para um local em que, tanto eu quanto os alunos, pudéssemos nos fazer presentes, já que não me deslocar até a sede do conservatório, em Jerusalém, se mostraria mais prudente. Embora várias maneiras de se cruzar “para dentro” sejam possíveis, a mais “segura” adotada por mim consistiria, de modo geral, em fazer o mesmo caminho, passando pelo mesmo *checkpoint*, no mesmo carro, com o mesmo motorista, no mesmo horário, entre outros pontos. Dito de outra forma, a maneira menos “arriscada” para se cruzar demandaria acionar a mesma estratégia “costumeira”, o que poderia ser arriscado – eventualmente pode-se perceber os turnos dos mesmos soldados em determinados horários (após algum tempo é possível até, de certa forma, “conhecer” os soldados e seus turnos), o que abriria a possibilidade de sermos “reconhecidos” também. Desta maneira, ser parado uma segunda vez consecutiva, na minha condição sem visto, poderia gerar problemas



para mim e para o condutor do veículo, o que colocaria em risco tanto o meu processo de resolução da situação documental, quanto eventualmente gerar até mesmo a prisão do motorista que costumeiramente me levava.

Pelas razões acima colocadas, sugeri, então, que os estudantes se deslocassem “até mim”, para que as aulas acontecessem ou em Ramallah (onde eu residia), ou em Belém (posto que a cidade situa-se na Cisjordânia e, assim, meu trânsito até a outra sede do conservatório estaria garantido). Ao final, dos quatro alunos para quem encaminhei o e-mail, apenas duas alunas responderam, positivamente, confirmando suas idas a Ramallah. Estas situações aconteceriam inúmeras outras vezes, por razões das mais diversas. O exemplo que trago aqui, para ilustrar brevemente minha exposição sobre estratégias de mobilidade, está longe de resumir “em si” as razões pelas quais palestinos – e também estrangeiros, como no meu caso e de outros professores – buscam estas “configurações de encontros”. Assim, embora os exemplos trazidos neste trabalho sejam, em sua maioria, protagonizados por músicos, alunos e professores, estes constituem uma realidade local bastante mais abrangente, onde a busca pelo trânsito por/entre diferentes locais e espaços é cotidiana.

## **6.2 – Nos vemos no *iftar*!: o Ramadã e diferentes práticas de trânsito**

As comunidades muçulmanas ao redor do mundo celebram, anualmente, o Ramadã. Em função da predominância do Islã na Palestina, esta não é exceção. Com isto, observa-se a prática de determinados componentes centrais para a realização de tal período e, dentre estes, o jejum ganha forte destaque.

Nos dois períodos consecutivos de ramadã que passei na Palestina, os horários para o início do jejum coincidiram, por volta das 4:30 da manhã. Este é marcado pela primeira azan<sup>68</sup> do dia, e dura até à que procede o pôr do sol, por volta das 19:30 da noite. Neste período do dia, muçulmanos e adeptos do jejum não

---

68 Nome dado aos sons emitidos pelas mesquitas nas chamadas para as orações. Grosso modo, são entoadas pelos responsáveis que, através de gravação ou microfone (nas *azans* entoadas em tempo real, como na maioria das mesquitas nos arredores de onde residi), as iniciam com a expressão *Allahu Akbar* - “Deus é maior”, em uma tradução livre para o português. Acontecem diariamente, em horários específicos, contudo, durante o Ramadã estas podem ser mais longas, dependendo do horário. São as *azans* que determinam o início e o final dos jejuns diários neste período.

comem nada, não bebem água<sup>69</sup>, não fumam, não mantêm práticas sexuais, não tocam música (publicamente), dentre outras privações.

O jejum, de todo modo, é quebrado diariamente após o pôr do sol, tendo seu momento marcado pela primeira *azan* após este evento. Comumente, uma das primeiras privações a serem quebradas é o consumo de água. Em certa ocasião, enquanto me dirigia até Belém em um *service* saindo de Ramallah, acompanhei, junto com os demais ocupantes do veículo, a chamada para orações sendo transmitida pelo rádio. Neste exato momento, um dos ocupantes, um homem de seus 25 anos, puxa de sua mochila uma pequena garrafa de água e, após um curto gole, prontamente oferece à mulher que sentava ao lado. Esta, por sua vez, oferece a garrafa para o passageiro do banco da frente que, ao final, oferece para o motorista que devolve a garrafa, já quase vazia, ao primeiro rapaz que a carregava, esperando por este momento. Sobre mim, não me foi oferecido, atitude que atribuo à presunção – acertada – de que eu, claramente estrangeiro, não estaria jejuando ou não seria muçulmano. De fato, neste dia não jejei, como fizera em poucas outras ocasiões.

De todo modo, após a água, dá-se seguimento à quebra do jejum através do *iftar*, nome dado à janta (muitas vezes já previamente preparada, para coincidir com as *azans*) do dejejum, muitas vezes celebrada em família ou entre amigos. Vale notar que, embora as práticas componentes do ramadã não sejam seguidas por todos os palestinos e estrangeiros, considerando-se, principalmente, a população cristã e os não religiosos (assim como alguns muçulmanos não praticantes do jejum neste período), há um consenso sobre não exercer as privações em público, com ênfase especial para bebidas (desde água até cafés e refrigerantes), alimentação e fumar, seja em áreas visíveis das casas ou mesmo em estabelecimentos públicos ou nas ruas.

Como colocado acima, de minha parte jejei poucas vezes. Uma destas é a que apresento aqui e que, no entanto, trago a partir de uma breve contextualização. Durante meu trabalho como professor de música nas escolas e conservatórios, tive o prazer de poder construir relações de proximidade com alguns alunos. Contudo,

---

69 Salvo pequenas quantias para o caso de ingestão de remédios e em função de doenças. Para mulheres em período menstrual, há condutas também específicas que as liberam para comidas e bebidas. O jejum, em tese, pode ser aplicado após o ramadã, fora dos períodos menstruais.

considerando-se uma grande parte enquanto adolescente, as afinidades restringiam-se, na maior parte das vezes, aos encontros nas aulas. Alguns casos, no entanto, se expressaram fora desse ambiente. Ao terminar minha atuação junto ao conservatório, e já com vistas de retorno ao Brasil, uma de minhas alunas me escreveu, em mensagem privada em uma rede social, comentando que seus pais, como forma de agradecimento aos esforços junto à sua filha, gostariam de me convidar para um *iftar*. Aceitei prontamente, considerando, também a gratidão que me tomou ao ser convidado por sua família para um evento de tal importância. Contudo, não pude me furtar de, também prontamente, responder observando que eu não poderia me fazer presente em Jerusalém, uma vez que não poderia cruzar mais, até a data da viagem – isto se deveu em função de o *iftar* acontecer após os compromissos com o conservatório estarem já terminados, o que me deixava sem as costumeiras caronas. Em outras palavras, eu estaria “por mim mesmo”, cruzando *checkpoints* sem as autorizações. Práticas estas que preferi evitar, para não acarretar possíveis problemas em meu retorno ao Brasil (como deportação e banimento, por exemplo), posto sua proximidade.

Foi então que, após cerca de três dias, recebo outra mensagem da ex-aluna, comentando que, agora, “o problema estava resolvido!”. A proposta era participar do *iftar* com sua família, mas, agora, em Ramallah, em um evento organizado pelo Gran Park Hotel (um dos mais conceituados e luxuosos hotéis da cidade). A reserva havia sido feita por seus pais, e participamos eu, a ex-aluna, seu pai e sua mãe. Neste dia, como parte de um tipo de “preparação” individual, jejei, tomando apenas um pouco de água, em função de meus medicamentos de uso contínuo. Meu gesto, embora individual, foi feito como forma de gratidão pelo convite para um evento importante em família, assim como por reconhecimento pelo esforço do deslocamento de Jerusalém até Ramallah.

Após o jantar, em nossa mesa situada justo ao lado da grande piscina do hotel, fui presenteado com uma placa, um adereço para se colocar na parede com a inscrição “*Jerusalem*” e uma imagem da cidade em alto-relevo. O presente pode ser conferido na figura 23, a seguir:

FIGURA 23: QUADRO DE JERUSALÉM



FONTE: acervo pessoal.

Ao encerrarmos o *iftar*, nos deslocamos até um café para fumar *arguileh* e, como de forma costumeira, continuamos os diálogos sobre variedades, mas, sempre, de um modo ou de outro, permeados por temas sobre a complexa vida na Palestina. Na ocasião, em função do contexto em que nos encontrávamos, em Ramallah, os problemas sobre deslocamento se tornaram o tema da conversa. Ao final, enquanto me despedia e voltava para casa, seu pai comentou que ficariam um pouco mais, antes de voltarem para Jerusalém, porque o trânsito naquele horário, assim como o fluxo<sup>70</sup> de cruzamento dos *checkpoints* no Ramadã, são bastante intensos.

70 Hannerz, em sua reflexão sobre “cultura como fluxo” (1997), apresenta significados de “fluxo” em duas perspectivas, a saber: A primeira parece mais afinada com o uso corrente, referindo-se ao deslocamento de uma coisa no tempo, de um lugar para outro, uma redistribuição territorial. [...] A segunda é essencialmente temporal, sem implicações espaciais necessárias. (HANNERZ, 1997, p. 11). Sem me debruçar sobre o debate proposto pelo autor, afirmo que compreendo “fluxo”, neste texto, de acordo com o primeiro significado apontado por Hannerz, onde tomo o termo como relacionado com o movimento de sujeitos (palestinos, estrangeiros e israelenses) de um lugar para outro e, também, a relação justaposta com “tempos variáveis” (necessários para deslocar-se de um ponto a outro). No entanto, buscando uma abordagem deste tema em uma perspectiva divergente da do autor (em que este propõe reflexões da “cultura como fluxo”), dou predileção para outro termo que, neste ponto, convenciono significar de modo similar, a saber, “trânsito”.

Seu comentário está longe de ser apenas relacionado à ocasião de nosso encontro e de seu retorno. Isto se deve a uma observação de suma importância para as reflexões aqui presentes, a saber, o trânsito se intensifica não apenas em função da ida de palestinos detentores de documentos de Jerusalém (ou, também, *Blue Ids* em geral) à Cisjordânia, mas também em função do deslocamento temporário de palestinos *Green ID* para “dentro”, especialmente Jerusalém. Ou seja, o trânsito se intensifica em ambas as vias, a da “entrada” e a da “vinda”. Isto acontece, especialmente durante o período do Ramadã, em função de uma política de “liberação” do trânsito de palestinos muçulmanos para que desloquem-se, às sextas-feiras, para “dentro”, em especial para Jerusalém, para que possam realizar suas orações do Ramadã na mesquita Al-Aqsa, além de visitas a familiares. As permissões emitidas, visando a liberação de trânsito neste período, possibilita a ida de um maior número de palestinos até Jerusalém, se comparado aos períodos ordinários. Em suma, são emitidas várias permissões e, também, o cruzamento e trânsito entre estes diferentes espaços, no Ramadã, torna-se mais fluido.

No Ramadã anterior, de 2017, como destacou a ONG israelense *Watch* (*Women for human rights and against the occupation*), foram emitidas mais de 200.000 permissões aos palestinos da Cisjordânia. A matéria aponta<sup>71</sup>:

*It is during the fasting month of Ramadan, Islam's holiest month, that thousands of Muslim worshippers attend prayers each Friday at the al Aqsa mosque in the old city of Jerusalem. For Palestinians coming from the West Bank, the journey begins in the early morning hours, as they queue up at checkpoints in order to gain access to Jerusalem. Over 200,000 permits were issued in advance of Ramadan for prayers and family visits. Access to Jerusalem was permitted to men over 40 with permits and to men over 50 and women of all ages without permits (on condition, of course, that they were not blacklisted from entering Israel for one reason or another). Children up to age 14 were allowed only when accompanied by parents and had to present an original birth certificate to prove their age).*

Em termos gerais, as permissões naquele ano foram emitidas para homens com idade superior a 40 anos, com permissões prévias, assim como para homens com mais de 50 anos sem permissões. A ressalva, para este segundo caso, era a confirmação de “bons antecedentes”, ou, dito de outra forma, a comprovação de que o sujeito não havia tido, anteriormente, sua entrada banida (*blacklisted*). As

<sup>71</sup> Disponível em: <https://machsomwatch.org/en/content/ramadan-2017>

permissões para mulheres foram mais abrangentes, uma vez que, como aponta a ONG *Watch*, mulheres de todas as idades puderam usufruir das permissões, contudo, sob a mesma ressalva apontada acima. Ainda, crianças com idade limite de 14 anos também foram incluídas nesta política permissiva, desde que acompanhadas dos pais e sob a apresentação prévia das certidões de nascimento originais, para a comprovação de suas idades.

No entanto, naquele ano, em 2017, uma série de protestos tomaram conta de Jerusalém, mais especificamente da cidade velha, nas áreas onde encontra-se a Mesquita Al-Aqsa e o Domo da Rocha. Na terceira semana do Ramadã, o ataque de um grupo palestino contra uma policiais israelenses causou, à época do evento, grande exaltação local. Contudo, no lugar de tomar o evento como pontual, uma vez que tal ação fora executada por apenas uma pessoa, isoladamente, as autoridades israelenses assumiram posturas generalizadas, através da implementação de políticas restritivas aplicadas a todos os palestinos que, de uma forma ou de outra, se relacionavam com as idas à Jerusalém durante o Ramadã. Estas políticas foram referidas, por palestinos e observatórios de direitos humanos diversos, como ações – políticas – de “punição coletiva”. De modo geral, as referidas políticas consistiram em subtrair a possibilidade de mobilidade dos cidadãos palestinos, em geral.

Assim, uma das primeiras ações tomada pelo governo israelense foi a revogação das autorizações emitidas aos palestinos da Cisjordânia. Na ocasião, *checkpoints* foram fechados, desautorizando passagens de sujeitos que ali esperavam em filas, também sob ordens de retorno à seus lares – figura 24, próxima página.

Assim, o acesso à Jerusalém e, em especial à locais de suma importância ao Islã, ficaram garantidos apenas para mulheres em geral e homens acima de 50 anos, nas sextas-feiras. No entanto, a aplicação das políticas por parte das autoridades israelenses não se restringiu unicamente aos controles de fluxo nos *checkpoints*, como pude observar em diversas narrativas. Estas apontavam, de forma geral, para terceiros (conhecidos ou familiares das pessoas com quem eu conversava) que se encontravam em Jerusalém e não conseguiam regressar de maneira segura.



FIGURA 24: QALANDYA NO RAMADÃ



Fonte: OCHA

LEGENDA: *Checkpoint* de Qalandya, 32 de maio de 2019.

À parte da revogação das permissões, teve início, também, a instalação de detectores de metal na entrada da mesquita Al-Aqsa, além de câmeras de segurança. Tal ação, em conjunto com as novas restrições, compuseram a emergência de novas narrativas que as apontavam enquanto medidas de “punição coletiva”. O tema, à época, tomou proporções de projeção internacional, em função de uma série de violentos confrontos que passaram a tomar conta de Jerusalém, fazendo com que grandes grupos de palestinos muçulmanos sofressem retaliações por parte das autoridades israelenses, que contavam com forte aparato repressivo militar.

Assim, em função das políticas de restrição de trânsito para Jerusalém, e do aumento considerável do controle da mobilidade local, em especial nos arredores da mesquita Al-Aqsa, uma série de protestos palestinos puderam ser observados. O

uso abusivo do aparato militar israelense se tornou notório, também, em outras localidades, fora das proximidades da entrada da cidade velha. Ao final, no dia 21 de julho, dois palestinos foram mortos pelas forças israelenses, sendo um destes no bairro At-Tur (onde situa-se o Monte das Oliveiras), e outro no bairro Ras Al Amud, também em Jerusalém, no “setor oriental”. Ainda, intensos protestos puderam ser observados pela Faixa de Gaza e Cisjordânia, a exemplo do ocorrido em Abu Dis, vila situada em uma das “Áreas C”, onde um adolescente palestino fora atingido pelo exército israelense, vindo a falecer posteriormente, em Ramallah.

A despeito de amplas críticas recebidas e, ainda, da solicitação de retirada dos detectores de metal, as políticas israelenses restritivas mantiveram-se. Em uma das declarações emitidas por representatividades do governos israelense, destacou-se a de Tzachi Hanegbi, ministro do Desenvolvimento Regional, onde este afirmou: *“They (metal detectors) will remain. The murderers will never tell us how to search the murderers. If they (Palestinians) do not want to enter the mosque, then let them not enter the mosque.”* Contudo, ao contrário do que apontavam as afirmações públicas das autoridades israelenses locais, no dia 25 de julho as mídias que cobriam os eventos locais reportavam a retirada dos detectores.

Assim, a restrição de movimento construiu-se, nesta ocasião em especial, enquanto um tipo de capital político, informando decisões tomadas pelo governo israelense que, para este, deveriam informar ações da população palestina em geral. Como observado no discurso de Hanegbi, as ações punitivas fazem referência a um plural de sujeitos, aqui os palestinos, que agregados em sua narrativa, deveriam responder por “suas ações” enquanto grupo, e não visavam pontuar os ataques efetuados contra os soldados. A mobilidade, deste modo, foi ponto central nas políticas públicas que visaram a manutenção do controle israelense sobre a população palestina. Em adição a isto, o cruzamento entre Cisjordânia e Jerusalém (como no caso específico do Ramadã), também é ponto central. A restrição à possibilidade de trânsito, assim, mostrou-se como fator importante para o início de eventos como protestos e narrativas contrárias à tais políticas, uma vez que Jerusalém é, como anteriormente colocado, construída cotidianamente como uma das principais cidades na cosmovisão palestina. Ainda, para além da restrição de movimento entre diferentes espaços, a instalação de detectores de metal na entrada

do caminho da mesquita também assume tal posição, uma vez que restringe, de certo modo, o “livre acesso” para o referido espaço.

Em 2018, ano em que ocorreu o evento aqui apresentado (a ida de minha aluna e sua família à Ramallah), não ocorreram eventos como os apontados no ano anterior. Da mesma forma, no ano seguinte, em 2019, novas autorizações foram emitidas para o mesmo período. A agência UNOCHA (*United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*) publicou em seu boletim mensal de junho de 2019 um reporte apontando para 319.783 permissões<sup>72</sup>. Contudo, ainda que não tenha sido observados eventos que informassem uma ampla e pública suspensão de permissões, a agência apontou para restrições sem aparentes razões. Segundo consta na matéria:

*Despite access regulations allowing men over the age of 40 to cross checkpoints into East Jerusalem without permits during Fridays in Ramadan, several hundred men in this category (including elderly and men accompanying children) were reportedly denied access to East Jerusalem. This was particularly evident at Qalandiya and Gilo checkpoints on the last three Fridays. While no specific reason for the denial of access was provided it is understood that it was related to security concerns.*<sup>73</sup>

Ainda, o boletim reforça o não reconhecimento da anexação unilateral de Jerusalém pelo Estado israelense a partir de 1967, apontando também, novamente, as restrições de movimento implementadas a partir da década de 1990. Também, faz referência ao acesso à mesquita Al-Ibrahimi, localizada em Al-Khalil (Hebron). Esta mesquita, tombada pela UNESCO como Patrimônio Mundial do Estado da Palestina em 2017, juntamente com a Cidade Velha de Hebron, é referida pela comunidade judaica como “Tumba dos Patriarcas” (*Cave of Machpelah*). Dotada de central importância tanto para o judaísmo assim como para o Islã, a mesquita (e a sinagoga anexa à esta) tem sua entrada e saída controladas por *checkpoints* israelenses. A OCHA apontou, para o ano de 2019, um breve afrouxamento nas checagens durante o Ramadã, contudo, considerando-se que estes jamais deixaram

<sup>72</sup> O mesmo boletim conta com um gráfico que apresenta os números de permissões emitidas entre os anos 2008 e 2019, para palestinos provenientes da Faixa de Gaza e Cisjordânia.. Esta forma, os dados apresentados seguem a seguinte ordem (ano mais permissões): 2008 – 520.000; 2009 – 500.000; 2010 – 400.000; 2011 – 340.000; 2012 – 821.798; 2013 – 567.729; 2014 – 45.200; 2015 – 328.761; 2016 – 295.510; 2017 – 347.875; 2018 – 433.723; 2019 – 319.783.

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/some-320000-west-bank-id-holders-permitted-east-jerusalem-ramadan-friday-prayers>. Aaswer

de ocorrer, aponta para um recorde de 18.000 palestinos visitando a mesquita na primeira semana do mês sagrado, ao passo que um declínio considerável foi perceptível nas três semanas seguintes. Esta queda no fluxo de palestinos no local poderia, neste sentido, estar ainda relacionada com restrições de movimento e entrada impostas pelas autoridades israelenses.

Estas restrições estão presentes na área da mesquita desde longa data, mesmo fora do período do Ramadã. Em minha primeira estadia na Palestina, em 2014, me juntei ao grupo de alunos estrangeiros e professores da Universidade de Birzeit para uma visita à mesquita. Na chegada, fomos informados da existência de dois caminhos, sendo um mais rápido, levando à entrada do *checkpoint*, e outro mais longo. Este segundo, embora leve ao mesmo lugar do primeiro, demanda a passagem por outras ruas, para realizar um tipo de contorno em volta do quarteirão. A entrada do primeiro caminho, contudo, conta com a presença de soldados israelenses, que barram a passagem de palestinos pelo local, liberando a passagem de estrangeiros (como no caso de nosso grupo). Um dos professores que nos acompanhava fora barrado, enquanto nós, estrangeiros, tivemos livre acesso. As palavras da soldado, de certa forma, ainda apresentam certa vividez quando as relembro: “*They can go, you can’t!*”, disse ela dirigindo-se ao professor, que após dar a volta na quadra, nos encontrou no *checkpoint*.

Também, nesta cidade, encontra-se instalado um assentamento israelense, cuja entrada se dá por uma área restrita, controlada por pequenas estruturas metálicas, equipadas com detectores de metal e soldados. Uma vez adentrando-se a área, pode-se observar a livre circulação de colonos israelenses que, por vezes, ostentam seus portes de arma, como pudemos ver em duas situações distintas. Em uma, um colono caminhava carregando, nas costas, um fuzil M-16. Em outra, dois colonos atravessaram nosso grupo enquanto corriam, exercitando-se, carregando, também nas costas, fuzis Tavor<sup>74</sup>. Para além disto, acontece aos sábados o chamado *settlers tour*, onde os colonos do referido assentamento vão à cidade velha de Hebron, acompanhados de forte esquema militar. Nestes eventos, soldados tomam postos estratégicos ao longo do caminho planejado pelo grupo de colonos,

---

74 Não possuo qualquer familiaridade ou informações técnicas que possibilitem o reconhecimento de armas. Contudo, as especificações aqui apontadas são componentes das explicações dadas ao nosso grupo, nestes dois momentos, pelos guias palestinos.



ao passo que ordenam o fechamento de estabelecimentos comerciais e a retirada de pessoas, visando tornar as vias exclusivas para os participantes do “*tour*”. Como apontam narrativas locais e reportes emitidos por observatórios internacionais diversos (presentes nestes atos), por vezes famílias são retiradas de suas casas para que colonos possam adentrar, ao passo que guias israelenses afirmam que “aquela casa já fora deles [colonos] em um passado remoto”. Ao passo que se aproximam da entrada do assentamento, as ruas vão dando lugar à presença dos residentes palestinos locais, com o comércio reabrindo e as casas tendo suas portas destrancadas (figura 25).

FIGURA 25: COLONOS EM HEBRON



FONTE: acervo pessoal.

LEGENDA: soldados israelenses escoltando o retorno de famílias de colonos judeus ao assentamento. Hebron, 2014.

As dinâmicas diferenciadas nas práticas de mobilidade, no entanto, acontecem de forma mais ampla durante o período do Ramadã, onde permissões são emitidas, possibilitando o trânsito de sujeitos palestinos por diferentes espaços. Deste modo, pode-se dizer que as políticas restritivas israelenses se configuraram

enquanto acionadoras de ações e narrativas palestinas, observadas tanto em falas diversas, como nos *clashes* com o exército. Estes encontros e confrontos, apesar de serem observados quase cotidianamente em localidades diversas da Palestina (seja na Faixa de Gaza, 48 ou Cisjordânia), se intensificam de acordo com a magnitude dos eventos. Para este caso, a restrição de movimento e, assim, impossibilidade de permanência e ida à Jerusalém durante o Ramadã, assim como o controle na entrada da mesquita Al-Aqsa, foi decisiva.

### 6.3 – Restrições permanentes e a “punição coletiva”.

“Mesmo sabendo que eu tinha recém feito uma cesárea, o soldado disse que, se eu continuasse o cruzamento, ele ia atirar. Eu falei para ele assim, “atire, que eu não vou ficar aqui!”. Meu marido chamaria a ambulância do outro lado, e eu cruzei mesmo assim! O soldado apontou a arma, ameaçou atirar, mas não atirou. Depois, entramos na ambulância e fomos. Olha, ninguém está a salvo. Eles fazem o castigo de forma coletiva!”

Ações e políticas israelenses que visam cercear o trânsito de sujeitos palestinos, em função de eventos isolados, são notórias. As chamadas “punições coletivas” são observadas com frequência e, o bloqueio de estradas e vias, seja através da instalação de *checkpoints*, presença de efetivo militar ou construção de barreiras é prática cotidiana, mesmo na Cisjordânia – em espaços não tidos como limítrofes em “larga escala”, a exemplo de Cisjordânia e 48. A seguir, reflito sobre experiências e narrativas relacionadas à restrição de mobilidade enquanto forma de retaliação generalizada, por parte das autoridades israelenses. As reflexões remetem a experiências pontuais que acompanhei, além daquelas cotidianas em minha atuação como professor de música em Jenin, ao norte da Cisjordânia. Também, trago narrativas que apontam para consequências cuja gravidade se faz notável, em função da restrição de mobilidade para uma mulher grávida.

Ainda durante o Ramadã de 2017, fui convidado para o *iftar* na casa de uma família, cuja proximidade nossa fora se intensificando desde 2014, que residia, à época, em uma pequena vila nas proximidades de Birzeit. Minhas visitas à eles acontecia com alguma frequência, às vezes para breves cafés, às vezes para almoços acompanhados com violão. Aqui, no entanto, duas ocasiões saltam à memória, referentes ao mesmo período de tempo, o Ramadã do referido ano.



Um jovem palestino entrara em uma casa, localizada em um assentamento israelense, para atacar pessoas que ali se encontravam, resultando em suas mortes. A retaliação israelense, assim, voltou-se contra o vilarejo onde vivia o palestino e, uma das medidas foi o uso de tratores para jogar terra na entrada das pequenas estradas que davam acesso ao local. Estes atos “não declarados” publicamente aconteciam diariamente, ao cair do sol. Pela manhã, contudo, a população palestina local removia a terra, ou, quando não era possível tirá-la em sua totalidade, abriam caminhos ao lado, suficientemente grandes para deixar trafegar veículos. Fui visitá-los, mesmo tendo conhecimento da situação e, considerando que, dependendo do horário que planejasse voltar, correria o risco de não haver mais transporte, em função do bloqueio diário dos acessos. Assim, ao final da tarde, enquanto me despedia e planejava tomar o último *service* para retornar a Birzeit e, em seguida para Ramallah, fomos avisados que as estradas já haviam sido bloqueadas. A informação fora repassada pelos vizinhos, através de informes dados pessoalmente ou através de aplicativos de telefone. Com isso, não podendo retornar para minha casa, seria necessário pernoitar na casa da família, que me avisara, também, que o exército fazia incursões noturnas (que podem acontecer ou se estender durante a madrugada), adentrando a vila através de vias próprias.

Naquela noite, um dos possíveis acontecimentos que poderíamos presenciar seria a ocorrência destas incursões, que aconteciam, em tese, entre às dez e onze horas. No entanto, apesar da aflição, recordo-me do momento em que, sem a presença militar israelense, concluímos que deveríamos nos retirar para dormir e, assim, eu seguiria meu caminho de retorno à minha casa no dia seguinte, pela manhã. Contudo, o sono seria abruptamente quebrado pelas fortes batidas na porta do quarto em que eu me encontrava. Acordei com um susto apavorante, buscando o ar como alguém que acaba de sair da água. Bastante assustado, ouvi a mãe da família dizer algo como “venha, Rafa! Venha ver! Eles estão aqui! Olha o incêndio!”. Neste momento, me dirigi até um salão da casa, onde podia-se ver a rua pelas janelas e, ao ali chegar, perceber que uma das janelas estava bastante clareada por labaredas de fogo, altas, que quase competiam com o tamanho da casa, um sobrado de dois andares. Tratava-se de um *bulldozer*, uma escavadeira usada pelo

exército israelense, que havia sido incendiada por algum tipo de coquetel molotov, lançado dos arredores de onde estávamos.

Jamais soubemos quem os lançou, contudo, por ter sido jogado de uma direção aproximada à casa onde nos encontrávamos, o exército israelense a cercou. Ao percebermos isto, a mãe da família comentou, quase instantaneamente: “vão entrar aqui!”. Meu receio pessoal se transformou em medo absoluto, posto que, à época, eu já me encontrava sem visto e, para agravar a situação em que possivelmente me encontraria, havia esquecido meu passaporte na minha casa, em Ramallah. Para além disso, os problemas decorrentes de tal esquecimento, naquela pontual conjuntura, poderiam alcançar de forma séria a família, uma vez que se encontravam com um estrangeiro, sem identificação alguma (documentos e vistos), logo após um de seus veículos ser incendiado por algo lançado aproximadamente daquela direção. Olhamos por uma das janelas e percebemos soldados armados pulando para dentro do terreno da casa, enquanto entoavam o que pareciam ser ordens, através de megafones, ao mesmo tempo em que, também, disparavam bombas de som e luz em nossa direção. Esta janela estava aberta e, em um ato quase instintivo e nada refletido, me coloquei abaixo desta para fechá-la, o mais rápido que pude. O fiz com força, o que causou um ruído alto e, também, informou as reações das pessoas de dentro da casa, em desaprovação ao meu ato: “não!” disse uma das pessoas, no mesmo instante em que me dei conta do que havia feito; chamado mais ainda a atenção dos soldados. Em sussurros, me desculpei, e esperamos, ansiosos, que o exército se retirasse dali. Isto ocorreu, uma vez que a labareda havia sido contida, e o *bulldozer* já estava sendo retirado do local. Assim, o exército deixou o local, ao que a mãe, voltando-se para mim, pergunta: “o que achou da experiência? Assim é a Palestina! Escreva sobre isto em sua pesquisa!”, e pudemos, depois de muito custo, voltar a dormir.

Amanhecido o dia, tomamos café e observo, pela mesma janela que havia fechado na noite anterior, o filho mais novo do casal correndo pelo quintal, olhando para baixo, chamando as outras pessoas para lhes mostrar o que havia encontrado. Ao descermos, coletamos um número razoável das bombas de som usadas pelos soldados, deixadas no quintal da casa – que se tornam inutilizadas logo após o uso, o que justifica seu abandono no local.

Minha presença na vila não foi, em nada, decisiva para a ocorrência ou não de tal evento, porém, a incapacidade de deslocamento, que me fez pernoitar, foi decisiva para que eu pudesse, junto com a família, presenciar uma das incursões das forças militares israelenses. De todo modo, mais uma vez o controle sobre a mobilidade se mostrou enquanto ação constitutiva das políticas israelenses relacionadas às chamadas “punições coletivas”. Neste sentido, ainda que um evento como o perpetrado pelo jovem palestino tenha sido parte de uma ação solitária, a retaliação acometeu toda a vila onde este morava. Em narrativas locais, pude observar também aquelas que se referiam a um tipo de “vingança”, comum para os palestinos da Cisjordânia. Estas traziam afirmações como “se você é de Birzeit, eles não se vingarão de você somente, mas de Birzeit toda!”. Neste mesmo sentido, um dos apontamentos que escutei posteriormente ao evento aqui narrado, afirmava que “primeiro eles fecham as saídas, não tem como escapar. Depois eles entram e trazem o terror”.

Eventos cuja referência a tais medidas coletivas de represália através, também, da restrição de trânsito não são novos. Também, tal qual apontado acima, as medidas de restrição de mobilidade viária contam de longa data. Como afirma Backmann (2012);

Com o objetivo de reduzir rigorosamente ao mínimo o número de palestinos autorizados a se deslocar e de controlar estreitamente os que podem deslocar-se, o plano [de controle dos eixos rodoviários] repousa numa infinidade de obstáculos – montes de terra e entulho, cubos de concreto, trincheiras, barreiras metálicas, postos de controle – que impedem o acesso à maior parte das localidades e às rodovias de circulação de veículos israelenses, identificados por suas placas amarelas. (BACKMANN, 2012, p.211).

Também, segundo o autor, o início de tais políticas tem a Segunda Intifada como referência. Acerca disto, ao conversar com a mãe da família sobre o ocorrido na noite anterior, esta mencionou alguns eventos de suma importância em sua trajetória de vida, relativos ao tema em questão. Como apontou em sua narrativa, o acesso à serviços de saúde é, também, ponto importante nas reflexões acerca de mobilidade na Palestina. Ela, nascida no Brasil, de família palestina, que vive naquela vila há mais de 30 anos (casada com um palestino, mãe de três filhos também nascidos ali), versava sobre as diferenças e agravamentos das restrições

de mobilidade ao longo dos anos. Comentou que, assim como eu, também já esteve, por largos períodos, envolta por dificuldades relacionadas aos vistos necessários para sua permanência. Ela, contudo, atualmente é detentora de passaporte palestino, além do brasileiro, o que permite, após anos de solicitações e acionamento de estratégias, sua estadia legal. Contando sua trajetória na Palestina, comentou que, durante a segunda intifada – quando políticas israelenses de restrição de trânsito se mostraram bastante presentes –, teve problemas sérios com o acirramento das restrições de mobilidade à época, ocasionando, inclusive, a morte de um filho recém nascido.

Ao perguntá-la sobre o ocorrido, a mãe comentou que, à época da segunda intifada, estudava italiano em uma universidade em Belém e estava no início de uma gravidez. O deslocamento de sua casa até o campus acontecia de carro, inicialmente indo-se até as trincheiras instaladas pelo exército israelense no caminho. A partir daí, descia-se do veículo e, passava-se a trincheira e, após, era preciso cruzar um trecho a pé, pulando barreiras de terra e pedras<sup>75</sup> e caminhar até o local onde, de prontidão, outro carro esperava pelos estudantes. Em certa ocasião, contudo, durante o cruzamento, os estudantes foram abruptamente proibidos de seguir por soldados israelenses que, após anunciarem a proibição da passagem, usaram bombas de gás para contê-los.

A mãe contou que, então no início da gravidez, desmaiou em função das bombas e do tumulto, sendo socorrida em seguida, em um evento que durou cerca de 30 minutos. Comentou que ao procurar atendimento médico, o que pôde acontecer apenas no dia seguinte, foi informada que seu bebê ficaria bem, contudo, lhe fora dito, também, que poderia sofrer sequelas graves caso o evento ocorresse a partir dos quatro meses de gravidez, o que não era seu caso, posto que encontrava-se perto dos três primeiros meses da gestação. No entanto, em seu quinto mês de gestação, outro evento ocorreu, similar ao primeiro, fazendo com que, como apontou novamente, forçosamente inalasse quantidades excessivas de gás e, após novo desmaio, se encontrasse, em suas palavras, em quase estado de coma. Com isso, após intervenção e auxílio médico, lhe foi informado de as possibilidades de o feto ter sido afetado, desta vez, diferentemente da primeira ocasião, seriam bastante

---

<sup>75</sup> Segundo apontou, estas barreiras eram similares àquelas construídas pelo exército nas estradas de entrada e saída de sua vila, já que pude ter a referência.

grandes. Em seguida, um procedimento de aborto foi proposto, contudo, foi negado por ela, que decidiu pela manutenção da gestação.

Tendo isto em consideração, esperou até que chegasse o dia do parto e, ao sentir as contrações, buscou o caminho do hospital. Neste dia, contudo, notou que no caminho entre Belém e Beit Jala (necessariamente tomado para se chegar ao hospital) o *checkpoint* estava fechado. Como aponta em sua narrativa, terminaram esperando, em suas palavras, a “boa vontade dos soldados” por cerca de duas horas, ainda que estes tivessem absoluto conhecimento de suas dores relativas ao trabalho de parto. Após este período, fora liberada e o procedimento pôde ser realizado no hospital. Contudo, fora informada que o coração do recém nascido havia, de fato, sido afetado. Como apontou, o coração do bebê “bombava mas não recebia sangue suficiente”. Todos os procedimentos possíveis foram tomados, porém, após 59 dias, o bebê veio a óbito. Para ela, trata-se de um assassinato; “mataram meu bebê”.

Esta não foi, no entanto, sua única narrativa acerca de problemas com mobilidade relacionados com sua gestação, posto que, no nascimento de um de seus outros filhos, problemas similares ocorreram, ainda durante a segunda intifada. Após dar a luz, como explicou, o bebê foi acometido de icterícia neonatal<sup>76</sup>, que se prolongou por um tempo maior do que o esperado, em termos gerais, para bebês recém-nascidos. A criança, a partir deste quadro, havia sido transferida da maternidade onde nascera para um hospital infantil. A mãe, por sua vez, comentando que o parto foi feito através de cesárea, teve de voltar para sua casa, tendo conhecimento, contudo, de que deveria voltar ao hospital onde seu filho encontrava-se internado, para realizar as amamentações diárias. Os impasses e dificuldades enfrentados por ela e seu marido, para o deslocamento até o hospital, foram diversos, sempre relacionados com a impossibilidade do cruzamento por *checkpoints*, a partir da não autorização dos soldados nestes pontos. Sua narrativa

---

<sup>76</sup> Icterícia neonatal, ou hiperbilirrubinemia, é o nome dado à condição clínica que acomete recém-nascidos com frequência. Refere-se a uma coloração amarela da pele e também dos olhos, sendo causada por um aumento na concentração de bilirrubina na corrente sanguínea. Embora seja mais comum em prematuros, a icterícia neonatal acomete a grande maioria dos bebês recém nascidos na primeira semana de vida. Contudo, o quadro chamado icterícia fisiológica tende a se normalizar em uma a duas semanas.

sobre estas idas e vindas relatavam abusos diversos, como ameaças de tiro por parte dos militares israelenses, o enfrentamento dela mesmo sob tais circunstâncias, o uso de ambulâncias para transporte do leite materno até o leito (quando ela já não contava com a possibilidade de cruzamento) mediante carta de solicitação emitida pelo hospital, entre outros.

Estas políticas restritivas, contudo, não se restringem unicamente à períodos turbulentos, a exemplo das intifadas. Do contrário, figuram como políticas de certa forma permanentes, onde a própria capacidade de ceder ou não a possibilidade de trânsito é colocada em jogo.

Em uma conversa com uma amiga palestina, esta comentou que, há algum tempo, sua mãe havia tido graves problemas de saúde, relacionados a um câncer que fora descoberto. O tratamento, no entanto, não estaria disponível na Cisjordânia, fazendo com que ela solicitasse junto à Bet El uma autorização para a ida sua e de da mãe a Jerusalém, para que um acompanhamento médico apropriado fosse conduzido. Esta autorização, no entanto, fora negada inicialmente. Segundo ela, uma nova tentativa foi feita, novamente sem êxito. Após estes eventos, no entanto, ela fora buscada por autoridades israelenses que, como afirmou, estariam dispostos a “negociar” a autorização. A contrapartida seria sua “colaboração” com os serviços de inteligência israelenses, servindo de informante em situações diversas. A partir de sua recusa em colaborar, esta terceira oportunidade fora também negada. Sua mãe, posteriormente, teve sucesso em melhorar de seu quadro, e o câncer pôde ser tratado, ao final, na Cisjordânia. As autorizações para o cruzamento (as quais disse ter nos dias atuais) vieram, no entanto, posteriormente, em solicitações outras, não relacionadas à questões de saúde de sua mãe.

Desta forma, dada a importância da manutenção – ou mesmo aquisição – da possibilidade de trânsito, documentos permissivos podem se tornar objeto de barganha política. Assim, as políticas restritivas israelenses são, em termos gerais, coletivas, ainda que operem individualmente a depender da situação.



#### 6.4 – “Aqui estou, mais um dia sob o olhar sanguinário do vigia”

“Aqui estou, mais um dia sob o olhar sanguinário do vigia. Você não sabe como é caminhar com a cabeça na mira de uma HK. Metralhadora alemã ou de Israel, estraçalha ladrão que nem papel.”<sup>77</sup>

As restrições de mobilidade na Cisjordânia, no entanto, não são observáveis apenas em períodos onde políticas de represália são implantadas, mas, também, nos períodos ordinários cotidianos – embora seja perceptível o acirramento de tais políticas em períodos específicos e relacionados a eventos pontuais. Alguns *checkpoints*, instalados nas estradas na Cisjordânia, são colocados em operação em dias não específicos, ou, dito de outra forma, não é possível saber quando contarão com efetivo militar realizando checagens.

Exemplo disto é o pequeno *checkpoint* existente nas cercanias do assentamento de Bet El, na saída de Ramallah. Meus cruzamentos por este local aconteciam aos sábados, tanto no período da manhã como ao início da noite, nos trajetos de ida e volta de Jenin, onde aconteciam as aulas pelo conservatório Al Kamandjati. De maneira geral, este *checkpoint* encontrava-se sem a presença de nenhum soldado israelense, o que fazia com que o trânsito de veículos fosse livre. Contudo, embora em menor frequência, não era nada raro cruzá-lo na presença de forças militares, que realizavam checagens de carros e vans. A van do conservatório, onde nos encontrávamos em três professores estrangeiros e dois palestinos, mais o motorista, fora parada diversas vezes ao longo do ano letivo, nas quais por vezes tínhamos os documentos checados, por vezes apenas eramos fitados pelos soldados. Estas checagens, no entanto, aconteciam não somente neste *checkpoint* próximo a Bet El, mas também em locais variados do caminho, ao longo da estrada, com maior frequência nas proximidades das entradas dos assentamentos.

Aqui, entretanto, um apontamento se faz necessário. Grande parte das vezes em que pudemos observar o referido *checkpoint* (de Bet El) com a presença de soldados, estes faziam checagens no caminho contrário ao nosso, ou, em outras palavras, dos veículos que saíam de Ramallah em direção às estradas – que

---

<sup>77</sup> Trecho da música “Diário de um detento”, do grupo brasileiro de rap Racionais Mc’s.

levavam, em geral, ao norte da Cisjordânia e, também, estabeleciam conexões viárias entre Bet El e os assentamentos. Em geral, podia-se observar uma longa fila de carros parados na única via disponível naquela direção. No local do cruzamento com frequência notava-se a presença de soldados atrás de barricadas de concreto, com suas armas constantemente apontadas para os carros que por ali vagarosamente passavam. Ao mesmo tempo, outros soldados solicitavam a parada dos veículos e efetuavam as checagens.

Assim, estes *checkpoints* pareciam, de certo modo, “replicar” um tipo de padrão, onde checa-se a “entrada” com frequência notavelmente maior do que a “saída”. Também, neste mesmo sentido, pode-se observar a instalação de *checkpoints*, seja em caráter permanente ou eventual, nas proximidades das divisões entre as áreas A, B e C. Estas, também, têm suas delimitações apontadas por grandes placas, na cor vermelha, com inscrições que informam a “entrada” nas “áreas A”. Ao mesmo tempo, estas placas imprimem advertências aos detentores de documentos israelenses sobre a proibição de seu cruzamento, além de afirmar sobre supostos “riscos” que estes correriam, incluindo-se perigos sobre a própria vida. Uma destas placas pode ser observada na página seguinte, na figura 26.

Com informações disponíveis em, de cima para baixo, hebraico, árabe e inglês, as placas trazem a seguinte inscrição – que trago, aqui, livremente traduzida para o português: “Esta estrada leva à Área “A”, sob a [gestão da] Autoridade Palestina. A entrada para cidadãos israelenses é proibida, perigosa para suas vidas e contra as leis israelenses”. Com isso, as “saídas e entradas” a que fiz referência acima, seriam replicadas, neste sentido, nas “entradas e saídas” das áreas A e C, muito embora a presença de soldados e dos *flying checkpoints* possa ser observada em quaisquer das três áreas (A, B e C) da Cisjordânia, a qualquer momento.

FIGURA 26: PLACAS RESTRITIVAS



FONTE: acervo pessoal

LEGENDA: Placa presente nas estradas, apontando as divisões entre áreas A e as demais.

## 6.5 – Há um mar morto entre nós: estradas isoladas, ônibus exclusivos

As restrições de trânsito, embora bastante presentes nos dias atuais, não são expressões de políticas novas, uma vez que o início de suas implementações se dá, com maior rigor, nos anos 1980. Estas restrições, assim, seguem sendo observadas e apontadas desde então, considerando, também, suas especificações relacionadas à tempos e contextos diferentes. No entanto, embora possa ser observada alguma variação ao longo do tempo, a exemplo de intensificações esporádicas e contextuais, pontos comuns são facilmente identificáveis, uma vez que permanecem ativos nos dias atuais. Para um breve exemplo, pode-se destacar o trabalho de Mark Howell (2007), publicado cerca de dois anos após o fim da Segunda Intifada. O autor, em seu breve capítulo acerca do que chama de “restrições de movimento”, trás narrativas e fotografias, relacionadas à problemas e dificuldades enfrentadas por seus interlocutores à época. Também, em uma breve apresentação do tema, Howell aponta que:

*Israel has established an illegal permit system to control Palestinian movement, which is policed using a highly restrictive network of checkpoints. This breaches Palestinians' right to freedom of movement under international law. West Bank Palestinians are divided into two categories – those who have resident status in East Jerusalem who have blue IDs, and those who do not who have a green ID (“West Bank ID”). Palestinians holding West Bank ID cannot cross the Wall into East Jerusalem without a permit, which must be applied for in advance for a fee. Applications for permits are usually refused. Whereas Israelis universally cross by car, West Bank Palestinians must pass through airport-level security on foot when entering East Jerusalem. (HOWELL, 2007, p. 96)*

Ainda, Howell afirma que, à época de suas observações, palestinos necessitavam de autorizações especiais para realizar trânsitos e deslocamentos também no interior das delimitações cartográficas da Cisjordânia. Considerando-se este cenário, o autor afirma que;

*West Bank ID holders are not permitted to enter the Jordan Valley without a permit. This creates an invisible wall designed to separate the population of the Jordan Valley, which Israel intends to annex, from the rest of the West Bank. (ibid.)*

Contudo, embora as políticas restritivas israelenses estivessem em funcionamento durante minha estadia em campo, certas restrições foram observadas com alguma distinção em relação aos apontamentos de Howell. O deslocamento para/de cidades como Jericó, por exemplo, não demandava autorizações, assim como o trânsito entre “áreas A” em geral, ainda que, frise-se, as abordagens, checagens e eventuais proibições de trânsito fossem, ainda, também observadas. Algumas áreas específicas, contudo, seguem restritas aos israelenses ou, de modo geral, à sujeitos em posse de autorizações, como no caso de determinadas áreas na região do Mar Morto, situado no Vale do Jordão, a leste da Cisjordânia. Aqui, mais uma vez, tomo a liberdade de trazer, enquanto referência etnográfica, outro evento que, num primeiro momento, não se relaciona diretamente com as práticas musicais. Porém, sua importância se faz notável, uma vez que, como demonstrarei a seguir, foi a partir deste que tive a oportunidade de transitar dentro de assentamentos, tomando um ônibus de colonos israelenses.

No verão de 2017, no período do Ramadã, viajei para o Mar Morto junto a um grupo de amigos, com a ideia de passarmos um dia e uma noite ali, acampados. Vale ressaltar, antes de seguir com a descrição etnográfica, que, naquele período, eu me encontrava sem visto, uma vez que aguardava, ainda, respostas acerca do processo de solicitação de extensão da minha estadia junto à Autoridade Palestina. Também, no grupo, contávamos com outros estrangeiros, provenientes de diferentes países europeus e, dentre estes, um encontrava-se em situação similar, sem visto. Além disso, nos acompanhavam uma amiga palestina e um amigo palestino que, para nosso fortúnio, falava um pouco de hebraico, constatação que se mostrará importante a seguir.

Note-se, também, que o Mar Morto, de modo geral, é destino turístico de estrangeiros e residentes locais, embora pudéssemos ter visto a presença de apenas algumas poucas pessoas durante nossa estadia. Contudo, parte da extensão do lago<sup>78</sup> fora delimitada pelas autoridades israelenses que restringe,

---

78 Embora conhecido pelo nome de Mar Morto, trata-se, em realidade, de um lago de salinidade bastante elevada. Contando com cerca de 306 metros de profundidade, suas medidas de extensão podem variar de acordo com diferentes fontes que, também, apontam para seu eventual desaparecimento, considerando-se as dinâmicas de evaporação de sua água ao longo dos últimos anos. De todo modo, pode-se encontrar referências que apontam para o lago como tendo uma extensão de cerca de 50 a 80 km de comprimento, por 15 a 18 de largura – o que torna possível observar, com bastante proximidade, as margens jordanianas (na costa oriental). Considera-se,



nestes espaços, a visita e a permanência à israelenses e pessoas autorizadas. Também, nesta parte da extensão, é permitida a permanência sem roupas, o que faz com que o local, de maneira geral, seja referido como “praia de nudismo”. A outra parte, diferente desta, é frequentada e utilizada por palestinos em geral, além de turistas. Assim, tínhamos a opção de pernoitar em duas partes distintas da extensão do Mar Morto, a saber – em acordo com as categorias locais usadas na ocasião: a “parte palestina” e a “parte israelense”. A curiosidade de estar em um ambiente nudista, à beira do Mar Morto, no entanto, imperou.

Já no caminho de ida, contamos com a necessidade de tomarmos um *settlers bus* (ônibus exclusivo para transporte de colonos e, eventualmente, turistas), uma vez que soubemos, ao deixar a cidade de Jericó, que táxis e outras conduções não poderiam fazer o trajeto. Com isso, esperamos em uma *bus stop* situada na estrada, até que o ônibus específico chegasse e, quando o avistamos, solicitamos sua parada e subimos, após nosso colega palestino buscar a confirmação junto ao motorista, em hebraico, do trajeto. Tendo isto como certo, subimos e nos alocamos em nossos assentos, compartilhando a viagem com colonos israelenses que já se encontravam no interior do veículo. O acionamento de ações dramatúrgicas e, por conseguinte, performances perante os outros passageiros foi imediata, uma vez que buscávamos chamar o mínimo de atenção, considerando-se a presença de duas pessoas estrangeiras sem visto e, ainda, duas pessoas palestinas sem autorização. Comentamos, de todo modo, que deveríamos ficar tranquilos e, daquele ponto em diante, “agir como” turistas, assim como deveríamos tomar o cuidado de não usar quaisquer palavras em árabe.

Ao sermos avisados do ponto onde desceríamos, pelo motorista – previamente perguntado por nosso colega –, nos preparamos para sair, já que ali encontrava-se o acesso à parte nudista do lago, para onde rumávamos. Contudo, ao passo que nos aproximávamos, nos dávamos conta de que o ponto de descida era, em realidade, também, um *checkpoint*, de médio porte, instalado na estrada que dá acesso a assentamentos adiante. O cruzamento deste nos colocaria em problemas, e assim torcemos para o ônibus parasse antes do local, como o fez. Contudo, o veículo fora estacionado tanto para nossa descida quanto para checagens feitas por também, que este situa-se a cerca 400 metros (números igualmente variáveis de acordo com diferentes fontes) abaixo do nível do mar, o que faz deste local o ponto mais baixo do planeta.



soldados no local – talvez relacionadas com nossa presença no ônibus. Assim, com as portas abertas, começamos a descer, no mesmo instante em que soldados subiam. Fui o penúltimo, saindo antes apenas de um dos colegas europeus que, enquanto descia, teve sua procedência rapidamente perguntada pelo soldado, ao que respondeu verbalmente, enquanto apressava-se em descer as escadas de saída. Ao final, apesar deste breve contratempo, não fomos checados naquele momento.

No dia seguinte, após tomarmos a direção da saída, subindo em direção à cerca que separava a estrada, o *checkpoint* e o acesso ao lago, esperamos o *settlers bus* em seu ponto de parada, sob o calor escaldante do verão local. O que distinguiu o caminho de vinda deste, na volta, foi o trajeto tomado pelo ônibus, que percorreu um itinerário que contava com paradas dentro de assentamentos. Desta forma, assumindo novamente as ações dramatúrgicas em relação aos passageiros (colonos israelenses) que já se encontravam no interior do veículo, passei a observar o trajeto. Neste, o ônibus tomava saídas da rodovia, em direção aos assentamentos, que tinham sua entrada guardada por soldados do exército. Uma vez dentro destes (que contabilizaram três, no total), alguns passageiros desciam e outros subiam, contudo, diferente das expectativas e receios que construí ao adentrar o ônibus, não fomos checados em absolutamente nenhum momento. Este dado passou a explicitar a liberdade com que trafegam colonos no trânsito entre os assentamentos, no uso de estradas exclusivas e/ou compartilhadas, na Cisjordânia.

Sobre isto, afirma Howell:

*The IDF states that the checkpoints which restrict Palestinian movement are necessary to enable settler freedom of movement, a clear demonstration of Israel's apartheid policy. They also serve as a highly visible demonstration of Israel's control over the West Bank – to show Palestinians on a daily basis that any resistance would be futile. (HOWELL, 2007, p. 98)*

Isto posto, pode-se observar que, embora checagens sejam constantes nas abordagens de palestinos, estar em um *settler bus*, ainda que sem permissões e vistos, garantiu uma certa fluidez em nosso trajeto de volta. Desta forma, agora sem quaisquer averiguações ou perguntas, descemos em uma pequena parada de ônibus na estrada, de onde pegamos dois táxis, dividindo nosso grupo, até o centro

de Jericó, onde nos reunimos novamente e, então, tomamos o *service* até Ramallah, voltando para casa.

O sistema viário na Cisjordânia, como observado, tem sua estrutura decorrente das políticas da ocupação israelense, visando benefícios para a população de colonos locais, uso e exploração de recursos naturais e, por conseguinte, privações sofridas diretamente pela população palestina. Aqui, note-se, entendendo o sistema viário enquanto um conjunto de vias, sejam estas ferroviárias ou rodoviárias, uma vez que observa-se a existência de estradas de ferro de uso exclusivo de colonos (que cruzam a Cisjordânia, com destinos que incluem Jerusalém e Tel Aviv), ou rodoviárias, como as aqui mais enfaticamente abordadas. Neste sentido;

Algumas dessas novas estradas foram projetadas para formar barreiras físicas entravando o desenvolvimento urbano dos palestinos. Essas estradas impedem a ligação natural entre as comunidades palestinas e a criação de um espaço construído contínuo em zonas cujo controle Israel pretende manter por motivos militares ou em benefício das colônias. (BACKMANN, 2012, p.210).

A implementação das vias rodoviárias, ao longo dos anos, resultou em uma série de consequências para a população palestina local, como o alargamento de viagens que, até então, tinham curta duração. Embora esta constatação possa relacionar-se com uma série de pontos distintos, destaco, aqui, dois em especial, uma vez que apareciam com mais frequência nas narrativas locais. O primeiro ponto, assim, constitui-se na construção dos *checkpoints* e, ainda, nos bloqueios e checagens constituintes das dinâmicas do trânsito rodoviário cotidiano. A segunda, está mais relacionada ao planejamento de rotas e vias, por parte das autoridades israelenses, o que terminou por alterar os trajetos antes percorridos, obrigando, ainda nos dias atuais, a população palestina da Cisjordânia (os *Green IDs*) a tomar caminhos e rotas bastante longos para percorrer distâncias que, em suma, são próximas. Um dos exemplos mais citados, assim, é relacionado ao deslocamento entre Ramallah e Bethlehem.

Ainda em 2014, durante o curso da BZU, o professor, à época, comentara que o trajeto citado era, em períodos anteriores às restrições de movimento através das novas construções dos sistemas viários, considerado uma “viagem rápida”, levando

um tempo aproximado de trinta minutos e, em suas palavras “íamos cruzando *por* Jerusalém”. Contudo, nos dias atuais, o deslocamento de Ramallah à Belém, para palestinos Green IDs, consome um tempo aproximado de duas horas. Naquele momento, devido à minha recém chegada ao campo e falta de conhecimento prévio dos meios de transporte locais e seus itinerários, esta informação fez pouco sentido. No entanto, ao passo que passava a me deslocar com mais frequência, pude observar tal constatação, já que, tomando-se o *service* em Ramallah, este percorre sempre o mesmo caminho, levando o largo tempo mencionado. Contudo, considerando-se Jerusalém e Belém enquanto cidades vizinhas, e levando-se também em consideração a hipotética possibilidade de trânsito livre por Jerusalém, o trajeto entre Ramallah e Belém levaria, em média, de trinta a quarenta minutos.

Como pode-se observar em narrativas locais, estas apontam para um caráter intencional da construção das redes viárias com tais disposições, uma vez que, para estas narrativas, grosso modo, as políticas da ocupação israelense visam “tornar a vida o mais difícil possível”. Também, para além do tempo consumido no deslocamento entre Ramallah e Belém (considerando-se este trajeto como apenas um dentre vários exemplos possíveis, de mesma configuração), outro ponto notável é o valor monetário relacionado à tal trânsito, para os sujeitos que não dispõem de veículos próprios ou “caronas”. Enquanto o transporte via *service*, que contorna os arredores de Jerusalém, tem o preço de 20 NIS (valor que não variou em minhas estadias, deste 2014 até meados de 2018), o custo de tal viagem “por Jerusalém” – uma vez que o trânsito por esta via seja possibilitado por autorizações e vistos – pode chegar a um valor aproximado de 10 NIS (contabilizando-se a passagem de ônibus de Ramallah até Jerusalém e, posteriormente, a passagem de ônibus de Jerusalém até o *checkpoint* 300, na entrada de Belém). Assim, pode-se observar que as im/possibilidades de trânsito entre diferentes espaços, nas delimitações da Cisjordânia, são, também, constitutivas do cotidiano local, informando narrativas e a construção de itinerários específicos.

## 6.6 – “Alguns palestinos não cruzam *checkpoints*”

“Existem palestinos que não sabem o que é cruzar um *checkpoint*, Rafa. Você sabe mais do que eles, por incrível que pareça. Eles não precisam,

eles já estão lá! Eles cruzam de carro e não a pé, ou de ônibus. Não dependem de permissão. Eles já estão lá!.”

Em termos gerais, ao propôr reflexões acerca das dinâmicas da vida cotidiana na Palestina, assim como sua constituição a partir das políticas de ocupação israelense, leva-se o leitor a entender que, de certa forma, todos os atores palestinos estão sujeitos aos diversos efeitos decorrentes de uma mesma realidade e conjuntura social e política. Esta afirmação é, de fato, verdadeira, uma vez que, de uma forma ou de outra, em menor ou maior “grau”, as políticas sionistas terminam por informar e, também, constituir os cotidianos e ações de sujeitos palestinos locais. Dito de outro modo, pode-se afirmar que a construção social das identificações dos palestinos entre si e com a “Palestina toda” – enquanto categoria de territorialidade – são informadas, também, pelo contexto da ocupação israelense. Contudo, torna-se de suma importância notar que as experiências palestinas (e também estrangeiras) podem ser bastante variadas, apresentando posições, narrativas, perspectivas, dentre outros pontos, bastante diversas e plurais.

Assim, dialogando acerca das percepções de sujeitos palestinos na Cisjordânia, por exemplo, as narrativas expressas podem destoar entre si, ainda que seus expositores advenham da mesma cidade, tendo compartilhado e constituindo um mesmo contexto social e político. Contudo, embora todos os sujeitos cujas narrativas trago à luz nesta tese se identifiquem como palestinos, este “contraste experiencial” pode se tornar ainda mais evidente quando são colocadas à mesa “contextos locais” distintos – a exemplo dos palestinos de 48, cuja experiência cotidiana pode se apresentar contrastiva com relação ao cotidiano na Cisjordânia e, este, por sua vez, diferenciar-se daquele experienciado na Faixa de Gaza.

Contudo, para além dos contrastes entre diferentes contextos – que informam narrativas diversas – estas distinções espaciais podem apresentar narrativas que apontam uma certa “distinção” entre “nós” e “eles”, que pode ser expresso em afirmações como “palestinos de 48 têm mais direitos”, ou “palestinos de dentro não têm mais do que direito ao voto”. Embora possam apontar para algum tipo de “atrito” entre estes diferentes sujeitos palestinos, estes encontros entre “aqui” e “lá” não operam com tal simplicidade, uma vez que, de maneira geral – a partir das interlocuções às quais tive acesso – a construção de redes de solidariedade (seja

esta apenas narrativa) é, também, importante fator constitutivo das experiências palestinas locais. Dito de outra forma, embora uma complexa arena de debates esteja posta, onde distintas percepções são construídas e acionadas em discussões e situações diversas, a construção da identificação dos palestinos entre si e com diferentes espaços se mostra como um “pano de fundo” comum. Assim, em termos gerais, “ser palestino na Palestina” é, de uma forma ou de outra, estar diretamente relacionado com as práticas coloniais sionistas, expressas através da implementação constante das políticas israelenses, sejam estas observadas na Faixa de Gaza, 48 ou Cisjordânia. Neste sentido, a im/possibilidade de trânsito é, também, ponto central nos referidos debates, podendo ser significada enquanto argumento na construção da distinção situacional “nós” vs “eles” e “aqui” vs “lá”.

Uma das situações mais significativas, em meu campo, acerca de tais distinções, ocorreu a partir de uma intensa discussão durante uma aula no Conservatório Nacional, em Jerusalém, quando me vi reagindo de forma brusca a alegações de uma aluna adolescente. Embora fosse ela uma das alunas com quem estabeleci melhor relação, e cuja presença em aula me agradava muito, a pressão sob a qual me via submetido à época, em função dos empecilhos relacionados à restrição do visto, informaram minha reação bastante enérgica.

A discussão fora motivada pelo descontentamento da aluna em repor aulas que não puderam ser ministradas em dois domingos, não consecutivos. À época eu me encontrava com o visto restritivo à Cisjordânia (*West Bank only visa*), que dificultava a ida ao conservatório. De todo modo, embora o deslocamento ocorresse ainda que sob esta situação, a carona não foi possível em dois domingos específicos, além de o *checkpoint* de Qalandya encontrar-se fechado em uma destas ocasiões – quando ainda era possível usar o visto anterior. Tal situação levou ao cancelamento de duas aulas, que foram posteriormente repostas, cumprindo o número de aulas previstas no calendário letivo. No entanto, na primeira destas reposições, a jovem aluna argumentara, em tom bastante enfático, que, para ela, “a culpa era minha” por não ter comparecido nos horários regulares. Expliquei a situação à ela, que, embora aparentando estar contrariada, não questionou este ponto pelo resto da aula. Contudo, já na segunda reposição, a aluna voltou a questionar minhas faltas, levando-me, novamente, a explicar a situação de vistos e

minhas dificuldades em cruzar os *checkpoints*. Nesta ocasião, diferente da primeira reposição, a aluna insistiu em suas posições, de modo repetitivo e enfático, imputando sobre mim a responsabilidade das faltas.

Esta atitude me causou claro incômodo, uma vez que eu estava a par de todos os processos, dificuldades e estratégias para o cruzamento, além de me encontrar já bastante fadigado e desmotivado, à época, considerando-se a estafante e esgotadora realidade das práticas cotidianas de trânsito por *checkpoints* – além das preocupações inerentes ao meu trânsito e a relação com minha situação de visto. Em outras palavras, tinha como certo que a responsabilidade não era minha e, assim, busquei mais uma vez explicar que o *checkpoint* não fora uma opção e que não pudemos contar com o cruzamento de carro nas referidas ocasiões. Desta vez, sendo interpelado por suas incisivas argumentações, me encontrei de súbito tomado por uma reação bastante exagerada, onde passei a argumentar mais enfaticamente, com a voz já visivelmente alterada, buscando lhe explicar que a “culpa” não pertencia a mim, nem tampouco à diretoria do Conservatório, a quem ameaçara levar suas queixas. Ao final da discussão, a aluna deixou a sala aos prantos, enquanto busquei retomar os pensamentos de forma mais ordenada. O desfecho de tal discussão terminou por ser bastante amigável, uma vez que pudemos posteriormente dialogar e, assim, prosseguir com as aulas de acordo com o calendário letivo.

Este evento, no entanto, embora pontualmente bastante relevante, não se esgota “em si” enquanto dado um etnográfico aqui construído, mas sim se constituía apenas como o início de uma série de reflexões e expressões narrativas posteriores – uma vez que rumores acerca do acontecimento “tomaram os corredores” da instituição. Isto posto, passei a dialogar com outros professores, palestinos e estrangeiros, sobre a discussão e, com isso, uma série de perspectivas passaram a ser expostas. Em geral, passei a ter acesso a narrativas que apontavam para reclamações e argumentações passadas, de outros alunos, mas similares às feitas em minha aula. A partir desse cenário, pôde-se observar que minha situação não se construía como um evento isolado, mas sim, passara a compor um repertório de acontecimentos similares narrados por outros professores.



Em geral, no entanto, a maioria dos comentários acionados ao narrar tais acontecimentos contavam com um tipo de “pano de fundo” comum, uma percepção compartilhada entre professores de que, ainda que sejam palestinos e estejam sob um mesmo contexto político comum – que informa ações cotidianas –, muitos dos alunos de Jerusalém não têm cruzamentos de *checkpoints* e demais situações enquanto componentes de seus cotidianos. Também, muitas das vezes, as falas dos professores apontavam para alunos (e sujeitos palestinos em geral) que, ainda que necessitem, vez ou outra, cruzar *checkpoints*, o fariam de carro, o que se relaciona com uma checagem um tanto menos minuciosa por parte dos soldados – o que evidentemente não minimiza o constrangimento e violência da situação.

Assim, diferente de minhas alunas que se deslocavam para Ramallah, Belém ou Nablus (em função de ensaios, bancas, apresentações e aulas), por vezes sozinhas – o que demandava os estafantes cruzamentos por *checkpoints*, principalmente em seu retorno –, uma parte da população jovem palestina, de Jerusalém e de “dentro”, jamais passara por constrangimentos relacionados ao cruzamento à pé ou de ônibus. Dizer isto não é, em absoluto, afirmar que estes atores não estariam sujeitos às políticas israelenses. Do contrário, é a partir desta consideração que pode-se observar distinções com relação à im/possibilidade de trânsito e, com isso, apontar para construções distintas de experiências cotidianas palestinas.

A partir disto, pode-se considerar que a construção de cotidianos que vislumbrem o cruzamento de *checkpoints* e suas implicações termina por acometer de forma mais presente alguns estrangeiros do que alguns palestinos. Um apontamento neste sentido aconteceu em uma conversa com uma colega do conservatório em Ramallah, em um café que costumávamos frequentar. Ao tocar no assunto da discussão, acionei algumas reflexões bastante presentes em minha trajetória recente, acerca dos debates sobre lugar de fala, comentando meu constrangimento em “querer ensinar”, para uma menina palestina, sobre como é ruim e “pesado” o contexto que envolve o trânsito por *checkpoints*. Naquele momento, busquei ouvir suas posições acerca do assunto, ao mesmo tempo em que procurei um espaço de “desabafo”, visando aliviar o sentimento de culpa que me acometera nos dias seguintes.

Isto posto, inicialmente, a instrumentista que recém gravara seu primeiro álbum em CD, comentou sobre a turnê que realizara no exterior e “dentro”. Em sua exposição, comentou das conhecidas dificuldades e contratempos encontrados por palestinos para realizar uma viagem ao exterior, por não contar com outra alternativa a não ser o aeroporto Queen Alia, em Amã, na Jordânia – viagens de elevado custo financeiro, que demandam deslocamentos transnacionais por terra e, assim, longos períodos de espera em determinados trechos do trajeto (com isso, os benefícios da possibilidade de viagem através do aeroporto Ben Gurion, em Tel Aviv, são componentes recorrentes das narrativas sobre o tema). A seguir, então, falou das dificuldades que encontrara para a realização da série de concertos em 48, uma vez que não dispunha de autorização e, ao mesmo tempo, contava com o agendamento confirmado de datas e locais das apresentações. Após seus comentários, voltando a referir-se sobre a discussão que tive com minha aluna, comentou que, para ela, há estrangeiros que, por terem o cruzamento de *checkpoints* (assim como questões de visto e permissões) como componente de seus cotidianos, terminam por conhecer mais destes locais e procedimentos do que alguns grupos de palestinos. Para ela, neste sentido, há palestinos que “já estão lá” e, a considerar seus documentos de identidade (Jerusalém ou *Blue ID*) não carecem de permissão. Desta forma, estes grupos (dando especial ênfase à jovens em sua narrativa), embora estivessem bastante a par das conjunturas específicas dos palestinos e residentes da Cisjordânia, não compartilhariam das mesmas experiências que estrangeiros e, também, outros grupos de palestinos.

Considerar que residentes de Jerusalém e 48 (Jerusalém IDs e *Blue IDs*) não carecem de permissões para mover-se por/entre diferentes espaços não os exclui da exposição às políticas violentas definidas pelo estado israelense. Considerando-se a centralidade de Jerusalém na construção de seu significado enquanto componente da experiência palestina local, a cidade torna-se, também, palco de inúmeras reivindicações e, assim, confrontos. Exemplo disto são aqueles ocorridos em decorrências das políticas israelenses de demolição de casas no setor leste da cidade<sup>79</sup>, que ocorrem também na Cisjordânia, tanto em áreas C como em áreas B e

79 De acordo com o ICAHD (*The Israeli Committee Against House Demolitions*) em seu reporte de maio de 2020, apenas neste mês fora contabilizado um total de 58 estruturas demolidas. As estruturas apontadas pelo comitê englobam residências habitadas e não habitadas, meios de

A. Contudo, a despeito da similaridade dos contextos em ambos espaços, não são apenas grupos de palestinos jovens de Jerusalém - seguindo as narrativas que apontam para estes - que têm pouco ou quase nenhum contato com o cotidiano dos *checkpoints*. Ainda que narrativas relacionadas ao trânsito entre a Cisjordânia, Jerusalém e 48 em geral, mesmo que na carência de permissões, sejam bastante recorrentes, há, também, sujeitos que jamais estiveram “dentro” ou em Jerusalém.

Há, neste sentido, grupos de palestinos no exterior que, através de seu trânsito possibilitado pelo aeroporto jordaniano, puderam viajar a passeio, trabalho ou mesmo fixar residência em outros países<sup>80</sup>. Ainda durante minha primeira ida à Palestina, em 2014, conheci um jovem palestino com nacionalidade brasileira. Embora tenha nascido em uma vila nos arredores de Ramallah, contava com a posse de três passaportes, um emitido pela AP, outro jordaniano e, também, um brasileiro. Este, assim, possibilita sua livre entrada no Brasil e, com isso, passou a residir no estado do Rio Grande do Sul desde 2015. Em uma de nossas conversas, aqui no Brasil, o jovem comentara acerca de suas viagens para países europeus e, também, pelo território brasileiro. Contudo, jamais havia estado em Jerusalém e, a partir disto, afirmara não conhecer o cotidiano de cruzamentos. Ainda, ao comentar sobre eventuais tentativas de entrada sem permissões, comentou que teve frustrada sua única tentativa, quando decidiu cruzar com amigos, de carro, por Hizma - onde um palestino *Blue ID* estava na condução do veículo. Ao serem parados, no entanto, lhes foi dito que a permissão para seguir fora dada apenas ao motorista e, assim, os

---

subsistência, abrigos animais, fundações em áreas agrícolas, entre outras. Como consequência, o reporte apontou para um total de 28 pessoas deslocadas, sendo 16 adultos e 12 crianças. O documento aponta, também, para uma demolição ocorrida, no referido mês, como ordem de “demolição punitiva”. Outra organização, a B’Tselem (*The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories*) emitiu um reporte em abril de 2020, apontando um total aproximado desde 2004 até este ano, contabilizando 1.007 estruturas demolidas. Neste documento, apresenta-se um total de 3.277 pessoas diretamente afetadas neste período. A B’Tselem considera, segundo seu reporte, demolições ocorridas em Jerusalém Leste. A ICAHD, por sua vez, considera também as demolições ocorridas na Cisjordânia e em 48. Em seus termos: *Demolitions & Displacement in the occupied West Bank (including occupied East Jerusalem) and within the state of Israel*.

80 Aqui, refiro-me aos palestinos não refugiados e que não assumem, de modo geral, identidades relacionadas à diáspora, exílio e refúgio. Em outros termos, palestinos cujo porte de passaporte local (em ênfase aos emitidos pela PA) e que desfrutam da possibilidade de saída e retorno ao país, ainda que pela única via possível, a Jordânia. De todo modo, identificações com comunidades palestinas ao redor do globo também são observáveis. Como aponta Leonardo Schiocchet, é possível distinguir alguns elementos estruturais intimamente compartilhados. Tais elementos não determinam homogeneamente a experiência da palestinação no mundo [...], mas servem como fortíssimos referentes sociais comuns a partir dos quais a experiência da palestinação tende a ser construída, transformada, negociada e expressa. (SCHIOCCHET, 2015, p.7).

outros ocupantes do carro deveriam descer e retornar às suas casas. Segundo sua narrativa, “o soldado estava em um bom dia... porque poderíamos ter problemas!”.

A partir destas exposições, pode-se observar relações entre a im/possibilidade de trânsito e a construção cotidiana deste. Em outros termos, observa-se, em uma mão, sujeitos com ou sem permissões compondo as dinâmicas diárias de cruzamentos e, na outra, sujeitos sob as mesmas condições documentais que não têm os *checkpoints* como componentes de seus cotidianos.

## CAPÍTULO 7 – CARTOGRAFIA COMO EXPERIÊNCIA

### 7.1 – Soy de aquí, y soy de allá

*“No soy de aquí, ni soy de allá,  
no tengo edad, ni porvenir,  
y ser feliz es mi color de identidad”.*

A citação acima é o refrão da música *“No soy de aquí, ni soy de allá”*, interpretada pelo cantor argentino Facundo Cabral. No início de uma das versões da música o intérprete declama um poema sobre um cantor que descreve a si mesmo. Este cantor, que “fala” em primeira pessoa, expõe seu gosto de “andar pelo mundo”, desfrutando de uma liberdade que o faz andar sem destino. Diz ele: *“de tanto andar conmigo me gusta lo que me pasa”*. Este cantor, errante, trazido à vida como protagonista do poema interpretado por Facundo Cabral, comenta: *“Ando solo por la vida con un tono y dominante modestamente cantor sin pretensión de enseñar, porque si el mundo es redondo no se que es ir adelante. Andar y andar, siempre andando, nada mas que por andar.”*

Se para o cantor protagonista do poema, que não é “nem daqui, nem de lá”, caminhar e andar sem rumo é o que constitui sua própria experiência de mundo, no que consistiria considerar percalços em seus trajetos, sendo “daqui e de lá” quase que simultaneamente, e podendo estar ou não “aqui” e “lá”? Ao passo que esta belíssima canção pode nos inspirar a vislumbrar um mundo onde “andar por andar” seja possível, também nos damos conta de que nem sempre o gozo da “caminhada” é possível, seja por necessidade ou pelo seu bel prazer.

*Si ya conozco el camino, para que he de andar al costado, si la libertad me gusta, para que he de vivir de esclavo*, diz o cantor de Facundo Cabral. Como seria, no entanto, se ao cantor amante da liberdade, que ganha vida na voz de Facundo Cabral, barreiras fossem impostas no caminho que já bem conhece? Será que conseguiria ele, de alguma forma, “burlar” estas barreiras e seguir andando por seus conhecidos caminhos? Como o cantor construiria seu mundo e seus mapas, pulando muros e driblando barreiras? Ou, por fim, encontraria ele, em suas então atrapalhadas andanças mundanas, outros que, como ele, têm suas idas e vindas

ceifadas pelos “grandes senhores”? Ou seria ela a plateia de um homem só, atento, escutando e sonhando com o “andar por andar” declamado por outros?

A referência a esta canção, juntamente com as inquietações que a acompanharam, vieram à mim em uma noite cuja vividez ainda se faz bastante presente em minhas memórias. Era uma noite relativamente fria, quando faria mais uma de minhas apresentações de música em um pequeno bar na cidade de Birzeit, chamado Granada. A escolha por citá-lo aqui, evidentemente, não é nada arbitrária, uma vez que não foram poucas as apresentações das “*Latin music nights*”, “*Brazilian nights*”, “*Music nights*”, naquele lugar. Fosse sozinho, fosse acompanhado ou acompanhando outros musicistas, o pequeno restaurante se tornara parte relevante em minha estadia, assim como outros estabelecimentos onde também tocava. O lugar, cujas portas se fecharam em função de um trágico incêndio acidental, restará de certa forma “vivo”, nas referências que aqui trago, tal qual tantos outros onde também estive e que, da mesma maneira, se construíram enquanto importantes espaços de diálogos, performances e construção de reflexões diversas.

As “*latin nights*”, de forma costumeira, tinham seu público repletas de latino-americanos, além dos palestinos que, de uma forma ou de outra, marcavam suas presenças embalando as noites com cervejas e cantando o refrão de uma conhecida música, cuja declamação introdutória já poderia anunciá-la: *La primera canción está escrita cuando nuestro comandante en jefe leyó la carta de despedida del Che!* A letra de *Hasta Siempre*, composta em 1965 pelo cubano Carlos Puebla, talvez não figurasse no repertório decorado dos palestinos presentes, mas seu refrão, cuja letra termina com “*Comandante Che Guevara*”, costumava ser entoado com forte vigor, em memoráveis uníssonos.

Foi durante uma destas noites, cujo repertório, em espanhol, era dedicado à músicas de compositores latino-americanos que, após saber de um casal (composto por um palestino e uma cubana) que se deslocara de Tel-Aviv até a pequena Birzeit, nos arredores de Ramallah, somente para assistir a apresentação, que este estralo veio à mente. Já não era novidade para mim contemplar e fazer parte de dinâmicas locais de deslocamento, onde o trânsito entre diferentes espaços é constante, assim como dotado de inúmeros percalços.



Desta, forma, considerar cartografias como experiência é algo que passa a figurar em primeiro plano. Contudo, observa-se que tais experiências são diversas e localizadas, principalmente ao notar-se a pluralidade da constituição de tais experiências cotidianas a partir de diferentes espaços na Palestina e, por conseguinte, contextos sociais e políticas diversos – ainda que mais ou menos compartilhados e interconstitutivos.

## 7.2 – O apartheid está “aqui” ou “lá”?

O dia 19 de julho do ano de 2018 firmou-se com uma data de grande repercussão para as relações do termo *apartheid* com a Palestina, já que neste dia noticiários de todo o mundo anunciaram uma nova lei firmada pelo *knesset* – o parlamento israelense. Se trata da afirmação de que o Estado de Israel seria (a partir da nova resolução das leis israelenses) um Estado-nação judeu. Este apontamento não é nada novo, já que consta nos primórdios dos ideais sionistas. Afirmações de que o Estado de Israel é um Estado unicamente judeu já permeiam há muitos anos os noticiários, narrativas e mesmo políticas israelenses, como no caso de aquisição de passaportes por palestinos. Em 2014, durante minha primeira ida à campo, uma pessoa muito próxima, palestina de Jerusalém, comentou que desistiu de requerer um passaporte israelense já que um dos requisitos, exigido durante o processo, seria o juramento “oficial” do reconhecimento do Estado israelense como unicamente judeu. Isto pode ser compreendido como uma espécie de “abdição” de expressões identitárias palestinas como um requisito “indireto” para a aquisição de passaporte israelense. Como apontou um de meus interlocutores de Haifa, ser palestino, em 48, é algo que há muito tempo é dotado de dificuldades e percalços, ao afirmar que “podemos votar, e só”. As políticas claramente segregacionistas israelenses, então, operam já desde longa data, o que faz com que o termo “*apartheid*” esteja sendo referenciado e usado há muitos anos – tanto localmente quanto na esfera internacional, nos debates acerca da Palestina. De todo modo, embora o projeto de nação sionista já vislumbrasse seu Estado como plenamente (e unicamente) judeu, uma resolução em forma de lei e aprovada pelo *Knesset* se mostrou como algo novo.

O jornal israelense *Haaretz* noticiou, nesta data, em matéria sobre o assunto, o seguinte parágrafo de abertura da notícia: *Israel's new nation-state law "turns a 'de-facto' **Apartheid** regime into a 'de-jure' reality for all of historic Palestine," top Palestinian official and chief negotiator Saeb Erekat said in a statement on Thursday* (grifo meu).<sup>81</sup>

O mesmo jornal anexou no corpo desta reportagem uma imagem expondo alguns dos pontos a serem considerados nesta nova política israelense. Seriam estes:

<b><i>Israel's nation-state law</i></b>
<i>- Israel is the historic homeland of the Jewish people, who have the unique right of national self-determination</i>
<i>- The flag and the menorah are national symbols. The national anthem is 'Hatikva'</i>
<i>- Jerusalem is the united capital of Israel</i>
<i>- Official language is Hebrew. Arabic has special status</i>
<i>- Israel will be open to Jewish aliyah</i>
<i>- Israel will work in the Diaspora to preserve the affinity between Israel and Jewish people</i>
<i>- Israel will ensure the safety of the Jewish people and work to preserve the cultural, historical and religious heritage of Jews in the Diaspora</i>
<i>- The state places national value on development of Jewish settlement and will act to encourage and promote its establishment and consolidation</i>
<i>- The Hebrew calendar is the official calendar of the state. The Gregorian calendar will also have official status</i>
<i>- Independence Day is an official national holiday. Holocaust Remembrance Day and Memorial Day are official remembrance days</i>
<i>- The Sabbath and Israeli holidays are days of rest. Non-Jews have a right to days of rest on their holidays</i>
<i>- Changes to the law can only be made with a Basic Law passed by a majority of Knesset members</i>

81 Disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/.premium-erekat-nation-state-law-builds-up-racist-laws-against-non-jews-1.6292368?=&ts=153246685617>

Na mesma via, a versão online do jornal estadunidense *The New York Times*, apresenta o seguinte parágrafo:

*In an incendiary move hailed as historic by Mr. Netanyahu's right-wing coalition but denounced by centrists and leftists as racist and anti-democratic, Israel's Parliament enacted a law that enshrines the right of national self-determination as "unique to the Jewish people" — not all citizens.*

Esta chamada é seguida por um outro parágrafo que pretende expor uma contradição entre esta nova lei e as propostas contidas na declaração de independência de 1948<sup>82</sup>. A saber:

*The legislation, a "basic law" — giving it the weight of a constitutional amendment — omits any mention of democracy or the principle of equality, in what critics called a betrayal of Israel's 1948 Declaration of Independence, which ensured "complete equality of social and political rights" for "all its inhabitants" no matter their religion, race or sex.<sup>83</sup>*

O periódico britânico BBC, por sua vez, apresenta o seguinte cabeçalho em sua matéria: *Israel's parliament has passed a controversial law characterising the country as principally a Jewish state, fuelling anger among its Arab minority*. Esta referência à população palestina como "Arab minority" parece não aparecer, no entanto, na reportagem do outro jornal britânico The Guardian, que tem sua chamada da seguinte forma: *The 'nation state' bill pays lip service to minority protections. Palestinian citizens have every right to be angry*. Esta forma de referência, no entanto, não é repetida no corpo da matéria, já que, adiante, a

---

82 Declaração assinada em 14 de maio de 1948 e lida por Ben Gurion no salão do então Museu Nacional de Tel Aviv. Em tradução disponível no *website* CIE (*Center for Israel Education*) pode-se conferir seu conteúdo na íntegra, onde a menção à proclamação do novo Estado na Palestina se faz presente no seguinte trecho: "Assim sendo, nós, os membros do Conselho Nacional, representando o povo judeu na Palestina e o movimento sionista mundial, estamos reunidos nesta assembleia solene hoje, no dia que termina o Mandato Britânico da Palestina; e em virtude do direito natural e histórico do povo judeu e da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, pela presente proclamamos o estabelecimento do Estado Judeu na Palestina, a ser chamado Israel". Ainda, sobre o ponto referido na matéria do New York Times, o seguinte trecho pode ser mencionado: O Estado de Israel estará aberto à imigração de judeus de todos os países de sua dispersão; promoverá o desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes; terá como base os preceitos de liberdade, justiça e paz ensinados pelos profetas hebreus; defenderá a total igualdade social e política de todos os cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo; garantirá liberdade total de consciência, culto, educação e cultura; protegerá a santidade e a inviolabilidade de santuários e Lugares Sagrados de todas as religiões; e se manterá fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas. Disponível em: <https://israeled.org/declaracao-de-independencia-de-israel-14-de-maio-de-1948/>.

83 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/07/19/world/middleeast/israel-law-jews-arabic.html>

reportagem traz os seguintes dizeres; *The “nation state” basic law will promote communities with a clearly Jewish character and reduce the status of Arabic. Israeli Arabs say this will make them officially second-class citizens. It’s hard to disagree.* Esta forma de referência aos palestinos de 48 é repetida em matéria do mesmo jornal no dia seguinte, assinada pelo músico judeu Daniel Barenboim. Diz ele; *“This racist new law makes me ashamed to be Israeli. Israeli Arabs are being made second-class citizens. This form of apartheid violates the founding commitment to equality”*.<sup>84</sup>

As reações a esta nova lei foram diversas. O palestino Yousef Jabareen, membro do *Knesset* israelense, afirmou em entrevista à rede de televisão *Al-Jazeera* que:

*This is a bill from a government that is an enemy to Palestinians. It’s the most dangerous measure. It’s a law from a racist government against Palestinian rights and it creates an apartheid regime. It turns Israel into a fascist state.*<sup>85</sup>

No mesmo sentido, uma das vozes mais conhecidas da militância palestina, Omar Barghouti (também uma das lideranças do movimento BDS), afirmou em entrevista ao jornal *The NewsMaker* respondendo à pergunta *“Does new israeli law verge on apartheid?”*, que “esta nova lei consolida o apartheid onde 20% da população está agora excluída e diz que o direito de autodeterminação é exclusivo para judeus.” A seguir, comenta:

*And at the same time it says that settlement activities are a national value, a jewish value, and it doesn’t say what are the borders of Israel, which means that this apartheid system applies also to us in the West Bank, Gaza and East Jerusalem, which are Occpuied Territories by international law. And this nationalism and racism applies also to the Golan Heights, where syrian people also live (...) It consolidates Israel as a system of a much worse and much more arrogant apartheid than what prevailed in South Africa at one point of time.* ”<sup>86</sup>

As comparações ao regime de apartheid sul-africano são frequentes, compondo noticiários, livros, narrativas. Da mesma forma, diferentes denominações

84 Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jul/23/israel-racist-new-law-ashamed-apartheid-daniel-barenboim>

85 A entrevista é parte de vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xQAKHiRq8I8>

86 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M63-KUdiZ9g>

fazem referências a sujeitos provenientes de diferentes espaços, em termos de territorialidade e expressões de etnicidade. No entanto, a referência direta ao Estado de Israel enquanto formador de políticas excludentes e segregacionistas é também clara. De todo modo, questões bastante pertinentes permeiam o debate, a saber; em que concerne dizer que a Palestina se encontra sob um regime de *apartheid*? Isto se estende a outros espaços ou se restringe às delimitações cartográficas reconhecidas pela comunidade internacional como pertencentes ao Estado de Israel? Em que espaços estas resoluções encontram ressonância política e aplicabilidade legal? Antes de prosseguir com este debate, entendo ser de suma importância o chamamento de algumas questões anteriores aos dias atuais.

Embora políticas segregacionistas já estivessem em curso na África do Sul desde o período colonial, o regime do *apartheid* fora implantado oficialmente pelo então Primeiro Ministro Daniel François Malan, no ano de 1948, mesmo ano referenciado como marco inicial da *Nakba*, dado o surgimento do Estado de Israel em território palestino. As relações entre o recém criado regime sul-africano e o Estado de Israel se tornariam cada vez mais estreitas. Na outra mão, movimentos contrários ao regime passam a se alinhar com movimentos libertários palestinos, como a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), representada à época por Yasser Arafat.

Arafat, enquanto presidente do Comitê Executivo da OLP prestou, no ano de 1986, condolências pela morte de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique após a independência da colônia portuguesa. Como publicado no periódico moçambicano “Tempo”, em 2 de novembro de 1986:

Yasser Arafat, Presidente do Comitê Executivo da OLP e Comandante-Chefe das Forças da Revolução da Palestina, dirigiu, por sua vez, uma mensagem comovente na qual enaltece a figura do já falecido Presidente moçambicano. Para este líder do movimento de libertação palestino, a África do Sul não está inocente em relação à queda do avião presidencial. Segundo proferiu, a trágica morte do Presidente Samora Machel ocorre <<numa agressão feita pelo diabólico regime da África do Sul>>. <sup>87</sup>

As condolências prestadas por Yasser Arafat jamais foram gratuitas. Ao passo que os movimentos de libertação buscavam alinhar-se, o mesmo acontecia

---

87 Em: [http://www.mozambiquehistory.net/history/mbuzini/4\\_funeral/19861102\\_pesar\\_pela\\_morte.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/history/mbuzini/4_funeral/19861102_pesar_pela_morte.pdf)

com o regime do apartheid e o recém criado Estado israelense. Assim, da mesma forma como políticas persecutórias eram praticadas contra dissidentes sul-africanos que buscaram refúgio em Moçambique, o Estado sionista promoveu, por sua vez, incursões contra palestinos em territórios outros, como nos casos das invasões ao sul do Líbano nos anos de 1982 e, posteriormente, 2006. Estas relações, no entanto, começaram a se desenhar antes mesmo de 1948. Como afirma Ralph Schoenman (2008), o general Jan Smuts (Primeiro-ministro da União da África do Sul entre os anos de 1919 a 1924 e, de 1939 a 1948) tinha grande proximidade com Chaim Azriel Weizmann – primeiro presidente israelense. Segundo o autor, Jan Smuts que fora delegado da África do Sul no gabinete de guerra britânico durante a I Guerra Mundial – contribuiu para influenciar o governo britânico a adotar a Declaração Balfour e comprometer-se em construir uma colônia sionista sob a direção britânica (SCHOENMAN, p.55, 2008). Evidenciam-se, então, as proximidades construídas entre os generais do apartheid e os idealizadores sionistas. Como coloca Norman Finkelstein (2005), para o sionismo não seria sustentável politicamente *criar* espaços “vazios” para a constituição do Estado de Israel. Segundo o autor:

[...] o movimento sionista tinha duas opções estratégicas para alcançar sua meta: aquela a que Benny Morris se referia como “a via sul-africana” - “a criação de um Estado de apartheid, com uma minoria de colonos dominando uma grande maioria explorada de nativos” - ou a “via da transferência” - “seria possível criar um Estado judaico homogêneo ou pelo menos um Estado com esmagadora maioria judaica removendo ou transferindo todos os árabes ou a maioria deles”. \*\* (FINKELSTEIN, 2005, p.14).

As alternativas segregadoras, assim, foram postas à mesa desde os primórdios dos ideais sionistas. No entanto, os usos do termo *apartheid* passam a adquirir novos significados, localizados, referentes às particularidades da Palestina, ainda que relacionados, vez ou outra, à África do Sul. Os acordos de Oslo, nos anos 1990, figuraram como marcadores centrais para estas novas atribuições de significados e comparações. Edward Said, abertamente crítico aos referidos acordos, como aponta Finkelstein, relembra a posição de Walter Sisulu (membro do Congresso Nacional Africano e ativista político contrário ao regime do *apartheid*) quando este afirmou que “um dos motivos da vitória do Congresso Nacional Africano foi sua campanha *internacional* contra o apartheid”. (ibid, p.290). Grifo do autor.



Nesta perspectiva, Finkelstein explica que foram inúteis as tentativas do regime de normalizar o *apartheid* através de concessões como a “autodeterminação” e posterior independência dos bantustões. Ao contrário da África do Sul, os acordos de Oslo fizeram com que o Estado de Israel se desvincilhasse de sua relação com sistemas segregacionistas. Em realidade, no entanto;

[...] todas as resoluções das Nações Unidas que, como observa Said, “embora [sejam] resoluções de papel (...) representavam a única garantia internacional de que as reivindicações [palestinas] não seriam ignoradas, foram concretamente anuladas por Oslo. Este contraste indica que, pelo menos a curto prazo, a bantustanização haverá de verificar-se mais estável na Cisjordânia e em Gaza do que no contexto sul-africano. (ibid).

Nesta afirmação Said refere-se à implementação de diferentes áreas na Cisjordânia, a saber, áreas A, B e C. As áreas A passariam a ser administradas e seguras pela então criada Autoridade Palestina. As áreas B contariam com administração palestina e segurança israelense e, por último, as áreas C estariam sob administração e segurança israelense. Contudo, é à criação destas divisões da Cisjordânia em diferentes espaços com diferentes administrações que Said se refere como “bantustanização”.

Em meados do mês de dezembro de 2017 estávamos eu, uma colega palestina musicista e um amigo palestino na cidade velha de Ramallah, em mais um de nossos encontros no La Grotta – um bar conhecido como “reduto” local de músicos – , quando, entre uma cerveja e outra, comentei que havia estado pela primeira vez na parte ocidental de Jerusalém. Não pude deixar de comentar a confusão de sentimentos que tive, ao perceber a discrepância entre esta parte da cidade e o “lado oriental” (também referido na esfera internacional como “parte árabe”). Seguindo com a exposição de minha impressões, comentei que após ter estado em um luxuoso *shopping center* com detector de metais, voltei à noite para Ramallah cruzando a pé o *checkpoint* de Qalandya onde, além da falta de iluminação, se faz presente uma série de “caminhos” construídos por grandes placas de concretos alocadas de forma bastante desordenada depois das catracas de metal. Minha colega, que até então jamais havia estado em Jerusalém, também escutava a narração destas impressões, que me causaram um tipo de estranhamento da naturalidade que eu, erroneamente, pensava já ter. Em função

disto, comentei que já não tinha mais motivação alguma para buscar estar naquela parte da cidade, ainda que estivesse com um visto que, à época, me possibilitava este trânsito. Neste momento nosso amigo tomou a palavra e, fazendo-me ficar atônito, comentou que eu “preferia o *apartheid*”, seguindo de uma breve risada irônica. Não entendi, de pronto, sua colocação, assim como me senti desconfortável com a posição em que fui colocado naquela situação. Ele, então, argumenta que “as pessoas querem ir para lá e não podem. Você pode ir para lá e não quer. Você não acha que escolheu o *apartheid*?”. Dito de outra forma, privar-me deste deslocamento, de forma voluntária seria, de acordo com suas posições, inserir-me em um regime restritivo em termos de mobilidade, posição contrária às buscas por sujeitos locais nas dinâmicas cotidianas.

Entretanto, ainda que o termo *apartheid* seja referido com certa frequência, este pode ser entendido também com uma categoria local, já que pode adquirir localmente múltiplos significados e compreensões, ainda que seu sentido *stricto sensu* seja mais ou menos compartilhado. De todo modo, a comparação com a África do Sul não pareceu ocorrer nestes termos, ao menos durante minha estadia e/ou com o grupo de pessoas com quem convivi (em geral músicos, outros estrangeiros, e demais palestinos). Isto me leva à observação<sup>88</sup> de que o termo *apartheid* não tem um significado “em si mesmo”, ainda que compartilhe de um sentido mais ou menos comum, o que garante que pessoas o discutam e o interpretem com certa naturalidade. No entanto, os sentidos do *apartheid*, ou outros termos mais ou menos conhecidos, podem responder a imperativos locais, fazendo com que o termo seja construído de modos contextualizados – haja vista seu uso inclusive no Brasil, onde, vez ou outra, ouvimos termos como “*apartheid* social” entre outros. Outro exemplo é seu uso relacionado ao período da segregação racial nos Estados Unidos.

Para o caso deste trabalho, as reflexões iniciais sobre este tema partiram de uma conversa que tive com um amigo que havia conhecido na minha primeira estadia na Palestina, em 2014. Este, enquanto me perguntava sobre meu novo tema de pesquisa, já no início de 2017 em nosso reencontro, se mostrou um pouco

---

88 Esta observação é bastante pessoal, posto que há um abrangente campo de pesquisas relacionadas ao *apartheid* na Palestina. Em geral, grupos e pessoas relacionadas ao BDS costumam adotar esta perspectiva analítica comparativa.

inquieto com o tema, já que, para ele, seria um erro pensar a Palestina em termos de *apartheid*. Para este amigo, *apartheid* é algo primordialmente “interno”. Em outras palavras, o termo estaria relacionado com políticas de Estado que operam “dentro” de seu alcance – e neste sentido o “interno” estaria relacionado com a abrangência de fronteiras políticas. Desta forma, pensar um *apartheid* instituído pelo Estado de Israel na Cisjordânia (e/ou na Faixa de Gaza) seria reconhecer, ainda que implicitamente, uma política “interna”, o que levaria a Cisjordânia, segundo ele, a ser reconhecida como “parte” do Estado de Israel – debate que veio novamente à tona, no início do ano de 2020, a partir do surgimento do chamado “Plano Trump”, tal qual abordo no próximo item. Para ele, então, o termo que deve prevalecer é “ocupação”, já que, como explica (assim como inúmeros outros palestinos), a “Palestina toda” (Faixa de Gaza, 48, Jerusalém e Cisjordânia) está ocupada.

Por esta perspectiva, considerando a Palestina como um “todo” referido em quatro partes distintas, o *apartheid* seria restrito apenas à abrangência territorial referida como pertencente ao Estado de Israel, ou seja, estaria presente “em 48”, ou, em sua categoria equivalente, “dentro”. No entanto, é de extrema importância dizer que, assim como o termo *apartheid* é significado de múltiplas formas, o mesmo acontece com o termo “ocupação”, já que este é, também, largamente usado para se referir à 48. Neste sentido, a Palestina como um “todo” estaria ocupada, o que também justificaria, de certo modo, a adoção do termo *apartheid*. Estas reflexões, então, partem da percepção de que a construção local de uma “Palestina única” poderia ceder aparatos para a compreensão da construção e dos diversos usos locais do *apartheid* – inclusive em suas relações com restrições de movimento por/entre diferentes espaços. Dito de outra forma, para compreender os debates sobre “onde” é exercido tal regime, é necessário, antes, compreender as construções e usos locais de categorias de territorialidade e suas variantes identitárias. De todo modo, evidencia-se a relação entre *apartheid* enquanto categoria e regimes segregacionistas. Estas últimas, atribuídas às políticas de Estado israelenses, são observadas e constantemente referidas, esteja-se em quaisquer dos espaços aqui apresentados.

### 7.3 – O “acordo do século”: a legitimação ilegítima de Trump

*Territory thus can be seen as the crucial problem in the contemporary crisis of the nation-state, or, more precisely, the crisis in the relationship between nation and state. Insofar as actually existing nation-states rest on some implicit idea of ethnic coherence as the basis of state sovereignty, they are bound to minoritize, degrade, penalize, murder, or expel those seen to be ethnically minor (APPADURAI, 1996, p. 346).*

Os primeiros meses do ano de 2020 trouxeram consigo uma intensificação nos debates acerca da Palestina. O chamado “acordo do século” (Peace to Prosperity – do original em inglês – também referido eventualmente como “plano de paz de Trump”) foi anunciado no dia 28 de janeiro do referido ano. A apresentação de tal “acordo” aconteceu em uma comitiva de imprensa na Casa Branca, contando com a presença de Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos, e Benjamin Netanyahu, então Primeiro Ministro israelense. É de relevante importância notar que, para este evento, representações palestinas não foram convidadas – assim como não tomaram parte nos processos de idealização e confecção de tais planos. A rejeição destes, por parte da Autoridade Nacional Palestina, aconteceu, de maneira formal, durante o pronunciamento de Mahmoud Abbas no Conselho de Segurança da ONU, no dia 11 de fevereiro do mesmo ano. Abbas, ainda, se referiu ao plano de Donald Trump como um projeto de “anexação”, fazendo, também, analogia a um “queijo suíço”.

Como notado no capítulo em que trato da contextualização histórica, a não participação palestina no planejamento de configurações cartográficas é bastante notória, restringindo-se à eventos pontuais (mas não menos relevantes), a exemplo dos acordos de Oslo. Ainda, outro ponto a ser considerado, são as categorias referenciais de espaço e territorialidade assumidas tanto no “acordo do século” quanto nas discussões que surgiram a partir deste, posto que um dos “objetivos” de tal proposta é referente à futura construção de um Estado Palestino que, segundo os termos do “plano”, ainda não é existente – fato este que desagradou tanto palestinos quanto algumas sessões da comunidade israelense que, por sua vez, não almejam a existência de qualquer Estado palestino.

A falta de contextualização acerca do trânsito cotidiano de sujeitos entre diferentes espaços, assim como a falta de discussão ou mesmo apresentação de categorias locais – palestinas – de territorialidade, assim como formas locais de pertencimento, se torna não apenas evidente como, também, problemática, evidenciando, mais uma vez, a unilateralidade de tal proposta. Ainda, embora os termos apresentados pelos proponentes de tal “acordo” desconsiderem perspectivas palestinas de quaisquer natureza (embora os debates contemplem aquelas apresentadas pela ANP), a proposta deste é a “resolução” do “conflito Palestino-israelense” - levando, também, em seu nome a seguinte apresentação; “uma visão para melhorar as vidas de palestinos e israelenses” (*Peace to Prosperity: A Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People*).

Dada a relevância de tal evento e, por conseguinte, a relação com o tema desta tese, senti a necessidade de abordá-lo brevemente e, assim, destacar aqui alguns pontos contidos no referido “acordo” a serem notados. Dentre estes, vale a consideração de que, ao ser apontado por Donald Trump como “*win-win*” (em tradução livre, “bom para ambas as partes”), este aborda questões como o status de Jerusalém, assentamentos, refugiados e fronteiras. Sobre Jerusalém, a proposta consiste em reservar espaços nos arredores da cidade para a construção de uma possível capital palestina, considerando, assim, regiões como Kfar Aqab, Qalandya, Abu Dis, dentre outras áreas compreendidas enquanto pertencentes à jurisdição da cidade. Estas localidades, no entanto, se encontram no que foi chamado “lado leste” do muro israelense. Ao mesmo tempo, a proposta apresentada por Trump enfatiza que Jerusalém (considerando-se a parte “oeste” do muro) permaneceria, sem divisões, sendo a “capital do Estado israelense”. Ainda, o plano propõe que apenas muçulmanos, que “vierem em paz”, serão autorizados a entrar na mesquita Al-Aqsa para orações.

Propostas referentes às chamadas “resoluções em dois Estados” não são novas, e tomaram corpo, para uma abordagem mais contemporânea do debate, a partir de 1967, com a Guerra dos Seis Dias. Estas resoluções são, assim, comumente referidas nas delimitações das chamadas “fronteiras de 67”.

Contudo, considerando-se a corrente ocupação militar israelense da Cisjordânia – se consideradas resoluções da ONU e Comunidade Internacional em geral – o “plano” descreve que;

*The State of Israel and the United States do not believe the State of Israel is legally bound to provide the Palestinians with 100 percent of pre-1967 territory (a belief that is consistent with United Nations Security Council Resolution 242).*

*This Vision is a fair compromise, and contemplates a Palestinian state that encompasses territory reasonably comparable in size to the territory of the West Bank and Gaza pre-1967. pp.11-12*

Com isto, apesar da proposta fazer referência às delimitações cartográficas especificadas nas resoluções da ONU – e reclamadas pela ANP –, o texto não delimita os chamados TPO nos mesmos termos. Ainda, o Estado israelense continuaria, de acordo com a proposta de Trump, a controlar as fronteiras nestes espaços, considerando-se, principalmente, neste caso (onde evidencia-se a Cisjordânia como centro do assunto), as fronteiras com a Jordânia. Acerca de fronteiras e soberania sobre territórios nacionais, o “acordo do século” propõe, novamente, uma nova configuração para “dois Estados”, como pode ser observado na próxima página, na figura 27.

A partir da exposição do “acordo do século”, a construção de novas categorias pode ser notada, a exemplo da referência à “arquipélagos”, relativa ao espaço destinado à construção de um suposto futuro Estado palestino. Esta, de certa forma, se relaciona com outras de mesmo efeito, de observação anterior, como o apontamento à “bantustanização” da Palestina, uma vez que esta seria constituída, enquanto espaço de território nacional, em “ilhas” (na alusão aos “arquipélagos”) conectadas entre si através de sistemas viários terrestres e subterrâneos. Ainda nesta mesma via, é aqui que ganha sentido mais evidente a alusão feita por Abbas a um “queijo suíço”.

Isto posto, nota-se que, levando em consideração as políticas israelenses, dinâmicas e fluxos locais, em termos práticos, o chamado “*Deal of the Century*” pode ser apontado como componente de um processo de busca de uma certa “legitimação burocrática” de uma conjuntura já observada e cuja operacionalidade é evidente.



FIGURA 27: MAPA “PLANO TRUMP”



FONTE: whitehouse.org

LEGENDA: disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2020/01/Peace-to-Prosperity-0120.pdf>

Em outras palavras, o acordo proposto unilateralmente pelos Estados Unidos e pelo Estado sionista não visa a aplicação “futura” das disposições nele previstas, senão a legitimação e aprofundamento, nos termos destes dois Estados, de um contexto político e disposição cartográfica já existentes que foram, há tempos, colocados em prática. Neste mesmo sentido, as políticas israelenses de controle sobre o trânsito de sujeitos entre diferentes espaços já é observada, de longa data, nos termos do “novo acordo” aqui abordado.

A exemplo disto, pode-se destacar os pontos aqui apresentados presentes (dentre vários outros) no projeto de Donald Trump. As áreas ao redor da cidade de Jerusalém, onde pode-se incluir Kfar Aqab, Qalandya, dentre outras, já são componentes das chamadas “áreas C”, além de estarem sob jurisdição de Jerusalém, enquanto município. Os chamados “*blue IDs*” podem residir nestes espaços, além de gozarem da possibilidade de cruzamento para “dentro” de Jerusalém, através dos *checkpoints*. A distinção entre “Jerusalém ocidental” e “Jerusalém oriental”, também neste sentido, não se observa através de delimitações explícitas. Os assentamentos israelenses ilegais já figuram como uma realidade a ser considerada nas pautas palestinas.

Neste sentido, a maior incidência de residentes judeus em setores “ocidentais” (como em Jerusalém) é tão notável quanto a de palestinos no setor “oriental”. No entanto, é notório, também, o trânsito de palestinos e judeus em ambos espaços, ainda que (ao menos através de minhas observações visuais) em menor quantidade nos setores “opostos” (na falta de nomenclatura mais adequada). Em outras palavras, palestinos frequentam o setor “ocidental” - seja como mão de obra, passeio, compras em shoppings, por exemplo – assim como judeus frequentam o setor “oriental” - pelas mesmas razões, acrescido das motivações ocorridas pelas expressões de religiosidade, uma vez que grande parte dos sítios religiosos de importância para judeus, muçulmanos e cristãos encontra-se na “Cidade Velha”, nesta parte da cidade.

Vale observar, também, que embora estes trânsitos sejam observáveis, é notória a diferença entre os citados setores, principalmente no que se refere ao planejamento urbano (arborização, limpeza, transporte público, entre outros). Esta diferença, contudo, é bastante mais notada quanto mais próximo das áreas C se

está, ou nas redondezas dos *checkpoints*, onde a precariedade das estruturas urbanas se faz bastante visível. De todo modo, e buscando não perder o argumento central deste ponto, relembro que todos estes locais, para “dentro” dos *checkpoints* (seja 48 ou Jerusalém) e, assim, na cidade de Jerusalém como um todo (se considerar as porções das áreas C “externas” ao muro) contam com policiamento e controle militar israelense.

Isto nos leva ao segundo ponto componente desta observação. O controle da entrada destes locais, de relevante importância para religiosos, é feita por autoridades israelenses. A entrada do pátio que leva ao Domo da Rocha e à Mesquita Al-Aqsa, a exemplo disto, situada nas ruelas escuras da “Cidade Velha”, é feita por soldados israelenses, que delimitam o trânsito de pessoas em determinados horários e dias. A razão disto, segundo exposto para mim por soldados nas vezes em que por ali passei, seria a política que prevê a entrada exclusiva para muçulmanos no local. Em dias específicos, contudo, a entrada de turistas é liberada – meu caso para as visitas ao local.

Para o terceiro e último ponto que trouxe à luz neste momento, pode-se, da mesma forma, observar que as fronteiras com outros países são controladas pelo Estado israelense. Não é novidade que, embora a Autoridade Nacional Palestina, em termos de sua abrangência enquanto entidade representante de Estado, não exija ou solicite visto algum para entrada, trânsito e permanência nos territórios cuja jurisdição lhe foi atribuída em resoluções da ONU. Deste modo, é preciso um visto israelense para o acesso, trânsito de/para estes mesmos espaços (circunscritos na Cisjordânia em geral). Em outras palavras, considerando minha permanência em campo (em trânsito na Palestina, entre os espaços 48, Jerusalém e Cisjordânia), é necessário um visto israelense. Este pode ser adquirido tanto em situações de “entrada e saída” (nas fronteiras com outros países – Egito ou Jordânia – e/ou aeroporto em Tel Aviv) como em postos de administração militar na Cisjordânia (a exemplo do assentamento em Bet El) ou demais órgãos competentes que se encontram “dentro”.

As diferentes modalidades de visto, contudo, nem sempre são concedidas pelas autoridades israelenses, e as razões são bastante confusas, se é que é possível apontá-las com alguma facilidade. A negação de vistos, deportações em

refeições de fronteira e banimentos nas partidas são práticas comuns, compondo, de certa forma, o cotidiano de estrangeiros que se estabelecem na Palestina, ainda que almejem permanecer por períodos variados e distintos. A aquisição é, contudo, considerada um “êxito”, muitas vezes se atribuindo o sucesso de “entrar” à pessoa que teve seu visto concedido. Em outras palavras, ainda que o êxito não dependa totalmente de quem solicitará um visto – posto que grande parte do resultado da solicitação está atribuída à aleatoriedade das “escolhas” israelenses sobre quem “entra ou não” – as comemorações quando isto acontece são comuns. Assim, expressões como “*you made it through!*” ou, simplesmente, “*you made it!*”, são ouvidas com frequência ao se “parabenizar”, de certa forma, as pessoas que conseguiram “entrar”, com maior ênfase ao território total (ou seja, ao cruzar tendo vindo de outro país) ou mesmo logram êxito na aquisição e/ou extensão de vistos.

As expressões acima trazidas também são comuns ao se cruzar para Jerusalém, por exemplo, quando não se goza da possibilidade, seja pela falta de visto, tendo-se o visto expirado, ou pela falta de autorizações prévias não emitidas pelas autoridades israelenses, embora as ênfases sejam mais brandas. Boa parte da atribuição do sucesso às pessoas que logram êxito na aquisição de vistos, autorizações ou cruzamentos em *checkpoints* se dá, também, em função da relação com a construção e compartilhamento de estratégias diversas, assumidas e dramatizadas por estas. Para além disto, considerando-se a impossibilidade de trânsito a partir da Cisjordânia para “dentro” e Jerusalém, palestinos de 48, neste caso, comumente terminam por se deslocar, uma vez que desfrutam da possibilidade de trânsito entre os diferentes espaços.

Sobre as implicações do “acordo” de Trump, neste sentido, alguns pontos já podem ser notados, sejam estes relacionados à manifestações contrárias à anexação – como os protestos ocorridos em Tel Aviv em meados de junho –, sejam estes implicados diretamente na mobilidade palestina. A partir do anúncio do plano, a AP emite um comunicado informando o rompimento de diálogos e demais relações com o Estado de Israel. Esta suspensão da relação implica no interrompimento de processos diversos como a confecção de permissões, intermédio da AP nas solicitações de vistos *West Bank only*, entre outros. Ainda, sujeitos palestinos que encontravam-se fora da Palestina e que, com autorizações prévias viajaram pelo

aeroporto de Tel Aviv, tiveram sua entrada negada em seu retorno, dado interrompimento das relações entre a AP e o Estado israelense.

De todo modo, a palavra do dia na referência ao processo de tal “acordo” é anexação. Muito embora controvérsias acerca deste termo sejam componentes dos debates sobre Palestina há tempos, vale observar que, ao final, seu acionamento no atual debate se relaciona com a legitimação da soberania Estatal – e, por consequência, nacional – sobre determinado território. A despeito da proposta de Trump, se colocadas à mesa as cartas apresentam um outro jogo, a saber, o avanço de políticas coloniais através de um processo de legitimação da conjuntura local, procurando dar continuidade à anexação da Palestina, tal qual previsto já no plano Allon, nos anos 1960 – ou, ainda, tal qual previram os ideias embrionários do sionismo. As consequências da implantação deste “plano” podem ser catastróficas, já que o forte agravamento das políticas coloniais da ocupação militar israelense se tornam iminentes.

Em suma, busquei demonstrar que, embora o “acordo do século” tenha sido apresentado como dotado de uma série de “propostas novas”, estas não são mais, a meu ver, do que componentes de um processo de legitimação de um contexto já existente. Contudo a implementação de tal “acordo” acarreta, certamente, no acirramento das opressões enfrentadas pela população palestina, tanto no que diz respeito à mobilidade, quanto no aumento da dificuldade em reclamar nas esferas internacionais sua autonomia territorial. No entanto, a im/possibilidade de trânsito entre diferentes espaços continuará, seguramente, informando a construção cotidiana de expressões palestinas de territorialidade tal qual de suas equivalências identitárias.

#### **7.4 – As fronteiras locais**

Ao longo deste trabalho busquei demonstrar, a partir da aproximação com os trânsitos cotidianos por/entre diferentes espaços, que as delimitações relacionadas às cartografias políticas reconhecidas pela comunidade internacional – “TPO” (Faixa de Gaza e Cisjordânia) vs “Israel” – não se constroem nem operam localmente nos mesmos termos. Com isso, a partir das categorias locais de territorialidade e de suas variantes identitárias, é possível perceber a construção cotidiana de “mapas outros”,

relacionados mais com expressões de ordem identitária do que com os imperativos cartográficos – ainda que estes informem fortemente o surgimento e uso das referidas categorias. Neste sentido, pode-se tomar novamente os apontamentos de Silvia Montenegro, uma vez que, para a autora, diferentes grupos:

*(...) organizan tránsitos que marcan los hitos de un mapa alternativo, en el que las sociabilidades intragrupalas pero transfronterizas crean territorios delimitados por las pertenencias del grupo. Estos territorios son tan frágiles como las pertenencias mismas, que asumen también las características de los objetos móviles de la modernidad tardía, sin embargo, las dinámicas que operan en su construcción se consolidan como procesos típicos de las sociedades contemporáneas.* (MONTENEGRO, 2007, p. 19, 20).

Para o caso do presente trabalho, os trânsitos são informados por diferenciações espaciais cuja existência se dá a partir de 1948. As cartografias políticas impostas sobre a Palestina desde então informam, de modo geral, os itinerários tomados no cotidiano local atual que, por sua vez, em uma relação interconstitutiva, informam o surgimento e usos de categorias nativas como “*westbanker*”, “*gazan*”, “*jerusalemite*” e “*from inside*” – ou sua variante “48”. Esta última, com especial atenção, refere-se a uma categoria de tempo que constrói-se enquanto categoria de espaço e identidade. Segundo aponta Cecília Baeza (2015), “a memória coletiva pode ser teorizada como uma reconstrução do passado a partir dos quadros sociais de referência do presente (Halbwachs, 1925).” (BAEZA, 2015, p.303). Ainda, segundo a autora;

Após 1948, a identidade árabe palestina se reconstrói ao redor da figura do camponês refugiado, que nunca teria deixado sua terra se não por força e violência. Identificar-se como palestino implicou, a partir desse momento, uma demonstração do sentimento de enraizamento à terra de origem [...]. (BAEZA, 2015, p.304)

Este referido sentimento de enraizamento à terra, na Palestina, não se relaciona apenas à Cisjordânia e Faixa de Gaza, mas é expresso em todos os espaços que compõem a construção da “Palestina toda”. No ano de 2014 realizei uma entrevista com uma cantora palestina, Rim Banna, na cidade de Nazaré, “dentro”. Ao final de nossa conversa, já sem possibilidade de retorno para Birzeit, onde residia à época, fui convidado por ela a ficar no *hostel* de um amigo seu. Ao



chegarmos, sem saber de minha nacionalidade ou o que fazia ali, o dono do estabelecimento me pergunta: “é sua primeira vez em Israel?”. Em seguida, Rim Banna se volta para ele e comenta, “como assim? Aqui é a Palestina! Ele é dos nossos, pode falar como falamos entre nós!”. Sua pergunta, agora de certa forma refeita, se dirige novamente à mim: “É sua primeira vez na Palestina?”.

O exemplo aqui apresentado nos trás, uma vez mais, o acionamento situacional e contextual de expressões de territorialidade e de identidade, uma vez que “falar como falamos entre nós” pode ser tomado como uma evidente exposição da característica contrastiva de expressões identitárias. Lorenzo Macagno (2011), ao apontar os trabalhos de Fredrik Barth, afirma que o que interessa ao autor, no sentido aqui abordado, não seria identificar e catalogar um conjunto de supostos atributos culturais substanciais [...], senão, estudar e explicar por que e quando alguns atores – e grupos – consideram – ou não – tais características como *socialmente relevantes*. (MACAGNO, 2011, p.20). Sobre isto, como coloca Macagno;

O que se constitui como “identidade” não provém, assim, das diferenças culturais empiricamente observadas, mas das condições, a partir das quais certas diferenças culturais são utilizadas pelos atores como símbolos da diferenciação entre “Nós” e os “Outros”, tornando-se, por conseguinte, socialmente relevantes. (ibid).

É nesta perspectiva que, na Palestina, pode-se observar a contrastividade inerente à relação entre expressões identitárias distintas, como “palestinos *versus* israelenses”. Aqui, neste sentido, pode-se destacar que as diferentes expressões identitárias não são construídas a partir *unicamente* das “diferenças culturais”, ainda que esta posição seja amplamente acionada por palestinos. As distinções territoriais forçosamente impostas sobre a Palestina, principalmente a partir de 1948, são pontos constitutivos centrais de expressões identitárias. A distinção, assim, além de apresentar sua característica contrastiva no binômio “palestinos *versus* israelenses” também é observável entre os próprios palestinos, uma vez que a distinção entre *Green IDs*, *Jerusalemites*, *Gazans* e os *48 palestinians* é amplamente observável. Estas diferentes expressões identitárias palestinas, no entanto, são relacionadas diretamente com as mudanças cartográficas impostas acima referidas. É neste sentido, como coloca Fredrik Barth (2011), que as fronteiras às quais devemos

consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais. (BARTH, 2011, p.195, 196). Ainda, seguindo o autor, diferentes grupos não seriam simples ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos; e os diferentes modos pelos quais eles se conservam, não só por meio de um recrutamento definitivo, mas por uma expressão e validação contínuas, precisam ser analisados. (ibid.)<sup>89</sup>. Assim, pode-se observar que a construção de expressões identitárias e territoriais palestinas se dá, também, em contraste à construção das mesmas expressões israelenses, impostas desde 1948.

De todo modo, ainda, é importante notar que, embora a perspectiva de uma “Palestina única” seja um dos pontos centrais neste trabalho, é justamente a partir das distinções cartográficas que se estabelecem a partir do surgimento do Estado de Israel que diferentes espaços passam a, nesta mesma via, ser também construídos – seja em termos de cartografias, seja em categorias locais de territorialidade. Estes espaços distintos componentes de uma “Palestina única” são, como exponho neste trabalho, construídos por palestinos nas dinâmicas cotidianas e, ainda, a im/possibilidade de trânsito se mostra como fator constitutivo da construção destes. De todo modo, é de suma importância observar que, para além dos *checkpoints* (postos militares de controle israelense) presentes em toda a Cisjordânia, há também aqueles instalados em lugares que terminam por se construir como “limítrofes”, enquanto uma distinção legitimada entre o “lá” e o “cá”. Como coloca Anamaria Morales,

A Antropologia da fronteira (Rosaldo,1988; Kearney,1991) descreve para além da fronteira política, uma fronteira metafórica, compreendida como zona cultural entre “lugares estáveis”, espaço lúdico e liminar. Áreas de fronteira definidas como zonas ou territórios intersticiais, que demandam agilidade cultural e certa “deculturação” – despojar-se de uma sobrecarga de cultura para ganhar liberdade de movimento. (MORALES, p.6, 2008).

Para o caso da Palestina, no entanto, embora a construção da “unicidade” cartográfica seja evidente, indo além das fronteiras políticas e expressando, neste sentido, fronteiras metafóricas, os *checkpoints*, embora componentes de espaços

<sup>89</sup> Neste sentido, como coloca Macagno, “o *ABC* do princípio *barthiano* nos ensina que a identidade é, sempre, contrastiva, ou, dito de outra forma, o “Nós” sempre se constrói em relação a um “Outro” mais ou menos próximo, mais ou menos ameaçador. A proximidade, portanto, não produz, necessariamente, fusão de horizontes ou de “culturas”, mas, pelo contrário, muitas vezes os reforça.” (MACAGNO, 2011, p.22).

liminares, não podem ser entendidos como parte das, nas palavras de Morales, zonas culturais entre “lugares estáveis”. Isto pode ser dito observando a perspectiva que trago neste trabalho, de que os espaços, na Palestina, não respeitam, em termos de expressões locais de territorialidade, as cartografias que explicitam as “delimitações territoriais nacionais” reconhecidas pela Comunidade Internacional. Em outras palavras, nem as expressões locais de territorialidade e identidade, nem os *checkpoints* como lugares limítrofes operam como em fronteiras políticas nacionais.

Desta maneira, nota-se que a distinção entre estes espaços não se dá em forma de fronteiras entre nações, uma vez que o controle militar israelense sobre estes locais não obedece, *stricto sensu*, configurações de controle fronteiriços, em função do não reconhecimento destas por parte do Estado de Israel. Os *checkpoints* controlam, de forma mais incisiva, apenas a “entrada” (da Cisjordânia para 48 e Jerusalém), sendo que o trajeto oposto, salvo em alguns casos específicos, o controle não acontece.

A contradição israelense neste debate pode residir também na observação de categorias espaciais próprias, que poderia, de certa forma, ser apontadas como objetos de “dissolução” do “dentro” e do “fora”. Grosso modo, o Estado de Israel – mesmo antes do “acordo do século” – entende a Cisjordânia como componente de suas abrangências, referindo-se à este espaço como “Judeia e Samaria”.

No dia 20 de julho de 2018, a página *NowThis Politics*, na rede social Facebook, publicou um video intitulado “*Birthright Participant Questions Israel Map That Erases Palestine*”. Trata-se de um video gravado dentro de um ônibus com turistas judeus estadunidenses, que faziam parte de uma viagem turística organizada pela *Birthright Israel* (também conhecida como *Taglit-Birthright Israel*). Nesta gravação, um jovem turista pergunta ao guia porquê a Cisjordânia não é mencionada nos mapas distribuídos aos participantes da viagem, seguindo de críticas ao que chama de “agenda” israelense que concerne em não expor a ocupação militar e suas implicações. O guia o contesta da seguinte maneira:

*“Israel sees the West Bank as part of Israel, and Israel does not put anything on our maps around the West Bank because the West Bank is just like Tel Aviv or Jerusalem. (...) the West Bank is part of the state of Israel, it's part of*

*Israel and that's what the irsaeli government is showing you. The country of Israel."*<sup>9091</sup>

Na versão em português do website da organização há uma página com o título "Nossos Objetivos", onde a descrição é apresentada de maneira breve da seguinte forma: "O Taglit procura garantir o futuro do povo judeu". Já na página "Nossa História" o primeiro parágrafo aparece da seguinte maneira:

O Taglit começou com uma ideia ousada: oferecer uma viagem gratuita e transformadora para Israel a jovens adultos judeus entre 18 e 26 anos e, ao fazê-lo, transformar o futuro judaico. Nossa missão é dar a todos os jovens judeus adultos ao redor do mundo, especialmente aos menos conectados, a oportunidade de visitar Israel em uma viagem educacional.

A posição de tal organização turística se mostra relacionada à ideia de uma viagem turística pelo "país Israel", também se estando imbricada com uma maneira de se relacionar com a região em termos de territorialidade. Neste sentido, se apresenta a possibilidade de uma certa liberdade de trânsito entre diferentes espaços.

Ressalto, todavia, que as restrições de trânsito a que a população palestina é submetida não operam da mesma forma para, como observado acima, turistas e colonos israelenses. Assim, para além da disputa semântica sobre denominações destes espaços, a compreensão destes como "únicos" é base para a própria confecção de políticas israelenses implantadas tanto em 48 quanto na ocupação presente na Cisjordânia, além daquelas relacionadas ao bloqueio em curso referente à Faixa de Gaza e à implantação das políticas de "anexação" previstas no "Plano Trump". Grosso modo, levar em consideração as categorias israelenses de referências espaciais é central para a compreensão das implementações de políticas estatais.

Assim, alinhado com uma perspectiva sionista que busca negar a existência da Palestina em termos diversos, destaca-se o discurso proferido no ano de 2016 por Anat Berko, uma advogada conservadora israelense, membro do Knesset, no

90 Disponível em: [https://www.facebook.com/NowThisPolitics/videos/2178423775522434/?hc\\_ref=ARRNtLhxXqWIGtZzRjql5mweW5eE63o0K0oMMEwx7W-oNwVmWZtOI\\_eS\\_CaemtiDLZk](https://www.facebook.com/NowThisPolitics/videos/2178423775522434/?hc_ref=ARRNtLhxXqWIGtZzRjql5mweW5eE63o0K0oMMEwx7W-oNwVmWZtOI_eS_CaemtiDLZk).

91 O nome da organização, *Birthright*, remete às leis israelenses que favorecem o "retorno" de judeus mesmo que nunca tenham estado naquele espaço, já que este direito estaria relacionado, segundo a organização, com algo inato, que se adquire ao nascer.

qual esta afirmou que “a Palestina não existe por que a letra “p” não existe no idioma árabe”. Apesar do furor causado por esta declaração, as respostas mais incidentes afirmaram que a referência feita por Anat foi equivocada, uma vez que esta se referiu à Palestina no idioma inglês, com *Palestine*, ao passo que, em árabe, a palavra equivalente é – em uma transliteração livre para o português - “Falastin”, com ênfase na letra “f”. Não obstante as retaliações observadas em 2016, Yair Netanyahu, filho do Primeiro Ministro Israelense, Benjamin Netanyahu, replicou, em 2019 a fala de Anat, publicizando-a em uma rede social. As respostas novamente vieram enfáticas e, dentre estas, uma popularizou-se, já que afirmava que, nesta via, por não existir a letra “j” em hebraico, não faria sentido Jerusalém ser parte do Estado de Israel, assim como tampouco faria sentido os usos de palavras como *Judea* ou mesmo *jews* para referir-se a si mesmos.

Esta “discordância semântica” explicita uma disputa pelos significados de palavras que afirmam a existência – ou não – de espaços e grupos. No entanto, longe destas denominações permearem apenas discursos e discussões *online*, estas estão também presentes em documentos oficiais, como vistos emitidos pelo Estado de Israel na Cisjordânia, a partir de instalações militares presentes nos assentamentos. Exemplo disto foi a natureza de um dos vistos que obtive durante minha permanência. Conhecido como *West Bank only visa*, o visto que fora colado nas páginas do meu passaporte pareceu aparentemente “comum”, não fosse pelo carimbo que se encontrou no mesmo, com a inscrição, em inglês, *Judea and Samaria only permit*. Este visto, assim, restringiu minha permanência e trânsito para a Cisjordânia apenas, me colocando como um dos atores na construção e prática de estratégias de mobilidade na impossibilidade desta.

Nesta via, então, pode-se observar que, se para palestinos a Palestina é “uma só”, o mesmo pode ser dito para o Estado de Israel, uma vez que este não reconhece, oficialmente, a existência da Palestina enquanto nação e, por consequência, tampouco enquanto território, para firmar a posição de que “tudo é Israel”. No entanto, entendo que, para o caso da Palestina, esta contraposição é possível, justamente na perspectiva da sobreposição de construções de espaços que, em certo sentido, se mostram antagônicas. Em outras palavras, observamos a possibilidade de existência de uma “Palestina única” que se contrapõem, em uma

perspectiva também contrastiva, à exista de um “Israel único” quando, nesta via, ambas as possibilidades terminam por se referenciar ao mesmo espaço. Contudo, pode-se constatar também que a própria disputa semântica (em um nível mais abrangente) aqui apresentada opera sob uma mesma linguagem, ainda que compartilhada por sujeitos cujas expressões identitárias se apresentam de formas distintas. Neste sentido, no entanto, entendo que abordar esta perspectiva sem acionar as relações de poder e opressão aqui existentes pode, ainda que de forma não intencional, terminar por “naturalizar” as expressões em disputa. Em realidade, uma (a palestina) existe e se constrói como resistência à outra (a israelense). Como coloca Sherry Ortner (2007), a “agência” se relaciona com dois campos, a saber: da intencionalidade e, também, do “poder”. No entanto, a autora argumenta que ambos os campos são interconstitutivos e afirma que “o poder, em si, é uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência”. (ORTNER, 2007, p.58).

Os significados locais, em termos de expressões de territorialidade e, decorrente destas, expressões identitárias, aparecem em disputa. Isto posto, uma vez apresentada a expressão local da possibilidade de uma “Palestina única”, pode-se debruçar no argumento de que as questões relacionadas à mobilidade, em geral, não se restringem apenas àquelas reservadas à lugares específicos. Em outras palavras, se torna de suma importância entender o trânsito entre estes diferentes espaços como fator constitutivos da construção da “Palestina única”. Isto é, compreender questões relacionadas à im/possibilidade de trânsito para além daquelas apontadas apenas à Cisjordânia e Faixa de Gaza como casos específicos, embora estas também sejam trazidas neste trabalho. *Al-Quds* e *Al-Dakhel*, desta forma, tomam uma posição central neste debate, juntamente com outras categorias amplamente observáveis.



## CAPÍTULO 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 8.1 – Na contramão da regra e a fuga da neutralidade

Em sua pesquisa acerca de expressões identitárias de palestinos em diferentes espaços, a organização BADIL assume o uso da categoria “Palestinos cidadãos de Israel” para referir-se aos palestinos de 48. A escolha, no entanto, não é arbitrária e, também, é abordada no texto com a seguinte colocação:

*Due to the existing multiplicity of naming related to Palestinian citizens of Israel (Israeli Arabs; 1948 Palestinians; the Inside [the Green Line] Palestinians and so forth), each title carries political and ideological components. Throughout this paper we will refer to the indigenous community in Israel as ‘Palestinian citizens of Israel’. This term is accepted academically to be ‘neutral’. Our analytical use of the term is irrespective to self-identifications of respondents to our survey. (BADIL, 2012, p.11, 12). Grifo meu.*

Neste ponto, talvez, eu deva apontar minha posição um tanto discordante acerca de tal afirmação, ainda que a escolha apresentada pela organização seja plenamente compreensiva. A busca por esta “neutralidade” pode se revelar uma armadilha, terminando por reificar terminologias que aponto aqui como “dominantes” (israelenses) – uma vez que, no caso da Palestina impera, também, uma disputa semântica evidente. Dito de outro modo, entendo que colocar “Israel” em primeiro plano para buscar uma “neutralidade”, ao passo que outras categorias possíveis – palestinas – são deixadas em segundo plano é, a meu ver, reificar um *status quo* terminológico, as “terminologias dominantes”. Perspectivas como as trazidas no referido trabalho são, no entanto, de fato tomadas como “dadas” para boa parte da comunidade acadêmica que tem a Palestina como o centro de sua atenção.

Neste tópico, então, talvez resida um dos pontos chave no que concerne considerar trabalhos acadêmicos, sobre Palestina, e suas relações com o argumento aqui proposto. Mais do que isso, poderemos observar a predominância das terminologias que acontecem não apenas em trabalhos acadêmicos, mas também jornalísticos, filmográficos, entre outros. Grosso modo, uma breve revisão bibliográfica do tema pode apresentar de forma bastante clara um certo “lugar

comum”, principalmente no que se refere ao ofuscamento de expressões locais de territorialidade e identidade.

De modo geral, alguns autores parecem essencializar os diferentes espaços, de modo a pensar o binômio “Palestina x Israel” como algo um tanto “dado”, sem considerar categorias nativas de territorialidade e a maneira como operam. A partir desta observação, vale notar que diferentes terminologias podem ser assumidas de acordo com as demandas e escopos teóricos de disciplinas diversas. Pensar o referido binômio a partir das Relações Internacionais, por exemplo, pode ser mais comum, ou parecer mais condizente com suas terminologias e aportes teóricos, assim como acontece com trabalhos jornalísticos. No entanto, tenho percebido que mesmo essas áreas, além de outras como a Sociologia, História e a Antropologia, têm publicado trabalhos onde as referências cartográficas são tidas (aparentemente) como dadas de saída e estanques, quase como definidoras “*per se*” da construção de identidades e referências territoriais **locais** palestinas contemporâneas. Estou ciente de que, ao dizer isto, posso provocar alguma reação de desacordo e descontentamento em determinados leitores (aqueles que têm a Palestina como objeto de estudo, principalmente), no entanto, sigo em meu argumento para que este seja melhor explanado.

A meu ver, reificando o argumento que tenho apresentado, estes trabalhos, ainda que de forma aparentemente não proposital, terminam por desconsiderar as construções, usos e dinâmicas locais em termos de experiências cartográficas e identitárias. Nesta via, compartilho da compreensão de que espaços não criam “nos” sujeitos suas expressões identitárias, mas, ao contrário, são os sujeitos que, cotidianamente, constroem identidades e cartografias. Isto não é dizer que o binômio “Palestina x Israel” não exista ou que não possa ser – e, inclusive, é – cotidianamente construído e referido (tanto por palestinos como por israelenses). Este aparece em notícias, livros, narrativas. O que almejo apontar neste item, no entanto, é a percepção de que este binômio parece ser muitas vezes dotado de uma rigidez tal que sua problematização é quase imperceptível, se tornando assim uma espécie de “tabu intocável”. O que chama a atenção, ainda, é que este movimento é, em certa medida, unilateral e, por mais contraditório que possa parecer, parte em

grande medida das produções cujos temas são relacionados com palestinos e Palestina.

De forma geral, tenho a impressão de que “Israel”, em termos de constituição enquanto Estado e delimitação cartográfica, é algo “dado”, “óbvio” e, muitas vezes, “intocável”, “imutável”. Na outra mão, no entanto, não parece haver uma coesão terminológica para se referir à Palestina em termos espaciais que é, muitas vezes, apontada por reduções tais quais “Territórios Ocupados”, “Territórios Palestinos”, “Cisjordânia e/ou Faixa de Gaza” (quando não apenas “Gaza”).

Isto, talvez, pode advir da própria falta de coesão entre os termos possíveis e, arrisco dizer, do próprio receio do uso de determinadas definições. Em outras palavras, percebo uma certa cautela com relação à “Palestina”, ao passo que o mesmo não acontece quando o referido é “Israel” (ambas aspas propositais). Esta observação pode levar justamente ao ponto que lanço luz neste momento, a saber, a Palestina, nestes casos, termina por ser constituída, cartograficamente, quase sempre pela Cisjordânia e Faixa de Gaza, apenas. Contudo, vale notar que este reconhecimento e, de forma interconstitutiva, construção da Palestina enquanto territórios delimitados e de cartografia rígida parte, muitas das vezes, de pesquisadores *não* palestinos. Isto também não é dizer que pesquisadores palestinos (e mesmo israelenses) não componham estas construções, mas se torna importante sublinhar que as percepções e expressões locais de territorialidades respondem muito mais à pluralidade das possibilidades do que à rigidez terminológica presente em determinados trabalhos. Ainda, reforço, isto não é dizer que estas terminologias largamente utilizadas em publicações sobre a Palestina não se relacionem com expressões locais possíveis. O que aponto, contudo, é que estes termos, baseados no binômio rígido “Palestina x Israel” – binômio que, por sua vez, responde à imperativos cartográficos reconhecidos e referidos pela Comunidade Internacional (como as “Fronteiras de 67”) – não são os únicos possíveis e, para além disso, não refletem de forma satisfatória os usos das categorias locais a que tive acesso.

Grosso modo, ao passo que “Israel é óbvio”, a “Palestina não é tanto”. A indisposição em problematizar a Palestina em termos de expressões de territorialidade pode residir, também, justamente na indisposição em se dissolver

cartografias, dando lugar às experiências e expressões de cartografia cotidianamente construídas. De forma alegórica, me refiro à “vitória” da imposição ontológica do Estado-nação e de sua relação com a construção de fronteiras nacionais. Talvez, nesta mesma razão resida a dificuldade em se pensar a Palestina nestes termos e, na outra mão, de forma paradoxal, os anseios de delimitá-la, de algum modo. Nesta perspectiva, a baixa incidência de trabalhos de campo mais dedicados a estas observações, atentos e que levem a sério as dinâmicas e experiências locais, para além das narrativas internacionalizadas, pode ser ponto central. Voltarei a este ponto a seguir, ainda neste item.

Em minha dissertação de mestrado trabalhei com usos políticos de práticas e produções musicais na Palestina. Foi neste primeiro trabalho de campo que tive contato com os “músicos de 48”, quando indagado por um *rapper* em uma mesa de bar se também os estava buscando. Foi neste primeiro contato com a categoria “48” que me dei conta que “música palestina” é algo que vai muito além daquela produzida apenas na Cisjordânia, Faixa de Gaza ou por refugiados ao redor do globo. Música palestina, na Palestina, é aquela construída por palestinos de “toda a Palestina”, a saber, Faixa de Gaza, 48, *Al-Quds* (Jerusalém) e Cisjordânia.

Por esta razão resolvi trabalhar com a ideia de “música palestina” enquanto práticas e produções que se constroem na convergência de sujeitos palestinos provenientes destes diferentes espaços. Nesta perspectiva, acabo indo em uma certa “contramão” de trabalhos que discorrem sobre práticas e produções musicais locais, contudo, reificando o binômio “Palestina x Israel”, os tornando de certa forma estanques. O primeiro que apresento, de David A. McDonald (2013), intitulado *My Voice Is My Weapon: Music Nationalism and the Poetics of Palestinian Resistance*, conta com um capítulo intitulado *New Directions and New Modalities: Palestinian Hip-Hop in Israel*, onde o termo **Palestinian Israeli** aparece com frequência (grifo meu). De Benjamin Brinner (2009), o trabalho intitulado *Playing Across a Divide: Israeli-Palestinian Musical Encounters*, onde o segundo capítulo da primeira parte é nomeado *Arab musicians in Israel and the West Bank*, pode-se dizer que não foge à “regra”. Ao apresentar um de seus interlocutores, um percussionista palestino chamado Jamal Sa’id que narra suas experiências como músico de casamentos, afirma:

*"The audience is a donkey."*

*"I am a merchant."*

*With these two pithy statements, Jamal Sa'id, a popular Palestinian drummer, summed up his experience playing for weddings and other celebrations in the West Bank and Israel when we spoke in Jerusalem in the early 1990s. He derided the public for its lack of taste but put himself at its service, ready to play requests. This ambiguous relationship – a stance of aesthetic superiority juxtaposed with pragmatic subservience – says much about the occupation of musician among **Arabs in Israel and the West Bank** in recent decades. (BRINNER, 2009, p.37). Grifo meu.*

Com um uso similar desta categoria, pode-se apresentar o trabalho *Beats Not Bombs: Hip-Hop To Create Peace In The Israeli-Palestinian Conflict*, de Karin Heim (2011), onde o uso de **Arab-Israeli** aparece de forma predominante (grifo meu). Na mesma perspectiva, Hugh Lovatt (2009), apresenta o trabalho *Palestinian Hip-Hop Culture and Rap Music: Cultural Resistance as an Alternative to Armed Struggle*. O autor, embora sublinhe a construção de seu objeto a partir das produções musicais palestinas, comenta que realizou trabalho de campo, em suas palavras, "[...] *in Israel and the Palestinian West Bank during January 2009*" (LOVATT, 2009, p.6). Embora o autor faça uso da categoria "*Palestine*", esta não aparece, em seu texto, enquanto sua principal categoria de espaço em termos referenciais. Por outro lado, apresenta "Israel" enquanto uma categoria "dada". Para Lovatt, O rap palestino teria seu advento a partir do insucesso dos acordos de Oslo e, nos dias atuais, buscaria expressar a reclamação por melhorias nas condições de vida básicas. Em suas palavras; [...] *deliver not only a lasting peace settlement but also improvements in basic living conditions for Palestinians in both the Occupied Territories and **Israel proper*** (LOVATT, 2009, p.13). Grifo meu. Um quinto trabalho pode também ser mencionado. Intitulado *Heavy Metal Islam: Rock, Resistance, And The Struggle For The Soul Of Islam*, de Mark Levine (2008), conta com um capítulo intitulado *Israel / Palestine: Hard Music in an Orphaned Land*. Neste trecho do livro o autor explica o uso de seus termos da seguinte maneira: *I use "Palestinian Israelis" to refer to Palestinian citizens of Israel, and "Palestinians" to refer to Palestinians living in the West Bank, Gaza and the Diaspora* (LEVINE, 2008, p.106).

Os trabalhos acima referenciados como exemplos não figuram entre as produções antropológicas, contudo, têm música como objeto de pesquisa e discussão. De todo modo, este tipo de referência é bastante comum em trabalhos

acadêmicos em geral, uma vez que esta compreensão espacial/identitária é possível e observável. No entanto, o que tenho notado é uma predominância destas terminologias em trabalhos acadêmicos sobre a Palestina, e um forte ofuscamento de categorias palestinas locais de territorialidade e expressões identitárias.

Levine, o autor que tive o prazer de conhecer em Ramallah, a convite do guitarrista de uma banda de Akka, na presença de um *rapper* da banda DAM, de Lod (ambas cidades de 48), é certamente uma referência presente nas pesquisas de música no Oriente Médio, e figura como uma pessoa conhecida também entre vários músicos com quem convivi. No entanto, sua pretensão de designar seus interlocutores de 48 como “palestinos cidadãos de Israel” termina por enrijecer os espaços, desconsiderando diferentes possibilidades de expressões identitárias observáveis no cotidiano local. Minha inquietação reside, também, na dúvida se o autor responde diretamente às expressões nativas por ele percebidas, ou se opta deliberadamente pelos usos que faz, considerando que seu trabalho de campo é, certamente, bastante aprofundado.

De todo modo, ao intitular o capítulo acima referido com o binômio “*Israel / Palestine*”, o autor parece buscar uma saída para a complexidade que certamente encontrou em suas pesquisas de campo (recurso não raro usado por demais autores que, nesta via, parecem também buscar saídas diversas. Me incluo). No entanto, parece reificar a ideia de “Israel” como lugar (enrijecendo o termo enquanto expressão de territorialidade), ao afirmar que usa o termo “palestinos israelenses” para os “palestinos cidadãos de Israel”, ao mesmo tempo que sequer se refere à Cisjordânia e Faixa de Gaza como “Palestina”, assim como faz Benjamin Brinner. Nesta perspectiva, pode-se deduzir que, para os autores, assim como se observa em inúmeros outros trabalhos, a Palestina parece inexistir como possibilidade de espaço “dado”, ao passo que, para palestinos, esta existe e, com frequência, se sobrepõe ao binômio “Palestina x Israel”, como venho demonstrando ao longo do texto.

Estas reproduções, no entanto, não se detêm apenas à trabalhos como os que apresentei acima. Também, na mesma medida, são amplamente observáveis em produções sobre a Palestina (enquanto espaço) redigidas por autores cujo trabalho de campo se deu fora desta. Dizer isto, note-se com especial atenção, não



é tecer críticas negativas à tais trabalhos, cuja qualidade técnica e importância acadêmica é evidente e notória. Mas sim, é afirmar que muitas das vezes estas produções terminam por lançar mão das terminologias “dadas”, se colocando, assim, como partes componentes da construção das referências dominantes. Desta forma, a falta de trabalho de campo pode ser um dos fatores cruciais para tal constatação, ou, ainda neste sentido, a falta de trabalho de campo *in loco* por períodos de tempo mais prolongados.

A ida de pesquisadores à Palestina é algo que acontece com notável frequência, contudo, a estadia é, também, comumente restrita a curtos períodos de tempo – de poucos dias a alguns meses. Colocar este apontamento, no entanto, não é desmerecer, de forma alguma, as investidas e iniciativas que visam o deslocamento de tais pesquisadores até a Palestina, contudo, sustento a percepção de que para a compreensão de determinadas dinâmicas locais, assim como a compreensão e assimilação dos usos contextuais de categorias nativas, é demandada uma estadia *in loco* mais extensa. No entanto, responsabilizar pesquisadores por suas eventuais curtas estadias seria, a meu ver, contraditório em relação àquilo que venho argumentando neste trabalho. As dificuldades próprias que compõem a ida, permanência e mesmo saída da Palestina podem ser, neste sentido, apontadas como fatores centrais desta condição – a estadia curta. Isto evidencia, neste sentido, o contexto de im/mobilidade como um dos componentes da construção de terminologias e categorias espaciais e identitárias que são, assim, usadas mais a partir de “fora” do que de “dentro”.

Isto posto, e reforçando o título deste item, busco argumentar que a “neutralidade acadêmica”, neste caso, não é neutra. Do contrário, seu acionamento e manutenção podem reiterar o *status quo* construído a partir das terminologias israelenses, tal qual colocado por Leonardo Schiocchet (2015) ao propor uma “antropologia assimétrica da palestinidadade”. Deste modo, compreender, discutir e acionar as categorias locais palestinas é, a meu ver, peça fundamental para a construção de uma antropologia “não neutra” sobre a Palestina. Mais ainda, uma antropologia feita a partir das próprias categorias palestinas locais.

## 8.2 – Aeroporto, despedidas e mobilidades

Minha presença no texto desenvolvido para este trabalho ficou evidente, também em se considerando o estilo reflexivista por mim adotado. Não seria estranho, neste sentido, terminar esta tese escrevendo em primeira pessoa e, com isso, trago uma questão que me acompanhou por boa parte do processo de confecção deste trabalho: afinal, onde fiz meu campo?

Uma resposta concreta poderia acarretar em essencialismo que busco evitar. Contudo, uma vez que compus e fui composto pelas dinâmicas cotidianas locais, tendo a afirmar que fiz parte do processo de construção dos diferentes espaços aqui citados, ao menos no que me diz respeito. Nesta via, procuro acalmar minha inquietação com a questão apontada a partir da seguinte consideração: fiz meu campo na Palestina, porque fiz meu campo com palestinos. Grosso modo, onde quer que estivesse, na absoluta maioria das vezes estive “na Palestina” e, assim, esta categoria termina por ganhar maior destaque em minhas reflexões.

A im/possibilidade de trânsito por e entre diferentes espaços, na Palestina, está diretamente relacionada com a construção cotidiana de “mapas alternativos”, que apontam para uma unicidade espacial, ainda que dividida em diferentes espaços, informando o surgimento e acionamento de diferentes categorias. Como colocado pelos pesquisadores da organização BADIL (2012), palestinos não estão confinados unicamente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Como apontado no referido trabalho:

*[...] Palestinians living in these designated territories view their society's identity more expansively than is suggested by those with an interest in maintaining the current paradigm. Researchers must pave the way for such essential questions to be addressed. (BADIL, 2012, p.42).*

Assim, a observação e experiência da im/possibilidade de trânsito na Palestina podem aportar para a consideração de que, diferente de subtrair a possibilidade de construção de identificações identitárias e territoriais, este contexto informa, do contrário, o surgimento de mapas alternativos. Dito de outro modo, a fragmentação da Palestina a partir de 1948, com o surgimento do Estado de Israel,

não erradicou a existência de expressões identitárias ou espaciais, mas sim informou a construção novas, relacionadas com o que chamei aqui de “Palestina única”.

Aqui, me dirigindo aos últimos parágrafos deste trabalho, coloco o encerramento do texto em consonância com minha “saída” de campo. Ir, mover-se, sair, retornar, dentre outros, são pontos constitutivos de um mesmo escopo de reflexões reclamadas e certamente compelas a serem refletidas quando se trata de ir “para”, estar “na” e sair “da” Palestina. Desta forma, “chegada e partida” terminam, muitas das vezes, por se confundirem enquanto constituintes de uma mesma experiência, seja esta qual for e vivida por quem seja – palestinos locais (de todos os espaços), refugiados, estrangeiros. A eventual necessidade de reflexões sobre o tema aloca sujeitos na condição de constituintes de estratégias e práticas. Estas, de todo modo, não se restringem unicamente à entrada e à persistência da permanência *in loco*. A saída pode, também, ser dotada de tanta complexidade quanto. Desta forma, o fechamento deste texto não marca o encerramento do campo presencial, mas demonstra, a partir dos próximos parágrafos, como o próprio retorno pode ser constituinte evidente das reflexões aqui apresentadas.

Em tempo, também, se práticas musicais em suas diversas expressões se mostraram presentes ao longo do trabalho, não me abstenho de referir-me a mais uma música para finalizar o texto, repleto de idas, vindas, encontros e despedidas.

“Mande notícias do mundo de lá, diz quem fica  
 Me dê um abraço, venha me apertar, tô chegando  
 Coisa que gosto é poder partir, sem ter planos  
 Melhor ainda é poder voltar quando quero  
 Todos os dias é um vai-e-vem  
 A vida se repete na estação  
 Tem gente que chega pra ficar  
 Tem gente que vai pra nunca mais  
 Tem gente que vem e quer voltar  
 Tem gente que vai e quer ficar  
 Tem gente que veio só olhar  
 Tem gente a sorrir e a chorar  
 E assim, chegar e partir  
 São só dois lados da mesma viagem  
 O trem que chega é o mesmo trem da partida  
 A hora do encontro é também despedida  
 A plataforma dessa estação é a vida desse meu lugar  
 É a vida”  
 Música: Encontros e Despedidas  
 Composição: Milton Nascimento / Fernando Brant

A música acima, “Encontros e Despedidas”, cuja interpretação de Maria Rita se eternizou em minha cabeça, não poderia ser melhor referência para minhas reflexões sobre partidas e chegadas. Ainda que, certamente, os compositores não estivessem à par das dinâmicas cotidianas de circulação de sujeitos na Palestina, cada palavra, cada vírgula, cada pontuação da música me faz trazer tudo à memória. “Coisa que gosto é poder partir sem ter planos. Melhor ainda é poder voltar quando quero”. Infelizmente, isto não é possível para todas as pessoas que lá estão ou estiveram e assim almejam. Afinal, “tem gente que chega pra ficar”, outras que “vão pra nunca mais”. Na Palestina, “tem gente que veio só olhar”, tem quem “foi e quer voltar”, também “tem gente a sorrir e a chorar”. E, para arrebatado, chegar e partir. É um lugar de encontros e despedidas. O avião que chega é o mesmo da partida, é a vida nesse lugar.

De minha parte, é chegada a hora de voltar para casa. A ansiedade me domina, em uma mistura de alegria, angústia, tristeza, incertezas. Durante o campo construímos relações, afetos, cotidianos que, de uma forma ou de outra, cedo ou tarde, mudam. “Fazer campo”, certamente, é algo que está muito além de estar aqui e estar lá (nos diversos sentidos que esta observação pode ter). Mas, ainda assim, me pergunto, quando isto vai acabar?

É de tarde, estou preparando as malas. Pergunto para a pessoa com quem dividi moradia se eu poderia deixar alguns livros, folhetos e demais materiais para que cuidasse e, depois, me enviasse ao Brasil por correio. O medo de carregar tais conteúdos nas malas, que possivelmente serão revistadas é grande. Não quero ter que explicar nada além do que eles [os israelenses] já sabem, não quero uma tensão a mais. Penso, ao mesmo tempo que, oras, que bobagem! Jamais verei estes livros novamente! Por outro lado, os livros que deixei com uma amiga em 2014 ainda estavam com ela, que me devolveu, junto com uma colcha e uma coberta, que me haviam sido entregues para trazer a uma pessoa no Brasil. Não os trouxe, na época, por medo de ter que explicar tal conteúdo nas bagagens e, assim como me foi devolvido o material, pude, também, devolver as roupas de cama. Como é a vida, não é?

Neste momento alguém bate à porta. Atendo e me deparo com uma amiga que veio me dar um abraço de tchau. A mulher palestina, em um ato de solidariedade, me presenteou com uma garrafa para colocar água, nova, lembrando que eu havia perdido uma que ganhei de minha companheira de casa, no aniversário. O que esta amiga não sabia é que o utensílio que perdi (e me queixava de tê-lo perdido) era uma pequena garrafa térmica, que me foi dada para que eu tomasse meu mate, sem ficar ocupando a jarra do aquecedor de água elétrico. Seu ato me tocou tanto, que jamais contei à ela que minha garrafa “original” era diferente.

Já escurece, meu voo está previsto para o início da madrugada, e a tensão que sinto é cada vez mais forte. Amigos e colegas estão no terraço da casa, e me junto à eles para tomar minha última cerveja e, pela última vez (até não sei quando), olhar o pôr do sol, escutar os gritos dos motoristas de *service* indo embora, dar os últimos abraços. Sei que vou voltar, em algum momento (espero que logo!), mas a sensação de deslocamento me faz sentir um tipo estranho de “quebra”, como se o ato do retorno à minha própria casa fosse estranho. Me senti saindo de casa e, paradoxalmente, indo para um lugar distante, desconhecido, com uma língua diferente, com pessoas diferentes. Não seria mais estranho se este lugar de destino não fosse minha própria casa, em Curitiba, no Brasil.

As pessoas começam a ir embora, já é perto das 20h00. A noite cai, e olho para minha colega no conservatório, uma italiana professora de flauta. Vamos juntos para Tel Aviv, e pegaremos voos diferentes, mas em horários próximos. Ela voltará em um mês, já eu, não sei quando. Mas ambos nos preocupamos, uma vez que ambos temos vistos *West Bank only*. Não poderíamos viajar por Tel Aviv. O que me deu na cabeça de agendar esse voo mesmo assim? Não sei, mas confio nela e nas estratégias que nos foram passadas, durante o tempo de permanência.

O táxi deve chegar perto das 22h00, e espero que não se atrase. Todos os minutos estão calculados, todas as falas estão decoradas. Sairemos de Ramallah até o aeroporto Ben Gurion, mas diremos que estamos saindo de Jerusalém. Vamos evitar problemas. O portão do quintal se abre e, de repente, reconheço uma das vozes mais presentes, familiares e carinhosas que tive presente em campo. É Sandy!! Uma amizade que quero levar para a vida. A garota polonesa com quem

firmei, em mais de um ano e meio, laços fortes, trabalhava em uma ONG, captando recursos financeiros para obras diversas. Também estive sem visto por largos períodos de tempo, e nos abraçamos nas angústias e alegrias. Sentirei sua falta, muito! As noites de discussão sobre humanidades, e seus aprendizados de sua querida universidade de Cambridge, onde estudou filosofia clássica, jamais sairão de minha cabeça. Junto com ela, está Masha, uma garota russa com quem Sandy divide apartamento. “Axé, meu amigo”, me diz ela que, que é capoeirista, e sabia mais gírias em português do que eu. Espero vê-la, também, muito em breve!

O táxi chega, meu coração dispara. Quero chorar mas não consigo. A adrenalina do “último cruzamento” me faz ficar frio, como de costume. Os momentos liminares e seus componentes. Nos despedimos. Longos abraços e felicitações são o cenário. O motorista, um pouco atrasado, se desculpa. Entramos no carro, eu do lado direito, atrás, e minha colega do lado esquerdo. Fito a casa que me acolheu uma última vez, e nos dirigimos para a estrada. Logo, o motorista (que veio de Jerusalém, posto que taxistas com placas verdes não podem cruzar) nos pergunta se estamos com os vistos em mãos; “vamos cruzar um *checkpoint* de colonos, onde costumam parar”. Nos olhamos e respiramos. Dissemos ao motorista que não tínhamos visto, e sua preocupação ficou evidente. “É só agir normalmente! Não vai dar nada, temos cara de colonos”, disse a flautista, pouco antes de sermos parados pelos soldados. Está escuro, e a lanterna de um deles ilumina nosso rosto. Pergunta algo ao motorista, em hebraico, que responde e logo somos liberados, sem mais checagens. Acho que ele disse ao soldado que éramos colonos. Não me lembro, pois fiquei muito concentrado em fingir que estava tudo bem e, quando o motorista comentou o diálogo, minha descarga de adrenalina “pós-evento” estava no topo. Sim, eu fiquei muito mais nervoso desta vez, nesta “última vez”, do que em meu cotidiano. Não sei porque... talvez o retorno, a despedida, o fim desta etapa e início de outra, tudo.

Estamos quase chegando no aeroporto. O motorista nos pergunta, mais uma vez, o que deveria dizer na entrada do estacionamento, que é cercado por guardas armados. Mantemos a estratégia, de dizer que ele nos pegou em Jerusalém, até que me dou conta de algo fundamental. Esta estratégia de nada serviria. Não tínhamos este trajeto como habitual e por isso não nos demos conta de que os soldados do



aeroporto, estes sim, checariam nossos passaportes e vistos, inevitavelmente. Contarmos que viemos de Jerusalém, com um visto da Cisjordânia, daria no mesmo, posto que não deveríamos ter cruzado. Assim, para evitar maiores delongas nas explicações sobre porque viemos de lá e, depois, porque mentimos, resolvemos contar a verdade, além de “proteger” o motorista. Diríamos que viemos de Ramallah, e evitaríamos maiores problemas. Cada caso é um caso, e esperamos que dê tudo certo.

Chegamos na cancela, o motorista abaixa a janela e o soldado do lado de fora pergunta algo. Menos de um minuto depois, pedem que estacione mais à frente. Seríamos revistados ali mesmo, isto era certo. Damos nossos passaportes aos agentes armados que nos fazem perguntas como de onde nos conhecíamos, o que fazíamos ali, entre outras. Por hora, perguntas padrão de qualquer aeroporto internacional. O que muda, certamente, são os critérios de seleção para abordagem! Descemos do carro e somos levados a uma pequena sala com detectores de metal e esteiras de raio-x, onde, primeiro minha colega, depois eu, entramos, um de cada vez. Por hora, passamos, porém, com uma etiqueta amarela nas malas, certamente uma sinalização para controle no interior do aeroporto. Já dentro, chegamos à primeira fila. Um guichê onde um funcionário faz perguntas aos passageiros, ainda antes das cabines de despacho de bagagens. Fui o primeiro, e disse a “verdade”. Era um pesquisador, antropólogo, que trabalhava com música e teve contato com o conservatório. Virei a cabeça na direção de minha amiga, por descuido, e o agente, incomodado, perguntou se nos conhecíamos. Disse que sim, e ele a chamou. As histórias precisavam bater, mas contar parte da verdade ajuda, para não cair em contradições, uma vez que não poderia trabalhar com o visto que mal tinha (e que nem me deixava estar ali).

Quando se passa desta etapa, é colado no passaporte uma etiqueta com uma sequência numérica. O primeiro dígito vai de 1 a 6, sendo que, quando mais alto, mais “perigoso” o passageiro é. Pois bem, não bastasse meu “orgulho” de ter ganho um 5 em 2014, desta vez levamos um 6, cada um. Já sabíamos o que isso significava. Perguntas e mais perguntas, checagens e mais checagens, grosserias e mais grosserias e, nada raro, poderíamos ser deportados. Esta seria a “punição” maior, em nosso caso, mas ainda assim, individual, posto que não colocávamos

ninguém em risco (como os de prisão, investigações, entre outras, no caso dos *checkpoints*).

Entro, na frente de minha colega, na primeira fila após o despacho de bagagens, carregando apenas meu violão e a maleta do computador. Não queria esperá-la, para evitar agremiações que pudessem incomodar as autoridades. Sim, é insano, mas acontece. Ali, antes do primeiro detector de metais e esteiras de pertences de mão, na fila, sou retirado por uma agente. Esta se aproxima diretamente de mim, sem perguntar nada ou falar com qualquer outra pessoa da fila. Checa meu passaporte e me manda acompanhá-la. Em um dado momento, outro agente se aproxima e solicita que eu me apresente em uma esteira mais à frente. Após passar meus pertences, tiro os sapatos, que são levados para longe de mim, não sei para onde. Nisto, é pedido que eu tire objetos de metal e coloque, novamente, em uma bandeja. Então, vou para debaixo de um equipamento de raio-x, onde estendo os braços para fora, na lateral do corpo, e espero checagens (provavelmente de drogas, para confirmar ou descartar a possibilidade de eu ter ingerido algo). A seguir, a parte mais demorada. Todos, absolutamente todos os meus pertences são vistoriados com um aparelho detector de explosivos. Cara dente do zíper do *hardcase* do meu violão é analisado. Meus equipamentos, partituras, página por página de dois livros, teclas do computador, tudo. O agente, pelo menos, é cuidadoso e conversa comigo, dizendo que é um grande admirador de capoeira. Parece solícito e simpático, mas meu riso é, de certa forma, falso. Não estou para amizades com agentes. Meu *kit* de manutenção de unhas é aberto. Devo ter umas sete lixas diferentes, uns cinco tipos de esmaltes e bases, e um cortador de unhas. Este, com aquelas lixas metálicas levemente pontiagudas, foi o problema! O cortador de unhas foi um problema! Com isso, o agente me pergunta o que era o artefato, ao que, com espanto, respondo, enquanto ele analisa o potencial de ataque que tem um cortador de unhas. Em seguida, diz que não vê problemas, mas que pedirá à sua superior uma opinião, perguntando se eu me importaria em deixá-lo ali, ao que respondo que não. Na volta, confirma. Não posso levar meu perigoso cortador de unhas com sua lixa que jamais usei, e ele me pergunta se eu não me importo, outra vez. “É só um cortador. Custa 3 shekels, pode ficar aí”, respondo, pouco antes de ser liberado.

Termino de fechar o violão, guardar minhas coisas, sem pressa, enquanto percebo que minha amiga, na esteira ao lado, está terminando sua checagem. Fui aconselhado a ir-me, sem esperar minha amiga, mas não resisti, fazendo minha arrumação de bagagens de mão um pouco mais “criteriosa”, para perder o pouco tempo que me restava, em um ato inocente de “rebeldia”. Funcionou, e nos abraçamos. “Te vejo logo”, disse ela, mas em uma sensação carregada de incertezas. A partida dói, e se despedir de uma pessoa tão próxima, nestas circunstâncias, ali, na frente dos agentes, com um 6 no passaporte, dói ainda mais.

Entro no avião, pensando nesta e em outras despedidas (em *checkpoints*, nos táxis, aeroporto). Tudo é difícil. Mover-se é difícil, ficar é difícil, ir embora é difícil. Mas as experiências estão aí, compondo nossas trajetórias, constituindo nossas vidas, dia-a-dia, constituindo outras experiências, outras narrativas, outros passos, outros cruzamentos, nas chegadas e partidas.

## REFERÊNCIAS

ABOURAHME, Nasser. **Spatial Collisions and Discordant Temporalities: Everyday Life between Camp and Checkpoint.** In: International Journal of Urban and Regional Research, Volume 35.2, 2011.

ABU-LUGHOD, Lila. **Writing Against Culture.** In: The cultural geography reader. Routledge, 2008.

ALBUQUERQUE, José L. C. **Fronteiras em Movimento e Identidades Nacionais: A imigração brasileira no Paraguai.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

AL-HARDAN, Anaheed. **O Movimento Pelo Direito de Retorno na Síria: Construindo a Cultura de Retorno, Mobilizando Memórias para o Retorno.** Em: SCHIOCCCHET, Leonardo (Org.). *Entre o Velho eu Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina.* 1ª edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015.

AL-MALKI, Majdi. **Researching in an Unsuitable Environment: The Palestinian Case.** In: Critical Research In The Social Sciences: A Transdisciplinary East-West Handbook. Published by the Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies. Birzeit University and the Institute for Social Anthropology Austrian Academy of Sciences. Birzeit University, 2011.

ALI, Zarefa. **A Narration Without an End: Palestine and the Continuing Nakba.** The Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies , Birzeit University , 2013.

APPADURAI, Arjun: **Sovereignty without Territoriality: Notes for a Postnational Geography.** Em: The anthropology of space and place: locating culture. Org: Setha M. Low e Denise Lawrence-Ztuliga. Blackwell Publishing, 2003.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer.**; Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. / Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.

**A Questão Jerusalém.** Editado em Inglês por Ali Kazak, 1997. Re-editado por: Delegação Especial Palestina no Brasil. Tradução; Nelson Patriota. Revisão: Teresinha Freitas. Edit.Elet.: Zona Cultural, Brasília DF, 1999.

BACKMANN, René. **Um muro na Palestina** / René Backmann; tradução de Clóvis Marques. - Rio de Janeiro: Record, 2012.

BADIL. One People United: **A Deterritorialized Palestinian Identity**. In: BADIL's Working Paper No. 14. BADIL Survey of Palestinian Youth on Identity and Social Ties, Resource Center for Palestinian Residency & Refugee Rights, Bethlehem, Palestine, 2012.

BAEZA, Cecília. **O “Refúgio” e o “Retorno” entre os Palestinos do Chile:** Narrativa Identitária e Discurso Militante. Em: SCHIOCCHET, Leonardo (Org.). *Entre o Velho eu Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina*. 1ª edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015.

BAROUD, Ramzy. **The Second Palestinian Intifada:** A Chronicle of a People's Struggle. Pluto Press, London, 2006.

BARTH, Fredrik: **Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. Poutignat, Philippe. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução Elcio Fernandes. - 2.ed. - São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BASTOS, Rafael Menezes. 2006. **Leonardo, a flauta:** uns sentimentos selvagens. Revista de Antropologia, V.49, No 2, USP. São Paulo.

BIER, Jess. **Mapping Israel, Mapping Palestine**: How Occupied Landscapes Shape Scientific Knowledge. The MIT Press, Cambridge, MA, 2017.

BLACKING, John. **How musical is man?** (The John Danz lectures). University of Washington Press, 2000.

BOKAE'E, Nihad. **Palestinian Internally Displaced Persons inside Israel**: Challenging the Solid Structures. Badil Resourc Center for Palestinian Residency and Refugee Rights. Bethlehem, Palestine, 2003.

BRINNER, Benjamin. **Playing across a divide**: Israeli Palestinian musical encounters, Oxford University, Press on Demand, 2009.

BRYNJAR, Lia. **A Police Force without a State**: A History of the Palestinian Secutiry Forces in the West Banld and Gaza. Garnet Publishing Limited, 2006.

CARAMURU, B.T. **La tierra Palestina es más cara que el oro**: narrativas palestinas em disputa. Dissertação de mestrado, UFPR, 2017.

CATTAN, Henry: **Jerusalém e o direito internacional**. Em: A Questão Jerusalém. Editado em Inglês por Ali Kazak, 1997. Re-editado por: Delegação Especial Palestina no Brasil. Tradução; Nelson Patriota. Revisão: Teresinha Freitas. Edit.Elet.: Zona Cultural, Brasília DF, 1999.

CHAGAS, Gisele F.; PINTO, P.G.H. **Apresentação**. Dossiê Exílios: etnografias de campos de refugiados palestinos no Líbano. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, v. 35, p. 13-16, 2013.

CHAMORRO, Margarita Chaves. **Reseña de “Reflexiones sobre un trabajo de campo em Marruecos” de Paul Rabinow**. Em: Revista Colombiana de Antropologia, vol. 36, Instituto Colombiano de Antropologia e História, Bogotá, 2000.



CLEMECHA, Arlene E. **Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina.** PUCVIVA 34, Janeiro/Abril, 2009.

\_\_\_\_\_. **Palestina, 1948-2008** - 60 Anos de Desenraizamento e Desapropriação. Forum, Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Ano V, 2008.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica.** In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DAS, Vena; POOLE, Deborah: **El estado y sus márgenes.** Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social No 27, pp. 19–52, 2008

DAVIS, Rochelle A. **Palestinian Village Histories.** Geographies of the Displaced. Stanford University Press , Stanford, California , 2011.

DOR, Daniel. **Intifada Hits the Headlines.** How the Israeli Press Misreported the Outbreak of the Second Palestinian Uprising. Indiana University Press, Bloomington, Indiana, 2004.

FARSOUN, Samih K. **Palestine and the Palestinians:** a social and political history / Samih K. Farsoun, Naseer H. Aruri. - 2nd ed. Routledge, New York, 2018.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado.** Tradução: Paula Siqueira. Cadernos de Campo, n.13: 155-161. São Paulo, 2005.

FINKELSTEIN, Norman G.: **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina.** Tradução de Clóvis Marques. - Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREHSE, Fraya. **As informantes que jornais e fotografias revelam:** para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. Estudos Históricos 36. 2005.

GASTALDO, Edison. **Arquibancada Cotidiana**: jogos, sociabilidade e interação entre torcedores de futebol no Brasil. LOGOS 44 Dossiê - Mídia, esporte e cultura. Vol.23, Nº 01, 1º semestre, 2016.

GEERTZ, Cliflord. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora -UFRJ, 2002

\_\_\_\_\_. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GENNEP, Arnold van.: **Os ritos de passagem**. Tradução de Matiano Ferreira. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 2011.

GHANEM, As'ad. **Palestinian politics after Arafat**: a failed national movement. Indiana series in middle east studies, Indiana University Press, 2010.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOYTISOLO, Juan. **De Netanya a Ramallah**. Em: Viagem à Palestina / Russell Banks, ... [et al.]; tradução de Leneide Duarte-Plon. - Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GRASSINI, Erella. **Moral othering at the checkpoint**: The case of Israeli soldiers and Palestinian civilians. In: Critique of Anthropology, Vol.35 (4), University of Amsterdam, the Netherlands, 2015.

\_\_\_\_\_. **Morality and Normalcy in A-Symmetrical Conflict**: Distancing, Denial and Moral Numbing among Israeli Conscripts in Everyday Practices of Occupation. Vrije Universiteit, 2009.

GURGEL, Clarisse. **Ação Performática**: sintoma de uma crise política. Em: Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.5, n.9, jul/dez 2017. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

HADI, Mahdi Abdul: **A história de Jerusalém**. Em: A Questão Jerusalém. Editado em Inglês por Ali Kazak, 1997. Re-editado por: Delegação Especial Palestina no Brasil. Tradução; Nelson Patriota. Revisão: Teresinha Freitas. Edit.Elet.: Zona Cultural, Brasília DF, 1999.

HAMAN, Aminah Bárbara. **A partida**. / Aminah Bárbara Haman. - São Paulo: Editora Patuá, 2019.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos**: Palavras-chave da antropologia transnacional. Em: Mana, 3(1): 7-39, 1997.

HARKER, C.: **Student im/mobility in Birzeit, Palestine.**, Mobilities., Durham Unisersity, 2009.

HAWARI, Yara. **Haifa independent film festival**: Rejecting the boundaries imposed on Palestinians. 27 March 2018. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/haifa-independent-film-festival-rejecting-boundaries-imposed-palestinians>. Acesso em: 21/11/2019.

HEIM, Karin. **Beats Not Bombs**: Hip-Hop To Create Peace In the Israeli-Palestinian Conflict. Nota Bene: Canadian Undergraduate Journal of Musicology: Vol.4: Iss. 2, Article 5, 2011.

HERZFELD, Michael. **Vers une phénoménologie ethnographique de l'esprit grec**. Em: Les usages politiques du passé. École des hautes études em sciences sociales, Paris, 2001.

HERZL, Theodor. **The Jewish State (1896)**. Translated from the German by Sylvie D'Avigdor Adapted from the edition published in 1946 by the American Zionist Emergency Council Proofread and corrected by MidEastWeb, with a preface by Ami Isseroff. Disponível em: <http://www.mideastweb.org>

HILL, Jonathan. **Musicalizando o outro**: etnomusicologia na era da globalização. Em: Arte e sociabilidades em perspectiva antropológica / Deise Lucy Montardo, María Eugenia Domínguez, organização. - Florianópolis : Ed. da UFSC, 2014.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. Tradução: Marcos Santarrita. Companhia das Letras, 2006.

HOWELL, Mark. **What Did We Do To Deserve This?**: Palestinian Life Under Occupation in the West Bank. Garnet Publishing Limited, UK, 2007.

JARDIM, Denise F.. **Palestinos no extremo sul do Brasil**: Identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade. Chuí/RS. Universidade Federal do Rio de Janeiro , Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Imigrantes ou refugiados?** As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. Horizontes Antropológicos, UFRGS, Impresso, v. 46, p. 243-271, 2016.

KANAFANI, Ghassan. **A Revolta de 1936-1939 na Palestina**. Tradução: Guilherme Rodrigues e Fábio Bosco. Edição e revisão: Soraya Misleh. São Paulo: Sundermann, 2015.

KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro**: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea. Tese de Doutorado, Instituto de Letras, UERJ, 2006.

KROEBER , A. L.. **The Nature of Culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1952.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LIEBREICH, Fritz. **Britain's Naval and Political Reaction to the Illegal Immigration of Jews to Palestine, 1945–1948**. Routledge, London and New York, 2005.

LEVINE, Mark: **Heavy Metal Islam**: Rock, Resistance, And The Struggle For The Soul Of Islam. Three Rivers Press, New York, 2008.

LOVATT, Hugh. **Palestinian Hip-Hop Culture and Rap Music**: Cultural Resistance as an Alternative to Armed Struggle. BA Arabic. Institute of Arabic and Islamic Studies, Exeter University, 2009.

MCDONALD, David A.: **My voice is my weapon**: music, nationalism, and the poetics of Palestinian resistance. Duke University Press, 2013.

MACAGNO, Lorenzo. **O dilema multicultural** / Lorenzo Macagno;prefácio Michel Cahen. - Curitiba : Ed. UFPR; Rio de Janeiro : Graphia, 2014.

\_\_\_\_\_. **Etnografia e Violência no País do Apartheid**: dois relatos sobre África do Sul. Em: História, Questões & Debates, volume 62, n.1. p.133-162. Editora UFPR, Curitiba, 2015.

\_\_\_\_\_. **Representações (trans)nacionais e trajetórias**: uma reflexão preliminar. Em: MACAGNO, L.; MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G.: A Tríplice Fronteira: Espaços nacionais e dinâmicas locais / Lorenzo Macagno, Silvia Montenegro, Verónica Giménez Béliveau (Orgs.). - Curitiba, PR: Editora UFPR, 2011.

MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Traducido por Marcos Mayer. 1ª Ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. - São Paulo : Boitempo, 2010.

MASALHA, Nur. **60 Years after the Nakba**: Historical Truth, Collective Memory and Ethical Obligations. Kyoto Bulletin of Islamic Area Studies, 3-1, July, 2009.

\_\_\_\_\_. **Catastrophe Remembered**: Palestine, Israel and the Internal Refugees. Edited by Nur Masalah, Zed Books, 2005.

\_\_\_\_\_. **Israel's 'New Historians' and the Nakba**: A Critique of Zionist Discourse. Em: The Politics of Denial. Israel and the Palestinian Refugee Problem. London, Pluto Press, 2003.

**May 2020 Demolition and Displacement** Report. ICAHD. The Israeli Committee Against House Demolitions. Disponível em: <<https://icahd.org/2020/06/03/may-2020-demolition-and-displacement-report/>>. Acesso em: 05/06/2020.

MEDEIROS, João Luiz. **Elementos de Análise para a Construção de Identidades**. Em: Identidades em movimento: nação, cyberspaço, ambientalismo e religião no Brasil contemporâneo / organizado por João Luiz Medeiros. Coleção Imaginário Cotidiano - Porto Alegre, Sulina, 2008.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **Política dos “improváveis”**: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MONTENEGRO, Silvia. **Etnografías y contextos islámicos**: Apuntes sobre puntos de vista nativos y miradas postcoloniales em Marruecos. Em: Civitas, V.12, n.3, Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. **La triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay**: globalización y construcción social del espacio. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

MORALES, Anamaria: **Identidades Sociais e Territórios Intersticiais na Contemporaneidade**. Comunicação, 26 RBA, 2008. (disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2030/Anamaria%20Morales.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2030/Anamaria%20Morales.pdf))

MUSTAFA, Mohanad. **The High Follow-up Committee and the Palestinian Situation in al-Dakhel**. Jadal, Issue 15, September, Mada al-Carmel, 2012.

OLIVEIRA, Rafael: **Selah al Museka**: uma etnografia das práticas e produções musicais palestinas. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2015.

ORTNER, Sherry B. **Poder e Projetos**: reflexões sobre a agência. Conferência. Em: Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006.

PAPPÉ, Ilan. **The 1948 Ethnic Cleansing of Palestine**. Em: Journal of Palestine Studies Vol. XXXVI, No. 1. University of California Press, 2006.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução Elcio Fernandes. - 2.ed. - São Paulo: Ed. Unesp, 2011.



POWERS, Janet M. **Blossoms on the olive tree**: Israeli and Palestinian women working for peace / Janet M. Powers ; foreword by Betty A. Reardon ; introduction by Elise Boulding. Praeger Publishers, 2006.

PULLAN, Wendy. **The Space of Contested Jerusalem**. In: Jerusalem Quarterly, Issue JQ 39. Institute for Palestine Studies, 2009.

RABINOW, Paul. **Reflections on Fieldwork in Morocco**: with a New Preface by the Author. University of California Press, 2007.

RIJKE, Alexandra, MINCA, Claudio. **Checkpoint 300**: Precarious checkpoint geographies and rights/rites of passage in the occupied Palestinian Territories. Em: Political Geography 65, Elsevier, 2018.

SABBAGH-KHOURY, Areej; ROUHANA, Nadim N. **Research on the Palestinians in Israel**: Between the Academic and the Political. In: The Palestinians in Israel: Readings in History, Politics and Society. Ed. Nadim N. Rouhana and Areej Sabbagh-Khoury, Mada al-Carmel-Arab Center for Applied Social Research, Haifa, 2011.

\_\_\_\_\_. **The Internally Displaced Palestinians in Israel**. In: The Palestinians in Israel: Readings in History, Politics and Society. Ed. Nadim N. Rouhana and Areej Sabbagh-Khoury, Mada al-Carmel-Arab Center for Applied Social Research, Haifa, 2011.

SAFTY, Adel. **Might Over Right**: How the Zionists Took Over Palestine. Garnet Publishing, First Edition, UK, 2009.

SAHLINS, Peter. **Repensando Boundaries**. In: GRIMSON, Alejandro (org.) Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro. Buenos Aires: La crujía, 2000.

SAID, Edward W. **After the Last Sky**: Palestinian Lives. Columbia University Press, New York, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cultura e política** / Edward W. Said; organização Emir Sader ; tradução Luiz Bernardo Pericás. - 1.ed., rev. - São Paulo : Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Freud e os não-europeus** / Edward W. Said; apresentação de Joel Birman, introdução de Christopher Bollas ; comentários de Jacqueline Rose; tradução Arlene Clemesha – São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Invention, Memory, and Place (2000)**. In: The People, Place and Space Reader. Edited by Giesecking J. J., Mangold W., Katz C., Low S., Saegert S. Routledge, New York, NY, 2014.

\_\_\_\_\_. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente; tradução Tomás Rosa Bueno. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios** / Edward W. Said; tradução Pedro Maia Soares – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **The question of Palestine**. Vintage Books Edition, abril, 1992.

SALEM, Helena: **O que é Questão Palestina**. 2ª Edição. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 1983.

SAYEGH, Rosemary: **Palestinian Refugee Identity/ies**: Generation, Region, Class. In: Palestinian Refugees: Different Generations, but One Identity. The Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies – Birzeit University, 2012.

\_\_\_\_\_. **The Palestinians**. Zed Books Lrd, London, UK, 2007.

SCHIOCCCHET, Leonardo. **Extremo Oriente Médio, Admirável Mundo Novo**: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe . Revista tempo do mundo / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – volume 3, número 2, (agosto 2011). – Brasília : Ipea, 2011

\_\_\_\_\_. **Introdução**: por uma antropologia assimétrica da palestinação. Em: SCHIOCCCHET, Leonardo (Org.). *Entre o Velho eu Novo Mundo: A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina*. 1ª edição. Chiado Print, Lisboa, Portugal, Julho, 2015.

\_\_\_\_\_. **Refugee Lives**: Ritual and Belonging in two Palestinian Refugee Camps in Lebanon. PhD Dissertation. Graduate School of Arts and Sciences, Boston University, 2011.

\_\_\_\_\_. **Palestinian Sumud**: Steadfastness, Ritual, And Time Among Palestinian Refugees. In: Palestinian Refugees: Different Generations, but One Identity. The Forced Migration and Refugee Unit, The Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies, Birzeit University, 2012.

SCHOENMAN, Ralph.: **A História oculta do sionismo**. A verdadeira história da formação do Estado de Israel. Traduzido por Carla Garcia Carrion e Rosângela Botelho. São Paulo, Sundermann, 2008.

SCHVARZMAN, Sheila. **Israel**: Nova história e cinema pós-sionista. Em: Significação: Revista de Cultura Audiovisual, v.40, n.40, 2013.

SETTON, Damián. **Discursos e construção social do espaço**: o caso da Tríplice Fronteira. Em: MACAGNO, L.; MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G.: A Tríplice Fronteira: Espaços nacionais e dinâmicas locais / Lorenzo Macagno, Silvia Montenegro, Verónica Giménez Béliveau (Orgs.). - Curitiba, PR: Editora UFPR, 2011.

SHLAIM Avi, ROGAN, Eugene L. **The War for Palestine**: Rewriting the History of 1948. Cambridge University Press, The Edinburgh Building, Cambridge CB2 8RU, UK. Published in the United States of America by Cambridge University Press, New York, 2007.

**Some 320,000 West Bank ID holders permitted into East Jerusalem for Ramadan Friday prayers.** OCHA – United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, Occupied Palestinian Territory. 2019. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/content/some-320000-west-bank-id-holders-permitted-east-jerusalem-ramadan-friday-prayers>>. Acesso em: 07/01/2020.

**Statistics on demolition of houses built without permits in East Jerusalem.** B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. Disponível em: <[https://www.btselem.org/planning\\_and\\_building/east\\_jerusalem\\_statistics](https://www.btselem.org/planning_and_building/east_jerusalem_statistics)>. Acesso em: 05/06/2020.

**The Separation Barrier:** B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. Disponível em: <[https://www.btselem.org/separation\\_barrier](https://www.btselem.org/separation_barrier)>

TAMARI, Salim. **The Palestinian Movement in Transition**: Historical Reversals and the Uprising. Journal of Palestine Studies, Vol. 20 No.2, Winter, 1991.

TAWIL-SOURI, Helga. **Uneven Borders, Coloured (Im)mobilities**: ID Cards in Palestine/Israel. In: Geopolitics, Volume 17, Issue 1, Department of Media, Culture, and Communication, New York University, NY, USA, 2012.

**The Question of Palestine and the United Nations.** Foreword: Kiyo Akasaka – Under-Secretary-General for Communications and Public Information. United Nations, New York, 2008.

TSEMEL, Lea, JARADAT, Mohammed, GASSNER, Ingrid: **Pavimentando o caminho para a solução permanente em termos israelenses (1991-96)**. Em: A Questão Jerusalém. Editado em Inglês por Ali Kazak, 1997. Re-editado por: Delegação Especial Palestina no Brasil. Tradução; Nelson Patriota. Revisão: Teresinha Freitas. Edit.Elet.: Zona Cultural, Brasília DF, 1999.

TURINO, Thomas. **Music as social life**: the politics of participation. The University of Chicago Press, Chicago, 2008.

YAZBEK, Mustafa. **O movimento palestino**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

YIFTACHEK, Oren. **Palestinian Citizenship in Israel**. In: The Palestinians in Israel: Readings in History, Politics and Society. Ed. Nadim N. Rouhana and Areej Sabbagh-Khoury, Mada al-Carmel-Arab Center for Applied Social Research, Haifa, 2011.

**You Will See The Land and Will Not Enter It**. Watch – Women for human rights and against the occupation. 2017. Disponível em: <<https://machsomwatch.org/en/content/ramadan-2017>>. Acesso em: 10/10/2019.

ZAIDAN, Ismat. **Palestinnian Diaspora in Transnational Worlds**: Intergeneration Differences in Negotiating Identity, Belonging and Home. The Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies , Birzeit University , 2012.